

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU

VALMIRO FERREIRA SILVA

**MORADORES DO BAIRRO, MORADORES DA CIDADE:
RECONSTRUINDO VIVÊNCIAS.
BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA.
SÃO FRANCISCO-MG.**

**Uberlândia
2012**

VALMIRO FERREIRA SILVA

**MORADORES DO BAIRRO, MORADORES DA CIDADE:
RECONSTRUINDO VIVÊNCIAS.
BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA.
SÃO FRANCISCO-MG.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de História,
Programa de Pós-Graduação em História na Linha de Pesquisa
Trabalho e Movimentos Sociais como requisito parcial para obtenção
do título de mestre em História.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Dr^a. Regina Ilka Vieira Vasconcelos.

Uberlândia

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- S586c Silva, Valmiro Ferreira, 1985-
 Moradores do bairro, moradores da cidade: reconstruindo vivências.
Sagrada Família São Francisco-MG. / Valmiro Ferreira Silva. - Uberlândia,
2012.
 262. f. : il.
- Orientadora: Regina Ilka Vieira Vasconcelos.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em História.
 Inclui bibliografia.
1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. São Francisco (MG) -
História - Teses. I. Vasconcelos, Regina Ilka Vieira. II. Universidade Federal
de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

VALMIRO FERREIRA SILVA

**MORADORES DO BAIRRO, MORADORES DA CIDADE:
RECONSTRUINDO VIVÊNCIAS.
BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA.
SÃO FRANCISCO-MG.**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marta Emísia Jacinto Barbosa – UFU

Prof^a. Dr^a. Maria do Rosário da Cunha Peixoto – PUC-SP

Prof^a. Dr^a. Regina Ilka Vieira Vasconcelos (orientadora)

**Uberlândia
2012**

DEDICATÓRIA

Comprometo a seriedade deste trabalho aos moradores do bairro Sagrada Família que não o lerão, sobretudo os entrevistados que compartilharam experiências comigo ao cruzarmos nossas histórias que se parecem com a de muitos outros que vivem neste bairro. Estes inúmeros moradores serão lembrados pelos poucos leitores que enfrentarão estas páginas, alguns por necessidade; outros por consideração. Quiçá a maioria de leitores deva ser mesmo de historiadores que a encararão com a lupa da desconfiança e o olhar de investigador em busca de fontes ou para lançar suas críticas, procurando mais deméritos do que méritos na densidade destas folhas. Espero que um dia os netos dos entrevistados e habitantes do bairro possam ler este trabalho e vangloriarem por seus avôs e avós estarem inseridos nas páginas deste texto. Que eles sintam orgulho de seus antepassados, tão debatidos, citados, exaltados e causadores de discussões e alívio nas salas de aula num curso de mestrado de uma grande Universidade. Dedico sentimentalmente este trabalho aos meus pais que, sabiamente tentam compreender o curso e a formação que obtenho. Às vezes em vão, mas sempre felizes pelos estudos. Eles estão sempre prontos em apoiar-me, pois o

estudo sempre foi um sonho, não uma possibilidade real na vida deles. À minha mãe, Benilde pelas lágrimas e orações, às noites em claro sob prantos, às noites mal dormidas por clamores e preces. Às asas que a protegem durante as longas caminhadas sob o sol escaldante desta cidade a caminho do trabalho. Ao esforço e fé num amanhã sempre melhor do que o hoje que a mantém sonhando. Ao sorriso de minha mãe que camufla nossas tempestades. Ao meu pai, Valdomiro, pelo suor e às mãos calejadas resultantes de árduos trabalhos sazonais em diversas localidades Brasil afora. À fala mansa e ao olhar sereno de meu pai que quando viaja sua mensagem resume tudo o que sempre batalhou para seus filhos: “vou sair pra trabalhar, não sei quando volto, mas vocês não falem à escola não”. Às noites em claro mato adentro, vividas por meu pai, aos dias solitários sob o sol de meio dia, curvado numa lavoura. Às noites solitárias em precários acampamentos, sob a lua em lugares ermos pelas noites frias ou debaixo de sereno, em dias intermináveis de chuva, ou em qualquer lugar longe de casa, batalhando pelo pão, em firmas nos sertões de Goiás ou de Minas nos trabalhos sazonais, labutas aos montes são rotineiras. À versatilidade de meu pai em manejar diversos instrumentos de trabalho. À habilidade com a colher de pedreiro, à agilidade com a foice, à suavidade com a enxada, à bravura com o machado, à persistência, simplesmente por continuar vencendo os obstáculos. Ao desespero de minha mãe pelo lazer de meu pai. Ao lazer de meu pai que provoca o desespero de minha mãe. Ao lazer de meu pai que, de tanta labuta procura refúgio nos momentos de descanso em casa numa alegria inconsciente na companhia de uma boa água ardente. Ao divertimento de meu pai que, sem perceber provoca o maior de nossos tormentos. Aos tormentos de minha mãe que pelo lazer de

meu pai ainda encontra forças para continuar, compreensivamente. À cumplicidade deste casal que se comunica por entre olhares nos momentos difíceis e sorriem juntos dos tempos claudicantes. À alegria de minha mãe e à seriedade de meu pai. Ao olhar profundo de meu pai que sempre utilizou de meias palavras. Ao sorriso de minha mãe fonte de juventude e escudo eterno de nossos problemas. Superação e vitória são o que os mantêm sonhadores e batalhadores. A vocês, minha mãe, Benilde e meu pai, Valdomiro, a quem dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Recorro primeiro a Deus quando me deparo em situações difíceis e, mesmo não tendo muito tempo a dedicar em orações ou frequentar instituições, acredito piamente que Deus está sempre comigo, pelo qual sou grato perenemente.

Ser professor e aluno ao mesmo tempo nos possibilita - ao menos em meu caso - compreender que de fato as palavras de um educador podem fazer significativamente muita diferença e definir os rumos do discente em momentos conturbados, sobretudo, em se tratando de um “tema” ou pesquisa. Quando me deparei numa situação de transtorno nos meses finais do curso de história, bastaram poucas palavras e indicações bibliográficas de uma professora para que eu pudesse mudar de concepção em termos de pesquisa e futuro acadêmico. Naquela ocasião eu mesmo não tinha muita perspectiva em relação à continuidade de meus estudos e não depositava muitos créditos em meu tema de pesquisa. Entretanto, após uma comunicação de minha pesquisa de monografia - em meados do ano em que estava a me graduar, 2008 - a professora Rejane Meireles Amaral com suas palavras me fez acreditar valer a pena levar a diante minhas ideias. Por confortar-me naquele Simpósio na Unimontes, suas palavras, conselhos e indicações reacenderam em mim as chamas de seguir em frente. À professora Rejane Meireles a quem primeiro devo agradecer como pessoa.

Já no mestrado, para minha agradável surpresa e refúgio acadêmico pude desfrutar dos conselhos e amizade de Filomena Luciene Cordeiro Reis, cujas contribuições, atitudes, comprometimento, sinceridade e acima de tudo cumplicidade são indelévels e foram imprescindíveis durante o curso. De seus exemplos e profissionalismo pude partilhar desde os primeiros períodos de graduação quando fora nossa mestra. Sou eternamente grato por tudo que me ensinou e me ajudou a realizar. Na continuidade dos passos acadêmicos, o orientador de graduação exerceu enorme contribuição. A quem não poderia deixar de agradecer, ao sábio professor Irineu Ribeiro Lopes, de todos os conselhos e dicas, suas filosofias são exemplos de vida.

Na sequência de qualquer trabalho que exige muito do autor, como uma dissertação de mestrado, a família exerce papel importantíssimo. Somente o fato de compreender minhas angústias, meu isolamento, meus silêncios, e de quando em quando, ansiedade e mau-humor, o pilar *famulus*, foi um porto seguro nesta empreitada. Às pessoas

com quem posso contar nos momentos de sacrifício como minha mãe Benilde, meu pai Valdomiro, meus irmãos a quem sempre recorro nos afitos imprevisíveis como o Charles José, José Charles, Fabio Fernando, Varlei, Gleice Monica, Farlei e Gleidisson. Especialmente, Farlei e Monica - que no momento estão enclausurados se martirizando por entre os muros da Universidade, povoados de acadêmicos e desertificados por humanos - a quem agradeço pela compreensão por minha ausência arraigada e falta de assunto verbal. Desculpem-me, fui corrompido pelos muros da universidade. O Saara com lagartos e peçonhentos é mais povoado de sentimento do que qualquer corredor de uma universidade com milhares de acadêmicos, cujas toxinas infectam qualquer um.

Aos meus familiares, não passo um dia sequer sem pensar em vocês, apesar de serem os primeiros excluídos de minha jornada ou cotidiano, para que pudesse dedicar-me às sanhas acadêmicas. Espero que compreendam. No sacrifício dessa vida itinerária de estudante forasteiro, não posso deixar de agradecer as pessoas pelas cidades que passei durante esta pesquisa. Minha madrinha Quita, simplesmente por ser uma de minhas segundas mães. Em sua casa sempre chego de surpresa e saio sem avisar. Obrigado por acolher-me sempre com todo o carinho do mundo quando tenho que ir a Montes Claros, seja por motivos acadêmicos ou outras necessidades. À minha namorada Amanda Alves Amaral pelo companheirismo e compreensão durante estes anos que está comigo. Seu afeto e sentimento dispensados a mim são motivadores a continuar sempre em busca de algo melhor para nós.

Na itinerância estudantil não poderia faltar os colegas de república, sempre eles, que proporcionam momentos cômicos, tristes, alegres - muito mais – e, principalmente um aprendizado de vida baseado em exemplos e conselhos - a serem ou não seguidos. Tadeu Pereira dos Santos, Saulo Jackson de Araújo Brito, Oberdan de Oliva Brito, ao amigo Gilmar Alexandre, quem conviveram fraternalmente comigo as dificuldades, perspectivas e persistências na cidade de Uberlândia. Aos amigos Eduardo Rodrigues da Silva, eternamente, Manga, e, Auricharme Cardoso de Moura pela amizade sincera.

Não devo agradecer apenas os que conviveram o decorrer desta dissertação. Esta jornada se iniciou antes mesmo de formalizá-la como aluno regular em março de 2010. Meu caminho estava se fazendo um ano antes, pleiteando um lugar ao sol enquanto *aluno especial*. Nesta urbe compartilhei e convivi com a interrogação do título introdutório da tese de Sheile de Freitas: *Bem vindo a Uberlândia?* Senti-me compelido por uma dificuldade enorme. Ante a falta de honorários vi-me cercado por meus solilóquios que se resumiram na pergunta do poeta: *e agora José?* Mas, corrompido pela beleza visual desta cidade que já leva o nome de *terra fértil*, instigado pela necessidade de no ano posterior deixar o “*status*” de *aluno especial*,

e impulsionado, mais ainda, pela sanha de não desistir, continuei nesta bela urbe do triângulo. Minha primeira oportunidade nessa cidade surgiu em decorrência de um ônibus que perdi. Esperar um pouco mais no Terminal Central significou o momento certo em conseguir a primeira designação numa escola estadual em Uberlândia! Assim, pude sobreviver nela. E é nesse processo em que apenas admirava a beleza visual e as belas avenidas desta urbe que devo agradecer perenemente aos amigos da primeira república - o verdadeiro *coração de mãe* - que me acolheram em sua casa. São eles meus conterrâneos: Hudson Nascimento Brito, Alex Sander Brandão, Ricardo Mendes da Cruz, Esther e Oberdan de Oliva Brito que me deram forças e aparato para continuar. Vocês são os primeiros merecedores dos créditos desta escrita.

O labirinto teórico ao qual temos que desvencilhar e aplicá-lo na prática não é tarefa fácil. Ainda mais quando nos sentimos perdidos nessa encruzilhada. Nos momentos em que pensava ter perdido meu projeto e ponto de partida, as reuniões com a professora orientadora, doutora Regina Ilka Vieira Vasconcelos, clarearam meus posicionamentos. Suas dicas, indicações de leituras e acima de tudo a compreensão foram cruciais nos momentos difíceis. Sou grato também aos professores que formularam importantes indagações e ajudaram-me a desbravar meus labirintos. Às professoras Marta Emísia, Dilma Andrade de Paula, Sônia Regina de Mendonça, aos professores Paulo Roberto de Almeida e Sergio Paulo de Moraes.

Oportuno agradecer dois profissionais essenciais em minha vida acadêmica e companheiros de angústias e dificuldades em nosso cotidiano e pesquisas. De maneira salutar agradeço os indelévels exemplos e ensinamentos daquele que despertou em mim o gosto e interesse pela história, Harilson Ferreira de Souza. Ainda durante grande parte do Colegial despertei meu interesse pela história graças a este ex-professor. Hoje amigo e colega de momentos difíceis de pesquisa em pós-graduação, com quem compartilho fontes e informações pertinentes em nossas pesquisas. Seus conselhos, objeções, críticas e incentivos há muito repercutem em minha vida. Por mais que suas ideias não estejam materializadas nesta escrita, tentativas houve na medida do possível de tentar refletir em torno de suas arguições de agora ou de outrora. Se notardes ausências de seus posicionamentos nesta escrita, deve-se a limitações deste autor.

Apeteço lembrar Roberto Mendes Ramos Pereira, meu primeiro orientador na graduação, quem me ensinou muito a viver e seguir academicamente. Durante muitas vezes lhe importunei em sua casa, na universidade ou pelas ruas em busca de ajuda, dicas, conselhos, críticas e, sempre fui atendido de bom grado. Seus exemplos de vida são suas

marcas perenes a quem conviveu com você e, nesse caminho vamos percorrendo tentando colocar um pouquinho em prática de tudo aquilo que nos ensinou. Sou muito grato por contar contigo durante grande parte de minha trajetória acadêmica e poder contar com seu apoio nos momentos em que eu era apenas um sonhador, cheio de vontade, mas sem ao menos saber por onde começar. Aprendi tudo isso com você. Por mais que o tempo e as circunstâncias nos impossibilitam de mostrar nossa gratidão, jamais me esquecerei de todas as suas contribuições em minha vida acadêmica. Obrigado.

Neste trajeto, que não se iniciou exclusivamente nesta pesquisa, mas sim em momentos anteriores, e espero não findar com esta, devo lembrar e agradecer meus companheiros de bairro entrevistados para este trabalho. Suas experiências e memórias relatadas a mim foram cruciais para suprir as lacunas desta escrita. Agradeço aos entrevistados, Amélia Mendes de Souza, Ana Souza de Jesus, Arnaldo Alves Correa, Aurora Rodrigues, Claudionor Rodrigues Pinto, Delzuita Souza dos Santos, Elpídio Silva de Jesus, Gildete Dourado, Jane Maria, Joana dos Santos Pereira, João Lima Vieira, José Batista Duarte, José Francisco Batista dos Santos, Josefa Alves, Mariano Gonçalves da Silva, Manoel Messias Rocha, Maria Letícia Rodrigues, padre Vicente Euteneuer, Raimunda Soares dos Reis, Teodoro Mendes de Souza, Valdomiro Cardoso de Meneses e Virgílio Alves de Jesus. A toda família do senhor Claudionor, dona Luzia, o amigo Claudio Abelard Soares Pinto, ex-colega de graduação, e seu irmão, Marcelo pela colaboração, ao fornecer dados e informações sobre o time, Internacional, do bairro Sagrada Família. Agradeço ao senhor José da Silva Farias, o famoso Zé Preto, (Zé Carreiro), possivelmente primeiro morador do bairro a quem recorri enquanto este bairro ainda era um pré-projeto de Iniciação Científica.

A concretização desta escrita tornou-se possível, dentre outras, graças às instituições que percorri. Nesta parte, a ONG Preservar de São Francisco, que continua atendendo pesquisadores e estudantes em geral nesta cidade com todo o empenho do Gustavo Caribé Botelho e demais membros. Sou muito grato pela instituição estar sempre à minha disposição seja em horário comercial ou não. Aos dirigentes e funcionários, minhas congratulações e felicitações em vê-la aberta ao público, apesar de dificuldades. Às casas Paroquiais da Matriz São José e Sagrada Família por atenderem-me sempre honrosamente e fornecer esclarecimentos e fontes. Ao amigo Alexandre Rodrigues Barbosa, professor de Geografia quem me ajudou a elaborar o mapa do município de São Francisco. Alair José Mendes a quem sempre recorro desde os tempos de graduação em busca de fontes e correção de textos, por quem sempre fui muito bem atendido.

Quero agradecer as professoras que participaram de meu Exame de Qualificação, professora doutora Marta Emísia Jacinto Barbosa e professora doutora Heloisa Helena Pacheco Cardoso. Suas considerações foram todas valhas. A leitura de cada uma com as críticas aos erros e os elogios aos acertos. Confesso que estava precisando de outras opiniões que não fossem apenas as minhas, já que do ponto de vista do autor, o trabalho está sempre impecável. As professoras de modo geral preencheram as lacunas que pude perceber somente depois de terminar o Exame, respirar e analisar minhas próprias limitações as quais ambas apontaram.

Todos esses percursos tornaram possíveis com o apoio imprescindível do CNPq, através da bolsa de estudos durante esses dois anos de vigência do mestrado. Este subsídio foi muito importante para que eu pudesse dedicar-me integralmente aos estudos, uma exceção.

RESUMO

O bairro Sagrada Família em São Francisco-MG é o lugar onde centenas de famílias encontraram como propício a um recomeço diante de várias trajetórias e experiências de vida que se confundiam com uma mobilidade intensa, muitas vezes forçada. A formação do bairro ocorreu após diversas pessoas da zona rural e bairros próximos ao rio São Francisco perderem suas moradias por ocasião de enchentes em cidades às margens do rio de mesmo nome. Paralelamente a este acontecimento, mudanças legislativas determinantes na vida de pessoas que viviam na condição de agregados, acarretaram expulsão de famílias por fazendeiros. O destino de muitas famílias, das circunvizinhanças que passaram por tais encargos, foi o reerguimento no bairro Sagrada Família, expandindo-o, aleatoriamente. Soma-se a esses fatores condicionantes à formação e crescimento do bairro, a intensa atuação de trabalhos sociais da Igreja Católica local de construção de casas e doá-las gratuitamente a quem se apresentasse sob falta de condições. Doravante 1979, ano de formação do bairro, até os dias de hoje, consolidou-se, sendo o maior da cidade onde se caracteriza um aspecto rural no que tange às formas de trabalho e condições de vida. Os modos de vida característicos dos moradores desse lugar são os cernes deste estudo. Pautei-me nas trajetórias de diversos moradores, pioneiros do bairro para conjecturar, com base em entrevistas, os vários caminhos que percorreram até aquietarem-se no bairro Sagrada Família. Neste percurso vão surgindo razões e as circunstâncias pelas quais os fizeram transitar sob variadas proporções. Além do viver no bairro, nesta dissertação, aponto formações coletivas pensadas e concretizadas pelos moradores como saídas e busca por direitos – à cidade e -, dentro da cidade. Ações diretas como formação de postos de trabalho, exclusivos aos moradores do bairro, como olaria e porto de areia supriram uma ausência do poder público na vida deles e possibilitou um reerguimento a partir das formas de trabalho com as quais estavam acostumados anteriormente. Reivindicação de escola, espaços de lazer, pavimentação de ruas, saneamento, serviços de água e energia elétrica, posto de saúde e horta comunitária constituíram-se demandas por longo tempo, surgiram como necessidades desde o início do bairro e tornaram-se pautas de discussões após a formação da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. Com o surgimento desta, tornou-se possível a realização de muitas dessas demandas. Para perfazer esses trajetos, além de entrevistas, centralizei a discussão analisando jornais da cidade, leis municipais, decretos estaduais, legislação federal, obras de memorialistas locais, livros de tombo da Igreja Católica local e outras fontes correlatas compondo o mosaico em torno desta pesquisa.

Palavras-chave: mudanças, trabalho, moradia, reconstituição, cidade.

ABSTRACT

The neighborhood Sagrada Família São Francisco-MG is where hundred families found as conducive to recommence before various trajectories and life experiences that mistook mobility intense often forced. Formation neighborhood occurred after several people rural and neighborhoods near the São Francisco lose their dwellings occasion flood in cities shores River same name. Parallel this happening legislative changes determinants life people living provided aggregates resulted expelling families by ranchers. The fate of many families, the surroundings that have gone through such charges, it was uplifting Sagrada Família in the district, expanding it at random. Added to these factors conditioning the formation and growth of the neighborhood, the intense involvement of social work at the local Catholic Church to build houses and give them away free to those who present under failure conditions. Henceforth 1979, year training neighborhood until day today, consolidated, the largest city where characterizes one aspect rural regarding forms working and living conditions. Ways of life characteristic of the inhabitants of this place are the cores of this study. Guided me in the paths of several residents, pioneers in the neighborhood to guess, based on interviews, the various paths that have come to settle down in the district of the Sagrada Família. In this way arise the reasons and circumstances which made them move in varying proportions. In addition to living in the neighborhood, in this paper, I point collective formations designed and implemented by the residents as outputs and search for rights - and the city - within the city. Direct actions such as training jobs, exclusive to residents of the neighborhood, such as pottery and sand have supplied a port of the absence of government in their lives and enabled an uplift from the forms of work with which they were previously accustomed. Claiming school, leisure facilities, street paving, sanitation, water and electricity, health and community garden constituted demands for a long time, as needs have arisen since the beginning of the neighborhood and became guidelines for discussions after the formation of the Community Association of Residents of the District Sagrada Família. With the rise of this, it became possible to perform many of these demands. To make up these paths, as well as interviews, focus your discussion by analyzing the city's newspapers, municipal laws, decrees, state, federal, local works of memoir, books tumble of the local Catholic Church and other related sources composing the mosaic around this research.

Keywords: changes, work, housing, reconstitution, city.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		22
CAPÍTULO 1	TRAJETÓRIAS DE MORADORES DO BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA	51
	1.1. Diálogos, aproximações e experiências: “condição de classe”, limites e pressões.....	52
	1.2. A conquista da moradia: percursos para tornar-se morador da cidade.....	83
	1.3. A legitimação do lugar: lugar como produção de memória.....	99
CAPÍTULO 2	RECONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS	115
	2.1. Imprensa local e produção da história da cidade ...	115
	2.2. Atuações do poder público no bairro Sagrada Família.....	129
	2.3. Agentes religiosos, padre e igreja: as outras histórias que os jornais não publicaram.....	150
CAPÍTULO 3	MORADORES DO BAIRRO TORNAM-SE MORADORES DA CIDADE	184
	3.1. Formando a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família.....	185
	3.2. A ampliação da participação política.....	200
	3.3. Expectativas, conquistas e reconstituição.....	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS		245
FONTES		247
BIBLIOGRAFIA		255

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Localização do município de São Francisco no estado de Minas Gerais.....	22
Mapa 2	Mapa do estado de Minas Gerais com destaque para a cidade de São Francisco.....	23
Mapa 3	Mapa urbano de São Francisco.....	27
Mapa 4	Mapa urbano da cidade de São Francisco com destaque à área povoada até 1980.....	86
Mapa 5	Mapa do município de São Francisco com destaque às comunidades rurais de onde saíram parte dos entrevistados...	87
Mapa 6	Mapa do estado de Minas Gerais com destaque aos indicadores econômicos e sociais.....	168

LISTA DE IMAGENS DE DOCUMENTOS

Imagem 1	Jornal <i>SF</i> , <i>O Jornal de São Francisco</i> , de 1982.....	84
Imagem 2	Cópia de um Termo autorização de terreno.....	136
Imagem 3	Termo de doação do mesmo terreno em data posterior, 1997.....	137
Imagem 4	Jornal <i>O Barranqueiro</i> , São Francisco, 9 dez. 2006.....	236

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Fotografia aérea da cidade de São Francisco, Google earth.....	23
Fotografia 2	Casa no bairro Sagrada Família.....	30
Fotografia 3	Casa construída pela paróquia São José no bairro Sagrada Família com a homenagem ao doador da verba	31
Fotografia 4	Casa construída pela paróquia São José no bairro Sagrada Família com nome de uma instituição alemã.....	31
Fotografia 5	Casa construída pela paróquia São José no bairro Sagrada Família.....	32
Fotografia 6	Casa contígua construída pela paróquia São José no bairro Sagrada Família.....	32
Fotografia 7	Centro da cidade no período da enchente em 1979.....	60
Fotografia 8	Rua do centro da cidade no período das enchentes de 1979.....	60
Fotografia 9	Primeiro quarteirão de casas construído no bairro Sagrada Família.....	61
Fotografia 10	Conjunto de casas contíguas construído pela paróquia São José no bairro Sagrada Família.....	73
Fotografia 11	Casa construída pela COHAB no bairro Sagrada Família.....	79
Fotografia 12	Casa construída pela COHAB no bairro Sagrada Família.....	82
Fotografia 13	Vila do Papelão.....	122
Fotografia 14	Antigo prédio da ITASA no bairro Sagrada Família.....	123

Fotografia 15	Escola Municipal de ensino infantil São Judas Tadeu no bairro Sagrada Família, situada no terreno da antiga ITASA.....	124
Fotografia 16	Casa construída pela paróquia do padre Vicente com a denominação de haus seguido do nome do doador da verba para construção.....	161
Fotografia 17	Casa construída pela paróquia com a denominação da instituição alemã doadora da verba para construção.....	162
Fotografias 18 e 19	Casa construída pela paróquia modificada pelo morador.....	163
Fotografia 20	Casa construída pela paróquia por intermédio do padre Vicente no estilo “meia água” no bairro Sagrada Família.....	165
Fotografia 21	Casa do mesmo estilo, dessa vez sem reboco.....	165
Fotografia 22	Complemento de casa realizada pela paróquia.....	166
Fotografia 23	Igreja católica do bairro Sagrada Família.....	176
Fotografia 24	Relógio confeccionado para homenagear ao padre Vicente por ocasião de sua despedida da paróquia central.....	178
Fotografia 25	Casa de taipa no bairro Sagrada Família.....	188
Fotografia 26	Casa de taipa no bairro Sagrada Família.....	189
Fotografia 27	Casa de papel e lona no bairro Sagrada Família.....	189
Fotografia 28	Horta comunitária no bairro Sagrada Família.....	208
Fotografia 29	Olaria no bairro Sagrada Família.....	208

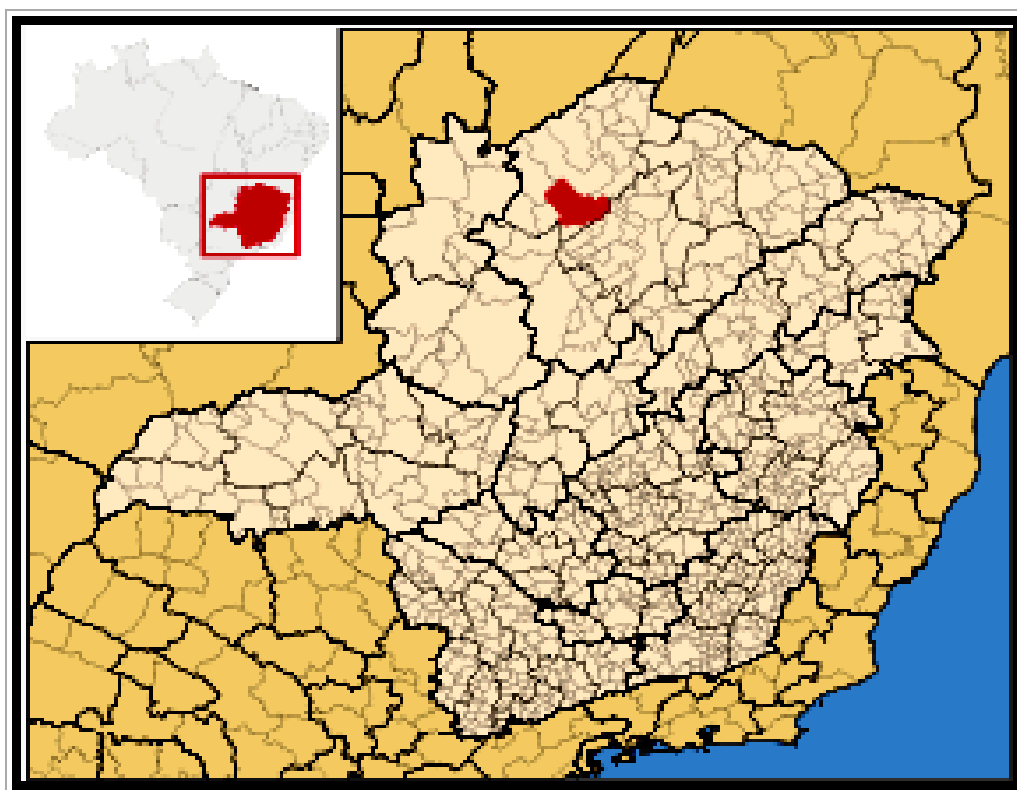
Fotografia 30	Construção e terreno pertencentes à Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família.....	230
Fotografia 31	Troféus conquistados pelo Internacional Futebol Clube.....	232
Fotografia 32	Primeira formação do Internacional Futebol Clube.....	233
Fotografia 33	Torcida do Internacional Futebol Clube.....	235
Fotografia 34	Residência do casal Raimunda Soares dos Reis e José Pereira dos Santos, primeira escola do bairro Sagrada Família.....	238
Fotografia 35	Capela escolar. Casas anexadas à igreja católica local que funcionaram como escola pública no bairro até meados de 1990....	240
Fotografia 36	Escola Estadual do bairro Sagrada Família.....	241

LISTA DE ABREVIATURAS

AABB - Associação Atlética Banco do Brasil
BNH – Banco Nacional de Habitação
CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
COHAB – Companhia de Habitação do Brasil
COPASA-MG – Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
DEM - Democratas
EEBSF – Escola Estadual do Bairro Sagrada Família
FUMAS – Fundação Municipal de Assistência Social
FUNAM – Fundação Municipal Alice Mendonça
FJP – Fundação João Pinheiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU – Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana
ITASA – Indústrias Alimentícias Itacolomy/SA
MSF – Missionários da Sagrada Família
ONG – Organização Não-Governamental
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROMORAR – Programa de Erradicação das Submoradias
PT – Partido dos Trabalhadores
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
ZEE – Zoneamento Econômico Ecológico

INTRODUÇÃO

O lugar donde centralizo as arguições nesta escrita é a cidade de São Francisco, Norte do estado de Minas Gerais, situada às margens do rio de mesmo nome. O foco da pesquisa é um bairro específico desta cidade, Sagrada Família, sendo a experiência e trajetórias dos moradores os cernes das discussões analisadas no movimento histórico de suas vidas.



Mapa 1:
Localização do município de São Francisco no Estado de Minas Gerais
Fonte: IBGE.
Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=316110>>.
Acesso em: 05 dez, 2011.



Mapa 2:

Mapa do estado de Minas Gerais com destaque para a cidade de São Francisco

Fonte: Site de divulgação da cidade de São Francisco. Disponível em: <http://www.saofranciscomg.com.br/nossacidade/dados/>. Acesso em: 07 jul, 2010.



Fotografia 1:

Vista aérea da cidade de São Francisco. Acima, o rio São Francisco.

Fonte: Google earth. Fotografia de 2006.

Disponível em: < http://www.mapas.acharei.com.br/satelite/brasil/estado/mg/cidade/sao_francisco/36935/mapa-de-sao_francisco.html >. Acesso em: 21 dez, 2011.

Assim como muitas do Norte de Minas, São Francisco é uma cidade com quase um século e meio de foros administrativos e com mais de trezentos anos de fundação, desde vila, durante a colônia, nos idos de 1700 a 1702. Porém, pouco conhecida nos confins do estado, a cidade mantém-se pequena há muito tempo em termos de população e desenvolvimento.

Sua fundação está ligada às dizimações de populações indígenas, camufladas eternamente pela historiografia e arraigada nos livros de história como “bandeiras” dos “desbravadores do sertão”. Do início do século XVIII até meados do século XIX, a vila manteve-se num marasmo. Seu nome homenageia o rio da integração nacional, desde 1877, quando foi elevada à categoria de cidade. Antes dessa data, a cidade pertencia ao município de Vila Risonha de São Romão (atualmente apenas São Romão), também cidade histórica no Norte de Minas – onde existiu a primeira Casa da Moeda no Brasil – e, para nenhuma surpresa, menos conhecida ainda. Em 1873, transferiu-se o corpo administrativo de São Romão para São Francisco, pondo fim a uma discussão que vigorava desde 1871 sobre essa possível mudança da sede administrativa do município. Nesse período, São Francisco ainda levava o nome de Pedras dos Angicos, que começou a se despontar e a servir de referência às cidades às margens do rio São Francisco. Assim, o distrito passou a ser sede e vice-versa e somente na primeira metade do século XX que São Romão recuperou os foros de cidade, dessa vez com sede própria de seu município.

Os motivos são relatados no livro do memorialista sãofranciscano, Brasileiro Braz, como de crescimento e desenvolvimento de Pedras dos Angicos, sem adentrar em pormenores¹. Mesmo por memorialistas locais, os escritos sobre São Francisco são poucos e neófitos. A primeira obra sobre a “história” da cidade é de 1977, escrita por um memorialista e político, na ocasião presidente da Casa Legislativa. A obra *São Francisco nos Caminhos da História*, de Brasileiro Braz, é um relato, semelhante a uma autobiografia, com escritos sobre a política da cidade com base no que o autor viu e muitos relatos com base no que ouvira dizer. Esta obra foi financiada pela prefeitura local e sua publicação oportuna, sendo escrita

¹ BRAZ, Brasileiro. **São Francisco nos caminhos da história**. Belo Horizonte: Lemi, 1977. Na ocasião o autor exercia a função de vereador e presidente da Câmara. A própria publicação do livro contou com subvenção da prefeitura municipal pela Lei nº. 624/77: “Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a contribuir até a importância de Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros) para despesas com viagens, pesquisas, fotografias, clichês e correlatas a fim de que possa o historiador Brasileiro Braz concluir os estudos da história de São Francisco, a ser publicada por ocasião do próximo centenário da cidade”. Publicado no Jornal **SF, O Jornal de São Francisco**. São Francisco-MG, ano XVI, n. 817, 7 abr. 1977. p. 3. Algumas obras literárias ajudam a compor um pouco do panorama da cidade até os anos de 1930 como: BRAZ, Petrônio. **Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antonio Dó**. São Paulo: Mundo Jurídico, 2006; BOTELHO NETO, João. **Jornal de Ontem**. São Francisco MG: Edição do autor, 2005.

por ocasião do centenário da cidade de São Francisco, em 1977. Concentra-se praticamente nos nomes e cargos de autoridades, como prefeitos, juízes, delegados, vereadores; partidos políticos e campanhas eleitorais. Sua contribuição está no fato de ser a única obra que explicita a formação política municipal, desde sua fundação como vila em 1702 até 1977, ano de sua publicação.

A história de São Francisco sob pontos de vista de historiadores continua sendo escrita, paulatinamente, pelos acadêmicos do curso de História do Campus da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. A partir de então, descortinaram-se vários baús a respeito de registros e produções, sobretudo, com a exploração do acervo disponibilizado pela ONG Preservar. Assim, pesquisas como as produzidas pelos acadêmicos, em monografias ou em dissertações de mestrado em outras universidades sobre a cidade de São Francisco, foram de suma importância para constituir o mosaico necessário de fontes para esta pesquisa.²

Para entender os posicionamentos neste texto é importante que saibam um pouco sobre as condições que o lugar se situa dentro desta cidade. O bairro Sagrada Família não foi planejado, foi se constituindo abrupta e esporadicamente, quase como um espúrio da cidade. Sua formação data de 1979, fruto de consequências de um marco “eterno” nesta região: as enchentes de 1979. Ela ainda ecoa pelas cidades ribeirinhas do rio São Francisco no Norte de Minas. Após este episódio, por meio de mutirão, através da paróquia São José, construíram-se 30 moradias em um quarteirão para abrigar parte dos desabrigados. Esta quadra foi erigida fora do perímetro urbano, no único terreno público disponível que a prefeitura dispunha, onde até então existia apenas um prédio de extensão das Indústrias Alimentícias Itacolomy – ITASA.

Pouco tempo depois as enchentes faziam novos órfãos, o que levou à construção de novos conjuntos habitacionais próximos dos erguidos pela paróquia formando a primeira quadra no bairro, dessa vez pelo Banco Nacional de Habitação – BNH. Ambas as quadras, no meio da mata, isoladas, longe de tudo. À medida que outros órfãos de enchentes iam para o local das “vilas” procurar abrigo, o poder público decidiu apenas tracejar as ruas e nominá-

² SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO Saulo Jackson de Araújo; SOUZA, Harilson Ferreira de (Orgs.). **São Francisco em perspectiva**. Montes Claros: Unimontes, 2010; LIMA, Marcela Telles Elian de. **Pelas margens do São Francisco**: a trajetória histórica e ficcional de Antonio Dó. 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006; RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Antonio Dó**: um bandido social pelas margens do São Francisco. 1910/1929. 2004. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004; VICENTIM, Fabiana Moreira. **Turismo e desenvolvimento**: a importância e função da sensibilização turística com enfoque no município de São Francisco-MG. 2006. 123 f. Monografia (Bacharelado em Turismo) – Curso de Turismo, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rosana, 2006.

las, porém sem realizar serviços públicos. Primeiramente, as ruas pareciam estáticas, mas o lugar significou a saída para diferentes e diversos personagens. Os anos foram se passando e as duas quadras, formando um aglomerado de paisagem rural, mas com denominações urbanas, tornaram-se o maior bairro da cidade. Hoje, existem cerca de 10 mil habitantes num universo de 35 mil que vivem em todo o aglomerado perimetral de São Francisco.³ Baseando-me num posicionamento no presente, embora o foco da escrita seja firmado sobre a experiência de seus primeiros moradores, faço uma descrição de como é viver neste bairro nos dias de hoje e narro, doravante, algumas de suas características.

Creio que seja – se não necessário – ao menos honroso, mapear o bairro e as possibilidades oferecidas. Esta estrutura, ou a falta dela, quiçá, pode evidenciar maiores entendimentos da vida dos moradores. O bairro não é totalmente anexado à cidade, fica a cerca de dois quilômetros de distância do último bairro, Bandeirante, e entre eles, até pouco tempo, havia apenas uma mata erma, como se vê no mapa abaixo:

³ Atualmente todo o município de São Francisco possui 54.898 habitantes, de acordo com o IBGE. No perímetro urbano, cerca de 35 mil e, no bairro Sagrada Família, a população gira em torno de 10.000 moradores.



Mapa 3:
Mapa urbano de São Francisco com destaque para a área povoada até 1980.
Acima, o bairro Sagrada Família, “fora” do perímetro urbano.
Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo. São Francisco-MG.

Este mapa não possui data nem escala. É o único disponível na Secretaria de Urbanismo, sua provável elaboração é de meados da década de 1990.⁴

As opções para se locomover até o centro da cidade ou a outros bairros são quatro ruas: duas avenidas construídas em torno da cidade para escoamento do trânsito (uma chamada de Perimetral, à direita limítrofe no mapa, e a outra de Ruralminas, MG 161, no limite à esquerda no mapa, que liga as cidades de São Francisco e Januária). Essas vias são os limites do bairro, sendo a Avenida Perimetral, porém, pouco utilizada por não possuir pavimentação, às péssimas condições que sempre apresentou e à falta de iluminação.

As outras duas vias paralelas localizam-se entre as referidas avenidas, (estas não aparecem o mapa), mas elas são igualmente de terra e em péssimo estado, sobretudo em períodos de chuvas. São as mais utilizadas pelos moradores: durante o dia, é comum o vai e vem de bicicletas em direção ao centro ou de volta para o bairro, haja vista o elevado número de habitantes do bairro Sagrada Família e também moradores de outros bairros visitarem parentes, amigos ou manterem outros vínculos com pessoas desse local.

Até meados da década de 2000, transitar até o centro da cidade ou a outros bairros durante a noite era uma *odisséia* porque a paisagem de matas entre os bairros Bandeirante e Sagrada Família era utilizada para práticas de ilicitudes: assaltos e outros crimes. Somente após a instalação de energia elétrica e postes de iluminação numa dessas vias – início da década de 2000 – foi que se modificou aquela realidade com a construção de muitas residências no local, tornando-se um bairro da cidade (Funcionários).

No interior do bairro Sagrada Família existem algumas edificações, empreendimentos públicos e privados, como um galpão em desuso da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG, por muito tempo útil apenas para a polícia apreender caminhões e cargas irregulares, sobretudo de carvão vegetal. Recentemente, parte desse armazém estava sendo utilizada por uma fábrica de café da cidade. Próxima ao galpão há uma empresa de biodiesel, BIOBRAX Ltda., à base do fruto típico da região, mamona, entretanto, seu funcionamento se dá durante um curto período do ano, de acordo com o ciclo da matéria-prima. Existe uma escola municipal de ensinos infantil e fundamental, que foi instalada no antigo prédio da Indústria Alimentícia Itacolomy/SA, ITASA, que vigorou na cidade de 1977 até meados da década de 1990, subvencionada à Nestlé desde a

⁴ Em relação aos mapas de São Francisco utilizados nesta dissertação encontrei muitas dificuldades, uma vez que a cidade não dispõe de um atualizado. Os outros mapas utilizados no corpo do texto, no primeiro capítulo, foram alterados por mim juntamente com o geógrafo Alexandro Rodrigues Barbosa. As referências como data e escala não foi possível elaborá-las, porque seria necessária a planta original e nenhum arquivo possui.

década de 1980.⁵ Duas construções públicas recentes, uma quadra poliesportiva e uma creche municipal – ambas inauguradas no início de 2008 –, são as novas aquisições do bairro (apesar de a quadra ter caído durante as chuvas de novembro de 2011); a quadra passou a ser o único local de lazer público após a destruição dos campos de várzea onde os jovens jogavam futebol. Há também uma sede campestre da AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil) frequentada por maioria de outros bairros, já que o acesso é restrito aos sócios. À frente da AABB, encontra-se o matadouro da cidade.

Próxima à quadra poliesportiva está situada a igreja católica. Anexado à igreja, existe um conjunto de dez casas, construídas pela paróquia, onde funcionavam as primeiras salas de aula do bairro até o final dos anos 1990. Atualmente, elas são utilizadas por grupos de jovens, de orações, pastorais e outros projetos da igreja católica local. No mesmo quarteirão da igreja, está uma pequena extensão da Agência dos Correios onde apenas os serviços de postagem de cartas funcionam.⁶ Ao lado, encontra-se o posto de saúde e existe ainda o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social. A Escola Estadual do Bairro Sagrada Família, de ensinos primário, fundamental e médio, existe no bairro desde 1997.

Uma descrição física do bairro ajuda a compor um pouco sobre os processos que me levaram a pesquisá-lo. As casas são quase todas parecidas umas com as outras, já que a maioria foi construída pela paróquia São José para pessoas pobres. Antes de ingressar na vida acadêmica já sabia que havia proximidades entre os moradores e experiências comuns, pelo menos no quesito moradias. Qualquer observador, externo ou interno, numa rápida andança pelo bairro, nota uma semelhança entre elas. As casas sem reboco, com tijolos e telhas artesanais produzidos nos arredores do bairro por trabalhadores de olarias, as janelas de madeira. Quando há muros, são de tijolos, também de maioria sem reboco; o portão, normalmente, feito pelos próprios moradores como forma de cancelas ou de ferro improvisados, a cerca de arame farpado pregados a postes de madeiras. Em algumas, é costumeiro observar os montes de lenha retirados na mata, o burro amarrado à cerca e a carroça à frente da casa.

⁵ Em 1983, a Nestlé chegou ao norte de Minas Gerais através da aquisição do controle acionário das Indústrias Alimentícias Itacolomy – ITASA. Fonte: OLIVEIRA, José Wilson de. **A participação da Nestlé no desenvolvimento sócio-econômico do Norte de Minas**. (Monografia). Montes Claros: Unimontes, 1997. p. 33.

⁶ Esta pequena extensão dos Correios foi conseguida através da Associação dos Moradores do bairro, assunto a ser debatido no terceiro capítulo.



Fotografia 2:
Fotografia de uma residência do bairro Sagrada Família.
São Francisco, 2011.
Foto e acervo do autor.

Na fotografia, nota-se a carroça, o burro, o recipiente onde se serve água ao animal, à esquerda os montes de madeira e lenha transportados pela carroça.

No que tange às residências, surgiram as primeiras inquietações sobre este bairro. A curiosidade era descobrir o significado de algumas casas levarem a denominação “HAUS” em suas fachadas. De acordo com a convivência, descobri posteriormente se tratarem de residências construídas pela paróquia São José, através do padre alemão Vicente Euteneuer, pároco na cidade desde a década de 1970 e doadas a famílias carentes. Essas casas são sempre do mesmo modelo, cinco cômodos: uma sala, três quartos e uma cozinha que é menor do que os quartos. Na frente dessas casas, inúmeras espalhadas pelo bairro, a palavra HAUS é seguida de um nome. Por exemplo: “HAUS Maria”, “HAUS Benjamin”, “HAUS Willi”, “HAUS Hildegart”, “HAUS Geschwister”, etc., sempre nomes alemães. Elas possuem o mesmo traçado, a mesma divisão do terreno, os tijolos, as telhas e as madeiras também são da mesma origem. Haus significa “casa” na língua alemã. O nome posterior é uma espécie de homenagem ao doador da quantia para a construção da casa. Existem “milhares” desse tipo de residência pelo bairro, os detalhes dessas construções estão descritos no segundo capítulo. Devido o idealizador de construção das casas ser de origem alemã e os doadores das verbas também, há a homenagem do cidadão ou da instituição doadora da verba com se vê nas fotos abaixo:



Fotografia 3:
Fotografia de residência no bairro Sagrada Família, com a família beneficiada com a moradia (apenas os filhos).
São Francisco – MG, meados de 2000.
Acervo do Professor Alair José Mendes⁷.



Fotografia 4:
Fotografia de residência no bairro Sagrada Família com o nome da instituição alemã doadora da verba para
construção da moradia.
São Francisco – MG, meados de 2000.
Acervo do Professor Alair José Mendes.

⁷ Todas as fotografias utilizadas ao longo da dissertação com a identificação atribuída a Alair José Mendes foram retiradas de uma apresentação de *slides* elaborada pelo mesmo durante uma homenagem prestada ao padre Vicente pelos trabalhos prestados a São Francisco. Consegui todo o conteúdo de fotografias elaborado pelo autor que, por sua vez, foi obtido através da casa paroquial da Matriz São José.



Fotografia 5:
Fotografia de residência e da a família recebedora da construção no bairro Sagrada Família
com o nome do cidadão alemão doador da verba para a construção.
São Francisco – MG, meados de 2000.
Acervo do Professor Alair José Mendes.

Há outro modelo dessas residências, uma casa conjugada, uma construção com seis cômodos, porém dividida ao meio e habitada por duas famílias, como a da fotografia abaixo, onde há as duas famílias beneficiárias com a residência:



Fotografia 6:
Fotografia de residência construída pela paróquia São José por intermédio do padre alemão Vicente Euteneuer
no bairro Sagrada Família e doadas a famílias carentes.
São Francisco – MG, meados de 2000.
Acervo do Professor Alair José Mendes.

Na fotografia acima, percebem-se duas famílias à frente da casa. Essa residência é conjugada, há uma divisão ao meio dela (das duas janelas frontais, cada uma fica no lado de cada família; as portas de entrada são do lado da residência). Outras residências também são peculiares, construídas no estilo *meia água*, somente três cômodos de uma casa, sem a outra metade. Há também muitas residências populares construídas pelo governo estadual e pelo governo municipal no bairro, outro fator que chamou minha atenção assim que passei a viver nele. Em outros bairros da cidade, raramente notam-se construções habitacionais populares cedidas pelos governos, por isso instigou-me a questionar as frequentes doações de habitações no bairro em questão. As ruas do bairro, em sua maioria, levam nomes de padres ou freis católicos, porque sua formação está ligada a missionários católicos vinculados à Congregação dos Missionários da Sagrada Família. Os desafios em tentar buscar esclarecimentos a respeito das casas construídas pela paróquia local para pessoas ditas carentes e concessões rotineiras de conjuntos habitacionais no bairro (o que explica a semelhança estética e física das moradias) e as práticas de trabalho alimentaram a problemática desta pesquisa.

Ao longo do ano, percebem-se também particularidades nesse local. O bairro é um dos principais pólos de saídas anuais de trabalhadores para diferentes regiões do país. Tão logo se inicia o mês de janeiro, os ônibus originários de grandes fazendas do estado de Goiás e região Noroeste de Minas Gerais, sumamente das cidades de Unaí e Paracatu, aportam no bairro recrutando trabalhadores, cuja seleção é feita previamente, mediante contato com um representante dos empreendedores no bairro. Centenas de maridos vão para o trabalho temporário nas lavouras, o trabalho sazonal. As esposas – ou melhor, as viúvas de plantio e de colheita – ficam no bairro esperando remessas de dinheiro que os maridos enviam. (muitas vezes vai o casal e também famílias inteiras com filhos maiores de idade). O período de cada temporada perdura por três ou até cinco meses ininterruptos nas fazendas do agronegócio. Esses trabalhadores retornam frequentemente nos meses de abril ou maio, pagam as contas que adquiriram antes de viajarem e vivem com o que conseguiram pelos próximos meses. Geralmente, nos meses de agosto, setembro ou outubro, novamente os mesmos trabalhadores são recrutados para fazerem a limpeza e o cultivo da lavoura. Nos meses em que ficam no bairro é o período que a terra lá fora está descansando para novamente o ciclo se iniciar no próximo ano e, assim, ciclicamente se constituem na única forma de emprego – temporário – para esses trabalhadores, mas representa a única coisa certa ao longo do ano. Geralmente, muitas famílias no bairro vivem desse tipo de trabalho (sazonal) que dura sete meses no ano. Nos outros cinco “eles se viram como podem”, fazendo bicos, trocando mercadorias ou algum

tipo de cultivo para subsistência em terrenos arrendados, já que o período de plantio dessa região é diferente do da região para onde vão.

É uma realidade a qual eu mesmo presencio e, por mais que não a sinta na pele, posso relatar, já que meu pai faz parte desse ciclo de trabalhadores desde que nos mudamos para a cidade em meados de 1996. Esta realidade não faz parte apenas de pais de família, mas também, e principalmente, de jovens que, tão logo completam a maioridade, abandonam a escola, retiram a Carteira de Trabalho e vão para essas fazendas de grandes lavouras, as chamadas “firmas”. Esta prática serve para ajudar na manutenção da família ou mesmo para ser seu único sustento. Uma realidade vivenciada pela maioria de meus amigos – presenciei muitos abandonarem os estudos na juventude por terem que viajar à procura de maiores ganhos, mesmo sendo temporários.

As consequências interferem na vida social e impedimento de lazer por causa da necessidade de muitos terem que viajar para trabalharem. Um exemplo: quando jogava futebol pelo time do bairro, Internacional, nosso time realizava boa campanha até a primeira fase do campeonato municipal; na medida em que o torneio se encaminhava para a fase final, nos meses de setembro e outubro, a maioria de meus companheiros de time, moradores do bairro, viajava para as firmas e retornava ao fim do ano, decretando praticamente o fim da equipe no campeonato por falta de competitividade. É uma realidade presente até os dias de hoje no bairro e evidencia uma realidade daquilo que é viver nele, ou melhor, daqueles que vivem no bairro, em outros pela cidade e tantos lugares pelo Brasil. Este é o Sagrada Família, de tudo há nesse bairro, para cada pouquinho um emaranhado de histórias.

“O historiador reflete o tempo em que vive, ainda que nem sempre se dê conta disso”⁸: descrever minha relação com o tema e os passos que me levaram a apresentá-lo à dissertação é importante neste epílogo, pois as páginas posteriores resultam de um processo de desenvolvimento de questões, de um exercício de investigação para além das impressões e subjetivismos decorrentes do fato de eu ser morador deste bairro desde a adolescência, o que me levou muitas vezes julgar a conhecê-lo. Esse fator às vezes me dificultava sair desse pressuposto e levantar outras questões; ao mesmo tempo e antes de tudo, é uma relação de pertença, de vivência diária, com circunstâncias que em determinados pontos contribuem, como, por exemplo, em termos de pesquisa, fontes, entrevistas, descrição. Falar do que é sabido por ver, conviver, morar, trabalhar, enfim. Presenciar e viver as dificuldades que o local apresenta para mim, familiares e amigos sempre favoreceu sentimentos ou *juízo de valor*

⁸ FONTANA, Josep. **História**: análise do passado e projeto social. Bauru- SP: EDUSC, 1998. p. 268.

em relação ao bairro, sentimentos de pertença ou de repúdio, diante de dificuldades vivenciadas.

Meu ponto de vista é interno, relaciono-me com amigos e conhecidos. Minha afinidade com o local de pesquisa é vivida e presenciada cotidianamente. É uma relação prática ao presenciar os percalços – como os estruturais que competem ao poder público, no descaso com as ruas de terra, abandonadas, entregues aos buracos e às dunas de poeira constantemente causando problemas de saúde. Essas dificuldades internas que envolvem os moradores não são alheias, estas páginas também são sobre mim. Estou envolto aos problemas diários neste espaço.

O cerne da pesquisa não é em torno da estrutura física das moradias ou do bairro, e sim envolta aos moradores, habitantes dessas diferentes moradias. No campo das inquietações e motivos que me levaram primeiramente a pesquisar o local, estão as constantes relações dos moradores com o meio rural: o trabalho de cultivo de lavouras para subsistência, o constante vai e vem de trabalhadores com ferramentas nos ombros a passar pelas ruas, com enxada, machado, enxadão, foice e outros instrumentos. De início, tratei essas relações como “normalidade”, sendo que meu pai mantinha tais práticas e ferramentas em casa. Estava acostumado a lidar com este cotidiano desde criança: antes, morávamos no meio rural e mudamos para a cidade no final de minha infância, e meus pais, desde que nasceram até os idos de seus trinta anos de idade, moraram no meio rural. Quer sejam em terrenos nas proximidades do bairro, ou nos arredores do rio, os moradores desse bairro se aproximam muito no que tange às formas de trabalho. O número de carroceiros, fabricantes de tijolos e criadores de animais é extenso. Esses fatores não me possibilitam generalizar ao ponto de que todos sejam iguais e possuam a mesma trajetória, mas são experiências de vida que estão interligadas umas às outras e foram os primeiros fatores que insurgiram em minhas pesquisas, atreladas à distância desse bairro em relação a outros bairros da cidade.

A partir do amadurecimento e ingresso na universidade, me inquietei por não ser apenas meu pai que mantinha tais práticas de trabalho no campo e quase nenhuma “relação” com a cidade, mas, sim, a maioria dos moradores do bairro Sagrada Família que já moravam nele desde o início de 1980. À medida que amadurecia meus questionamentos, já na universidade, passei a me interessar em buscar a origem dos moradores desse bairro e os aspectos da formação do local para tentar compreender essas relações, marcadas pela ruralidade do bairro, apesar de ele está dentro de um perímetro urbano. Durante a graduação participei do projeto de Iniciação Científica, denominado *Brasil Afro Atitude*, uma parceria da

UNESCO, Governo Federal e algumas universidades públicas cujo objetivo era voltado para alunos *afrodescendentes* de universidades públicas, concedendo bolsas para pesquisas nas áreas de *DST/AIDS*, *Racismo* e *Vulnerabilidade Social*. Naquela ocasião, 2006 a 2007, meu projeto consistiu num enfoque ao bairro Sagrada Família discutindo os aspectos corroborantes de uma *vulnerabilidade social* presente na vida dos moradores. Seguindo com a experiência, estendi as abordagens para o Trabalho de Conclusão de Curso, buscando a formação do bairro e os caminhos de moradores, tidos como pioneiros do local até a chegada ao bairro.⁹

O que há de tão interessante neste bairro? Até agora as descrições físicas não compreendem todo o emaranhado que procuro problematizar. Quando o vejo como um bairro qualquer, similar a tantos outros, confesso que já pensei abandonar o tema em outras ocasiões. Às vezes fico pensando: é só um bairro como outro qualquer, com os problemas de todos os bairros de cidades e de fato há razões que me levam a pensar isso. Quando saio pelas ruas, vejo os jovens como todos os jovens de outras cidades. Contudo, quando olho para a estrutura física que nos remete de imediato ao estado de luta diária das pessoas, dissuado-me, volto a observá-lo com o olhar de um historiador e continuo a acreditar que valha a pena retornar às fontes e escrever. O maior desafio é escolher as palavras corretas, expô-las da maneira condizente à realidade, como minhas evidências e entrevistas transparecem sobre as particularidades do local. Observando-o detalhadamente penso nas pioneiras deste lugar, com tantas semelhanças em histórias que se cruzam, mas que às vezes não se conhecem ou desconhecem a história do outro que se identifica com a sua própria. Diversas experiências e trajetórias de vidas evidenciadas nos modos de viver e trabalhar são fatores que ainda abastecem o desejo de continuar.

Então ensejo com outras descrições movimentar peças do mosaico desta pesquisa. Contrastando com o sol, há sempre poeira e matas pelas ruas. Misturadas nesse cenário, estão crianças brincando e animais pastando. Vejo as carroças, cavalos, cachorros, galinhas, bicicletas, crianças descalças, homens com carrinho de lenha, o evangélico com a bíblia nas mãos, o senhor de enxada nos ombros, ou foice, enxadão, machado; o pedreiro com o material de trabalho – seja na garupa da bicicleta ou nas mãos, ou no carrinho de mão –; o trabalhador guiando os animais e ao mesmo tempo com uma rede de pesca nas mãos e uma criança de

⁹ Dentre os objetivos do projeto, incluía a publicação de artigo final acerca da pesquisa, desenvolvido por mim sob a orientação do professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Roberto Mendes Ramos Pereira: SILVA, Valmiro Ferreira. Cidadania e inclusão social. In: GOMES, José Paulo Ferreira (Org.). **Negros sim, por que não?** Projeto Brasil Afroatitude. Montes Claros: Unimontes, 2008. p. 39-56. Ver também: SILVA, Valmiro Ferreira. **Uma enchente, uma história, um povo: a formação do bairro Sagrada Família em São Francisco-MG.** 2008. 86 f. Monografia (Graduação em História)– Curso de História, Universidade Estadual de Montes Claros, São Francisco, 2008.

colo; as casas todas parecidas umas com as outras... E vejo tudo isso num mesmo local, na mesma rua, as pessoas se cruzando, se encontrando e desencontrando, com tantas relações em comum. Mesmo que não saibam umas das outras, mesmo que não vejam. A luta, a dificuldade de viver num lugar com poeira vinte e quatro horas por dia, devido ao estado calamitoso das ruas, o trabalho no campo, seja plantando, limpando, colhendo – indo para as firmas em outras regiões do estado e do país – seja orando para as coisas melhorarem, seja nas filas da casa paroquial da igreja pedindo ao padre ajuda para comprar arroz, feijão, pagar contas de energia, água e outros. Em meio a tudo isso, reportando à trajetória desses diferentes moradores, é possível chegar a um denominador comum: devido a situações muito semelhantes, este local se tornou um *Nilo* em suas vidas.

Uma breve descrição de meu dia-a-dia escrevendo esta dissertação ajuda a compor um pouco do que este bairro apresenta de modo, especificamente, heterogêneo. Apenas um dia neste ambiente já seria necessário julgá-lo possuir diversos elementos a serem pesquisados, como de fato atentei-me a pesquisá-lo, dentre outros, por esta diversidade. Estou interagindo e experienciando a todo momento – a cada palavra e frase desta escrita – com meus pares que, de quando em quando, se tornam meus algozes. Do outro lado da parede de meu quarto (onde tento concentrar nesta escrita), que se limita com os quintais dos vizinhos, compartilho com eles – involuntariamente – os sons de diferentes ritmos musicais que podem ser evidências importantes das culturas desses moradores. Os ritmos do *tecnobrega* de um vizinho, o *funk* de outro contrastam com o *axé music*, *pancadão*, *sertanejo*, *forró*, *pagode*, *samba*, *brega*, *pop sertanejo* e *gospel* espalhados por todo quarteirão – às vezes ligados ao mesmo tempo – cada qual nos volumes atordoantes numa tentativa de afirmação de seu ritmo. Resta-me incorporar e compartilhar essa experiência e entendê-la como a cultura da qual estamos envoltos, seja consciente ou inconscientemente. Essas experiências heterogêneas têm muito a dizer sobre os moradores que compõem este universo chamado bairro Sagrada Família, nossa “cultura de cada dia”.

Outro exemplo em relação aos modos de trabalho condiz sobre a forma de ganho de vida da maioria desses moradores. Meu vizinho do fundo exerce diversas atividades – todas para compor e não apenas complementar a renda: ele é lenhador, trabalhador sazonal, carroceiro e criador de porcos. Diariamente, uma de suas ferramentas de trabalho é o motor-serra que faz um barulho ensurdecedor. O trabalho com esta máquina é praticado em sua casa – que se limita com a parede de meu quarto – a partir das sete horas da manhã, às vezes durante cinco dias por semana ou enquanto durar o estoque de lenha, que se estende pela tarde

ou raramente fica apenas pela manhã. Eu, cá do outro lado do muro, a poucos metros de sua casa, debruçado sobre livros enfadonhos e fontes inesgotáveis, tenho que “incorporar” esta “experiência” e continuar meu trabalho, que por ora consiste nos estudos e escrita extraindo das fontes evidências ocultas encarando a teoria.

Poderia dizer que meu vizinho me atrapalha – como de fato acontece. Mas ele depende do motor-serra para sobreviver e sustentar a família. O trabalho dele é recolher lenha nas matas próximas, serrá-las em sua casa, colocá-las na carroça e vendê-las para moradores do bairro (éramos seus clientes quando mantínhamos fogão e forno à lenha em nossa casa). Contudo, entendendo por outro lado, meu vizinho não me atrapalha, estamos apenas separados por relações de trabalhos diferentes. Meu ofício no momento é debruçar-me sobre pilhas de fontes, livros e hipnotizar-me diante do computador enquanto mantenho o *status* de bolsista CNPq para realizar esta pesquisa. Sobre as condições que escrevo esta dissertação meu vizinho não é sabedor disso, mas meus professores esperam de todas as formas os resultados desta escrita.

Isso pode ser um exemplo real e concreto do que se evidencia uma série de particularidades e relações em comum vivenciadas neste bairro que ao mesmo tempo aproxima e distancia os moradores uns dos outros. Um exemplo ou um caso isolado não basta. Não seriam suficientes também para convencer aos outros, pois isso pode ser observado em tantos lugares pelo Brasil. Entretanto, isto não é uma teoria. Tampouco trabalho de campo. Pudera eu ter o conforto de tantos historiadores afora, realizar uma pesquisa com “trabalho de campo”. Desfrutar do conforto de uma escrivaninha num lugar ambientado “intelectualmente”, silenciado e, quando surgir uma dúvida, levantar, “sair a campo” e saciar minha sede de saber com algum entrevistado ou outra fonte. O trabalho de campo seria cômodo. Bastaria descrever como é a vida do entrevistado e voltar para o lar, distanciar-me dos problemas dos entrevistados e do local da pesquisa. Para um pesquisador externo bastaria descrever o local e mencionar que alguém trabalha com motor-serra em uma casa, descrevendo esses “modos” de trabalhar e pronto, sem mencionar, por exemplo, a situação dos vizinhos que lidam com isso diariamente! Não. Em meu caso não preciso “ir a campo” para ver, pois estou dentro de meu problema, faço parte das evidências e experiências, às vezes incômodas.

Ao mesmo tempo em que falo de outras vidas, estou falando de processos vividos, semelhantes aos processos de trabalho de meus pais, amigos, vizinhos e conhecidos. Os problemas dos entrevistados ora são compartilhados e presenciados por mim. Meu caminho se

faz de forma inversa. Caso eu queira um local silencioso e longe dos problemas das pessoas e do local que estou escrevendo tenho que andar quatro quilômetros até a biblioteca municipal, em outro bairro, por uma estrada de terra poeirenta.¹⁰ Embora pareça, não encaro como um fardo. São as relações com as quais estamos sujeitos a nos deparar cotidianamente, diferenciados pelas escolhas e profissões que seguimos.

Tomo aqui as reflexões de Yara Khoury para pensar como esta história pode ser entendida como um processo de disputas entre forças sociais. Esta força, no entender da autora, envolve valores, sentimentos e interesses: “nossas atenções se voltam para modos como os processos sociais criam significações e como essas interferem na própria história”.¹¹

No que tange ao contorno físico e humano que compõem este universo do bairro em questão, as particularidades não se restringem a atos sofríveis. Existem envergaduras que situam este lugar como “único”, onde tem a “cultura mais rica da cidade”. Aos domingos frequentemente os moradores organizam eventos, como *corrida de argolinha*¹², disputadas por peões montados a cavalos, geralmente organizados como recreações beneficentes. Os moradores promovem pequenos rodeios nas ruas do bairro. Monta-se uma pequena arena no meio da rua – propícia porque a maioria é de terra – e realizam o evento seguido de show com bandas locais. Bingos beneficentes ainda aglomeram centenas de pessoas por semana. Até recentemente, o bairro era pólo em realização de torneios de futebol amador nos campos de várzea que existiam. Ainda é um dos únicos bairros em que, durante o mês de junho, em quase todas as casas celebra-se o dia de São João. Os moradores, por situarem-se próximo a matas, retiram as madeiras antecipadamente e formam na frente das casas as fogueiras em homenagem ao São João. Um espetáculo que atrai moradores de outros bairros, ainda é uma tradição forte, proporcionada pelas casas que, na maior parte, possui fogão à lenha, e/ou forno onde preparam comidas típicas.

¹⁰ Buscando a experiência de estranhar essa relação familiar que tenho com o bairro, experimentei morar em outro bairro durante os primeiros meses de escrita desta dissertação.

¹¹ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004. p. 117.

¹² A corrida de argolinha acontece da seguinte forma: fincam-se duas varas de pau na terra e acima coloca-se outra, como se fosse um gol de futebol. Amarra-se um fio de metal ao centro da trave. O metal fica estendido a cerca de dois metros (a altura fica a critério de que forma será disputada, a cavalo ou de bicicleta). No final do fio de metal, inclina-se uma pequena ponta e coloca-se uma argola de metal nessa ponta. Tradicionalmente, disputam-se montados a cavalos. O cavaleiro posiciona-se a uma determinada distância (geralmente a cinquenta metros do alvo) e, ao comando do juiz, acelera com uma pequena vara de pau numa das mãos (geralmente de 30 cm) enquanto a outra segura na rédea do cavalo. A velocidade cabe ao juiz julgar se está nos conformes ou não, desde que não seja muito lento. O objetivo é retirar a argola do fio de metal com a varinha e mostrá-la ao juiz. O cavaleiro deve finalizar o percurso e frear o cavalo, permanecendo com a argola na varinha. No bairro, às vezes improvisa-se a disputa montados a bicicleta ou às vezes a pé. Tudo em nome da diversão ou da beneficência.

Quando se pensa ou se realiza eventos em outros locais da cidade, de imediato contatam-se “artistas” do bairro Sagrada Família a se apresentarem, é possível encontrar diversos para todas as datas festivas do ano: Bandas de forró, duplas caipiras, violeiros, grupo ou dançarinos de *hip hop*, ternos de folia de reis, boi de reis, grupos de São Gonçalo, grupos de teatro, grupos de capoeira, projetos sociais, grupos de quadrilhas.

Este bairro proporciona diferentes olhares e possibilidades de investigação. Desde a instalação de *campi* universitários em São Francisco, os assuntos mais discutidos em monografias são sobre ou relacionados direta ou indiretamente ao bairro Sagrada Família. Alguns versaram sobre a formação do bairro; trabalhadores sazonais; folia de Reis; trabalhos sociais; *hip hop* e *grafite*; moradores portadores da doença de Chagas; alcoolismo; terceira idade; política e religião.

Afora os trabalhos de minha autoria sobre o bairro, destaco o estudo de Fabio Fernando Ferreira Silva, componente do *Projeto Brasil Afroatitude*, onde o autor caracterizou o perfil de alunos contemplados pelo *Programa Bolsa Escola* e discutiu a intensa influência da formação do bairro e a origem das famílias que recaía no momento de destinar as famílias beneficiárias. Tal programa contribuiu, segundo análises do autor, somente para a diminuição da evasão escolar, a presença dos alunos na escola não se dava no sentido de aprendizado e sim de manter o benefício.¹³

Alexandre Rodrigues Barbosa, em seu trabalho de conclusão de curso, pesquisou os aspectos de formação do bairro, de um ponto de vista geográfico, elencando o crescimento dessa localidade, a situação de carência da população, indicadores sociais e econômicos.¹⁴ Merece destaque a discussão de Érica da Rocha Lima que buscou entender, a partir dos moradores, os trabalhos sociais de párocos da Congregação dos Missionários da Sagrada Família, especificamente, do padre alemão Vicente Euteneuer, que construiu a maioria das casas a partir de seus trabalhos sociais. Dentre outros aspectos fundantes, os moradores, entrevistados por ela, apontam o referido padre como “prefeito dos pobres”, “pai dos pobres” e até “santo”, pois, além da residência, o pároco muitas vezes doa alimentos a quem o procura. Embora existam atuações desse religioso em outras comunidades, a autora concentrou sua pesquisa somente no bairro Sagrada Família, para compreender o porquê de

¹³ SILVA, Fabio Fernando Ferreira. Reflexos do programa Bolsa Escola na vida de crianças carentes do bairro Sagrada Família. In: GOMES, José Paulo Ferreira (Org.). **Negros sim, por que não? Projeto Brasil Afroatitude**. Op. cit. p. 75-92.

¹⁴ BARBOSA, Alexandre Rodrigues. **O crescimento urbano do bairro Sagrada Família na cidade de São Francisco (MG)**. 2005. Monografia (Graduação em Geografia)–Instituto de Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2005.

muitas pessoas procurarem esse pároco numa relação direta, de modo a buscar o que não conseguem com o meio público.¹⁵

Outros estudos pontuam a influência de expressões como o *hip hop* e como a folia de reis no bairro Sagrada Família. Nesse ponto destaque, respectivamente, as discussões de Mateus Lucas Araújo e Renato Raposo. Ainda que este último não tenha delimitado o bairro como sua esfera central, abordou a importância de Ternos de Folia e imensa quantidade de foliões, violeiros e demais grupos musicais do bairro. Mateus Lucas, por sua vez, concentrou sua pesquisa exclusivamente sobre o *Grupo de Hip Hop Quatro Elementos*, composto por integrantes do bairro Sagrada Família que, além da dança, praticam artes como imitações de dançarinos, trabalham como pintores, artistas plásticos, ensinam dança a crianças do bairro Sagrada Família na residência dos integrantes ou na escola local. Buscando caracterizar a origem destas práticas tão presentes no bairro, o autor entendeu que o fato de muitos jovens terem saído da cidade, especificamente, do bairro Sagrada Família, para cidades como São Paulo e Rio de Janeiro e os contatos desses jovens com grupos dessas grandes cidades fez com que muitos, após retornarem, formassem grupos artísticos no bairro. O que favoreceu a prática da cultura do *grafite*, do *break* e outras correlatas.¹⁶

A maneira pela qual conhecemos (ou julgamos conhecer) determinada enfermidade nem sempre é suficiente para adentrarmos no universo de quem convive com a tal. A monografia de Stefany Tâmara problematiza o universo das pessoas que convivem com a doença de chagas no bairro Sagrada Família, em São Francisco, as dificuldades e a maneira como vivem esses homens e essas mulheres e é um importante ponto de partida para se pensar como vive a “outra metade das pessoas”: o cotidiano de quem carrega consigo uma “bomba relógio”, os modos de viver e lidar, ante os limites, com a vida, o dia-a-dia, num lugar desfavorável para perspectivas melhores. Tal doença decorreu, segundo a autora, de uma herança do local de origem dos moradores do bairro Sagrada Família, muitos são oriundos de comunidades rurais, ex-moradores de casas de taipa e pau-a-pique, propícias ao surgimento do inseto causador da doença de chagas, o popular *barbeiro*.¹⁷

¹⁵ LIMA, Érica da Rocha. **A importância sócio-econômica do Padre Vicente Euteneur no município de São Francisco-MG**. 2008. Monografia (Graduação em História)–Curso de História, Universidade Estadual de Montes Claros, São Francisco, 2008.

¹⁶ APARECIDO, Mateus Lucas de Araújo. **Influência contemporânea da cultura hip hop no bairro Sagrada Família**. 2008. Monografia (Graduação em História)–Curso de História, Universidade Estadual de Montes Claros, São Francisco, 2008; RAPOSO, Renato Francisco de Almeida. Folia de Reis em São Francisco. In: SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO Saulo Jackson de Araújo; SOUZA, Harilson Ferreira de (Orgs.). **São Francisco em perspectiva**. Montes Claros: Unimontes, 2010. p. 179-212.

¹⁷ QUEIROZ, Stéfany Tâmara. **Os chagásicos do bairro Sagrada Família**. 2010. Monografia (Graduação em História)–Curso de História, Universidade Estadual de Montes Claros, São Francisco, 2010.

A presença de pesquisas em âmbito dito “social” também foi pauta em estudos que discutiram o alcoolismo, a vivência de idosos, as práticas de intervenção de assistentes sociais na rotina de alunos beneficiários do *Programa Bolsa Família* do Governo Federal. Embora cada um desses estudos que se concentrou no bairro Sagrada Família tenha sua particularidade e alguns deles sejam direcionados pelo lado da assistência social, esse conjunto permite visualizar diferentes ângulos dos modos como se constitui o bairro. Tido como um dos mais carentes ou o mais carente da cidade, favorece tais práticas desses agentes, porque muitas famílias são dependentes de álcool e programas sociais dos governos.¹⁸

Em virtude desses diferentes posicionamentos e por uma dita “situação de carência”, o bairro Sagrada Família muitas vezes é alvo de práticas sociais. Esse foi o objeto de estudo de Harilson Ferreira de Souza, que discutiu as atuações políticas do prefeito Severino Gonçalves da Silva contrapondo com as práticas sociais do padre Vicente Euteneuer, ambos no bairro Sagrada Família. O autor conjectura sobre a formação política e a influência do partidário exercida na atualidade dessa cidade e como, por outro lado, as pessoas que não se sentem representadas nesse meio político convergem para o lado religioso, buscando sanar, na figura do padre e através de seus trabalhos, as carências mais urgentes em suas vidas.¹⁹

A diversidade de temas já discutidos e outros em andamento revelam os múltiplos âmbitos, políticos e sociais que possibilitam uma gama de questões envolvendo os moradores do bairro Sagrada Família. As condições e circunstâncias de formação do bairro provocaram a produção de memórias, pois, nos relatos produzidos com as entrevistas sobre o que é viver ali, local representava um lugar de recomeço e de luta por parte dos que passaram por experiências como correr de enchentes ou de fazendeiros. Os capítulos desta dissertação compõem-se, entre outros materiais, sumamente a partir da realização de entrevistas²⁰.

Para alguns entrevistados, pareceu prazeroso compartilhar um pouco de experiência com o historiador. Diziam se sentir felizes em participar de um trabalho que

¹⁸ OLIVEIRA, Maria da Conceição Gomes de. **O álcool e sua repercussão sobre a vida da mulher, uma alcoolista silenciosa**: uma abordagem no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG. 2009. Monografia (Bacharelado em Serviço Social)–Curso de Serviço Social, Universidade Presidente Antonio Carlos, São Francisco, 2009; PEREIRA, Adnalva Francisca. **Idosos contemporâneos no bairro Sagrada Família**. 2011. Monografia em andamento (Bacharelado em Serviço Social)–Curso de Serviço Social, Universidade Norte do Paraná, 2011; AGUIAR, Adão Pedro Batista; SOUZA, Antônio Henrique Alves de. **A intervenção do Assistente Social mediante aos beneficiários do programa Bolsa Escola no bairro Sagrada Família no município de São Francisco** – MG. São Francisco: Fundação Presidente Antonio Carlos, 2008.

¹⁹ SOUZA, Harilson Ferreira de. Mandonismo local e pessoa política na dinâmica do desenvolvimento social: o caso de São Francisco – MG (1977-1988). In: SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO Saulo Jackson de Araújo; SOUZA, Harilson Ferreira de (Orgs.). **São Francisco em perspectiva**. Op. cit. p. 109-142.

²⁰ Os trechos e entrevistados estão descritos em seus respectivos assuntos onde são inseridos. Nesta parte pontuo o percurso e contato com os entrevistados. Este prólogo é importante para compreender os diálogos surgidos entre mim e eles ao longo dos capítulos.

falasse sobre a “história do bairro” ou a “história deles”. De acordo com as perguntas ou com o desenrolar da conversa, eles contaram com paciência o movimento da família. Apesar de narrativas que evidenciavam sofrimento, vangloriaram-se por terem superado períodos difíceis. Fui trilhado por gestos, risos e nomes, pude perceber que eles tentavam envolver-me em suas narrativas, porque, de fato, em alguns episódios evidenciados, percebi que meus familiares já haviam passado por conjunturas similares.

Como salienta Regina Vasconcelos, “há modos de viver, modos de falar sobre o viver, modos de registrar esse falar que contribuem para atar e desatar nós de memórias de que as culturas se compõem”.²¹ A história oral não proporciona apenas inferirmos informações com as próprias pessoas. Por tratar exatamente de relações, podemos encontrar os respectivos entrevistados em diversas circunstâncias. Esta é uma particularidade com que me deparo diariamente ao andar pelas ruas do bairro. Revejo constantemente as pessoas que aceitaram de bom grado conversar comigo. Cumprimentamo-nos com satisfação e seguimos lutando dia-a-dia. São detalhes que vão além da relação profissional e acadêmica ao pegar o gravador e bater na porta do outro. São momentos compartilhados e perceptíveis ao ouvir e ver as dificuldades de ambos, conquistas e sonhos de uma vida pela frente. De ambas as partes, emergiam passagens contagiantes e orgulhosas. Da parte dos entrevistados, ao contar suas trajetórias e saberem que tais informações e histórias seriam utilizadas para escrever meu trabalho. De minha parte, no ato de ouvir detalhes antes ocultos e vividos por eles em períodos difíceis. Ao longo das entrevistas procurei não guiá-los por simples perguntas, tentei – mesmo que às vezes com dificuldade – desenvolver uma conversa. Em meio a algumas narrativas, um pouco de minha vivência e relações no local também foram aparecendo.

Aproximei-me dos entrevistados quase sempre já sabendo os nomes deles através de amigos ou de outras pessoas. Ao longo de cada conversa, independentemente de eu ter conversado com a pessoa ou não, procurei compartilhar com eles as necessidades e experiências vividas nesse cotidiano. Em meio a tantas, apareciam histórias que se cruzavam com suas histórias. Notei que o primeiro contato, ao chamar a pessoa pelo nome, pode abrir maiores possibilidades de ela ficar à vontade.

De certa forma, levando em consideração os prós e contras, por ser morador do mesmo local que pesquiso, posso considerar que, ante alguns detalhes, a esse respeito estou

²¹ VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. Cultura e memória: notas sobre a construção da lógica na pesquisa audiovisual de história oral. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho D'água, 2006. p. 219.

numa posição cômoda. Ao realizar as entrevistas com os primeiros moradores, muitas vezes encontrava alguém que já havia cooperado para a escrita de outros trabalhos, como, por exemplo, para a escrita de monografia de graduação. Senti-me na obrigação de mostrar o trabalho pronto que eles ajudaram a construir. Apresentei minha monografia aos entrevistados. A maioria não sabe ler, mas, mesmo assim, queria apalpar e folhear o trabalho. Então, lia para eles as partes em que apareciam seus nomes e narrativas transcritas. Eles diziam “fazer parte da história, agora”. Quando viam fotos de casas expostas nas páginas, identificavam tais residências, onde se localizam, a quem pertence. O contentamento e a satisfação transpareciam quando ouviam suas narrativas, seus nomes ou nomes de conhecidos nas páginas.

É um retorno simbólico divulgar os resultados de longas conversas e interrogações para os entrevistados, pois eles se constituem a essência do que praticamos como história oral. São momentos como esses que nos fazem acreditar valer à pena continuar e passar por tantos martírios e intempéries para seguir em frente com os estudos e pesquisas. Alessandro Portelli já apontava que a primeira coisa que torna a história oral diferente é que ela conta-nos não apenas o que o povo fez ou o que queria fazer, apontando suas perspectivas sobre um lugar ou sobre um momento político, o que acreditava estar fazendo e o que pensa ter feito, ao mesmo tempo em que propicia a escrita da história das classes não hegemônicas.²²

Contudo, tentando realizar entrevistas, percorrendo o bairro, apresentando-me e esclarecendo os pontos a abordar, propondo uma conversa, certas pessoas aparentaram desconfiança, e, nessa trajetória, “nãos” foram constantes. Por mais que esclarecesse os objetivos, citando nome de pessoas que são seus amigos e dizendo querer apenas “cinco minutos” de atenção, elas titubeavam e recusavam-se a falar comigo. Para facilitar o contato, utilizei do artefato de ser morador do bairro que pesquiso e ter sido professor do ensino fundamental na escola local, e mesmo assim alguns “nãos” foram inevitáveis. Determinadas pessoas diziam temer passar informações sobre a vida para “alguém estranho”.²³ Lembrando do que sinaliza Portelli, “fontes orais são pessoas, não documentos e nenhuma pessoa aceita

²² PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

²³ Não tiro tais razões, os entrevistados queriam apenas se preservar, eles não são fontes estáticas a serem analisadas, pois estamos lidando com pessoas, falando sobre suas vidas. É um posicionamento no qual Portelli delineava como desafio da história oral de “encarmos a memória não só como um depósito de informações, mas de encarmos como um fato da história, um processo em andamento, para usarmos suas próprias palavras”. ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 25/26, p. 9-26, jul.-dez. 2001/ jan.-jul. 2002. p. 24.

reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros”.²⁴

Em outro estudo sobre história oral, Portelli nos adverte que parte de nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento.²⁵ Tal qual assevera Yara Aun Khoury, ao abordar que, “ao procurarmos fazer da entrevista um espaço aberto para a construção de um diálogo efetivo, esbarramos sempre em obstáculos, por vezes dificilmente perceptíveis e, por outros, causando-nos estranhamentos”.²⁶ Temos que lidar constantemente com a memória dessas pessoas que muitas vezes pautam suas palavras com base em algo que esteja acontecendo no presente.

Julgo pertinente descrever as formas de contato e sentido dos diálogos passíveis de reflexão tanto quanto as falas reproduzidas. Eles divulgavam onde e como viviam, falavam dos filhos com orgulho, projetos e perspectivas em diversos lugares pelos quais passaram. As entrevistas citadas no texto foram todas realizadas propriamente para a dissertação e se realizaram no final de 2010 e no início de 2011. Em períodos anteriores (2008), já havia realizado entrevistas para outros trabalhos que ainda proporcionaram algumas contribuições para esta escrita, pois frequentemente recorria a elas quando surgiam lacunas. Para ocasião desta escrita, conversei com 22 pessoas, consideradas primeiras moradoras do local. Destas, algumas não povoaram o bairro propriamente quando ele surgiu, estas entrevistas foram realizadas com outros propósitos, como, por exemplo, compreender a experiência em um lugar já constituído e as formas de trabalho que foram surgindo.

Às vezes, saía pelas ruas do bairro, andando a esmo ou observando detalhes possíveis para incorporar à escrita e parava para conversar com algum morador. Nesses exercícios, frequentemente interpelava-os sentados à frente de suas casas, curtindo o frescor da tarde. Iniciava uma conversa informal sobre o atual momento político da cidade²⁷, das condições do bairro, comparando com tempos anteriores. Para salvar a tarde, mudava de assunto e falava do período de chuvas que estava proporcionando esperanças nas plantações.

²⁴ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996. p. 60.

²⁵ PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et alii (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 67-71.

²⁶ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa et alii (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2005. p. 126.

²⁷ Escândalo gerado por denúncias de corrupção que gerou o afastamento do então prefeito, José Antonio da Rocha Lima, um ex-padre que surgiu como “última esperança” e pôs fim a uma oligarquia na cidade. Fora eleito em 2004 e reeleito em 2008. Até a escrita deste trabalho, continua afastado.

Ao ler as entrevistas transcritas, por mais que os esforços sejam tamanhos, ainda não é a mesma coisa de fazê-las ou ouvi-las diretamente do gravador. Ainda parece ter vida ao ouvir o barulho que vem da rua, das casas vizinhas, dos animais nos quintais, o cumprimento das pessoas conhecidas ao passar de frente as respectivas casas... Detalhes que às vezes não apresentam necessidade de transcrição, mas que parecem deixar um vazio quando a olhamos no texto digitado. São muitos entrevistados, por isso deixei a apresentação para serem inseridas nas páginas onde aparecem seus relatos, assim todos estão apresentados no primeiro capítulo.

No texto, o leitor perceberá que, em algumas entrevistas, muitas perguntas se repetem, porque não elaborei roteiro nem seleção, no decorrer das conversas sempre perguntava às pessoas a partir de suas origens, buscando, não a história do bairro, mas a trajetória deles. Em alguns casos, já os procurava em suas casas com o objetivo de gravar uma conversa. Em outros, pretendia entrevistar alguém que já havia conversado informalmente, mas, no meio do caminho, encontrava outras pessoas que julgava pertinente. Como no caso da entrevista com dona Raimunda Soares dos Reis, 58 anos. Ela e o marido moravam num povoado ao redor da cidade, Vila do Morro, os dois ainda trabalham no mesmo lugar plantando legumes, frutas e verduras. Meu propósito era entrevistar o marido dela, senhor José Pereira, por ser uma liderança no bairro, membro da Associação Comunitária, treinado e dirigido times de futebol e por morar numa das casas construídas pela COHAB para desabrigados durante enchentes. Gravei a conversa com dona Raimunda, pois seu marido não estava em casa. No decorrer dela surgiram detalhes sobre o bairro, até então, desconhecidos por mim, como o surgimento da primeira escola que funcionava na casa do casal. Detalhes esses que não poderiam advir, por exemplo, se tivesse entrevistado seu marido, porque, com ele, eu queria tratar de outros assuntos pré-definidos, como a associação, os postos de trabalho e os times de futebol. Portanto, quebrar meus supostos também foi um caminho a descobrir o que muitas vezes sequer imaginei existir.

No decorrer da pesquisa, foram analisadas diversas fontes, como: jornais da cidade de São Francisco; obras de memorialistas; leis, decretos estaduais e municipais; atas da Associação de Moradores do bairro Sagrada Família; Plano Diretor; e Livros de Tombo da Paróquia São José. Este exercício tornou-se necessário porque São Francisco é uma cidade que ainda precisa ser apresentada antes de pincelar um trabalho sobre qualquer assunto. Grande parte de sua história ainda está nos porões. Outra dificuldade é que esses “porões” não são totalmente conhecidos, restam ainda muitos mantenedores desses depósitos de materiais

viabilizarem e os compartilharem para serem problematizados pelos pesquisadores. Por outro lado, resta aos pesquisadores farejarem como o ogro da lenda, como bem salientou Marc Bloch, desvendar os olhos, saírem às ruas e dispor-se a pesquisar novos assuntos para não girarem sempre ao redor do mesmo círculo.

Déa Fenelon salienta que é “mais fácil praticar a história social do que defini-la”.²⁸ Muitas dessas práticas perfazem a experiência social, culturas de diversos personagens que compõem temas de pesquisa, dentro do praticar história social.²⁹ Nesse ponto, a Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, na qual se insere este trabalho, compõe área importante à prática da história social, pois dedica-se a estudos e pesquisas acerca de pessoas comuns, perfazendo seus ambientes, a cultura, cidades, bairros, trabalhadores, envolvendo estudos que englobam os sujeitos em seus múltiplos e diversificados aspectos.³⁰

De minha parte, este tema foi discutido em outras ocasiões, mas com pontos de partida e objetivos diferentes. Por ser um tema debatido há muito tempo, constantemente corri o risco de cair em repetições. Desfazer ou abrir mão de muitos conceitos, acontecimentos e outras práticas presentes no bairro foram desafiantes ao longo da escrita. Entretanto, os limites que havia tomado como demasias ganharam novas vertentes durante as aulas do mestrado. Nesta escrita, os problemas e as conclusões não foram imutáveis, pois os modos de se escrever história são díspares, os documentos diversos e os pontos de vista dos autores do mesmo modo, como salientou Thompson.³¹

Minhas ideias iniciais pareciam definidas a partir do projeto de pesquisa, mas no decorrer do curso, foram surgindo – ainda que relutasse em aceitá-las – diferentes posicionamentos e críticas vindas dos professores. Levando em consideração que nosso olhar como historiador não pode ser uniforme e imutável a partir de uma ideia inicial, minhas pressuposições mudaram, tanto quanto o ponto de partida com o decorrer das mesmas críticas favoráveis a mudanças de foco.³² As leituras de diferentes textos favoreceram o

²⁸ FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 73-90, dez. 1993.

²⁹ FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Introdução. In: FENELON et alii (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2005.

³⁰ CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto de. Trabalho e Movimentos Sociais: memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Orgs.). **História: narrativas plurais, múltiplas linguagens**. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 11.

³¹ THOMPSON. **A miséria da teoria**: ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 48.

³² Numa ideia de que o ponto de partida é constantemente modificado de acordo com as pesquisas, Chalhoub atesta que a chegada de uma pesquisa é sempre diferente dos pontos de partida iniciais. CHALHOUB, Sidney. Introdução: Zadig e a história. In: _____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

amadurecimento de novas ideias. No que dizem respeito às indicações das professoras, suas análises contribuíram para que eu pudesse refletir com minhas fontes sobre culturas, cidades, disputas entre diferentes pessoas e modos de vida.

Um caminho importante, pois, anteriormente, na primeira versão do projeto de pesquisa em 2008, ocasião em que cursei disciplina isolada em 2009, como aluno especial, havia apresentado como problemática central a formação do bairro após a “famosa” enchente ocorrida na região em 1979. Nas propostas procurava discorrer minhas ideias com base neste “agente” que propiciou a formação do bairro que pesquiso. Concomitantemente a este fator, acreditava que os trabalhos sociais da igreja católica, surgidos após esse fenômeno, correspondiam a todos os procedimentos de pesquisa e norteariam minhas ideias arraigadas na enchente, quase como “sujeito” principal de minha problemática. Assim, desconsiderava a experiência humana tão presente no interior do bairro.

Posteriormente, reformulei o projeto a partir do momento em que atentei que os gritos que deveriam ser problematizados não eram somente os da enchente – também ela, juntamente com outros – e de instituições, mas sim das pessoas que vivenciaram essas experiências e passaram a reeditar suas vidas de acordo com as circunstâncias em que estavam envolvidas. Busquei centralizar nas pessoas as investigações e procurar naquelas esferas – antes tidas como centrais – vestígios para complementar o conjunto de fatores envolvendo os moradores.

Durante o curso regular do mestrado, tal mudança se consolidou, sobretudo, doravante contato com textos debatidos nas salas de aula, das discussões com os professores, bem como de teses e dissertações da Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais. As principais contribuições destes estudos estão na forma como compõem as assertivas nas formas de entenderem o mundo dos trabalhadores em seus universos sem fragmentar os aspectos políticos, culturais, sociais, econômicos, sem distingui-los, entendendo-os como imbricados nos modos de vida das pessoas. A maneira como as pessoas estão constantemente se interagindo e formando novos elementos condicionantes aos seus modos de viver. Na tentativa de incorporar essa teoria na prática procurei iniciar o texto de dissertação perfazendo os caminhos dos entrevistados para buscar compreender suas perspectivas e o mosaico descrito até aqui nesta introdução.

Compõem esta dissertação, três capítulos. No primeiro, estão expostos os tempos e experiências dos primeiros moradores do bairro Sagrada Família. Suas memórias põem em questão a origem, a experiência durante enchentes, o despejo por fazendeiros das terras onde

viviam, a condição de ex-agregados, os passos e as dificuldades até concretizarem suas moradias. Pensei no momento inarmônico da formação do bairro Sagrada Família dentro de uma análise sobre a cidade naquele período. Houve, neste contexto, o surgimento de determinados “agentes” – debatidos no segundo capítulo – como o padre, a igreja, o prefeito, a prefeitura e atuações do estado. Buscando refazer minhas interpretações, retomei as discussões, apontando o papel do poder público no cotidiano dos habitantes a partir das expectativas dos moradores. Relacionei o cotidiano dos entrevistados, concomitante ao crescimento do bairro e da cidade – outro ponto que busquei investigar, problematizando a cidade, o urbano, as leis da cidade, decretos, elencando a atuação do poder público municipal e estadual dentro do fazer-se do bairro juntamente com os moradores. A partir dessa rede interligada de diversas maneiras, discuti os possíveis focos de tensão advindos das relações que envolvem os moradores nessas esferas. Expus a experiência dos entrevistados individualmente projetando os modos de vida e o trabalho de cada um para entender seus caminhos.

Durante o primeiro capítulo, as entrevistas aclararam as inconstantes climáticas dessa região. Dando suporte às discussões após os diálogos, teci ponderações sobre um corpo de legislação, especulação de terrenos, local de moradia que compõem um bojo político e social envolto à vida dos entrevistados. Estes fatores ajudaram a descortinar todo o percurso da escrita do segundo capítulo. Primando por uma análise que valorizasse o deslocamento das certezas iniciais e esmiuçasse as problemáticas surgidas, no segundo capítulo, procurei tecer um escopo em torno da “política de caridade” e a atenção de candidatos voltada para o bairro Sagrada Família, aumentando as possibilidades de conquista de uma moradia na cidade. Nesse ponto, a emergência de outro agente, dessa vez o religioso, tornou-se um paliativo contra-hegemônico assumindo uma postura de “tapar” os vácuos deixados pelas carências políticas na cidade. Para tanto, elegi e escolhi problematizar a imprensa da cidade como fonte, procurando os lapsos existentes em torno da efervescência da cidade, contrapondo com as necessidades dos moradores.

No terceiro capítulo, pontuo as ações dos moradores procurando alternativas próprias em meio à plêiade inconstante de elementos muitas vezes desfavoráveis ao viver nesse ambiente. Uma formação coletiva como a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família foi uma saída nesse íterim. Os moradores mobilizaram-se em torno de reivindicações em prol do bairro que ajudaram a construir. Barganhas como ligações hídricas e elétricas nortearam durante muito tempo suas atuações. Nesse ponto da discussão,

elenco conquistas como a horta comunitária, a ambulância de uso exclusivo dos moradores do bairro, o terreno e o local próprio para a Associação se reunir, assim como, ao longo do viver no bairro, surgiram outras formas de organização – a busca por uma escola, a formação de times de futebol que possibilitam coesão social, como parte da luta pelo direito à cidade – e aparecem também algumas atitudes políticas durante esse período de formação coletiva, que permitem lançar luz para novas interpretações.

CAPÍTULO 1

TRAJETÓRIAS DE MORADORES DO BAIRRO SAGRADA FAMÍLIA

“Uma batalha perdida às vezes pode mudar mais a
situação do que dez batalhas ganhas”.³³
Eric Hobsbawm.

Este texto de primeiro capítulo é composto dos elementos constituintes do bairro Sagrada Família. Com base nas entrevistas, procurei traçar, primeiramente, algumas narrativas individuais, com a apresentação de cada narrador, compondo assim os primeiros moradores do bairro, elencando as diferenças dos locais de origem de cada um, bem como as semelhanças de seus percursos. Inicialmente, encontram-se as bases, surgidas das entrevistas, para outras discussões a respeito do conjunto de laços deles, como dificuldades, mudanças e permanências de local de moradia e de trabalho. O lugar de onde falam é o ambiente que eles ajudaram a construir. Viram-no nascer e crescer. O nascimento, ou a transformação do local em urbano como parte da cidade de São Francisco, data-se de fins de 1970 e início de 1980, de formas variadas. Por meio de caminhos diferentes, mas formas parecidas, estes narradores se aglutinaram no mesmo local, provenientes de fazendas vizinhas, roças, “corridos” de enchentes às margens do rio São Francisco ou mesmo de outras cidades. Esses são os percursos de milhares de moradores que vivem neste bairro, cujas razões e justificativas de suas respectivas permanências constituem os cernes e escopo desta dissertação.

³³ HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: _____ **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 61.

1.1. Diálogos, aproximações e experiências: “condição de classe”, limites e pressões

De todas as questões surgidas, durante as aulas do mestrado, a que mais me incomoda é a seguinte: “qual é o movimento dos sujeitos que investigamos dentro do movimento da história”? Acredito que a ordem deve ser invertida: Quais foram os condicionantes que fizeram milhares de pessoas se movimentarem construindo ou remodelando suas histórias? Se a história é a experiência humana, não existe um eixo que a constitui num movimento retilíneo uniforme. Sabemos que os planetas giram em torno do círculo (imaginário) solar. Isto é uma lógica. Mas, as pessoas não “obedecem” piamente um movimento histórico, estático. Circunstancialmente, elas produzem e refazem seus movimentos. E, é este movimento que devemos buscar para posicionarmo-nos diante do tempo vivido e das transformações de nossos sujeitos.

As modificações, precipuamente do espaço, são fruto de ações desses sujeitos ao longo de suas trajetórias. Visando iniciar este trabalho, com base na experiência social, procuro fazê-lo partindo de dois entrevistados que viram o local, de onde falo, nascer e se transformar rapidamente. Seus vizinhos chegaram, pouco tempo depois, por fatores e trajetórias comuns, também, vivenciaram o que aparece como uma virada da noite para o dia, um lugar que se confundia com os currais e cercas se transformou num bairro, o maior da cidade de São Francisco, atualmente. Quem são esses trabalhadores? Quais foram as razões da mudança e os passos que percorreram?

José Francisco Batista dos Santos, cinquenta e oito anos, casado, pescador, pedreiro e pequeno agricultor, pai de uma filha (que se casou e mudou-se para Brasília com o marido). Atualmente reside no bairro com a esposa no mesmo local desde os fins de 1970. A entrevista com o senhor José Francisco foi uma “formalização” para esta pesquisa, pois conversamos anteriormente a respeito de outros assuntos. Dessa vez, quando cheguei à sua casa, ele estava reparando irregularidades no portão com massa de reboco, preparava-se para fazer outros consertos pelo muro e parou assim que lhe cumprimentei. Após expor os motivos da conversa e relembrar-lhe momentos compartilhados, de bom grado deixou seus afazeres e me atendeu. Sentamo-nos no sofá da sala, enquanto sua esposa, que nem cheguei a ver, estava na cozinha. Quando levou o cachorro aos fundos do quintal, ouvi sua esposa perguntar “quem era a visita”. Ele a respondeu que se tratava de “um jovem pesquisando sobre o bairro”. Durante nossa conversa relatou os panoramas de suas relações de trabalho, o trajeto e os

motivos de sua mudança. Ele nasceu numa fazenda chamada Santa Justa (atualmente conhecida como Malobri), nas imediações da cidade. Morou na referida fazenda até a juventude, quando mudou-se para outra fazenda, Pajeú, no mesmo município, onde se concentra uma das micro-bacias hidrográficas do rio São Francisco. As funções exercidas por ele eram de vaqueiro, agricultor, sempre como empregado morador. No final da década de 1970, saiu do Pajeú e comprou o terreno onde hoje reside, através de um loteamento que a prefeitura realizou próximo à cidade, na região, onde, até então, existia apenas uma extensão da Indústria Alimentícia Itacolomy – ITASA. Assim como ele, outros trabalhadores também estavam vivendo de pequenas plantações e criação de animais. Começamos nossa conversa quando lhe indaguei sobre sua chegada neste local:

Valmiro: *Tem muito tempo que o senhor mora aqui no bairro Sagrada Família?*

José Francisco Batista dos Santos: Tem. Quando começou o bairro, eu moro aqui, já nessa casa. Primeiro, eu fiz uma casinha de pau-a-pique. Fui derrubando os pau e fazendo. Eu morava lá na fazenda Pajeú. Eu sou do Distrito de Malobri, Santa Justa. Lá, antes, era Santa Justa, né, e aí depois passou a ser Malobri. É uma fazenda, fui nascido e criado lá. Depois, mudei pro Pajeú, morei lá por quatorze anos. De lá, eu vim pra cá.³⁴

Ao perguntar-lhe os motivos de sua mudança da fazenda onde morava para o local onde reside hoje, não houve uma resposta direta. Havia um loteamento na área que trouxe a possibilidade de adquirir terreno próprio, deixar de morar e trabalhar de favores em propriedades de terceiros, conforme acompanhamos na entrevista:

Valmiro: *Agora, seu Zé por que o senhor veio pra cá? Já existia casa aqui, onde o senhor veio morar?*

José Francisco: Não, não tinha casa, porque antes de lotear, aqui chamava Campo de Irrigação, então já tinha algum morador pra aqui e pra acolá. Mas não era nenhuma casa, não era arruada, não, né. Depois que loteou, os que morava pra aqui e pra acolá fez as casa aí. Mas eu moro aqui desde quando loteou, mudei pra cá em 1980.³⁵

A mudança dele aconteceu antes de o lugar tornar-se urbano, tratava-se de lugar ermo, poucas casas existentes. O senhor José Francisco construiu, primeiramente, uma casa

³⁴ Entrevista com José Francisco Batista dos Santos. São Francisco-MG, 29 dez. 2010.

³⁵ Entrevista com José Francisco Batista dos Santos. São Francisco-MG, 29 dez. 2010. Este outro marco que utilizou – 1980 – parece não bater com seu relato acima, pois o primeiro conjunto habitacional do bairro foi construído em 1979, portanto, concluo, com base em sua descrição que a data de sua mudança seja anterior à que divulgou.

de pau-a-pique, com paredes de galhos de árvore, pedaços de pau cravados ao chão, amarrados uns aos outros com corda e telhado de lona plástica.

João Lima Vieira, conhecido por João Buriti, setenta anos de idade, casado, pai de sete filhos, mora no bairro, na mesma residência desde que se mudou de uma fazenda nos arredores, em meados de 1970. Construiu sua residência por conta própria após comprar o terreno. Sua casa está situada numa das ruas intermediárias que ligam o bairro ao centro da cidade. João Vieira construiu sua residência próxima à fazenda onde morava e os terrenos ao redor eram utilizados por ele como pastoreio e criação de animais.

Em sua trajetória de vida, morou apenas nesses dois lugares e trabalhou de diversas formas, como de ajudante numa construtora e na extensão da ITASA, no período de 1980 e fins de 1990. Nos intervalos pescava e comprava peixes para revender, função que exerce até os dias de hoje em sua casa. O contato com o senhor João Vieira aconteceu quando estava indo para a casa de uma senhora (dona Gildete), com a qual havia marcado uma conversa. Já havia tentado entrevistá-lo em períodos anteriores por saber que se tratava de um dos pioneiros, mas não conseguia encontrá-lo em casa. Ele se intitula como um dos primeiros moradores do bairro, pois onde residia, Fazenda Mocó, localizava-se próxima à sua casa atual, ou seja, no período em que o senhor João Vieira mudou-se, a região do bairro constituía uma paisagem ainda dominada por fazendas e pequenas residências distantes umas das outras:

Valmiro: *O senhor veio para o bairro sagrada família quando? Antes o senhor morava em São Francisco ou morava em outro lugar?*

João Vieira: Eu vim aqui da roça, mas eu morava aqui no Mocó. Sabe onde que é o Mocó? É aqui mesmo, bem pra cá. Logo aqui, na saída da cidade. Daqui lá deve ter uns mil metros, se muito tiver.

Valmiro: *Por que o senhor saiu de lá?*

João Vieira: É. Eu, morando lá... Mesmo com o tempo, a gente quer fazer pra gente mesmo. De lá, mesmo, eu adquiri esse lote aqui.

Valmiro: *Lá era dos pais do senhor ou não?*

João Vieira: Não, era mesmo do fazendeiro. Arrumei com ele lá, pra morar. Das pessoas que morou lá, quem ficou mais tempo foi eu, três anos lá. Eu trabalhando lá e construindo aqui.³⁶

Sua fala está impregnada de uma trajetória de quem trabalhou muito para construir a própria casa. Morou na referida fazenda como agregado, embora não mencione a palavra. À medida que ouvia e refletia sobre essa entrevista, observando como esse senhor enfatiza a lembrança, de sua terra e seu trabalho, sua fala exalta as relações que os cercava num maior desejo de conquista, a casa própria:

³⁶ Entrevista com João Lima Vieira. São Francisco-MG, 27 dez. 2010.

Valmiro: *E esse terreno aqui era de quem, da prefeitura?*

João Lima Vieira: É, era da prefeitura e do estado, que eu tô sabendo é.

Valmiro: *Quando o senhor fez a casa o senhor lembra se tinha outras casas aqui ou não?*

João Lima Vieira: Tinha não, era um matagal.

Valmiro: *Então o senhor viu isso aqui nascer e crescer?*

João Lima Vieira: É, aqui na frente, aí, só tinha o carreiro [trilhos onde vacas e bois passam]. Aqui, onde tem essa casa, era um chiqueiro de porco meu. Toda vida eu gostei de mexer com essas coisinhas. Então, não tinha madeira, eu fiz ele de garrancho [galhos de árvores], de espinhos e criei uns três porcos lá dentro.

Valmiro: *Quem chegou aqui depois do senhor?*

João Vieira: Ah, pra cá, chegou Coló, essa mulher da esquina, dona Dominga... Aqui sempre foi chegando assim, uns três quatro anos, foi chegando, assim, juntinho, pertinho. Depois, chegou esse povo daqui da frente. Chegou muito ligeiro. Essa quadra aqui o padre construiu também, foi na época que tinha barraquinha também. Aí o padre chegou e construiu pro povo também. Severino ajudou muito também aqui o bairro.³⁷ [Refere-se ao quarteirão de casas construído pela paróquia].

Valmiro: *Seu João, aí no início não tinha muita diferença morar lá [fazenda Mocó, onde nasceu] e morar aqui, porque era praticamente roça, a mesma coisa, não é?*

João Vieira: Nessa época que eu morava no Mocó, aqui não tinha ninguém, não. Eu já passei aqui diversas vezes, caçando gado aqui dentro, era um matagal assim.

Senhor João Buriti, com sua fala, adentrou nos meandros desta dissertação, por isso essa passagem torna-se muito importante. Esse ponto de vista particular do entrevistado que fala e aponta para “esse povo aí da frente que chegou muito ligeiro” é um marco. Talvez o marco mais forte e que, delineará todas as problematizações posteriores. A enchente e a formação do bairro começam a se perfazer de agora em diante. Entretanto, antes de chegar às consequências deste marco, as quais o entrevistado aludiu como “esse povo”, em sua narrativa, o senhor João Vieira citou, quase cronologicamente, a situação em que ele chegou ao local, um “matagal”, que depois dele chegaram “Coló”, “Dona Dominga”, como, de repente, chegaram as pessoas com que ele não teve tempo de se relacionar dadas as proporções da chegada de cada um. Então, referiu-se ao novo grupo simplesmente como: “e depois foi chegando ‘esse povo’ daqui da frente, muito ligeiro”. Evidencia que a própria chegada das pessoas, na condição de desabrigadas pelas enchentes, e a construção das casas pela paróquia, causou um choque aos moradores que já habitavam o “matagal”. Principalmente quando se compara com o trecho de sua fala em que cita, com parcimônia, os nomes de seus vizinhos que foram chegando ao longo de três ou quatro anos após sua própria chegada. Essa diferença em falar os nomes de seus vizinhos que chegaram paulatinamente e dos que vieram de repente, “esse povo”, parece ter rompido uma relação “normal” de convivência com vizinhos desenvolvida num local com características marcadamente

³⁷ Refere-se ao padre Vicente Euteneuer, pároco responsável pelas construções de moradias no bairro. O referido Severino trata-se de Severino Gonçalves da Silva, assessor de planejamento no período de 1977-1982 e posteriormente prefeito, nos períodos 1983-1988, 1993-1996, 2001 a 10/05/2003. A discussão do segundo capítulo pauta-se sobre as ações desses “agentes”.

“rurais”, favorecendo o próprio conhecimento da vizinhança. A mudança repentina do “matagal” para o “quase urbano”, ou “vila” emergencial que repentinamente surge em frente a sua casa, com 40 habitações, cerca de 400 pessoas, oriundas de diferentes locais, parece ter rompido seu modo de viver e dificultado o conhecimento de seus vizinhos: “depois chegou esse povo daqui da frente”. E o que se evidencia como estranhamento relaciona-se com mudanças concretas que se operam em seu próprio modo de vida: seu chiqueiro deixou de existir, deixou de pescar, de criar galinhas e cabeças de vaca e passou a vender peixe no bairro. Os caminhos “carreiros” de rebanhos se transformaram em ruas. Se não lhe causou estranheza, ao certo, algum distanciamento ou alguma transformação é evidente.

O lugar onde moravam estes dois entrevistados, assim como dezenas de pessoas, como disse o senhor José Francisco, “pra aqui e pra acolá” mudou de repente. Inesperadamente, a vizinhança aumentou, alguns quase na mesma situação que eles. Quem são esses moradores que mudaram a realidade do local onde os dois primeiros entrevistados moravam? Quais as implicações de suas mudanças que, de forma direta ou indireta, acarretaram mudanças na vida de outros? Foi um período conturbado que o senhor João Vieira citou como “depois chegou esse povo”.

Após essas duas experiências exponho a partir de agora entrevistas com parte desses moradores que mudaram a paisagem do rural para o urbano. São diversas pessoas oriundas de muitos lugares. Vários deles vivenciaram a destruição de seus lares pelas enchentes, como em 1979. Esse é o grupo citado na entrevista do senhor João Buriti como “esse povo”, não num sentido pejorativo, mas sim de situações análogas de quem necessitou de amparo por situações como a enchente: o marco.

Começo a descortinar esse novo grupo de moradores averiguando a trajetória do senhor Claudionor Rodrigues Pinto, conhecido como Coló, casado, pai de quatro filhos, residente numa casa construída por ele mesmo. Durante a vivência no bairro, atuou como membro e presidente da Associação dos Moradores do Bairro Sagrada Família, tornou-se o primeiro vereador do bairro para o pleito de 1993-1996 e, atualmente exerce a função de Comissário Tutelar de Menores, igualmente cargo eletivo. Senhor Claudionor nasceu numa comunidade do município de São Francisco, Mocambo, localizado a aproximadamente 20 quilômetros do perímetro urbano com cerca de 1.500 habitantes. Ele representa uma das primeiras lideranças políticas do bairro. Em parceria com outros moradores organizou a Associação Comunitária, Horta Comunitária, Internacional Futebol Clube e constantemente mobilizava os moradores em eventos recreativos, beneficentes e outras organizações.

Formalize a gravação da conversa com o senhor Claudionor, uma vez que lhe procuro constantemente, desde que iniciei as primeiras pesquisas sobre o bairro em 2006 para outras finalidades e mantenho amizade com seu filho, Claudio Abelard, do qual fui colega durante a graduação. Sua mudança para o bairro aconteceu por consequência de desabrigo causado pelas enchentes em 1979 como detalhou na entrevista:

Valmiro: *Você me disse que chegou pra cá em 79, você morava onde antes?*

Claudionor Rodrigues: Eu morava lá no centro, ao lado da prefeitura. Aí, na enchente, eu mudei. Saí de lá, mudei pra Aparecida, da Aparecida pro Bandeirante, aí, quando o rio baixou, eu mudei pra cá. Mas, antes disso, já tinha uns quatro ou cinco anos que eu morava lá no centro. Pra São Francisco mesmo, parece que eu vim em 74 ou foi 75.

Valmiro: *E antes de vir para São Francisco você morava onde?*

Claudionor Rodrigues: Eu morava em Pintópolis, mas eu nasci aqui no município de São Francisco, no Mocambo.

Valmiro: *Ah, você nasceu no Mocambo? Minha avó é do Mocambo, Marieta. A água lá é ruim, até os dentes ficam amarelados. Quem nasce lá mesmo todo mundo tem os dentes amarelados. Eu também morei no Mocambo, de 95 até 96, com minha avó.*

Claudionor Rodrigues: Pois é, nós nascemos no Mocambo, mudamos pra Pintópolis porque lá não tinha água. Aí meu pai foi e comprou um terreno em Pintópolis, naquela época, e mudou pra lá. Eu tinha sete anos de idade. Fui criado lá até eu ficar maior de idade. Quando fui maior de idade, eu fui pra São Paulo, morei um bocado de tempo em São Paulo. Quando voltei, continuei trabalhando em Pintópolis, num comércio de meu pai.

O lugar para onde sua família se mudou, quando era criança, foi recebendo novos moradores e transformou-se rapidamente. Esta localidade desmembrou-se do município de São Francisco e emancipou-se politicamente, recebendo os foros de cidade em 1992. Recebeu o nome de Pintópolis em homenagem ao sobrenome do pai do senhor Claudionor, senhor Germano Pinto, pioneiro no local. Mas sua entrevista evidencia um intenso movimento de ir e vir por diferentes lugares – Pintópolis, São Paulo e São Francisco – enquanto tentativas de organização de suas condições de vida com o estabelecimento de um comércio:

Valmiro: *Hein Coló, por que você voltou de Pintópolis pra São Francisco?*

Claudionor Rodrigues: Foi porque eu não acreditava que Pintópolis ia melhorar como melhorou. E tava muito ruim naquela época lá. E eu, querendo dar uma oportunidade melhor para os meus filhos, né, pôr eles pra estudar aqui, e o comércio que não dava em Pintópolis, porque lá em Pintópolis tem muito parente e não dava bem com comércio. Aí, mudei pra São Francisco, pra trabalhar com comércio. Aí, o comércio não durou muito, não.

Descontente com o andamento do comércio em Pintópolis, o senhor Claudionor retornou a São Francisco, que atribuiu à tentativa de dar aos filhos “melhores oportunidades”.

Neste ponto estabelece a cidade como lugar de diferença a partir da atividade de comércio, pois dependia de onde se estabelecia. Em São Francisco, a mudança de um bairro para outro revela tentativas de fixação dificultadas devido ao pagamento de aluguel e ao pouco lucro do comércio:

Valmiro: *Quando você morava lá no centro, você já trabalhava com comércio?*

Claudionor Rodrigues Pinto: Já. Só que não dava, porque tinha que pagar aluguel, pagava imposto, pagava aluguel do comércio, da casa, foi muito tempo. A enchente, eu sofri na enchente e foi minha salvação a enchente. Quando veio a enchente e não tinha pra onde ir, tive que sair nas carreira, tomei prejuízo, o comércio a água levou: Saí, vai pra um canto, vai pra outro... Foi bom pra mim, porque, assim, eu achei o Sagrada Família aqui. Eu gosto, um lugar que me criei e criei meus filhos.³⁸

Ao mesmo tempo em que a enchente se apresentou prejudicial para algumas pessoas, para outras significou uma nova esperança: “A enchente, eu sofri na enchente e foi minha salvação a enchente”. Foi o fator que o levou a mudar do centro da cidade para o local em que se formou o bairro Sagrada Família, à procura de abrigo seguro, nova oportunidade de trabalho, novo ponto de comércio e moradia. Este lugar significou uma saída para senhor Claudionor e sua família. Após as enchentes, morou no bairro Bandeirante e conseguiu comprar seu terreno no bairro Sagrada Família. Quando passou a residir no local (bairro Sagrada Família), ainda foi um período recente após as enchentes durante o ano de 1979, haja vista que as primeiras residências no local e a denominação de bairro surgiram nos fins daquele ano. Ou seja, o senhor Claudionor, a princípio, estava nas mesmas condições que senhor João Vieira, José Francisco e outros:

Valmiro: *Então, você já tava aqui quando o padre começou a construir essas casas?*

Claudionor Rodrigues: Eu já morava aqui. Aí, quando eu vi casa popular de um lado, casa do padre do outro, eu falei: “Agora vou abrir meu comércio”. E foi nessa época que saiu essas casa popular. Mudou quase tudo, mas ainda tem um bocado delas aí. Fez as casa popular, já tinha dois anos que nós morava aqui. Nós moramos aqui sem água e sem luz.³⁹

A esta última resposta deve ser feito um acréscimo: alguns meses depois da chegada do senhor Claudionor foi que o local se concretizou como bairro. As falas que valorizam o fim do aluguel e a oportunidade de proporcionar aos filhos condições para estudar que enfatizam o “acreditar no bairro, ver o bairro melhorar”, apontam para uma

³⁸ Entrevista com Claudionor Rodrigues Pinto. São Francisco-MG, 22 jan. 2011.

³⁹ Entrevista com Claudionor Rodrigues Pinto. São Francisco-MG, 22 jan. 2011.

perspectiva do bairro como a concretização do “almejado”. Os entrevistados explicitam uma expectativa de vida melhor, como senhor Claudionor, que vislumbrou prosperidade para seu comércio quando viu “casa do padre de um lado, casa popular de outro”. A formação abrupta de um lugar emergencialmente passou a significar novas oportunidades para algumas pessoas.

Neste momento, exponho algumas anotações presentes no Livro de Tombo da Casa Paroquial da Matriz São José, onde seu pároco, padre Vicente Euteneuer, responsável por iniciar as construções das casas doadas aos desabrigados da enchente, anotou alguns episódios a esse respeito. Essas anotações são como um diário do reverendo, expõem detalhadamente os percursos que muitos entrevistados fizeram até chegar ao bairro. E esses percursos nortearão grande parte dessa escrita. Segue anotação de janeiro de 1979:

Os córregos estão cheios de água e as estradas estão num estado bastante lastimável. Durante todo o mês está chovendo. O rio São Francisco já saiu em várias partes do seu leito e fez muitos estragos nas roças. Muitos moradores das casas da beira do rio já deviam refugiar-se para mais dentro da cidade. E a chuva continua.⁴⁰

Até mesmo nos livros de tombo e nos jornais já se registrava este movimento de pessoas com perdas devido às enchentes mudando-se para a cidade, como se vê no mesmo Livro de Tombo, três meses depois, em março de 1979:

Muitos flagelados vêm dos arredores do rio para a cidade. A maioria dos flagelados fica abrigada nos grupos escolares e nos outros grandes prédios da cidade. A paróquia oferece também os seus prédios aos flagelados. Nas missas rezamos aos flagelados e pedimos aos fiéis que queiram repartir o pão com eles. A casa paroquial e a igreja estão cercadas pelas águas da enchente. Faltam 10 cm para a água entrar na casa. Fazemos uma ponte de madeira para entrar na nossa casa. Muitos flagelados procuram socorro em nossa casa. O governo manda víveres para os famintos. Mais de 10.000 pessoas são flageladas. O padre Germano viaja para Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Montes Claros para angariar ajuda aos flagelados. Aos poucos as águas voltam ao leito do rio de São Francisco. Os prejuízos que a enchente causou são grandes e muitas casas o rio levou. Recebemos ajuda da paróquia de Brasília de Minas e muitas outras cidades vizinhas.⁴¹

Os livros de tombo da Casa Paroquial da Matriz São José são das poucas fontes escritas da cidade retratando os encargos daquele episódio, pois a redação do jornal local ficou inundada por um longo período naquela ocasião.

⁴⁰ Livro de Tombo da Casa Paroquial da Matriz São José. São Francisco-MG, 19 jan. 1979. Escrito pelo padre Vicente Euteneuer. No livro de tombo da casa paroquial estão detalhados, cronologicamente, os acontecimentos durante a enchente, sendo esta vila aumentada e destruída por causa da enchente.

⁴¹ Livro de Tombo da Casa Paroquial da Matriz São José. São Francisco-MG, 19 mar. 1979.



Fotografia 7:
Fotografias da enchente de 1979. A vista contempla parte da Igreja Matriz no centro da cidade.
São Francisco, 1979.
Acervo da ONG Preservar.



Fotografia 8:
Ruas alagadas no centro da cidade.
São Francisco, 1979.
Acervo da ONG Preservar

Outra anotação nos livros de tombo, de novembro de 1979, marca o início do bairro Sagrada Família ainda durante a enchente. É o quarteirão de casas construído pela paróquia São José e doadas para parte dos desabrigados: “na Itasa novo bairro da cidade, a

paróquia está construindo 30 casas para os flagelados da enchente com uma verba vinda da Alemanha por intermédio do senhor bispo”.⁴²

A foto abaixo apresenta o quarteirão que foi construído para os desabrigados pelas enchentes, a construção que marca a formação do bairro Sagrada Família, edificadas pela paróquia, na ocasião, dirigida pelo padre Vicente Euteneuer, já mencionado em algumas entrevistas. Essas fotos são do início da década de 2000, mas as construções são de 1979. É possível observar dez casas na parte que aparece na foto. Na rua oposta, existem outras dez, nas ruas horizontais, e, completando o quarteirão, mais quatro de cada lado; somando todas, há o total de vinte e oito casas na extremidade; outras seis existem no interior da quadra, formando o “Beco”. São trinta e quatro residências edificadas no mesmo quarteirão. Dessas trinta e quatro, seis são conjugadas, totalizando quarenta famílias num mesmo quarteirão.



Fotografia 9:
Primeiro conjunto de casas construído pela Paróquia São José no bairro Sagrada Família.⁴³
São Francisco-MG, meados de 2000.
Acervo do Professor Alair José Mendes.

Ana Souza de Jesus viveu este momento e conseguiu uma das casas erguidas pela paróquia. Nasceu e viveu numa comunidade rural denominada Vaqueta, nas proximidades da cidade, paralela ao rio São Francisco; tem cinquenta e seis anos de idade, separada,

⁴² Livro de Tombo da Casa Paroquial da Matriz São José. São Francisco-MG, 12 nov. 1979.

⁴³ Entre a quinta e a sexta casa, há uma entrada para as outras casas no interior deste quarteirão, seis casas que formam o popular “Beco”.

trabalhadora rural, é mãe de doze filhos (alguns estão para cidades como Brasília e Belo Horizonte e atualmente moram com ela três filhos e dois netos).

O motivo de sua saída da fazenda onde morava, Vaqueta, foi a enchente de 1979, quando conseguiu uma casa cedida pela paróquia São José. A casa dela localiza-se no interior do quarteirão onde foram construídas as primeiras residências no bairro. É uma área chamada “Beco” porque o acesso é uma alameda sem saída para outras ruas. Esta quadra foi construída dessa forma porque no início havia muitas pessoas desamparadas necessitando de moradias e o único local disponível era uma quadra próxima à empresa ITASA, distante do perímetro urbano cerca de quatro quilômetros. No quarteirão onde dona Ana reside existem trinta e quatro residências, seis destas são conjugadas para comportarem duas famílias, totalizando quarenta famílias num quarteirão.

Ao conversar por longo tempo comigo durante e após a entrevista, relatou diversos caminhos até chegar ao bairro:

Valmiro: *Tem quanto tempo que a senhora mora aqui? Ou a senhora mora aqui desde o início do bairro mesmo?*

Ana Souza de Jesus: Desde 79. Eu morava na Vaqueta.

Valmiro: *Quando a senhora veio de lá pra cá, a senhora veio por causa da enchente?*

Ana Souza de Jesus: Foi. Eu vim foi corrida. Eu cheguei a ficar dentro d'água mesmo. Nós morava entre a lagoa da Vaqueta e entre o rio [rio São Francisco]. Oh, menino, mas, nessa época, eu vou te contar!... Eu sofri com dois menino pequeno, só Deus e eu que tava lá! Meu marido tinha vindo pra cá quando esse rio sangrou. Ele soube que tava dando uma ajuda pro povo, aí eles vieram, largaram nós, mulher lá. Ficou só nós mulher, lá, com as meninas.⁴⁴

O local de origem de dona Ana, a Vaqueta ou Tabuleirinho, é uma fazenda próxima ao rio São Francisco e localiza-se às margens da estrada MG 161 que liga as cidades de São Francisco e Januária. Trata-se de um local baixo e por isso há alagamentos frequentes em tempos de chuva. Um período vivido por ela, como o das enchentes, parece estático em sua fala. Mesmo que sejam palavras conotando sofrimento, desespero, com duas crianças de colo e uma gravidez, superou com naturalidade aquele transcurso difícil. Mesmo assim, os passos daquele tempo até sua situação atual ficam invisíveis nestas palavras. Quais foram os passos, a trajetória dessa moradora durante as enchentes? Qual o caminho até chegar ao bairro Sagrada Família? Como ela se reergueu?

⁴⁴ Entrevista com Ana Souza de Jesus. São Francisco-MG, 03 jan. 2011.

Ana Souza de Jesus: Eu vim de lá, eu vim aqui pro bairro Bandeirante. Aí, tinha uma casa lá feita de taba. Aí, nós arrumemos os trem lá, porque lá tava só o lixo, nós arrumemos esse trem, e nós ficamos lá. Esse barracão que nós tava era pequenininho, só um comodozinho. Aí, meu marido arrumou lá, porque ele não é pessoa que gosta muito de ficar embolado assim, não. Aí, o cara lá tava do lado e falou: “Ó, tem esse barraquinho aqui, só que ele tá muito desarrumado”. Aí, eu falei: “Não, nós arruma ele, ao menos até uns dias que nós ficar aqui”. Aí, nós arrumemos. Depois que nós arrumou, nós foi ficando lá... Aí, apareceu ajuda, sabe, aí ajudou nós a fazer os cartão, aí ajudou... Nós não tinha nada mesmo, aí nós fez o cartão.⁴⁵

Essa passagem da fala de dona Ana trata de um período em que ela ainda estava desabrigada, depois que saiu da Vaqueta por causa da enchente e procurou abrigo no bairro Bandeirante. Assim como ela, várias famílias passaram a construir barracos de lona, pau-a-pique, provisórios, em decorrência da destruição de moradias. Devido à solidariedade de um vizinho, ela e a família não ficaram muito tempo por lá porque eles tiveram “sorte”, passaram para uma casa de “um cara do lado” que lhes cedeu por uns dias, enquanto os órgãos públicos passaram a cadastrar pessoas desabrigadas para distribuição de donativos e alimentação, como destaca a fala da entrevistada:

Valmiro: *Cartão pra quê? Pra construir casa?*

Ana Souza de Jesus: De alimentação. Aí nós foi ficando, foi pegando. Aí eu falei: “Ah, eu vou voltar pra roça de novo”. Aí nós voltemos pra casa da mãe dele [marido] pra lá. Mas nós não voltemos mesmo pra lá não, nós ficou na casa da mãe dele. Aí o padre tava construindo essas casa aqui. Nós veio de noite, sofrendo de lá pra cá, pra ver se nós arrumava. Ainda não tinha casa pronta. A irmã de meu marido foi a primeirinha que veio, ela chamava Maria Natalina, ela morreu. Aí nós ficamos de um dia pra outro, nós ficamos uns dias na casa dela. Aí ele saiu, rodando aqui, aí o chefe que trabalhava aqui na construção ajudou. Foi assim: quando foi fazendo, cimentava aqui, aí dali eu passava pra aqui. Se eu tivesse aqui e fosse cimentar ali, aquele que tava dali já tinha que passar pra outra casa e já tinha que passar pra ali. Mas Deus me ajudou que quando ia cimentar aqui tinha um morador aqui. Aí o morador era pouca pessoa, era menos família, aí o padre pôs ele numa casa dessas de duas família. Aí quando cimentou aqui eu vim pra aqui.⁴⁶

Essa experiência de dona Ana com a família foi semelhante a de muitos entrevistados. Desabrigada pelas enchentes, ela passou a viver provisoriamente numa barraquinha e depois de favor na “casa de um cara”. Enquanto ela retornou para a casa da sogra, seu marido permaneceu na cidade em busca de ajuda, além de se cadastrarem para receberem donativos. Mencionou ficar sabendo que “o padre” estava construindo moradias para doação. O marido, como disse, pediu para que viesse juntamente com os filhos no mesmo dia para garantirem uma das casas construídas pela paróquia. Chegando ao local, que

⁴⁵ Entrevista com Ana Souza de Jesus. São Francisco-MG, 03 jan. 2011.

⁴⁶ Entrevista com Ana Souza de Jesus. São Francisco-MG, 03 jan. 2011.

é hoje o bairro Sagrada Família, não havia casas prontas, tiveram de morar novamente de favor na casa da cunhada e depois passaram de uma casa para outra até que terminassem de construir definitivamente todas as moradias. Havia outra família na residência onde se instalariam, mas não se tratava de escolha, as pessoas mudavam-se de casas ou moravam com outras famílias várias vezes até que findassem as construções, pois foram edificadas em mutirão: trinta residências de uma só vez num quarteirão construído por uma paróquia. Depois de concluída a construção, cada qual permaneceu na residência em que estava. Dona Ana conseguiu uma moradia junto à paróquia e passou a viver no recém formado bairro Sagrada Família. Uma questão veio à tona, à medida que ela passou a relatar as trajetórias e sua dificuldade, levando em consideração a estabilidade da nova residência – o retorno à antiga fazenda:

Valmiro: *Dona Ana, a senhora falou que depois que estava aqui, lá onde vocês moravam, a água abaixou, a senhora ainda voltou pra lá?*

Ana Souza de Jesus: Pra lá, pra Vaqueta, não. Voltei não.

Valmiro: *Mas a senhora acha que era possível voltar a viver lá depois da enchente?*

Ana Souza de Jesus: Ah, era possível assim, porque, se os donos desse terreno aceitasse a gente de volta, a gente voltava. Mas eles não quis mais a gente pra morar de agregado. Lá, era pregado na fazenda, eles falavam que era dono dessa beira de rio, mas beira de rio é da marinha, né?⁴⁷

Mas não foi somente a enchente que desterrou dona Ana, outro fator contribuiu para que permanecesse no bairro Sagrada Família: era agregada de fazendeiros. A enchente foi propícia aos dois casos, ao fazendeiro que “se livrou” de uma agregada e à dona Ana que conseguiu uma residência definitiva por meio da paróquia São José. Ela estava interessada em voltar para o local de origem, a fazenda onde nasceu, Vaqueta, como se referiu, caso o terreno ou a casa fossem deles. Contudo, tratavam-se de terras de fazendeiros, ela e a família viviam na condição de agregados. A enchente, no caso de dona Ana, foi uma pressão para sair do lugar até que as águas do rio baixassem proporcionando-lhe retornar a sua casa. As pressões dos donos da terra causaram-lhe maiores encargos, deixando-a sem casa e sem trabalho, momentaneamente.

As lacunas em torno da origem de alguns moradores, dentre os primeiros habitantes do bairro Sagrada Família, estavam se fechando e, à medida que realizava novas entrevistas, surgiam diferentes origens, caminhos, relatos, desejos e necessidades como a vida de Dona Joana dos Santos Pereira, sessenta e seis anos, casada, aposentada, mãe de onze

⁴⁷ Entrevista com Ana Souza de Jesus. São Francisco-MG, 03 jan. 2011.

filhos (no momento, apenas dois netos, uma filha e o marido moram com ela, os outros filhos foram para capitais como Belo Horizonte, São Paulo e Brasília). Reside em frente à igreja católica do bairro, na quadra onde se formaram as primeiras construções habitacionais da paróquia, numa das casas do primeiro quarteirão.

A casa dela é uma das que foram divididas ao meio para beneficiar duas famílias ao mesmo tempo. São seis cômodos, cada família reside em apenas três, e um banheiro no fundo do quintal. Dona Joana relatou sua trajetória e da família até chegarem ao bairro, explicitou as diversas funções que exerceu nesse período e a dificuldade em criar os filhos numa casa muito pequena, pois eram doze filhos numa moradia e também os netos que, com o tempo, passaram a viver com ela. Recentemente, completou um “puxadinho” na parte frontal, acrescentando um pequeno cômodo, utilizado como sala. Sua residência ainda não é murada, a frente total do terreno possui seis metros, (um lote normal no bairro é de doze metros frontais por trinta de comprimento), uma cerca de arame farpado, pregado a postes de madeira e um portão de metal fabricado artesanalmente, quase caído ao chão, completam o aspecto da frente da casa.

No momento em que cheguei para conversar com a senhora Joana, ela, uma das filhas e uma netinha estavam na frente da casa, a menos de dois metros da rua, catando feijão para cozinhar - provavelmente para o jantar, pois a visitei durante a tarde. Assentada no chão, com duas vasilhas de feijão no colo e um lenço na cabeça, aceitou de bom grado falar um pouco sobre sua vida. Ainda não a conhecia, embora sua filha conheça minha família. Sentamo-nos em frente à casa mesmo, onde ela estava catando feijão. De onde estávamos, era possível visualizar outras casas vizinhas, porquanto grande parte ainda não possui muros. Antes de morar no bairro, ela se referia à sua vida como a de ciganos, viviam “pra aqui e pra acolá”, morando de aluguel, sem condições de comprar ou erguer a casa própria. Morou em vários lugares, no município de São Francisco e também em outras cidades, às vezes como agregada de fazendeiros, como ratifica sua entrevista:

Valmiro: *Dona Joana, por que a senhora veio para o bairro Sagrada Família?*

Joana dos Santos Pereira: Nós viemos, porque a gente vivia pra aqui e pra acolá e vivia só de aluguel. Morava ali e morava acolá. A gente vivia assim pra cima e pra baixo, igual cigano. Não tinha firmeza. A gente ficava um mês numa casa, depois o dono chegava e falava: “Eu quero a casa”. Alugava outra ali na frente, depois o dono chegava: “Eu quero a casa”. A gente saía, ia pra outro lugar. Moramos na mata de um genro muito tempo, depois voltamos, foi morar numa fazendinha fora, lá no São Domingo. Aí voltamos pra cá. Depois, a gente tornou ir pra Brasília. Meu marido trabalhou lá, depois a gente deu de vim embora. Quando chegou aqui, a gente ficou pagando aluguel, aquele sofrimento, pagando aluguel.

Valmiro: *Isso tudo aqui mesmo no bairro?*

Joana dos Santos Pereira: Não, lá na cidade, São Francisco. Pagando aluguel, pagando aluguel... A gente ficava um mês num lugar, o dono chegava, pedia e depois tornava alugar. Toda vida foi um sofrimento assim. Aí, depois, Deus me ajudou que eu conversei com o padre Vicente pra morar aqui. Agora, eu tô aqui. Tem uns vinte e tantos anos que eu moro aqui.⁴⁸

A senhora Joana referiu-se aos outros bairros da seguinte forma: “lá na cidade, São Francisco”, porque o bairro Sagrada Família foi construído num local distante do perímetro urbano e inicialmente, habitado por pessoas que residiam nos arredores da cidade e zona rural. É comum alguns moradores ainda se referirem a outros bairros ou ao centro como “cidade”. A fala de dona Joana enfatizou muitas dificuldades em conseguir uma residência definitiva. Com uma fala de idas e vindas, narrou uma trajetória de vida de incessantes e conturbadas tentativas de conseguir uma moradia - “vivendo igual cigano” - se valeu de seu poder de barganha para se fixar numa residência em um local que, a princípio parecia ser construído propriamente para desabrigados de enchentes: a falta de condições fez com que ela procurasse o bairro para morar num momento em que ainda estava em construção. Em suas palavras, citou o nome do padre Vicente, a quem solicitou uma casa e que não lhe questionou sobre suas condições. No percurso do relato sobre a busca por moradia, contou como foi redefinindo suas ocupações, quando procurou exercer funções como lavar roupas em casas de família, fazer tijolos para venda e continuou cultivando pequenas lavouras para subsistência, embora não tenha podido continuar devido a problemas de saúde. Ao se referir à sua vida como a de ciganos, ratifica a constante busca por um lugar definitivo sem condições de escolha.

Ao longo da realização das entrevistas, percebi que o local onde se constitui o bairro passou a ser habitado por diferentes pessoas, oriundas de diferentes lugares e que chegaram por variados motivos. Houve diferenciações em relação a este grupo de moradores, como a trajetória do senhor Teodoro Mendes, juntamente com a família. Com setenta e sete anos, casado há quarenta e quatro, pai de nove filhos, (alguns estão em Brasília, outros se casaram e moram em outros bairros desta cidade). Já havia conversado com ele anteriormente, mas julguei necessário nova entrevista. Atualmente está aposentado, (toca pandeiro nas missas dominicais e distribui pães doados pelo padre Vicente após as missas na porta da igreja para as crianças). No dia da entrevista, o senhor Teodoro estava à vontade em seu descanso, debaixo da sombra de sua casa. A princípio relutou, alegando cansaço, mas decidiu

⁴⁸ Entrevista com Joana dos Santos Pereira. São Francisco-MG, 29 dez. 2010.

atender-me. Seu filho mais novo e eu somos amigos, jogávamos futebol juntos no time do bairro, Internacional.

Senhor Teodoro Mendes nasceu na zona rural da cidade num lugar denominado Lajedo do Riacho. Morou também no bairro Bandeirante com os sogros, ficou desabrigado pelas enchentes e, após isso, conseguiu uma residência com a paróquia onde estão atualmente. A entrevista, ou melhor, a conversa foi direcionada para mapear a trajetória da família até chegarem ao bairro e, sempre que tinha dúvidas, recorria à dona Amélia, sua esposa, que nos ajudou nos esclarecimentos. Fomos interrompidos por uma garota querendo comprar *chup chup*, (suco congelado no saquinho, também conhecido em outras regiões como *laranjinha*, *dim dim*). É comum, no bairro, algumas famílias venderem o *chup chup* como complemento da renda. Publico partes de nossa conversa a partir dos locais de origem dele:

Valmiro: *O senhor mora aqui no bairro há quanto tempo?*

Teodoro Mendes: Eu moro aqui no bairro há 30 anos, foi em 79.

Valmiro: *O senhor veio pra cá por quê?*

Teodoro Mendes: Foi por causa de enchente, eu morava na rua Turíblio Mendonça, [bairro Bandeirante]. Morava junto com meu sogro. Saí de lá através do padre Vicente. Eu consegui com ele uma casa. Aí, depois eu trabalhei com ele durante vinte e quatro anos como ajudante de pedreiro.

Valmiro: *Mas antes de morar na casa do padre onde o senhor morava?*

Teodoro Mendes: Morava na casa do meu sogro, não tinha casa não. Morava no Bandeirante.

Valmiro: *Mas o senhor nasceu aqui mesmo em São Francisco?*

Teodoro Mendes: Não, eu nasci no Riacho, município de São Francisco, mas meu documento é todo aqui de São Francisco, Lajedo do Riacho, mas meu pessoal é tudo daqui de São Francisco, pai, mãe, é tudo.

Ao senhor Teodoro, a enchente pareceu propícia, porque antes, morava com os sogros. Os passos até conseguirem uma casa por meio da paróquia ou do padre parecem fáceis. Então, decidi indagar ao senhor Teodoro para contar-me seus passos até conseguir uma residência com o padre:

Valmiro: *Agora, seu Teodoro, lá no início, o senhor disse que, antes de vir pra cá, o padre arrumou uma casa pro senhor. Mas como o senhor fez? Chegou nele e falou que estava sem casa e ele arrumou pro senhor?*

Amélia Mendes: [esposa] Nós morava no Bandeirante, na casa da minha mãe. Nessa época, nós tinha seis filhos. Aí nós morava com minha mãe, a casa era apertadinha. Aí, em 79, quando nós morava junto, era combinado: mãe pagava a água e nós pagava a luz. Aí mãe foi lá pedir pro padre um dinheiro emprestado.

Valmiro: *No padre Vicente?*

Amélia Mendes: Hum, padre Vicente. Aí, minha mãe falou pra ele assim: “Que meu genro mora lá comigo. Aí nós paga uma conta e ele paga outra, mas meu genro não tá trabalhando”. Aí o padre pegou e mandou meu marido vim pra cá pra trabalhar com ele. Daqui, nós veio pra aqui. Foi uma das primeiras casas, aqui só tinha mato. Aí meu marido trabalhou. Aí o padre perguntou pra ele quantos filhos ele tinha e meu marido falou que tinha seis filhos. O padre falou: “Ah, pode não,

moço, vão bora lá, vou arrumar uma casa pra você!” E arrumou essa casa aqui. O padre arrumou uma casa de duas famílias e, quando falou que nós tinha seis filhos, o padre falou: “Ah, não dá, não!” Aí, essa casa que nós mora aqui, morava outra pessoa, nós trocou com ela. Aí trocou pra nós ficar na casa aqui e eles ficar na casa de duas famílias.⁴⁹

Embora com diferentes origens, essas pessoas passaram por semelhantes processos, demonstram que, de uma forma ou de outra, saíram aturdidos de suas residências anteriores para recomeçar novamente em outro lugar. É por esse ponto que a situação de cada um se assemelha com a de muitos. Embora eu tivesse tomado a enchente como um *leviatã*, após ouvir diferentes pessoas que passaram por essa experiência, pude compreender que a enchente configurou-se apenas como um “detalhe” em suas vidas. Surgiu desafio a mais, uma vez que já estavam transitando em busca de transformações, experimentando diferentes tentativas de conquista. Desse modo, a enchente, se configura nessas narrativas como mais um marco que silenciou outros processos e outros fatores. Isso foi perceptível ao longo das entrevistas, ela foi outra “sujeita”, tão forte quanto “o padre”, “o prefeito” e “os fazendeiros”. Não obstante, foi a partir dela, “enchente”, que a maioria dos entrevistados pautou sua história, experiência e o rumo de suas vidas, perceptíveis tanto quanto na experiência do próximo entrevistado.

Elpídio Silva de Jesus, sessenta anos, casado, agricultor, trabalhador rural e pescador, morador do bairro, reside atualmente com a esposa e um neto, porque seus filhos casaram ou mudaram-se para algumas capitais, como Brasília e Belo Horizonte. Exceto o conhecimento superficial e raros cumprimentos pelas ruas, ainda não tinha contato com este entrevistado, muito embora tivesse jogado futebol com seus filhos, netos, sobrinhos e parentes. No dia da entrevista, ele estava cortando lenha ao redor da casa e atendeu-me ainda com o facão em mãos. Em sua trajetória, passou por diversos lugares e fazendas, sob variadas circunstâncias. Começou a mudar-se de um lugar para outro porque faltava água onde nasceu e na busca de outras localidades, sempre trabalhava como vaqueiro e agricultor em terrenos arrendados pelos proprietários. Na última fazenda onde morou como agregado houve uma querela com o proprietário por causa de uma madeira que ele havia retirado para consertar sua residência. O senhor Elpídio relatou que o “rancho” estava prestes a desmoronar em razão da precariedade das madeiras do telhado, mas, quando o fazendeiro o viu cortando a madeira, replicou-o, dizendo ser “de lei a madeira que ele cortou”. Seu Elpídio não entrou em detalhes, mas contou que preferiu sair do local onde morava apenas para proteger sua família: “tava

⁴⁹ Entrevista com Teodoro Mendes de Souza e Amélia Mendes de Souza, São Francisco-MG, 27 dez. 2010.

sujeito a casa cair a qualquer hora, talvez até de noite”. Os motivos de ele ter saído do local e habitar no bairro foram muitos. Somaram-se: a falta de água, a casa que não era deles, o trabalho pouco remunerado e os terrenos que plantava serem arrendados, o que significava partilha da colheita com o dono da terra. Acrescentou ainda: a vontade do patrão de que ele se retirasse de suas terras e, por fim, com maiores proporções, a enchente. Todas ao mesmo tempo, condensando seu caminho:

Valmiro: *O senhor veio pro bairro por quê?*

Elpídio Silva: Ah, eu vim pra cá, porque não deu certo pra mim lá, onde que eu morava. Porque nós morava lá numa fazenda. Aí não deu certo pra nós ficar lá, nós viemos embora por causa da água, a gente panhando água muito longe demais... Inclusive minha mulher tava grávida, de barrigão grande. Porque a gente tinha que tá trabalhando pra fora, pros outros, pra comprar algumas coisas pra manter né.⁵⁰

Durante a entrevista, senhor Elpídio narrava os fatos, mencionado vários lugares por onde passou com a família, sem distinguir exatamente o lugar de que se tratava quando respondeu a essa pergunta. Após a transcrição, percebi que tratava-se da última fazenda em que moraram, Angicos. É uma localidade às margens da estrada MG 161 que liga as cidades de São Francisco e Januária, próxima ao rio São Francisco. No trecho abaixo, ele expõe que a esposa já manifestava o desejo de se mudar, por falta de água, para a cidade de São Francisco, e procurar uma “colocação melhor”.

Elpídio Silva: Aí as mulher sistemou lá de vim aqui pra São Francisco, caçar alguma melhora com o padre ou com o prefeito. Às vezes arranjava uma colocação pra elas morar, porque tava sofrendo muito, tava sem água, tava sofrendo muito. Foi assim que nós tava lá, trabalhando, quando vi o recado que chegou pra nós, lá na roça, que elas tinha vindo aqui pra São Francisco. Veio tudo pra São Francisco pra poder arranjar uma colocação, pra ver se mudava, sair do sofrimento, senão era perigoso até morrer qualquer uma delas.⁵¹

Embora não especifique o momento cronológico dessa narrativa em que a esposa uniu-se a outras mulheres para buscar melhorias na cidade, refere-se às enchentes de 1979, retificado somente no fim da entrevista. São três “agentes”, marcadores como conceitos de soluções às suas dificuldades: cidade (São Francisco), padre e prefeito. Não especificamente nesta sequência, mas elencou os possíveis solucionadores, conjuntamente ou um agindo na ausência do outro:

⁵⁰ Entrevista com Elpídio Silva de Jesus. São Francisco-MG, 29 jan. 2011.

⁵¹ Entrevista com Elpídio Silva de Jesus. São Francisco-MG, 29 jan. 2011.

Elpídio Silva: Nós morava na beira do rio, nos terreno de Bastião. Nós tava na beira do rio. Aí nós saiu de lá corrido da cheia, e ele arranhou colocação nas casa pra nós lá, e colocou eu mais a família, pra ficar lá na casa. Eu trabalhando pra arranjar o pão de cada dia pra eles lá mesmo.⁵²

Quando se refere ao terreno do Bastião, seu Elpídio explica como ele e a família ficaram enquanto estavam “corridos da cheia”. Apesar de o ritmo cíclico do vai e vem, aparecem detalhes significativos, como o início da especulação do fazendeiro em tirá-los de suas terras ainda durante a enchente:

Elpídio Silva: Nesse problema, com os anos que eu tava morando lá, depois que chegou um tempo de eu tá lá na beira do rio, trabalhando, e a mulher muito pesada, e a água tirou nós de lá. Teve umas conversa dos patrão nosso, ele até falou pro vaqueiro pra tirar eu de lá do lugar.⁵³

Os fatos vão ganhando contornos no momento em que retoma o assunto da esposa que procurou a cidade em busca de casa devido à enchente e à ameaça do patrão de deixá-los sem casa.

Elpídio Silva: Esse problema da mulher minha, que veio aqui pra São Francisco. Quando é ali aonde tinham umas casinha... As mulher tinha uma casa lá, o povo fez a cabeça delas, elas entrou lá pra dentro das casa lá, e ficou lá dentro dessas casa lá, e falou pra nós se quiser vim.⁵⁴

Essa passagem faz menção à “*Vila do papelão*”: casas improvisadas de taipa, pau-a-pique que já existiam próximas ao bairro Bandeirante. Tratavam-se de famílias deslocadas de uma área onde se construiu a extensão da ITASA⁵⁵.

Valmiro: *Casa? De quem eram as casas?*

Elpídio: Acho que era casa da prefeitura. Elas entrou pra essas casa pra ficar lá até arranjar casa. Foi assim que chegou lá. Depois de já passado, que nós mudou pra cá, chegou e deu de tirar nós, e nós falou: “Agora, pra onde é que nós vai”?

Valmiro: *Quem foi que tirou?*

Elpídio: Ah, quem tirou nós de lá foi o povo mesmo da prefeitura.

Novamente ficaram sem moradia por reintegração de posse do lugar onde eles e muitas outras famílias se situavam. Voltaram a morar de favor, dessa vez com o compadre

⁵² Entrevista com Elpídio Silva de Jesus. São Francisco-MG, 29 jan. 2011.

⁵³ Entrevista com Elpídio Silva de Jesus. São Francisco-MG, 29 jan. 2011.

⁵⁴ Entrevista com Elpídio Silva de Jesus. São Francisco-MG, 29 jan. 2011.

⁵⁵ Esta discussão está situada um pouco mais à frente.

Santo, mas a esposa, Silvia, sempre buscava “colocação melhor com o padre ou com o prefeito”.

Elpídio Silva: Aí nós pegou... Eu chamei a minha esposa. Tinha um compadre meu, eu peguei e arranjei com ele lá. Ele morava lá na roça, tava morando lá e tinha casa aqui. Ele falou: “Ó compadre, até o senhor arranjar assim um lugar pr’ocês colocar a cabeça debaixo, essa casa minha aqui não tem ninguém nela, nós tamos lá pra roça, o senhor pode ficar nessa casa aqui. Nós dá o senhor a casa, porque comadre Silvia tá meia pesada, pode ela ganhar nenê qualquer hora. O senhor pode ficar aqui nessa casa minha aqui”. Nós passou pra casa de comadre Maria mais compadre Santo. Ela [esposa] pegou e sempre correndo lá pro padre pra ver se arranjava uma colocação. Foi lá no padre, conversou com o padre, aí o padre pegou e fez essa casa aqui.

Valmiro: *Essa onde o senhor mora hoje?*

Elpídio: É. Aí o padre fez e, depois de pronta, falou com nós pra nós mudar de lá e trazer as coisas pra cá. Nós mudou de lá pra cá e a gente tá aqui até hoje. Graças a Deus tá aqui.

Valmiro: *E o terreno, foi o senhor que comprou ou o padre já arrumou tudo?*

Elpídio: Já me entregou tudo pronto, já prontinha do jeito que tá aqui.⁵⁶

Cada frase ou palavra de uma entrevista que recortamos para inseri-las no texto são anos inteiros de vidas que se resumiram a poucos minutos de conversa. Buscando a experiência de alguns moradores, direcionei minhas entrevistas para o lado familiar e pessoal de cada um que compartilham diversas semelhanças e não raro, algumas diferenças de modos de vida. Ao ler as entrevistas ocultando-se os nomes, parecem histórias e trajetórias que se confundem umas com as outras. Divergem quando se trata dos motivos que os levaram a sair de suas casas e dos modos como se fixaram no ambiente onde atualmente é o bairro Sagrada Família. Soma-se a isso, a faixa etária ou a geração, mesmo que não tenha tornado como preponderante, como outro fator que os aproxima. Imprimiram as entrevistas recheadas de histórias, trajetórias e experiências semelhantes, como se pertencessem à mesma família.

Os relatos evidenciam a experiência como algo vivido, sofrido e transmitido através da memória que o próprio narrador vivenciou, assim ao invés de vítimas os entrevistados transformam suas experiências em testemunhos. Conforme Yara Khoury, “ao narrar, as pessoas estão sempre fazendo referências ao passado e projetando imagens, numa relação imbricada com a consciência de si mesmos, ou daquilo que elas próprias aspiram a ser na realidade social”.⁵⁷ Dentre outros apontamentos, tomo uma lição da autora ao atentarmos para a organização dos fatos no tempo e no espaço, levando em consideração a cultura de cada entrevistado.

⁵⁶ Entrevista com Elpídio Silva de Jesus. São Francisco-MG, 29 jan. 2011.

⁵⁷ KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. Op. Cit. 2004. p. 131.

Em geral, os moradores do bairro Sagrada Família, chegaram a ele casados, com família constituída, filhos, alguns crescidos, outros recém-nascidos. E, doravante, passaram a habitar o mesmo local, praticamente nas mesmas condições e tendo que recomeçar novamente suas vidas. Essas pessoas, entrevistadas ou não, movimentaram-se e continuam se movimentando como moradoras do bairro de acordo com as circunstâncias de períodos anteriores e com as da vida presente.

Alessandro Portelli aponta que a divisão do tempo também influi na elaboração do fato histórico de outro modo e que o tradicionalismo da história escrita que tende a dividir o tempo em fatos descontínuos. Por outro lado, as fontes orais costumam inclinar-se por uma estrutura paradigmática: os narradores orais se movem entre os “episódios para adiante e para trás em forma de associações mentais”.⁵⁸

Na entrevista, o senhor Elpídio revela vários lugares, acontecimentos e anos que se arrastavam em sua fala de uma só vez, mas que demandaram vários fatores. Após transcrevê-la e analisá-la com maior atenção, percebi que sua narrativa começou a partir de 1979, quando se referiu às enchentes, e findou, embora não mencione, em 1984.

Esclarecemos os fatos. Quando aludiu que sua esposa ocupou uma casa e fora desapropriada pela prefeitura: tratou-se da vila improvisada em terrenos públicos, aumentou durante as enchentes e teve sua destruição final em meados de 1984.⁵⁹ Foi o fator que levou a paróquia a continuar construindo casas no bairro Sagrada Família. A casa onde o senhor Elpídio habita, cedida pela paróquia, localiza-se no mesmo quarteirão, onde foram construídas de uma só vez cinco residências, sendo quatro delas divididas ao meio para abranger duas famílias, como algumas do “Beco”. Todos os moradores desse quarteirão são parentes, o que levou o local a ser chamado de “*Vilinha dos Bibil*”.

Abaixo, há uma fotografia da chamada “*Vilinha dos Bibil*”, são cinco casas construídas num mesmo período após a destruição da chamada “*Vila do Papelão*”. Todos os moradores dessas casas são parentes, por isso a denominação de “Bibil”.

⁵⁸ Ver PORTELLI, Alessandro. Forma e significado da representação histórica: a batalha de Evarts e a batalha de Crummies (Kentucky: 1931-1941). **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 39, p. 11-36, jul.-dez. 2008.

⁵⁹ Livro de Tombo da Casa paroquial da Matriz São José. São Francisco-MG, 18 ago. 1984. Fls. 94 v-95.



Fotografia 10:
Casas contíguas construídas pela paróquia São José no bairro Sagrada Família.
Quarteirão da chamada “Vilinha dos Bibil”.⁶⁰
São Francisco-MG, 2008.
Fotografia e acervo pessoal do autor.

Senhor Elpídio, nesse período, morou em vários lugares, não se contentou apenas em ficar na casa improvisada, moraram com parentes, irmãos, amigos até conseguir a moradia, buscar “colocação melhor” era uma moradia definitiva e se livrar de pressões de patrão e favores de outras pessoas.

Além do desafio que a professora Yara Khoury nos lança em seu texto de passarmos *Do mundo do trabalho para o mundo dos trabalhadores*, também lança-nos bases fundamentais para tentarmos compreender seus modos culturais e outras implicações dos trabalhadores. Nesse sentido, tomando as falas dos entrevistados, procurei levar em consideração o contexto a que tal entrevista estava circundada. Como salientou a autora, “produzir e analisar as entrevistas tem implicado em identificá-las e compreendê-las dentro do contexto social em que se engendram, exercitando a devida apreensão desses sentidos e significados”.⁶¹

⁶⁰ As quatro casas que aparecem são conjugadas, duas famílias moram em cada uma. Há uma divisão no interior da casa: cada família ocupa três cômodos. Com exceção da primeira casa, que não aparece na foto e é a casa do senhor Elpídio.

⁶¹ KHOURY, Yara Aun. *Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores*. In: PORTELLI, Alessandro et alii (Orgs.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos**: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel – PR: Edunioeste, 2009. p. 213-240.

Na vida desses entrevistados, a enchente aparece como um marco, pois delimita os difusores do “vai e vem” da entrevista: “naquela enchente...”, “na cheia”, “durante aquela cheia” e outras expressões são característicos de quem seleciona um fato e incrementa em sua memória para relembrar outros tantos elementos vindouros ou passados com base nesse elemento. Assim, o acontecimento selecionado agrega na memória outros acontecimentos: enchente, vila do papelão, padre, casinhas, madeira, fazendeiros, parecem interligados nas palavras desses entrevistados e vão se recompondo simultaneamente os fatos.

Se as narrativas se fazem na experiência social e as pessoas interpretam a realidade vivida quando narram e pautam suas experiências com base no próprio ponto de vista dentro de sua realidade,⁶² delineiam-se possíveis horizontes de realidade social, com as novas evidências em outros narradores, diferentes moradores, para os laços se completarem em torno dos lastros dessas trajetórias.

Valdomiro Cardoso de Meneses, sessenta e cinco anos de idade, casado, aposentado, trabalhador rural, cultiva vazante nas margens do rio São Francisco. A trajetória do senhor Valdomiro é similar às outras, entretanto, antes de se constituir o bairro, oficialmente, ele já estava se formando pelas ações de trabalhadores como o senhor Valdomiro.

Ele chegou a morar de favores com “uns conhecidos” na margem oposta do rio São Francisco, retornou para a cidade e passou a morar de aluguel já com a esposa. Durante muito tempo, ficou sem residência, tendo morado embaixo de uma árvore, Juazeiro, com a família, nos arredores do que atualmente é o bairro Sagrada Família. Isso aconteceu porque morava de aluguel em outro bairro da cidade, Quebra, porém, devido a uma diferença com a proprietária, saiu e passou a viver na mata, onde ergueu uma casa de pau-a-pique:

Valdomiro Cardoso: Morei foi no mato mesmo, dentro do mato. Eu não tinha lugar de morar. Eu morava no Quebra [bairro] e pagava o aluguel do cômodo. Eu trabalhava fora e deixava a mulher aqui. Um dia eu tava trabalhando e cheguei, a mulher tinha brigado lá na casa e queria bater na mulher minha.

Valmiro: *Como é que é?*

Valdomiro Cardoso: Aí falei: “O negócio é o seguinte: eu tô na casa lá, a casa não vale nada, tem mal um quartinho limpo entendeu, caindo, desbarrancado, aí se não tiver lugar pra mim ir, eu vou pra debaixo de um pé de pau, pra pôr minhas coisas, não vou ficar nessa casa caindo”. Aí levantei no outro dia cedinho e rodei. Rodava isso aqui e caçava um pé de juá pra mesmo ficar debaixo... Rodei, ali embaixo eu achei um pezinho de Juá, aí falei: “Vou ficar aqui mesmo”.

Valmiro: *Debaixo da arvore?*

Valdomiro Cardoso: Da arvore, um pé de Juá.

⁶² KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. Op. Cit. 2004. p. 125.

Valmiro: *O senhor morou debaixo de um pé de Juá?*

Valdomiro Cardoso: Morei.

Valmiro: *Quanto tempo?*

Valdomiro Cardoso: Eu fiquei quase um ano moço.⁶³

No caso do senhor Valdomiro, não se tratou das enchentes ou expulsão por ser agregado, mas por ser inquilino e enfrentar dificuldades com a proprietária que o forçou a sair de sua residência. Não encontrando outras compatíveis com sua renda, decidiu morar com a família nos arredores da cidade, fazendo ranchos provisórios até que encontrasse condições para erguer sua moradia. Até então, todos os entrevistados, mesmo os desabrigados de enchente, haviam conseguido um local para ficar durante períodos em que estavam sem moradias, quer fosse em prédios públicos, quer fosse em casas de parentes, amigos e outras.

Valmiro: *E como o senhor fez pra conseguir essa casa seu Valdomiro?*

Valdomiro Cardoso: Quando eu comecei fazer, já tinha fincado os postes e encaibrado, dois quarto encaibrado, já tinha comprado as telhas também. Quando foi num domingo cedinho, eu levantei, tô coando café, vi o carrinho, veio o padre Vicente e parece que o padre Germano. Aí eu falei: “Vou lá até eles”. De início, eles já tinha amontado um caminhão de areia aqui também né. Areia, pedra... Aí saí pra ali, e falei: “Bom dia, padre”, “Bom dia”. E falei: “Eu tô com um rancho ali, tô com um ranchinho debaixo ali e tô lá. O senhor vai fazer aqui as casas mesmo, o senhor vai fazer a casinha pra mim, vai me deixar aí ou eu vou ter que sair?” Ele falou: “Pois não, o senhor pode ficar mesmo. Não sai, não, pode ficar. Porque nós vai fazer as casas aqui e nós faz a casinha pro senhor aí”.⁶⁴

A narração do senhor Valdomiro fora o momento em que os clérigos estavam organizando os materiais para construção da “vila” aos desabrigados pelas enchentes de 1979. Ele já estava morando no local embaixo de uma árvore em decorrência da querela que teve com a locatária do imóvel onde morava. Valendo-se de sua condição barganhou uma residência com os clérigos mencionados, mesmo sem passar pelos flagelos das enchentes. Parecem narrativas repetitivas e demasiadas já que mencionei tantas vezes que se tratavam de *trajetórias semelhantes*. No entanto, os percursos e as circunstâncias se diferenciavam. À medida que o bairro se constituía, novos moradores passaram a habitá-lo, coincidentemente em períodos similares, a partir de situações análogas, mas sem conhecer muitas vezes um ao outro.

Neste caminho, por exemplo, se compararmos as vidas das próximas entrevistadas lado a lado, não se diferencia muito uma da outra. Entretanto, elas não se conheciam, Maria Letícia Rodrigues e Delzuita Souza dos Santos moravam em lugares diferentes, mantinham

⁶³ Entrevista com Valdomiro Cardoso de Meneses. São Francisco-MG, 02 jan. 2011.

⁶⁴ Entrevista com Valdomiro Cardoso de Meneses. São Francisco-MG, 02 jan. 2011.

parentes na cidade, e seus processos de conquista de moradias foram idênticos. Diferenciavam-se pelas razões, aquela através da paróquia, esta comprou a casa de um antigo proprietário que havia conseguido através da COHAB para os desabrigados de enchentes. Para essas moradoras a enchente não foi catastrófica, nenhuma delas passou por essa experiência. O hábito de visitar parentes na cidade em períodos de construção de conjuntos habitacionais lhes proporcionou a conquista da casa própria.

Maria Letícia Rodrigues, conhecida como Dirce, cinquenta e nove anos de idade, morava na zona rural da cidade vizinha, Brasília de Minas. Mudou-se para o bairro após residir em outras cidades circunvizinhas e também viver um período em bairros diferentes na cidade. Reside no bairro há mais de vinte anos, não soube a data e o tempo precisos, antes disso morava de aluguel. Ao lado de sua casa, existem outras cinco residências no interior do “Beco”. Ela conseguiu a moradia através da paróquia, a prima dela, que morava na casa, mudou-se e repassou a ela.

A senhora Maria Dirce é mãe de quatorze filhos, sendo que dois faleceram, alguns moram com ela, inclusive alguns netos; outros estão em Brasília. Ela é trabalhadora rural, cultiva vazantes às margens do rio São Francisco, juntamente com o marido, em pequenas plantações para próprio sustento. Possui vários parentes em São Francisco e sempre manifestava o desejo de voltar a morar perto deles. Durante a conversa, entre trocas de informações, falei os nomes de meus pais. Ela disse-me ser amiga de minha mãe, se encontram na igreja e outras ocasiões. Mencionei também ter lecionado para o neto dela na escola do bairro, Rodrigo, que encontrei próximo pela rua, me explicou como chegar até o interior do “Beco” e encontrar a casa de sua avó. Estes fatos fizeram com que ela, a princípio desconfiada, depositasse confiança e credibilidade em mim e passou a falar abertamente. O diálogo é imprescindível para obtermos melhores entendimentos entre as duas partes e também pode ser imprevisível. O fato de esta entrevistada conhecer minha família facilitou, mas, a princípio, a conversa estava sendo difícil, parecendo um jogo de perguntas e respostas. Não sabia que ela conhecia minha família, tampouco estava em meus planos, pois tratava-se de uma conversa entre mim e a entrevistada. Não quis enveredar para um debate, no decorrer surgiu a oportunidade de falarmos de minha família, da família dela, dos filhos, dos netos, alguns que já foram meus alunos. Ela, ao mesmo tempo, indagava-me, querendo saber mais detalhes da pesquisa, os propósitos. Dessa forma, quando lhe disse ser morador do bairro, procurou tão logo saber de quem eu era filho, meus pais, onde moravam, o que faziam.

Valmiro: *A senhora veio pra São Francisco quando?*

Maria Letícia: Já tem uns vinte e três ou vinte e quatro anos que eu moro aqui.

Valmiro: *Por que a senhora veio de lá pra cá?*

Maria Letícia: Porque meu povo morava mais era aqui. Morava uns aqui, outros ali no bairro da Aparecida... Aí minha mãe já morava aqui, aí nós tava morando lá e eu vim.

Valmiro: *Dona Dirce, o bairro Sagrada Família mesmo formou aqui nesse espaço, nessas casas aqui. Agora, quando a senhora veio pra cá, por que a senhora veio direto pra essa casa? Como a senhora fez para vir direto para o bairro Sagrada Família?*

Maria Letícia: Foi assim, morava no mesmo bairro, mas só que mudou de casa. Antes, eu morava lá na rua, naquela rua ali. Na rua Padre Guerino Lassafá. Aí, depois, passou pra cá e, aqui nessa casa, quem morava era uma prima minha. Eu morava não era mesmo na casa da gente mesmo. Com o tempo, as pessoas precisam, né. Aí, eu peguei e falei com o padre, pra ele me dar. Eu falei pro padre, porque ele sempre dá casa. Outra hora ele compra lote, dava pros povo e eu falei pra ele, e ele falou assim: “Ó, faz isso”. E a prima minha tinha um lote ali, lá mesmo o padre fez uma casa pra ela. Ele falou assim: “Olha, eu vou fazer a casa pra ela e depois você passa pra casa dela e ela vai pra casa dela e a casa dela você fica morando”. Aí eu fiquei morando aqui.⁶⁵

Dona Dirce morava de aluguel e conseguiu uma residência também com a paróquia. Afirmou ter saído da cidade onde morava para ficar perto de seus parentes, além de mencionar também ter trabalhado no interior do Paraná e São Paulo. Nesses lugares, morava com o irmão e viajavam procurando emprego. A cordialidade era assumida pelos iguais em condições. Dona Dirce, sem terrenos e quesitos financeiros, valeu-se da solidariedade de sua prima que cedeu sua casa após o reverendo construir outra no terreno que possuía.

Delzuita Souza dos Santos, cinquenta e nove anos, viúva há dois, mãe de quatro filhos, sócia e membro da diretoria da horta comunitária, ex-tesoureira da Associação Comunitária do bairro, reside no local desde 1980, numa das casas construídas pela COHAB para os desabrigados de enchentes. Seu marido, Domingos Alves dos Santos, já havia sido entrevistado para outros trabalhos em 2006.⁶⁶ Não a conhecia ainda e lembrei de ter entrevistado seu marido somente depois que mencionou seu nome – embora eu mantivesse contato, superficialmente, com seu marido quando jogava futebol, pois senhor Domingos, popularmente conhecido como “Velho Domingo”, era treinador de times no bairro. A decisão de entrevistá-la foi por morar numa das casas da COHAB, com o objetivo de buscar diferentes trajetórias de moradores desses conjuntos. Como as casas desta iniciativa são poucas – apesar de comporem três quarteirões do bairro – andei pelo local descrevendo-as e decidi conversar com pessoas cuja residência mantém características e tamanho originais.

⁶⁵ Entrevista com Maria Letícia Rodrigues. São Francisco-MG, 03 jan. 2011.

⁶⁶ Projeto de Iniciação Científica, denominado **Brasil Afroatitude**. Universidade Estadual de Montes Claros, 2006-2007.

Valmiro: *A senhora veio pra cá em que época?*

Delzuita: Daquela enchente. Inclusive na época daquela enchente, a casa da gente era a casa da minha mãe, era no Quebra. Minha mãe perdeu a casa dela lá e ganhou uma no Bandeirante.⁶⁷

Assim como outros moradores, sua mãe perdeu a moradia por causa do transbordamento do rio São Francisco e conseguiu outra erguida pelo Banco Nacional de Habitação no bairro Bandeirantes, onde houve reconstrução de moradias. Nesse bairro ficou a maior parte das pessoas que morava em outros bairros da cidade. No bairro Sagrada Família predominou a presença de moradores do meio rural e das adjacências do rio.

Valmiro: *Como ela conseguiu lá?*

Delzuita: Naquela época, eu não me lembro, foi naquela confusão das casas. Quem pegou as casas depois ganhou essas casas da prefeitura e doação do governo.

Valmiro: *O que fez vocês virem pro bairro Sagrada Família?*

Delzuita: Naquela época, a gente já tinha duas filhinhas, as duas meninas mais velhas. Inclusive, a segunda filha minha nasceu nessa época de enchente. Eu lembro que tinha gente aqui... Eu, com um bebezinho novo recém-nascido, sabe? Todo mundo com sofrimento, aquele povo vindo da roça, o pessoal perdendo casa, perdendo tudo, perdendo fazenda, perdendo roça. Eu, nessa época, passei esse sufoco. A gente morou acho que um ano, dois anos em Brasília, mas, quando foi na época, por sorte, nós veio bem na época da enchente. Só que a gente veio sem saber da enchente. Quando a gente chegou aqui, a gente pegou aquela fase bem difícil, que foi aquela enchente de 79. A minha segunda filha foi nascida em 79.⁶⁸

A expressão “por sorte” usada por dona Delzuita para relatar que veio junto com a família na época da enchente contrapõe-se à imagem de tragédia que costuma acompanhar as narrativas sobre a enchente. Dona Delzuita narrou o acontecimento com alegria. Decerto, para ela e a família representou uma saída ante ao fato de morar numa cidade como Brasília-DF em fins dos anos 1970, pagando aluguel, o marido sem emprego fixo e duas filhas de colo. Eles viram, durante as enchentes, uma possibilidade de conseguirem adquirir uma casa própria.

Valmiro: *Então, dona Delza, como vocês fizeram pra conseguir esta casa?*

Delzuita: Essa minha aqui, eu consegui, foi eu que comprei. A pessoa que ganhou não quis ficar aqui, ia embora e tava vendendo a casinha. Tudo que passou aquela enchente, a gente tava morando em Brasília, eu mais meu marido. Nós ficava morando uns tempos aqui e voltava pra Brasília. Mas minha mãe ficava sempre aqui. Nós tava aqui mais a minha mãe nessa época. Quando passou a enchente, nem minha mãe mesmo tinha lugar de ficar, tava morando de aluguel, acabou tudo, a gente ficou morando no Bandeirante, numa casinha alugada. Quando passou aquele sufoco da enchente, meu marido tinha um serviço lá em Brasília. Sempre que ele voltava... Ele tava sempre trabalhando lá numa chácara lá. Nós voltamos pra lá, ficou minha mãe. Eu falei assim: “Ó, mãe, quando sair as casa, se tiver alguém

⁶⁷ Entrevista com Delzuita Souza dos Santos. São Francisco-MG, 31 jan. 2011.

⁶⁸ Entrevista com Delzuita Souza dos Santos. São Francisco-MG, 31 jan. 2011.

vendendo as casas, como nós não fizemos inscrição pra ganhar...”, então a gente tinha que adquirir assim, comprando. Logo, a minha mãe escreveu pra mim pra mim pra que eu viesse urgente, que tinha uma pessoa aqui vendendo uma casinha. Eu vim imediatamente mais meu marido. Cheguei, vimos, conversamos com o povo e compramos essa casinha aqui. O quê? Há trinta e... Mais de trinta anos. Eu comprei essa casinha aqui e tô aqui até hoje.⁶⁹

Essa narrativa justifica a referência de sorte ao se deparar com um lugar assolado por enchente. Nem mesmo sua mãe possuía casa própria; desabrigada, viveu um período de aluguel, junto com dona Delza e família.



Fotografia 11:
Fotografia de casas construídas pela COHAB no bairro Sagrada Família.
São Francisco-MG, 2008.
Fotografia e acervo pessoal do autor.

Sobre as casas construídas pelo Banco Nacional de Habitação - BNH, havia, na lei de doação de terrenos e decretos do governo, que as pessoas beneficiadas deveriam pagar prestações mensais até quitar todas as despesas do serviço público, como medidas de terrenos e ruas. Mas todos os entrevistados pagaram, no máximo, duas ou três prestações, alegando ser alta a taxa e outros pararam simplesmente porque ouviam os vizinhos dizerem ter sido extinto o pagamento. A venda dessas residências pelos beneficiários era comum, como no caso de

⁶⁹ Entrevista com Delzuita Souza dos Santos. São Francisco-MG, 31 jan. 2011.

dona Delza, que encontrou vendedor. Durante as pesquisas, informalmente, em conversas com pessoas que habitam esse tipo de residência, muitos me disseram ter comprado a casa por meio de outras pessoas que recebiam. Nos editais abertos para inscrição em São Francisco diziam que os interessados deveriam obter renda de no mínimo três a cinco salários mínimos, incoerente com a realidade dos trabalhadores no período.

Exemplo de conquista, dessa vez, através da inscrição no plano de moradia em decorrência das enchentes, não de situação financeira, é o senhor Arnaldo Alves Correa, sessenta e três anos, casado, pai de oito filhos, mora numa das casas erguidas pelo BNH. A casa do senhor Arnaldo, excetuando a parte que ele construiu para o fundo, ainda está perfeitamente de acordo com o projeto original. Outras em redor já foram modificadas pelos moradores, seja na fachada, com a construção de muros, ou na altura para trocar o telhado. No dia da entrevista, o senhor Arnaldo acabara de chegar de uma promessa de Folia de Reis, cujo terno do qual faz parte estava pagando em outra comunidade de São Francisco, Travessão. Reapresentei-me para a esposa dele e conversamos um pouco, lembrando na adolescência, quando eu frequentava a casa deles visitando seu filho, Arnaldinho, do qual sou amigo, com muita dificuldade, ela disse lembrar-se de mim. Falamos de seus filhos, alguns dos que foram para Brasília e Belo Horizonte. Nos relatos do senhor Arnaldo, ele aponta que preferia continuar na roça, se a enchente não tivesse destruído sua casa. A mudança dele e de seus familiares está ligada diretamente às enchentes, pois morou de favor em outros bairros até a casa ficar pronta. Atualmente, senhor Arnaldo cultiva mamonas através de um projeto da Petrobras na cidade, planta roça nos terrenos onde morava antes de se mudar para o bairro, cultiva vazante nas margens do rio São Francisco e alega não ter voltado para o local de origem porque ainda não possui água potável. Ao ser indagado sobre o local de moradia e origem, respondeu que:

Arnaldo Alves Correa: Assim, eu morava na roça, no Angical, mas, primeiro, eu criei um bocado de meus meninos na Taboquinha, pregado com o Angical, distrito de Tapera. Eu mudei pra cá em 79. Só que a gente sempre mexia com roça, mas eu perdi o terreninho que eu tinha lá.

Valmiro: *Por que vocês vieram para o bairro Sagrada Família?*

Arnaldo Alves Correa: Ah, foi na época que lá não tinha água. Lá não tinha nem água e nem luz, porque a roça hoje você pode mexer aqui, pode mexer pra acolá, mas o futuro da pessoa é na roça.⁷⁰

⁷⁰ Entrevista com Arnaldo Alves Correa. São Francisco-MG, 06 jan. 2011.

Durante a entrevista, sempre enfatizava o gosto e a vontade de voltar definitivamente para a zona rural. No caso do senhor Arnaldo, gostar mais da roça do que da cidade pode estar no fato de ter nascido no meio rural e ter de residir na cidade por um momento emergencial, as enchentes. Isto não é uma regra. O senhor Arnaldo tem os motivos para continuar no campo, plantando grãos e legumes. Para ele, a cidade ou o bairro Sagrada Família é apenas um lugar de parada e de descanso onde a família toda reside. Nota-se que ele, assim como outros, pensava em voltar à terra de origem, antes de se fixarem definitivamente na cidade. Viviam a expectativa de as águas baixarem e retornar à casa própria, como o fez, por isso aceitaram as condições momentâneas se instalando no local onde moram atualmente. Passaram a viver no bairro como um lugar provisório, entretanto a provisoriedade pareceu se eternizar, a partir das relações que construíram com o local, vizinhos, parentes, amigos e com o trabalho. Recentemente, o senhor Arnaldo construiu uma casa no local onde cultivava vazante próxima ao rio: ao entardecer ou quando o rio está “violento”, fica por lá mesmo.

Valmiro: *Quando o senhor veio morar aqui?*

Arnaldo Alves Correa: É... Quando veio a enchente, eu tava morando aqui na beira do rio. Mas eu mexia na roça ainda. Mesmo quando eu parei de mexer lá, eu comprei aqui na beira do rio. Era morando aqui e mexendo pra lá não tava bom não, depois que nós já tava lá. Nós fez a casa lá. É bom demais, dá vontade de ficar lá direto.

Na relação do senhor Arnaldo com o proprietário da fazenda onde morava, não posso dizer que existia harmonia mas, durante o período das enchentes, ficou na casa do patrão.

Valmiro: *E quando a água derrubou a primeira casa, onde o senhor ficou seu Arnaldo?*

Arnaldo Alves Correa: Eu fiquei lá no barraco de Zé Godói, lá na cerâmica, lá mesmo, dentro da cidade. Lá, tinha uma cerâmica de fazer tijolo e uma serralheria. Eu trabalhava com Zé Godói. Nessa época, ele fez esse terreno e passou a máquina todinha, limpou ele e dividiu com nós pra trabalhar, e falou: “Ó ‘cês toma conta aí, eu vou fazer umas casa aqui pr’ocês”. Nós trabalhou lá com ele e ele dividiu pra nós. O ano passado eu vendi pro meu irmão.⁷¹

Residir no terreno do patrão foi um período provisório para o senhor Arnaldo. Apesar de todos os empecilhos, sua vida parecia cômoda em relação a tantos, pois, ao que

⁷¹ Entrevista com Arnaldo Alves Correa. São Francisco-MG, 06 jan. 2011.

parece, houve a quem recorrer tão logo ficou desabrigado, diferentemente de outros. Mas há uma questão, os passos que o levaram a conseguir uma residência no bairro.

Valmiro: *Seu Arnaldo, como vocês fizeram para conseguir essa casa aqui no bairro?*

Arnaldo Alves Correa: Essa casa aqui eu fiz a inscrição na época da enchente de 79, eu morava na beira do rio, né. O trem atingiu lá todinha, rebuçou minha casa, ela caiu. Quando ela caiu, eu saí pra fora. E quando a água baixou e deu chão, eu tornei voltar pra trás, não tinha lugar de ir. Eu voltei pra trás, mas a casa caiu. Aí, o padre pega e me dá uma casa acolá. Ele fez um quarteirão de casa ali. As primeira casa, ele pegou e me deu uma casa lá. Mas eu tinha feito a inscrição dessas, né, eu fiz a inscrição delas, mas o padre me deu uma casa pra morar. Aí, essas aqui que eu fiz a inscrição e saiu pra mim.⁷²

Conseguiu moradia com a paróquia e estava inscrito nos órgãos do BNH. Como não tinha nada a perder, garantiu a que saiu primeiro, deixou a casa doada pelo padre, pois sua residência estava pronta, a habitação da paróquia foi doada a outra pessoa.



Fotografia 12:

Casa do senhor Arnaldo Alves Correa.

Notam-se algumas modificações em relação à planta original da casa como nas fotografias anteriores.

São Francisco-MG, 2011.

Fotografia e acervo pessoal do autor.

Como mencionaram os entrevistados, mesmo deixando de pagar por completo as residências da COHAB, todos eles mantêm as escrituras das casas – todos que entrevistei e

⁷² Entrevista com Arnaldo Alves Correa. São Francisco-MG, 06 jan. 2011.

que moram nesse tipo de residência pagam Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU. Muitas dessas escrituras foram doadas gratuitamente pela prefeitura na década de 1990, como mais um ato eleitoral.⁷³

1.2. A conquista da moradia: percursos para tornar-se morador da cidade

Tentativas governamentais existiram, embora em pequenas proporções, dentro do Plano Nacional de Habitação Popular: a cidade de São Francisco seria contemplada na primeira etapa do programa com cem unidades. Ao todo, em âmbito regional, seriam 3.750 casas construídas nos municípios de Itacarambi, Manga, Pirapora, Januária, São Francisco e Ubaí, (todas no Norte de Minas Gerais, ainda por consequências das enchentes). Os programas eram destinados para pessoas com rendas de um a cinco salários mínimos, o que dificultou o acesso de muitos trabalhadores que não tinham como comprovar renda.⁷⁴

O Programa de Erradicação das Submoradias – PROMORAR, surgiu ainda durante o período das enchentes do Norte de Minas para construir, em cinco anos, cem mil moradias.⁷⁵ Destinadas aos assalariados com renda mensal de um a três salários mínimos, denominado de “Minas Casa”, o programa teria a Caixa Estadual como agente financeiro, com uma prestação mensal que variava de 250 a 450 cruzeiros, uma realidade distante do alcance financeiro dos habitantes naquele período. O Governo Municipal seria o responsável pelo programa, realizando pesquisa sócio-econômica, elaboração do projeto de loteamento e medidas.⁷⁶

As especulações de casas populares da COHAB ou por outros programas do Governo Federal e Estadual também eram frequentes. Entretanto, o que se percebe é que não houve de fato concretização dessas ações ou “políticas públicas”, das construções das casas, pois os primeiros conjuntos habitacionais foram entregues nos bairros Quebra e Bandeirantes no final de 1979 e no bairro Sagrada Família somente em 1981.⁷⁷ Em 1982, a questão de moradias para os trabalhadores que se deslocavam da zona rural para a zona urbana, no

⁷³ No segundo capítulo o processo de doação das referidas escrituras está descrito.

⁷⁴ Novas inscrições para casas populares. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 20, n. 939, domingo, 03 fev. 1980. p. 1.

⁷⁵ Promorar. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 20, n. 948, domingo, 20 abr. 1980. p. 1.

⁷⁶ Caixa vai financiar casas. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 20, n. 947, domingo, 13 abr. 1980. p. 1.

⁷⁷ **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 20, n. 986, domingo, 22 mar. 1981. p. 1..

município de São Francisco, ainda se colocava como questão em aberto, conforme se vê no jornal **SF, O Jornal de São Francisco**, que apresenta notícia de programa da Prefeitura e do Governo Estadual:

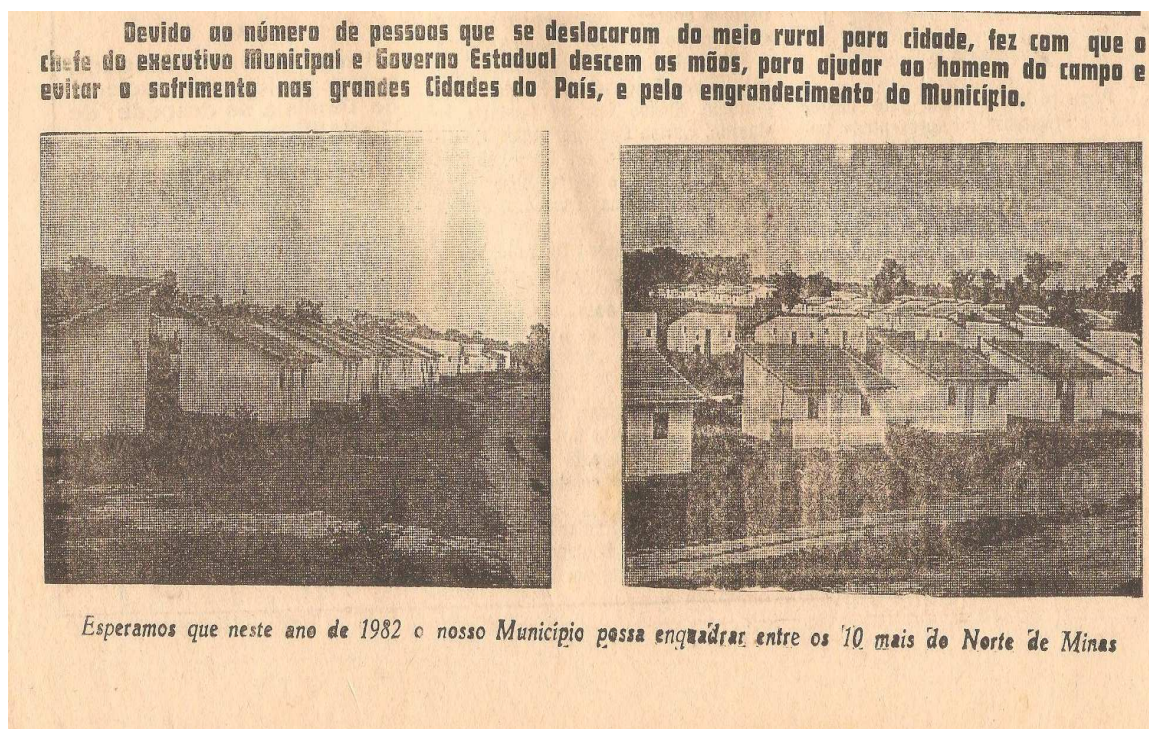


Imagem do Jornal 1:
Imagem digitalizada do jornal *SF, O Jornal de São Francisco*, de 1982.
Na imagem, fotografias das casas da COHAB construídas no bairro Sagrada Família.
Acervo da ONG Preservar.

A casa própria foi, no decorrer das enchentes, o constante desafio para os trabalhadores que estavam desamparados, mas não aconteceram concretizações imediatas. Muitos moradores já tinham dado seu próprio “jeito na situação”. Retorno à trajetória do senhor Arnaldo Alves Correa, por exemplo. Quando as primeiras casas da COHAB saíram, ele estava amparado numa das casas construídas pela paróquia há muito tempo. Outros estavam em casas de amigos, parentes, embora fossem abrigos passageiros. Se fossem esperar pelas “políticas públicas” ficariam completamente à mercê.

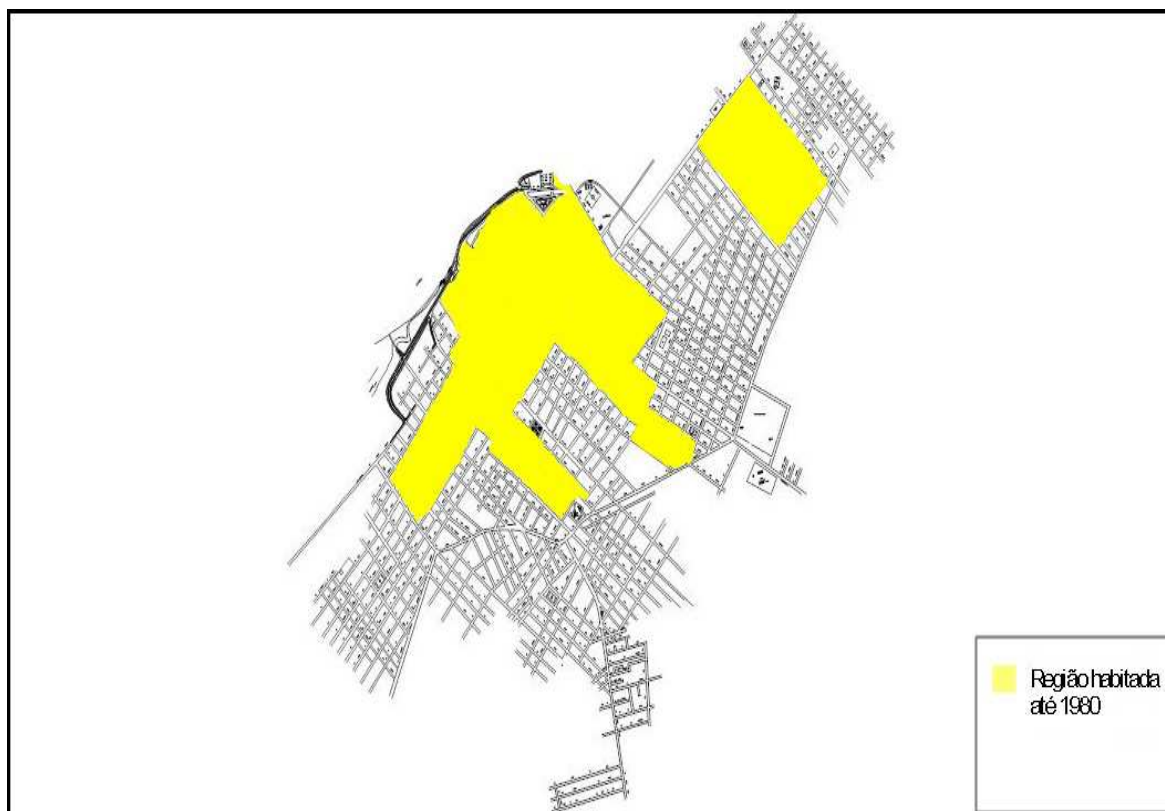
Essas análises diziam respeito a um período conturbado, porém de grande investimento no município. A cidade de São Francisco foi uma das que recebeu maiores investimentos durante as enchentes. Analisando a tabela de repasse de recursos, percebi que

num curto período, de 1979 e 1980, as verbas para conter enchentes destinadas à cidade de São Francisco correspondiam ao triplo do orçamento fixado para o ano de 1982.⁷⁸ Os recursos não se concretizaram nas vidas de muitas pessoas que viviam de forma semelhante aos entrevistados.

Saídas como comprar uma casa de terceiros que haviam conseguido pela COHAB foi uma alternativa. Afora a enchente, havia um déficit habitacional na cidade. Informações com moradores dessas residências evidenciaram que a distribuição dessas moradias destinadas propriamente para os desabrigados das enchentes não ocorreu de maneira “devidamente” direcionada a eles. Informalmente, alguns moradores disseram que era mais fácil conseguir uma casa quem não era, propriamente, desabrigado, pois a condição de quem passou pela experiência da enchente era péssima, com recursos insuficientes para conseguir “legalmente” a casa através das exigências da COHAB. Algumas pessoas não aceitaram gravar esse tipo de detalhes, mas, por outras vias, as informações esclareceram que às vezes, outras pessoas se inscreviam nos planos da COHAB, os que possuíam renda exigida no edital, de dois a três salários mínimos e, então, repassavam a casa, posteriormente, para quem estava desabrigado pelas enchentes. Às vezes, a vendiam por um preço singelo. Outras informações de moradores dessas residências apontaram que fazendeiros faziam as inscrições e repassavam as moradias para seus ex-agregados, como última “esmola” para que eles deixassem suas terras, tirando, assim, a possibilidade de um desabrigado pelas enchentes consegui-la.

Devido a essas práticas, num curto período, o mapa urbano da cidade sofreu algumas alterações. Como se vê a seguir, até 1979, apenas a faixa amarela à esquerda constituía a cidade. Já em 1980 o mapa ganhou uma enorme quantidade de pessoas devido à formação do bairro Sagrada Família em decorrência das enchentes.

⁷⁸ O total recebido pela cidade foi publicado no jornal **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 21, n. 1018, domingo, 22 nov. 1981. p. 1.

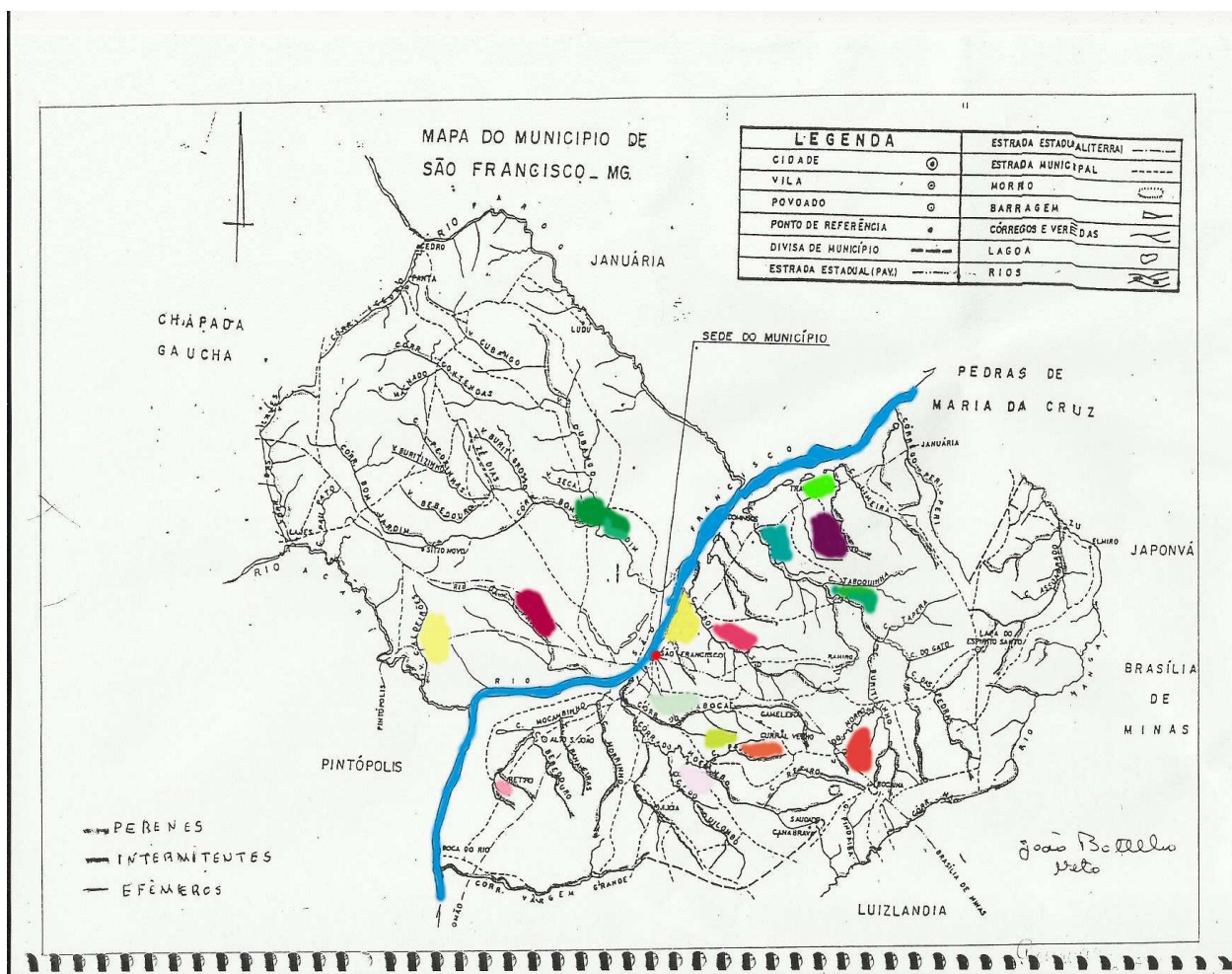


Mapa 4:
Mapa urbano de São Francisco.
A parte destacada em amarelo representava o perímetro urbano até 1980.
Acima, o bairro Sagrada Família.
Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo.⁷⁹

Os migrantes, ex-agregados e desabrigados de enchentes pareciam, ao analisar as entrevistas, carregar os mesmos problemas, desejos e dificuldades forjadas nas experiências associadas ao fato de serem desterrados ou expulsos, passando a residir num bairro ainda em formação, distante de outros bairros da cidade. Catástrofes naturais, secas, enchentes... Inquilinos malquistos, agregados indesejados, tiveram de aceitar todos os tipos de ajuda em decorrência de suas condições materiais de vida. Tratavam-se de famílias completas, com filhos recém nascidos ou adolescentes, sendo os pais, a maioria, desempregada. Contudo, de acordo com as circunstâncias que os cercavam, foram reerguendo e reconstruindo suas histórias.⁸⁰ Situações delineadas à medida que se fazem as narrativas circunstanciadas por diferentes trajetórias e semelhantes reerguimentos dos entrevistados.

⁷⁹ Adaptado e modificado pela acadêmica do 7º período de História da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, campus de São Francisco, Daiane Pereira da Silva, por ocasião de suas pesquisas sobre a cidade no período correlato.

⁸⁰ Karl Marx salientou que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas



	BOI MORTO
	PAJEÚ
	MOCAMBO
	RETIRO
	TRAVESSÃO
	TABOCAL
	MOCÓ
	TABOQUINHA/VAQUETA
	VILA DO MORRO
	BOM JARDIM (margem esquerda do rio)
	PRATA (margem esquerda do rio)
	ARROZAL
	TOCO PRETO
	CALDEIRÃO (margem esquerda do rio)
	SAPÉ

Mapa 5:
Mapa do município de São Francisco.
Território do município de São Francisco, destacando algumas comunidades rurais de onde saíram alguns moradores atuais do bairro Sagrada Família.
Fonte: ONG Preservar.

A cidade de São Francisco passou a ter uma habitação urbana, porém com características rurais. O modelo de política visado pelo governo no período excluía os pequenos agricultores de fazerem parte daquele “desenvolvimento”. Wenceslau Gonçalves Neto, em *Estado e agricultura no Brasil*, faz um balanço de como o país passou a uma urbanização sem, contudo, prover de meios necessários e de políticas adequadas para tal. Até o início dos anos 1960, o país era uma espécie de “grande fazenda” ditada pelos grandes fazendeiros e coronéis. O discurso de legitimação do poder não permitia a penetração ou ascensão dos chamados “excluídos”, que colocaria em risco toda a estrutura de dominação. O setor agrário, no entanto, passou por diversas transformações durante a década de 1980, no ímpeto de redemocratização. Nesse âmbito, as principais metas do governo, segundo o autor, era produzir alimentos, gerar excedentes exportáveis e substituir produtos que pesaram de maneira desfavorável na balança comercial. É nesse contexto de mudanças profundas nos setores político e econômico que, na busca de uma conformação social, os pequenos agricultores foram obrigados a procurar novas formas de sobrevivência, uma vez que não encontravam, no modelo do governo, bases para esta sustentação. Nesse meio, os principais prejudicados foram os moradores que não possuíam posses nem encontravam nas novas políticas aparato ante as suas necessidades.⁸¹

O propósito das entrevistas com os primeiros moradores era buscar as experiências deles e o cotidiano no bairro, as relações com a cidade após os acontecimentos em suas vidas. Poucos mencionaram em suas falas o desejo de sair da roça, do meio rural e se mudarem para a cidade. Poucos mencionaram ter relações na e com a cidade, pois importava conseguir uma casa, não importava o lugar ou de qual forma viesse a se concretizar. Poucas pessoas se referiram à cidade como lugar de trabalho de sonho ou “esperança de melhorias”. A roça continuou sendo o local onde ainda são produzidos os recursos para manutenção da família e de expectativa para esses trabalhadores. O fator “cidade” não foi o objetivo final de alguns entrevistados, apenas a necessidade de conseguir a casa própria fez com que se mudassem de seus respectivos lares. Outros, porém, foram impulsionados, quer fossem por fatores como secas e enchentes, fugindo de locais atingidos, ou por sofrerem pressões para saírem da terra que não era deles. Para esse grupo formado por esses entrevistados acima, o bairro significou o lugar do recomeço, onde uma nova vida continua reconstruindo-se.

Esses entrevistados tiveram que se arranjar durante e após os longos períodos que sofreram, fazendo bicos, ajudando a construir outras casas delegadas pela paróquia, fazendo

⁸¹ GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica no Brasil. 1960-1980. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 19-20.

tijolos, trabalhando de carroças, plantando pequenas lavouras para subsistência e arrendando terrenos com outras pessoas. Viviam em constante solidariedade que se afirmava nos momentos como dividir a água com o vizinho que tinha que buscá-la no rio, dividir o algodão, necessário para fazer o pavio utilizado na lamparina e troca de alimentos que não possuíam. Tudo isso gerado na compreensão da parte tanto dos migrantes quanto dos “flagelados” e ex-agregados de que os problemas particulares se confundiam com as dificuldades dos outros. Um período em que não havia quase possibilidade de lazer, exceto os bares que já começavam a se formar como outra forma de alguns ganharem a vida. Um lugar em que todos estavam nas mesmas qualidades, mas procedentes de locais diferentes, sem conhecer um ao outro, senão pela situação que os colocava lado a lado: degredados, agregados, flagelados de enchentes ou de secas. Um lugar que, de imediato, significou poucas oportunidades, tanto em questão de escola para os filhos estudarem (fator que muitos citaram durante as entrevistas), quanto em questão de trabalho, água potável e energia elétrica. Mesmo que muitos estivessem acostumados a viver em locais sem energia elétrica, em um novo local que se constituía como espaço urbano, condições de vida urbanas, como a eletricidade, passavam a ser tomadas também como conquistas.

As entrevistas evidenciam uma movimentação espacial das pessoas em busca de outros lugares após as enchentes, que descortinou uma realidade social, marcada pela carência e pela ausência de um discurso político que legitimasse direitos. Sair desses locais pode se configurar como uma realidade, uma necessidade, quiçá, retardada ou adiantada devido à enchente. Nas entrevistas, “coincidentemente”, os entrevistados relataram não conseguir amparo com os fazendeiros após este episódio. É uma relação que não deve ser colocada como exceção, mas deve levantar outras questões. Foram fatores comuns, sobrepujados acima de tudo na década de 1980, quando ocorreu uma tentativa de rediscutir a reforma agrária. Atrelados a isso, os incentivos para o desenvolvimento rural, com apoio ao agronegócio, durante a ditadura militar, acabaram aglutinando demandas sociais que não foram supridas. São fatores que se articulam às constantes migrações de moradores da zona rural para buscar outras moradias e formas de trabalho na cidade.

Essas realidades descortinam a condição de classe dessas pessoas que saíram e encontraram em outros lugares um terreno comum, por sua realidade histórica. O ir e vir desses entrevistados, de uma fazenda para outra, articula-se à situação do país nos períodos de 1970 para 1980. O descompromisso com direitos sociais marcou uma transição maior de trabalhadores em busca de direitos em outros locais. Esse período ficou caracterizado como a

emergência de diversos movimentos e pelo direito à moradia, quer fosse no campo ou na cidade, em forma de mobilizações, articulações e organizações em torno do uso do solo urbano. As lutas populares se apresentavam desde o início da década de 1980 como salientava Robson Laverdi em seus estudos.⁸²

Se for com o presente que se preenche o tempo histórico, há um significado ao passado enquanto campo de possibilidades para situarmo-nos no presente e reportarmo-nos ao passado para tentar entender o tempo de nossos sujeitos na história.⁸³ Essas narrativas expressam uma condição de classe desses entrevistados. Nascer e viver na “roça”, contígua à fazenda, representava uma terra que não lhes pertencia, enquanto propriedade, mas significava, ao longo da residência – e do trabalho – nela, a sustentação da família. De maneira contraditória, revela também certa “dependência” para com o proprietário, senão em termos legislativos, ao menos em termos de trabalho e divisão da colheita. Por mais que nós, historiadores, tentemos reposicionar nossas interpretações no tempo de cada um dos entrevistados, acredito que não chegaremos à conclusão exata a ponto de descrever a situação de cada um. Contudo, analisando as narrativas no tempo presente deles e nesse presente tentando compreender o passado, algumas evidências favoráveis vão surgindo. Assim, o tempo de cada um vai aparecendo quando revela “nascer na roça”, migrar com a família para outra fazenda. Nesse ínterim, o migrar para outra fazenda se repetiu sucessivamente até encontrarem condições satisfatórias de trabalho ou até contarem com a conivência de um fazendeiro. O deslocamento de cada um da fazenda até a situação que se encontra atualmente é fruto da condição de classe de cada um que emerge e transparece durante os diálogos, tornados evidências neste trabalho; ao mesmo tempo, também, em que configura-se com um fator para que se forje e se transforme essa condição de classe na ligação de suas trajetórias umas às outras. Nascer numa fazenda significava um entreposto de que a necessidade de migrar soaria questão de tempo.

O tempo presente desses entrevistados, enquanto importância para entender o passado deles, denuncia a permanência de seus modos de trabalho. Dizeres como “ainda planto”, “até hoje planto roça onde nasci”, “planto vazante na beira do rio”, expressam um presente condizente com seu passado. Esse tempo se torna um terreno comum em que esses trabalhadores se situavam. Esses entrevistados não apresentam um emaranhado de histórias

⁸² LAVERDI, Robson. Solo urbano e articulação nacional pela Reforma Urbana: os movimentos populares urbanos na Constituinte (1980-1988). **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 18/19, jan.-dez., 1998.

⁸³ FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 6. p. 5-23, jan.-jun., 1992.

singulares, de suas vidas apenas, mas vinculam nomes de outros, seus pares, quer se tratando dos mesmos locais quer se tratando de outros. Suas narrativas revelam mais do que fatos, pontuam o que e como era viver “na roça” em fazendas e como era viver no bairro.

Quanto ao viver no bairro? Que inferências podem ser aduzidas dessas narrativas? Ao tramitar pelas entrevistas, o viver no bairro representou novas necessidades de migrar, dessa vez, para os filhos desses primeiros moradores. A busca de novas “melhorias” não findou com a saída das fazendas (ou da roça) e a inserção no bairro (ou na cidade). Outra característica expressa a condição de classe exposta durante a apresentação dos entrevistados: a necessidade de sair da cidade e trabalhar e/ou morar em grandes capitais como São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro. A simples apresentação de seus filhos que foram para estas e outras cidades revela um tempo diferente proporcionado pelas condições de classe desses entrevistados. Porém, o tempo dos seus filhos é outro tempo, diferente do deles. Os entrevistados revelaram suas trajetórias de uma fazenda a outra, numa constante busca de fixação num lugar durante as décadas de 1970 e 1980. Seus filhos, porém, se depararam com as mesmas dificuldades como encontrar emprego na cidade. Da mesma forma que os primeiros habitantes tiveram que se mudar de uma fazenda a outra, os descendentes destes tornaram comum a prática de sair desta cidade e morar e trabalhar em outras pelo estado ou pelo país.

Ao procurar desenvolver, com os entrevistados, o tema de suas diferentes situações de vida antes de chegarem à região onde hoje é o bairro Sagrada Família, deparei-me com relato de uma situação que se apresentava comum a muitos deles: a condição de ser agregado, lavrador estabelecido em terra alheia. Esse problema surpreendeu-me e desafiou minha “organização” parcial e o diálogo até agora empreendido com as fontes. O que me levou ao caminho de volta, “a campo”, em busca de outros embasamentos nas entrevistas e outras fontes, tentando problematizar minha própria “organização”, com a preocupação de novas questões e descortinar o tempo em que essas pessoas estavam se movimentando e mudando até chegarem com diferentes experiências em períodos semelhantes e reerguerem-se de maneiras análogas. Será que eles se aportaram no bairro por causa das enchentes ou pelo fato de serem agregados? De acordo com as entrevistas, tenho afirmado que o bairro foi criado por causa das enchentes. Ao mesmo tempo não posso afirmar ou inferir de minhas fontes e evidências, que grande parte daqueles moradores chegaria à região e ficaria no bairro caso não fossem agregados, pois a maioria manifestou o interesse de voltar ao local de origem se houvesse condições de moradia e de trabalho, na zona rural, com acesso à terra. Muitos

retornaram, mas já não havia concessão dos proprietários das terras para eles permanecerem. Para outros, entretanto, foi mais seguro passar a residir no bairro, pois não possuíam moradias e as receberam gratuitamente, com a exceção dos que receberam do BNH, pagaram algumas taxas, mas suspenderam-no dentro de poucos meses. O retorno não se justificaria, uma vez que há tempos desejavam uma moradia própria, definitiva.

O peso de ser agregado pareceu ser mais forte, surgiu como uma pressão social, política e econômica, mesmo que reivindicassem seus direitos, poderia ser mais difícil do que lutar contra um fator natural, a enchente, pois, em relação a este, bastaria esperar as águas baixarem para retornar aos seus locais. Ser agregado significa uma dependência dos interesses dos grandes proprietários, que se constituíram como importante força política. Viver na roça em terras alheias é sinônimo de insegurança. Por maior que seja a convivência – ou senão a “tolerância” do fazendeiro à situação do agregado – a desconfiança de que o agregado procure direitos – mesmo sem saber dos direitos que tal condição lhes fornece – é visível, real. O receio do fazendeiro é sempre de que a condição de agregado possa se perpetuar e o agregado faça usufruto ou ocupe o espaço perenemente, porquanto, é uma relação de estranhamento. Esta condição não gera quietude. Qualquer “deslize” é sinal de despejo. Quantas árvores não foram (ou são) retiradas pelos proprietários ilegalmente? Por que somente “o pau” que um morador retirou a consertar sua casa foi motivo de despejo? Não levantemos hipóteses. Mas a relação de expulsão está às claras nas entrevistas. Nascer e viver na roça como agregado é saber que mais dia ou menos dia a necessidade de migrar torna-se questão de tempo. As marcas são indelévels. Exige reconstrução, repentinamente, quando a locomoção tem o fim outra fazenda. Não há escape, seja na terra do Zé ou do João, a regra é uma só: a convivência tem prazo de validade, se finda com a intolerância do fazendeiro ou com a desconfiança do agregado. Em raros casos se finda com as condições econômicas que o agregado adquire e aquietam em sua própria casa. Mas o final desta situação é rotineiramente a expulsão do agregado.

Decerto, a condição de ser agregado pendeu-se para diferentes trabalhadores das adjacências. Centenas ou quicê milhares de trabalhadores passaram a viver em comunidades vizinhas. Na maioria das vezes, em casebres doados pelos fazendeiros, como última “esmola” a essas pessoas. Antes de vislumbrar tal ato como doação ou retribuição pelos anos de serviços, consistia num esquivo das responsabilidades usando o artifício de doar uma simples moradia como a cura de uma ferida lastimosa e indelével: falta de recursos e informação por parte dos trabalhadores em recorrer aos seus direitos.

Elicardo Heber Almeida Batista, em sua pesquisa de mestrado a respeito de famílias pobres da comunidade de Santana de Minas, povoado localizado a 36 quilômetros de São Francisco, corroborou, a partir de uma análise quantitativa, que famílias ex-agregadas durante os anos de 1980, tornaram-se, doravante “liberdade” dos fazendeiros, dependentes de ajuda filantrópica ou de vizinhos. E, nos anos atuais, esse porte de família é dependente de “programas sociais” do Governo Federal, sobretudo do *Programa Bolsa Família*. Numa descrição sumária, esse estudo levantou a hipótese de que famílias oriundas desses “despejos” penderam-se a uma “mobilização espacial”. Acontece quando membros dessas famílias, geralmente filhos e parentes solteiros, mudaram-se para grandes cidades, não com o intuito de “constituir riquezas”, a partir de uma migração definitiva, mas como uma mobilização transitória, de mudar-se, trabalhar, mandar dinheiro aos residentes e retornar com outras condições.⁸⁴

Esta conjuntura tornou-se concreta a partir de mudanças legislativas sobre direito e uso de terras. Assemelhando-se ao *13 de Maio*,⁸⁵ o Estatuto da Terra e o medo dos fazendeiros ante ao usucapião pressionaram os trabalhadores a perambularem, uma vez que os proprietários de terras, de certa forma, expulsaram os agregados de suas posses.⁸⁶ Não é uma comparação das leis, mas sim de condições visíveis e marcantes nas vidas daqueles trabalhadores rurais. O fato de muitos entrevistados mudarem de uma fazenda para outra na região, conforme os relatos durante as entrevistas, não se deve apenas à vontade própria, mas o que se evidencia é que se deveu, sobretudo, a pressões e desterros por locais em que os fazendeiros se sentiram “ameaçados” em seus “direitos” de propriedade. De acordo com José de Souza Martins, o direito de usucapião sempre foi escassamente cumprido. Os custos,

⁸⁴ BATISTA, Elicardo Heber Almeida. “**Povos**” de Santana: condições de vida e mobilidade espacial no norte de Minas Gerais. 2010. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)–Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

⁸⁵ Sobre a lei do 13 de maio, refiro-me à “abolição” sob o jugo jurídico que não fixou nenhum direito aos escravos e os destinou a perambularem sem legislação e amparo sobre chão concreto. O Brasil império e república negaram àquela população qualquer direito à terra para viverem e outro tratamento de amparo. Significou apenas uma “liberdade no sentido de ir e vir, sem ter como e para onde ir”. Sobre esse assunto, ver: GOMES, José Paulo Ferreira. Da senzala às cotas. In: _____ (Org.). **Negros sim, por que não?** Projeto Brasil Afroatitudo. Montes Claros: Editora Unimontes. 2008. p. 93-116.

⁸⁶ Não é o objetivo entrar nos meandros destas legislações, mas os direitos de usucapião especial ou pro labore já existem desde a Constituição de 1934, regida pela Lei de Terra, a partir de 1964 até 1981, quando passou a vigorar a nova legislação, Lei 6.969/81, que assegurou o direito de posse por usucapião. Talvez a legislação que tenha causado maior “desespero” entre os fazendeiros locais tenha sido a de 1981, que reduziu o tempo para assegurar o direito de alguém usucapir uma posse de quinze para cinco anos. Sobre essas legislações, ver: BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934; BRASIL. Estatuto da Terra: Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964; BRASIL. Lei nº 6.969/81. Usucapião Especial Rural; BRASIL. Novo Código Civil. Artigo. 1.238.

métodos e procedimentos de reivindicá-los geralmente acabavam de forma contrária ao agregado, a quem a legislação deveria proteger.⁸⁷

Esta legislação, agindo silenciosamente, não fixou destino nem local de chegada para essas pessoas. Pressionou para que elas próprias recomeçassem suas vidas sem um chão concreto para dele usufruir. Para os ex-agregados, esta lei se transformou no inimigo invisível e silencioso; o que seria para seus interesses agiu sob os interesses dos proprietários. De outro lado, a nova realidade que estes fatores demandaram foi falta de emprego, falta de moradias, êxodo rural, crises financeiras e outras adversidades.

José de Souza Martins, ao tratar dos problemas da terra, aponta uma contradição que se iniciou no período Vargas. As legislações de direitos trabalhistas, com a CLT, em 1942, não estenderam aos trabalhadores rurais direitos que dariam forma contratual a relações de trabalho que ainda eram fortemente baseadas em critérios de dependência pessoal, quase uma servidão e, com isso, não houve um enfrentamento de parte do governo com os grandes proprietários de terra e seus aliados.⁸⁸ Relaciona com a situação de trabalhadores pobres no nordeste do Brasil após o fim do regime escravista, quando a reanimação da economia açucareira fez com que os grandes fazendeiros obrigassem seus agregados a trabalharem intensivamente para fazerem jus ao uso da terra que os agregados exerciam, e ocorreu o que o autor chamou de “começo das lutas sociais”. Adiante no tempo, os proprietários começaram a expulsar os trabalhadores da terra de cultivo de alimentos para ocuparem com cana-de-açúcar, suprimindo os cultivos de subsistência dos trabalhadores.⁸⁹

Os mesmos agregados ou colonos expulsos das fazendas passaram a migrar sazonalmente para outras fazendas trabalhando em funções que a eles eram negadas, isso porque os fazendeiros julgavam esses agregados, anteriormente, incapazes de exercerem tal função. Sem efeitos de comparação nem escora no autor, observamos um processo similar quando registramos, nas entrevistas, os ex-agregados, dos anos 1960 e 1970, tornando-se novos agregados, dessa vez temporários, quando pedem terrenos de outros fazendeiros para plantarem dividindo a produção. A condição de ex-agregados os obrigou a serem novos agregados de diferentes proprietários.

Em seus estudos, Martins ainda faz uma analogia com a região sudeste do estado de São Paulo, marcada por uma economia cafeeira. Nos anos de 1960, os fazendeiros

⁸⁷ MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**: lúmpem e místico. São Paulo: Contexto, 2011. p. 174.

⁸⁸ Advém desse período o que ainda se evidencia na sociedade brasileira, segundo o autor, “um pacto político tácito, em que os proprietários de terra não dirigem o governo, mas não são por ele contrariados”. MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**. Op. Cit. p. 152.

⁸⁹ MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**. . Op. Cit. p. 144-152.

começaram a expulsar seus colonos e agregados, quando a produção caiu vertiginosamente e passou a ser substituída por outras culturas. Os agregados dependentes das terras para subsistência foram obrigados a migrar sem posses para cidades do interior e mesmo para a capital. Em contrapartida, as mesmas fazendas que expulsaram os agregados passaram a depender de mão-de-obra itinerante, sazonal. Resultado: os mesmos agregados expulsos dessas fazendas se tornaram seus trabalhadores posteriores, dessa vez sem vínculo com a terra, obrigados a peregrinar, tornando-se trabalhadores avulsos.

Nesse mesmo período, a década de 1960, uma nova legislação viria a açambarcar muitos trabalhadores e definir tragicamente o que deveria ser um direito e, muitas vezes, tornou-se um fardo: O *Estatuto do Trabalhador Rural*, de 1960, estendeu ao campo alguns direitos até então inerentes somente aos operários da cidade, entre eles, o direito de sindicalização. A luta pela reforma agrária sofreu consequências e foi atingida. De acordo com José de Souza Martins, o Estatuto resolvia o problema de uma parte dos trabalhadores do campo e os afastava da luta pela reforma agrária. Decerto, a precedência da regulamentação das relações de trabalho implicava numa opção política pela grande propriedade empresarial apoiada no trabalho assalariado, como a fábrica. Ficava assim comprometida a possibilidade histórica do modelo alternativo, de uma sociedade cuja agricultura tivesse por base o pequeno agricultor. Dessa forma, os trabalhadores, outrora dependentes das terras dos fazendeiros, estavam imersos numa certa “dependência pessoal”, dos grandes proprietários de terra. Ainda que formalmente livres, suas relações não eram efetivamente relações contratuais. Baseavam-se, acima de tudo, na subjetividade, na conivência e na tolerância dos fazendeiros, que impunham a seus dependentes não só critérios de partilha de colheita e outras dependências, “mas também critérios de comportamento político e até interferiam na vida privada do trabalhador”.⁹⁰

Remetendo ao meu canto de pesquisa, as falas dos entrevistados não revelam apenas suas trajetórias ou experiências e formas de trabalho, mas alguns nomes, elementos e “agentes” camuflados significativos para analisarmos. São fatos que podem ser tidos como irrelevantes, mas que compõem suas vidas. Quais as ações do Estado, do poder público local e de outras esferas concomitantes a outros acontecimentos na vida dessas pessoas? Que tempo foi esse narrado e vivido por milhares de pessoas em situações semelhantes? Como aconteceu a produção da notícia em torno de determinadas situações ou ações presentes, de uma forma ou de outra, na vida dessas pessoas que se encontraram num terreno comum?

⁹⁰ MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**. Op. Cit. p. 154.

Os diálogos corroboram as mesmas práticas de trabalho, marcadas por ausência de emprego na cidade, mas também como continuação de suas vidas acostumadas a trabalhar nos modos de antes. Vejamos a continuidade dos plantios de vazante, o cultivo de terras barganhadas com pequenos proprietários. Nesse ínterim, é importante frisar que não se pode generalizar a ponto de dizer que, após a expulsão dos agregados pelos fazendeiros, não houve rupturas definitivas ou inimizades. O que houve foi uma desvinculação dos agregados das fazendas (terras dos outros) enquanto lugar de moradia. Algumas práticas e, mais ainda, as formas, os meios de trabalho permaneceram.

Arrendamento de terras de outras pessoas, divisão da plantação com o proprietário ainda são comuns e estão presentes nas narrativas dos entrevistados, ainda que nas entrelinhas. Assim como dona Ana, senhor Elpidio e tantos outros. Os ofícios de pedreiro, pescador, trabalhador sazonal e outros continuaram e já faziam parte de momentos em que assimilar duas ou mais formas de trabalho são cruciais para a sobrevivência, devido à necessidade de desenvolvimento de ofícios sazonais. Dessa forma, esses trabalhadores, ao mudarem anualmente para lavouras em outras regiões do estado de Minas Gerais e outros estados, procuram formas de trabalho compatíveis com suas práticas.

Situemo-nos no processo vivido (ou na condição de classe desses trabalhadores), no qual centenas de moradores da cidade de São Francisco (alargando para além deste recorte espacial, milhares Brasil afora) se posicionaram, ou melhor, adentraram num conjunto em que as pressões as quais estavam sofrendo não eram suas próprias, mas sim de sistemas judiciais (como leis de terras citadas anteriormente); econômicos (falta de recursos até mesmo de reconstrução da casa própria); políticos (no sentido pelo qual a cidade passava e vivia um ímpeto de renovação). No propósito desses “progressos” da cidade, esses trabalhadores pobres, “desamparados” politicamente e “amparados no meio religioso e social da igreja católica local”, não se inseriam nesse complexo de proporcionar “progresso” à cidade. E, por último, culminando todos esses processos, pontuo o fator social. Aqui entendido como o conjunto de situações e circunstâncias pelas quais esses trabalhadores passaram e estavam passando, somando-se às pressões e, estas sim, destruidoras de seus bens materiais: o marco, a enchente. Essas pressões foram vividas por estes trabalhadores na constituição de um processo onde experienciavam essas situações e ao mesmo tempo tendiam a continuar sob formas com que estavam acostumados, principalmente no tocante ao trabalho.

Alargando um pouco a discussão, em termos políticos, no Brasil, no final do século XX, diante de algumas adversidades das populações carentes, viveu-se uma negação

do estado como provedor da sociedade.⁹¹ Mesmo com o alargamento dos direitos civis e sociais da Constituição cidadã de 1988, não significou de imediato e eficazmente comprometimento dos problemas e necessidades essenciais à população de baixa renda, como moradias, saúde, emprego, educação.

Nestas “lacunas”, inserem-se diversos problemas. Algumas pessoas encontraram no ato ou prática de pedir no meio religioso ou por meio de representantes desta esfera, não como instrumento vitalício de uma cultura, mas sim forma de luta diária contra a pobreza, como tentativa de sanar a fome e conquistar moradia. Uma saída ante a tentativa de “modernidade” econômica “contraditória”, fruto de uma história inacabada, “sempre por fazer, que nos enreda em realidades de que não gostamos e em fantasias que não se cumprem”. De acordo com José de Souza Martins, a peculiaridade brasileira consiste em avançar economicamente, atenuar socialmente e recuar politicamente, elementos de um desenvolvimento desigual e do conformismo, fontes de crises e dos impasses históricos, em que o atraso constitui um instrumento do poder.⁹²

É a situação para a qual muitos convergiram para o lado religioso diante de intempéries climáticas e sociais, como nas entrevistas apareceu tão arraigada a figura do agente que sanou suas necessidades, o padre. Muitos convergem para o lado religioso quando não são atendidos no plano político. O espaço onde se congrega ou celebra é um espaço onde as pessoas buscam sanar suas carências, uma vez que esta carência não é preenchida total ou parcialmente no âmbito das políticas. Deveras, para os atores sociais de diversas trajetórias, oriundos de desabrigo de enchentes, ex-agregados e migrantes, a comunidade marcada por atos religiosos como alternativa eficaz favoreceu o surgimento de uma organização mediadora de diferentes barganhas e posicionamentos. Configurou-se nesse espaço durante o período de desabrigo, a partir do espaço religioso, o remédio para a ferida das necessidades cotidianas.

Analisar e interpretar as falas dos entrevistados foi crucial para entender, a partir deles, os paradoxos e semelhanças que os impulsionaram para o local em que residem. Mesmo assim, abre uma lacuna que requer a problematização de outras esferas que agiam constantemente em suas vidas. Elementos surgidos a partir de ações do Estado, prefeitura ou Governo Federal, frações econômicas ou fatores políticos impulsionavam-nos a procurar

⁹¹ A política, neste contexto amplo, se apresentou, precipuamente, de maneira frágil, atendendo na maioria das vezes aos interesses particulares. O universo constituinte dessas demandas inativas pelo estado se configurava como reflexos de desigualdades vivenciadas por milhares de brasileiros. Heranças de tempos democráticos que não se abriram por completo a todos em termos de direitos, sobretudo sociais. BENJAMIN, César et alii **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

⁹² MARTINS. **A política do Brasil**. . Op. Cit.

outros lugares. Ainda que não se explicita tão claramente nas fontes, o movimento histórico dessas pessoas vai aparecendo nas entrelinhas de matérias de jornais, periódicos e legislações que agiram acarretando mudanças ou infligindo uma continuidade de seus modos de vida.

Há outro ponto: a falta de água em determinados lugares, que também “expulsou” alguns moradores de localidades vizinhas. Estes se encontraram no bairro nas mesmas condições que outros. Não foi somente o excesso de água que causou flagelo, a falta dela, igualmente, o que me levou a afastar a enchente do papel principal desta cena, porque ela atuou com outras pressões. Deste modo, as falas dos entrevistados jogaram por terra grande parte do que eu havia formado como hipóteses no projeto de pesquisa quando apresentei os motivos causadores da formação do bairro ligados diretamente à “enchente”.

Um conjunto de fatores favoreceu o acúmulo de inúmeras pressões desfavoráveis a quem estava num ambiente em que todas essas pressões agiram cada qual a sua maneira, cada qual se completando com as outras, direta ou indiretamente, impulsionando ou contribuindo para que se deslocassem de forma abrupta para outros locais. Também rechaçados por constantes irregularidades climáticas, secas ao extremo e enchentes imprevisíveis, essas pessoas sentiram-se norteados por essas intempéries. Nessas conjunturas, dificultava a estadia em seus locais, quando se tornou arriscado resistir a todas essas condições. Em outro extremo, a legislação, para ditar os novos rumos de questões fundiárias do país, ditou de forma exacerbada a vida dos trabalhadores que viviam como agregados e passaram a viver com situação indefinida.

As pressões exercidas silenciosamente e causadoras de gritos ecoantes parecem ter agido sobre todas as esferas, de todos os lados na vida dessas pessoas. Para qualquer saída que tentavam encontrar, aparecia outra pressão na retaguarda para novamente tentarem suprimi-la.⁹³

Eis o quadro formado por esses trabalhadores que resolveram articular-se a outros “agentes” que julgavam capazes de intermediar ou possibilitar recursos necessários para a constituição de novas condições de vida. Foi assim que, antes mesmo de políticas habitacionais, quer fossem dos Governos Federal, Estadual ou Municipal, existirem na cidade, se deram as construções de casas que se tornariam o bairro Sagrada Família e partiu de um conjunto habitacional que se organizou em torno de clérigos da paróquia São José. Qual o

⁹³ Como se a vida consistisse num tabuleiro de xadrez, em que a grande rainha do oponente estivesse solta, andando por todas as casas, a dar sucessivos xeques nas pessoas que se sentiam como o rei, cercado apenas por peões. Eis que surgiam casas, aleatoriamente, para que se movessem e continuassem seguindo, buscando alternativas de diferentes formas.

terreno comum em que essas pessoas se encontraram? Ei-lo sob o jugo da legislação de direito de posses, a lei do usucapião, silenciosa lei do grito inaudível; sob as penas temerárias da natureza, enchentes e secas; sob o desejo de se firmar num lugar, específico e permanente, em busca de um lugar onde houvesse condições de adquirir uma casa própria. Este terreno comum proporcionou a aproximação entre os moradores, desigualdades e certo distanciamento em relação a outros bairros da cidade.

1.3. A legitimação do lugar: o lugar como produção de memória

Então isso significa uma relação de dependência, sobretudo, dos moradores do bairro Sagrada Família para com o padre Vicente ou trabalhos sociais da paróquia? Essa relação de pedido foi passageira, até que se conseguisse a casa própria? Ou contínua? Até onde existiu a relação dessas pessoas com esse religioso? A relação delas, ao procurá-lo, tratou-se de algo momentâneo em recorrer a outrem que julgavam capaz de resolver suas necessidades, ante as circunstâncias e inoperâncias de órgãos públicos, ou tratou-se de algo perene? Retorno às entrevistas que já utilizei no texto ou com outros moradores que ainda não inseri para esmiuçar essas condições. As entrevistas com os recebedores de residências pela paróquia relatam que não houve dependência, como a entrevista de Josefa Alves:

Valmiro: *Dona Josefa, se não fosse o padre que arrumasse a casa pra vocês, a senhora acha que vocês tinham condições de arrumar casa na época ou não?*

Josefa Alves: Ah, capaz que não. Tinha não, meu filho, por causa que fazer casa, arranjar, né... Não sei nem como a gente ia fazer, se não fosse o padre! A base de Deus foi o padre Vicente, que fez e deu a casa. É que, nesse tempo, o finado Brazinho [Brasiliano Braz, presidente da Câmara Municipal no período que ela cita, final da década de 1970] tava fazendo também aquelas casas ali, perto do Isaias pro lado dali [bairro Bandeirante]. Daí, Pedro [marido] foi lá, até ele pedir uma casa que ele tava fazendo [casas pelo BNH no bairro Bandeirante]. Ele [Brasiliano Braz, presidente da Câmara] falou com Pedro assim: “Oh, véio nojento, põe esse véio pra fora! Não quero ver esse véio aqui não, põe ele pra fora!”. Daí foi no tempo que o padre tava fazendo essas [o quarteirão no bairro Sagrada Família, inclusive uma das que ela mora]. Daí, Pedro foi lá no padre Vicente e falou com ele. Ele falou assim: “Então ele falou isso”? Pedro falou: “Falou”. Aí ele falou: [padre] “Pois não, eu vou dar vocês uma casa pr’ocês morar. É assim, se, você morrer, a casa fica pra mulher, e, se a mulher morrer, fica pros neto”. Assim, que ele falou com Pedro, né. E, aí, meu filho, Pedro morreu e eu tô aí [risos].

Este trecho relata a situação de dona Josefa enquanto moradora desabrigada durante as enchentes. Tentou conseguir uma casa por meio do presidente da Câmara que

compunha a Comissão de Socorros às vítimas das enchentes. A relação, entretanto, na fala de dona Josefa, não foi harmoniosa e sequer uma alternativa para o problema dela e o marido, mas caracterizada pela falta de compreensão da parte do político para com o casal desabrigado, por não ter havido amparo nesse meio, e com a necessidade de busca de socorro com o padre Vicente que, ao contrário do poder público, concedeu uma moradia à dona Josefa. Esta relação acima é uma barganha da entrevistada como estratégia para conseguir sua moradia num período que não podemos julgar ainda se passageiro ou perene. A passagem abaixo já indica que seu pedido junto ao padre correspondeu a um tempo que, devido sua condição de classe, necessitava de ajuda, já que ela própria era ex-agregada de fazendeiros:

Valmiro: *Depois que a senhora veio morar aqui, a senhora chegou a pedir o padre ajuda em outra coisa?*

Josefa Alves: Não, meu filho. Nunca pedi ajuda ele não. Graças a Deus nunca precisou. Eu vejo ele aí na igreja, na missa. Agora, ir lá na casa dele, nunca fui não. Basta isso que ele fez: dá a casa. Já foi uma ajuda muito boa, já tava aí sem saber onde ia ficar. Só essa presença que ele deu foi uma boa. E gente tá até hoje.

Valmiro: *O marido da senhora fazia o quê? Era vaqueiro ou só mexia com roça?*

Josefa Alves: Ele trabalhava na roça, plantava, trabalhava pros outros. Eu já sofri muito, já foi muito sofrido. O padre Vicente, eu agradeço ele muito, Deus há de olhar ele. Deu a gente a casa, aonde nós quietemos foi aqui. Deus que olha ele. Já fez muita caridade, né. Fez e tá fazendo. O tanto de mulher que vai lá pedir dinheiro e coisa de comer, não é?⁹⁴

Dona Josefa Alves expressa o orgulho pela condição de trabalhadora, ao ressaltar que, após esse período, não houve outras necessidades em procurar o padre com pedidos de ajuda, pois ela e o marido estavam “acostumados a trabalhar”, procuraram-no apenas num período difícil até mesmo de conseguir emprego, dadas as proporções que as enchentes aconteceram em suas trajetórias. Em outra entrevista, com José Batista Duarte (Zelão), aparecem outras referências ao padre:

Valmiro: *Seu Zelão, quando o pessoal estava aqui sem casa, procurando o padre, o senhor lembra, por exemplo, a prefeitura chegou a trabalhar assim, ajudar o povo? É porque a prefeitura construiu umas casas ali, bem depois, e o povo lá a maioria não tinha condições de pagar...*

⁹⁴ Entrevista com Josefa Alves. São Francisco-MG, 18 fev. 2011. O personagem ao qual se referiu trata-se de ex-vereador e prefeito da cidade, Brasiliano Braz que atuou na cena política desta cidade de 1927 a 1988, sendo presidente da Câmara em quase todas as legislaturas, tendo recebido até uma placa de “Vereador do Século”. Durante os períodos das enchentes, era o presidente da Casa. Foi prefeito municipal de abril a novembro de 1937, em 1945-1946, e de 1947 a 1951; exerceu os cargos de Juiz de Paz e Conselheiro Municipal no período de 1931. Nos intervalos em que não foi prefeito, foi eleito vereador desde 1936; em 1962, foi membro do diretório do PSD; em 1966, foi vereador e presidente da Casa até 1970; foi novamente vereador de 1977 a 1982 e de 1983 a 1988.

José Batista: Não, não. Aqui, naquela época de 79... Eu falo pr'ocê porque eu já era casado, eu lembro como se fosse hoje. Aqui, pra te falar a verdade, o braço direito desse pessoal aqui foi o padre. E tá fazendo até hoje. Até hoje ele tá ajudando o povo, até hoje ele constrói.

Valmiro: *Seu Zelão, a casa que o padre fez aqui para o senhor... É claro que, depois de 79, o senhor sempre trabalhou. Então o senhor não é daqueles que vai pedir ajuda pro padre. Mas, alguma vez, depois disso, o senhor precisou da ajuda do padre?*

José Batista: Não, não. Graças a Deus, não. Ó rapaz, eu vou te falar a verdade, igual esse padre, aqui em São Francisco, não existe, pra ajudar o povo não existe não. Ó, pr'ocê ver, o padre, ele fica aqui quatro cinco anos sem ir à terra dele. É construindo direto, com dez, doze pedreiros, ajudantes, construindo sem parar nas roças e aqui. Não é só aqui não, nas roças também ele faz casa pro povo.⁹⁵

Dona Josefa e seu Zelão moram no mesmo quarteirão onde foram construídas as primeiras casas do bairro pela paróquia. Assim como outros, são vizinhos, análogos nas experiências, mas estranhos em relação aos locais de origem. Dona Josefa é viúva aposentada, mora com o neto, seus filhos estão para Brasília e outros moram no bairro. Senhor Zelão é pescador, mora com a esposa e os filhos. Ambos passaram pelas experiências durante as enchentes. Ambos reiteraram em suas falas o trabalho em fazendas ou na cidade em diversas atividades. O fato de falarem de maneira parecida a respeito do clérigo não significa uma dependência direta, mas sim modos aproximados de viverem um tempo dificultoso descortinando uma realidade social de muitos trabalhadores.

Passo a analisar agora a forma como esses trabalhadores após conseguirem moradias no bairro, se continuaram trabalhando do mesmo modo que antes ou se as práticas de trabalho mudaram de acordo com a nova realidade. Alguns mudaram de profissão ou começaram uma nova assim que se formou o bairro. Trabalharam nas construções das moradias concedidas a outras pessoas como pedreiros, serventes, carroceiros e outros.

Verificando as entrevistas acabei notando outras características que não havia suposto em relação às conversas. O que esses trabalhadores, habitantes do bairro Sagrada Família, pensam de seus modos de vida? Como eles veem o futuro do bairro e deles mesmos? Quais transformações efetuaram em sua vizinhança e em seu ambiente desde a instalação no bairro? Essas mudanças foram no sentido de uma melhoria geral das condições de moradia ou no sentido de deterioração? A partir das possibilidades de trabalho que reencontraram para ascenderem no local e recomeçarem a vida, eles tiveram melhores expectativas.

Teodoro Mendes de Souza, por exemplo, trabalhou no ofício de pedreiro por vinte e quatro anos para o padre Vicente. Durante a entrevista, pontuou com orgulho as obras que trabalhou:

⁹⁵ Entrevista com José Batista Duarte. São Francisco-MG, 19 fev. 2011.

Valmiro: *E quando o senhor morava na casa da sogra, o senhor trabalhava com que?*

Teodoro Mendes: Eu trabalhava um dia pra um, um dia pra outro. Aí, através do padre, arrumou o serviço, aí trabalhei 24 anos de ajudante de pedreiro. Antes disso, eu trabalhava pra um, um dia pra outro. Trabalhei lá no seminário. Foi em 1963. Trabalhei lá três anos, no seminário. No fórum, lá, trabalhei nele, no comando de Dr. Pedro Mameluque.⁹⁶

Valmiro: *Tudo de ajudante?*

Teodoro Mendes: É, tudo de ajudante,

Valmiro: *O senhor disse que trabalhou pro padre por mais de 24 anos. O padre pagava salário pro senhor?*

Teodoro Mendes: Pagava por semana. Trabalhava cinco dias por semana, todo sábado ele pagava.

Valmiro: *O senhor era registrado?*

Teodoro Mendes: Não, porque a gente era ajudante, né? Era ajudante, porque ele falava: “Ó, gente, eu não vou ficar porque eu tô ajudando os pobres aí”. Nós entendemos também, né. Aí, a gente precisava de um dinheiro fora do pagamento, ele dava na hora. Remédio, feira, essas coisas, receita, talão de água, ele não negava, fora o que eu ganhava, né.⁹⁷

A casa do senhor Teodoro também é na área onde foram construídas as primeiras residências do bairro. Ele relatou um pouco de sua trajetória de vida e de trabalho, como pedreiro, com orgulho, falou das construções em que trabalhou, como o Seminário Católico e o Fórum Municipal.

O senhor José Francisco, por exemplo, teve trabalhos semelhantes, exerceu a função de encarregado de obras executadas pela paróquia por 22 anos.

Valmiro: *Agora, o senhor atualmente ainda trabalha com o padre?*

José Francisco Batista dos Santos: Não. Tem uns dois anos que parei de trabalhar com ele, comecei trabalhar com ele em 1985.

Valmiro: *O senhor continua trabalhando de pedreiro?*

José Francisco Batista dos Santos: Não, eu mudei de ramo, hoje eu sou pescador. Mas trabalho também, porque não dá pra sobreviver porque o peixe acabou. Trabalho em tudo quanto há serviço. Trabalho de enxada, trabalho, tudo que eu souber fazer. Eu não escolho serviço não, tudo eu trabalho. No que eu aguentar trabalhar.

Retomando a entrevista do senhor Valdomiro Cardoso de Meneses, também percebemos que logo passou a exercer um ofício junto com o padre, porém num período curto. Aproveitou as oportunidades, como ele estava morando embaixo de uma árvore, sentiu o momento de construções de moradias como uma possibilidade de se empregar. Durante a entrevista, quando toquei no assunto de como senhor Valdomiro conseguiu um ofício junto ao padre, ele relatou seus passos quando exerceu o ofício de servente de pedreiro, mas saiu por

⁹⁶ Pedro Mameluque Mota, prefeito na cidade nos períodos de 1963 a 1966 e de 1970 a 1972.

⁹⁷ Entrevista com o senhor Teodoro Mendes de Souza. São Francisco-MG, 27 dez. 2010.

motivos pessoais. Voltou a exercer funções costumeiras que praticava anteriormente como plantar legumes e verduras:

Valmiro: *E depois o senhor passou a fazer o que?*

Valdomiro Cardoso: Eu fui trabalhar fora, moço, plantar roça.

Valmiro: *E hoje o senhor é aposentado?*

Valdomiro Cardoso: Sou.

Valmiro: *O senhor ainda trabalha?*

Valdomiro Cardoso: Trabalho. A gente, pra manter né, porque trabalhava só eu. Porque, quando meu pai morreu, eu fiquei com doze anos, meu irmão mais velho ficou com quatorze e ficou uns, assim, de três anos, quatro anos, cinco anos, e minha mãe, tudo pra nós dar comida. Trabalhava um dia pra nós um dia pros outros, um dia pra nós um dia pros outros, mas isso não impediu a gente de viver. A gente foi tocando a vida, tocando a vida e gente venceu a batalha.

“Isso não impediu a gente de viver. A gente foi tocando a vida, tocando a vida e gente venceu a batalha”. São registros de uma vida difícil. Circunstâncias variadas, batalhas vencidas pela vontade de continuar em frente, apesar de tudo. Isto leva a pensar, com Edward Palmer Thompson, sobre as experiências de diversos trabalhadores que lidam com suas “situações e relações como necessidades”, tratando essa experiência em sua consciência e sua cultura onde “o sujeito é reinserido na história”.⁹⁸

As narrativas proporcionam diferentes interpretações, os trabalhadores mantiveram suas práticas de trabalho. Em momento algum eles se queixaram das condições e das maneiras de trabalhar, pois importa-lhes o trabalho, independente do que fazem. Como disse senhor José Francisco: “Trabalho em tudo quanto há serviço, trabalho de enxada, tudo que eu souber fazer. Eu não escolho serviço não, tudo eu trabalho. No que eu aguentar trabalhar, né”⁹⁹. Dona Raimunda, por exemplo, respondeu enfática quando lhe perguntei: *A senhora trabalhava em que?* “Eu trabalho até hoje! Tudo na roça, né, no meio rural, plantando roça. Agora mesmo, fomos lá ontem, eu trouxe um bocado de galinha, pequi”.¹⁰⁰ Pessoas como senhor Elpídio Silva, quando disse: “Eu tô aposentado, mas eu trabalho mesmo pra mim, aqui na rocinha, pra gente comer, ao menos. Eu tenho uma roça ali. Eu vou lá uns dias, pra trabalhar lá. Eu vou lá e planto. Eu não aguento ficar quieto, não. Se eu ficar parado, adoço”.¹⁰¹ E outros como o senhor João Vieira, ao pontuar as alternativas que um trabalho abria:

⁹⁸ THOMPSON, Edward Palmer. O termo ausente: experiência. In: _____ THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Walmesir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

⁹⁹ Entrevista com José Francisco Batista dos Santos. São Francisco-MG, 29 dez. 2010.

¹⁰⁰ Entrevista com Raimunda Soares dos Reis. São Francisco-MG, 06 jan. 2011.

¹⁰¹ Entrevista com Elpídio Silva de Jesus. São Francisco-MG, 29 jan. 2011.

Valmiro: *Aqui, no bairro, o senhor trabalhava com o quê, mesmo no início?*

João Vieira: Bom, quando eu cheguei, eu sempre trabalhei lá na fazenda.

Valmiro: *O senhor trabalhava de agregado?*

João Vieira: É, eu fiquei lá uns tempos, trabalhando pra ele, mexendo com gado, tirando leite. Aí, depois de lá, eu vim e trabalhei aqui, na CONTEC. A CONTEC ela que construiu esse poço de leite aí da Nestlé [ITASA]. Trabalhei na construção da empresa. Aí, depois que eles fizeram o gramado, eles me chamaram, aí eu tornei vim. Aí, eu saí, quando terminou. Eu saí, fui e trabalhei num posto de gasolina. Aí, quando eu saí de lá, eles mandaram a carteira pra mim, eu recebi a carteira, aí aqui já tava funcionando [Itasa], já tava recebendo leite, a empresa, aí eu entrei aí. Eu era auxiliar geral, eu entrei trabalhando de guarda à noite. Trabalhei três anos. Lá, nessa época, eu trabalhei quatorze anos. Saí de lá e não trabalhei desse tempo pra cá. Eu não trabalhei mais pro povo, não. Antes de eu sair de lá, eu comecei a vender uns peixinhos aqui. Tirei a carteira e continuei vendendo. Eu tenho a carteira de pescador e a carteira da Marinha. Eu tava sempre comprando os peixes e vendendo.¹⁰²

Na entrevista com senhor João Vieira, transparece o objetivo de parar de trabalhar para os outros quando revela que passou a vender seus peixes pela cidade e em sua residência. Muitos recommçaram a trabalhar no que estavam acostumados ou iniciaram novas formas de trabalho. Como dona Ana Souza de Jesus, que apontou como um dos motivos para manterem-se o emprego que o marido conseguiu de pedreiro e como ela mesma passou a cultivar vazante às margens do rio São Francisco:

Valmiro: *Dona Ana, quando a senhora morava na Vaqueta, vocês plantavam roça?*

Ana Souza de Jesus: Era. Na beira do rio. Vazante. E, dos tempos de lá vim pra cá, mas sempre mexendo com vazante, direto. Até hoje, mexendo com vazante. Planta milho, feijão, mandioca, melancia, abóbora, quiabo... Lá, nós só não plantamos arroz, mas, se plantar, dá também, mas não plantamos. Eu nunca fiquei sem trabalhar, cheguei pra aqui, daqui já fui trabalhar.¹⁰³

O trabalho da dona Ana, plantando vazante às margens do rio, e o do marido, trabalhando de pedreiro, a construir moradias delegadas pela paróquia, foram as formas que encontraram para continuarem no novo bairro, ou na cidade, tentando reconstruir a vida da maneira como estavam acostumados. Durante a entrevista, em momento algum a dona Ana se referiu à falta de emprego na cidade, pois os motivos a queixar ou vangloriar estavam no campo. Mesmo com a mudança para um local distante de onde moravam, as práticas de trabalho continuaram.

Joana dos Santos Pereira e o marido buscaram outras formas, mas sempre tentando sobreviver por conta própria, lavando roupa, fazendo tijolos, pescando, plantando vazante às margens do rio São Francisco:

¹⁰² Entrevista com o senhor João Vieira Lima, vulgo João Buriti. São Francisco-MG, 27 dez. 2010.

¹⁰³ Entrevista com Ana Souza de Jesus. São Francisco-MG, 03 jan. 2011.

Valmiro: *E antes, quando a senhora morava na roça, a senhora fazia o quê?*

Joana dos Santos Pereira: Eu plantava roça, meu marido também plantava roça. A gente morava em fazenda dos outros. Aí, depois que nós chegamos aqui, mexemos com olaria, fazendo tijolo. Depois, meu marido não aguentou, por causa de problema de coluna. E nem ele e nem eu não aguentou mais, aí eu aposentei.

Valmiro: *Dona Joana, depois que a senhora mudou pra cá, a senhora trabalhava em quê?*

Joana dos Santos Pereira: De toda vida, primeiro, eu lavava roupa pros outros, né. Lavei muita roupa pros outros. Depois, eu não aguentei mais lavar roupa, tentei trabalhar uns tempos na olaria, fazer tijolo mais meu marido. Depois, nós não aguentamos mais mexer e, aí, nós pegou e quietou. Eu aposentei e tô mexendo aí. Aposentei de invalidez. É uma aposentação que não é seguro, porque, de invalidez, no mesmo instante que você tá aposentado, eles cortam.

Essas formas de trabalho são muito comuns entre os moradores do bairro. Seja pescando, plantando grãos, verduras, legumes nos arredores do rio, trabalhando como carroceiros, vendendo lenha, enxada, enxadão, foice, machado, enfim. A mudança de um local para o outro não acarretou e sequer proporcionou mudança nas formas de trabalho, pois continuaram exercendo funções idênticas às que exerciam no lugar anterior. Ao menos um fator em comum, em se tratando dos primeiros habitantes do bairro, a prática de trabalho continuou a mesma que exerciam no meio rural porque não havia distinção do local onde moravam com o bairro que passaram a habitar.

Não se concretizou a “cultura do pedido”, os pedidos foram mais um elemento para sanar carências imediatas entre os primeiros moradores. São trabalhadores que, momentaneamente, acometidos ou impulsionados pelas intempéries, naturais ou sociais ou legislativas, sentiram-se obrigados a recorrerem à ajuda de outrem. Sob esse viés, é possível perceber nesses trabalhadores uma força de contra hegemonia, dedicados a manterem-se de modo a fazer prevalecerem suas escolhas diante de situações em que pareceria propícia a destruição de seus modos de vida. Penso aqui hegemonia no sentido interpretado por Williams, “todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida”, em todos os âmbitos de sentidos e percepção das pessoas, “um sistema vivido de significados e valores que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente, [...] uma cultura considerada como domínio e subordinação vividos de determinadas classes”.¹⁰⁴

Qual foi o tempo desses moradores que os levou a constituir diversas tentativas a saírem de seus entraves nesse espaço? Como a cidade estava se fazendo neste momento? Qual a relação dos novos moradores com e na cidade? Eles se sentiam parte ou excluídos dela? Recorrendo novamente às poucas fontes escritas, as páginas do jornal *SF, O Jornal de São Francisco*, da década de 1980 uma matéria chama atenção:

¹⁰⁴ WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1977. p. 113.

Devido à grande concentração de pessoas que vieram a nossa cidade a procura de emprego e mesmo daqueles que procuram se domiciliar junto a população sãofranciscana vieram a transtornar a ordem pública cometendo crimes de natureza grave e principalmente tirando a tranquilidade de nossa população. Os crimes cometidos foram de natureza bárbara e os praticantes de tais delitos são pessoas de fora, isto seria a ressalva do Jornal SF, pois nossa cidade foi sempre tranquila e esta mudança veio trazer revolta, pois temos a nossa liberdade e não é permitido a burlação dos nossos direitos de cidadãos que vivem numa comunidade de paz.¹⁰⁵

A maneira como a cidade aparece descrita neste trecho, como ordeira e pacífica, contrapondo-se com a chegada de novos moradores, oriundos de zona rural ou migrantes, faz ressaltar um tempo em que a violência surge como consequência do contingente formado após os episódios do final de 1970 e início de 1980. O que explicita que a constituição desses trabalhadores enquanto moradores da cidade, ante às circunstâncias, não se fez sobre bases harmônicas. Tão logo formaram o bairro, as boas vindas foi uma matéria de capa levantando a hipótese de que a violência aumentou, devido às pessoas que chegavam de regiões vizinhas, procurando domicílio na cidade, remetendo ao período pós-enchentes, em que se formou o aglomerado de gente à procura de saídas.

O êxodo foi tomado como provocador de choques culturais, sobretudo impulsionando violência. Conter esse “infortúnio” resolveria não somente os problemas da cidade como também dos moradores, era a defesa dos jornais. Nos períodos subsequentes, nas páginas dos jornais, aparecia um ponto comum. A cidade era retratada com algumas construções, e, relacionado a isso, enfática e reiteradamente, publicavam-se anúncios de que o êxodo após as enchentes estava exacerbado. Segundo os editores do jornal da cidade e o corpo administrativo, urgiam medidas do governo a conter o êxodo para as cidades.

Tomou-se uma iniciativa para conter o êxodo, com uma medida educacional, quando foi acrescentado um ano nas séries iniciais nas escolas do meio rural. Ao dar continuidade com o programa de extensão de séries nas escolas rurais deste município, a Secretaria de Educação e Cultura visou conter o êxodo rural representado pelas levas de inúmeras famílias. Contrários ao êxodo nesta região (principalmente após a construção do bairro Sagrada Família, que se configurou como atrativo de novos migrantes para a cidade), os “donos” da máquina administrativa divulgavam ideias de que a mobilização de famílias da zona rural para a cidade acarretaria em agravamento dos conflitos sociais e o sofrimento por falta de empregos, além de falta de moradias dignas. Essa política de culpar o êxodo local

¹⁰⁵ Cidade vive clima de violência. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 20, n. 964, domingo, 05 out. 1980. p. 1.

como causador dos problemas da cidade perdurou até meados de 1990, com o objetivo de fixar o homem no campo através de instalações de escolas, somente.¹⁰⁶

Por ser povoado por trabalhadores pobres, oriundos da zona rural, o bairro Sagrada Família tornou-se alvo de recorrentes iniciativas por parte do jornal da cidade para associar o local às notícias de violência. Ao analisar algumas matérias de jornais, aparecem episódios ocorridos no bairro como tendo contribuído para que os criadores de notícias escancarassem uma imagem mitificada do bairro Sagrada Família. O jornal *SF, O Jornal de São Francisco*, em sua coluna “*Ocorrências Policiais*”, de publicação esporádica, apresentou o seguinte episódio em julho de 1982:

Alexandre Rodrigues de Souza, 82 anos, casado, lavrador. A vítima após receber seu vencimento do FUNRURAL dirigiu-se para a zona boêmia da cidade, no bairro ITASA, onde por volta das 23:00 horas, Eva Maria da Conceição, após embriagar a vítima apagou a candeia da casa deixando a vítima a sós, este devido ao estado de embriaguês permaneceu inconsciente no interior da casa. No outro dia deu falta de CR\$ 5.900,00 apresentando queixa ao Ten. Ari a RP 774 compareceu ao local e Eva Maria da Conceição bem como Fernanda Gonçalves da Silva foram levadas a presença do delegado, por terem sido apontadas como possíveis agentes do furto. O fato ocorreu no dia 07/07/82 às 23:00 no bairro Itasa.¹⁰⁷

Este episódio revela o que o bairro Sagrada Família parecia representar no período, ou, de outro modo: esta notícia explicita os sentidos que eram atribuídos ao bairro por parte de quem compunha o jornal, como bairro boêmio, perigoso, de difícil acesso e condições precárias, não possuindo iluminação elétrica, e sim candeias. Outro fator ficou explícito, a denominação de ITASA, como se fosse o nome do bairro. Na mesma coluna, noticiou-se o fato de um advogado ter se envolvido numa querela com uma prostituta, pelo estado de embriaguez, na principal avenida da cidade, Avenida Montes Claros. As implicações noticiadas pareciam mais graves, o cidadão saiu ferido devido à embriaguês e envolveu a polícia, mas não foi descrito pelo jornal com tanta veemência e estereótipo como o acontecido no bairro Sagrada Família. O termo “zona boêmia” da cidade é marcante, pois o que transparece é um local em que predominam a bebedeira, a licenciosidade. Incita que o cidadão se dirigiu para a “zona boêmia”. Qualquer outro local na cidade, mesmo com ocorrências mais graves, não era identificado como zona boêmia, mas o bairro Sagrada

¹⁰⁶ Educação fixa homem no campo para conter o êxodo rural. *SF, O Jornal de São Francisco*, São Francisco, ano 34, n. 1390, 31 jul. 1996. p. 3.

¹⁰⁷ Ocorrências Policiais. *SF, O Jornal de São Francisco*, São Francisco, ano 21, n. 1045, domingo, 18 jul. 1982. p. 6.

Família, por atos menores já carregava estereótipos que o acompanham até os dias de hoje.¹⁰⁸ São características que evidenciam o modo como se constituíram as relações entre os que passaram a habitar o local em que se formou o bairro Sagrada Família e outros moradores da cidade.

Essas inquietações fizeram-me retomar reflexões do sociólogo Pierre Bourdieu no livro “*A miséria do Mundo*”, sobretudo em “*Efeitos de Lugar*”.¹⁰⁹ A discussão gira em torno dos significados que um determinado local sobrepõe aos moradores e no espaço em que se situam suas moradias. As habitações povoadas por pessoas cujo valor aquisitivo é alto são valorizadas e valorizam seus moradores no mesmo nível. Entretanto, as habitações em que a população pobre reside classificam de maneira degradante seus moradores. De maneira enfática, significa um local em que todos estão na mesma situação que a posse de recursos proporciona; sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico, o lugar que determina a distribuição dos bens e dos serviços, privados ou públicos. Bourdieu discute que as condições das pessoas são cruciais para determinar a presença de serviços públicos, a relação entre os moradores e a imagem do lugar no contexto mais amplo da cidade. Em se tratando de um bairro nobre ou central, por exemplo, as pessoas estão nas mesmas condições de consagração de seus habitantes; por outro lado, o bairro pobre proporciona às pessoas pouco ou quase nenhum recurso público. Mas penso como problemática essa consideração do autor sobre pobre, em que as pessoas estão “niveladas por baixo”. Esta expressão a entendo de um ponto de vista elitista ou dos governantes que veem um lugar pobre como inferior, habitado por pessoas “inferiores”.

Após diferentes tentativas, retomei minhas entrevistas, procurei buscar no diálogo ali realizado o que o lugar onde vivem representava para esses moradores. Direcionei-me para o fato de que – mesmo não diretamente explicitado – parecia que todos se colocavam na mesma situação. Se, de início, no local de construção do bairro, não havia água, energia elétrica, ruas acessíveis a outros bairros, locais de lazer, escola para os filhos, postos de emprego e outros bens acessíveis à população, a situação comum, quando apresentada pelos entrevistados, não correspondia a um nivelamento por baixo ou a uma inferioridade, mas num nível de recomeço e de luta pela conquista de direitos.

¹⁰⁸ É uma construção da realidade do lugar, fundada no “acontecimento” produzido. Num estudo sobre “visão mediática”, Patrick Champagne alude à produção de espaços ou efeitos quando tais meios de comunicação produzem efeitos de realidade, criando uma visão “mediática” da realidade que pretendem descrever. CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre. (Org.). **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 67-75.

¹⁰⁹ BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: _____ (Org.). **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 160.

Se, num primeiro momento, tinha esperado me deparar com narrativas tristes, melancólicas, desesperadas de quem permanecera estável num lugar e de repente se viu num emaranhado de intempéries em suas vidas, com enchentes, secas e fazendeiros, encontrei entrevistados que expressaram totalmente o contrário. Se as palavras ainda ressoem tristeza nas situações em que se encontram atualmente, pontuaram a lembrança de catástrofes, desprezos ou ataques de fazendeiros, secas, para ressaltar a conquista da casa própria e afirmação da disposição para a luta. Não tomei um entendimento estereotipado de vidas sofridas, com a vitimização desses trabalhadores, porque suas vidas não acabaram com as enchentes, com as secas ou com a expulsão dos fazendeiros, tampouco começaram a partir desses marcos. Por mais que nos esforcemos para fazer parte somente de um objetivo profissional, as narrativas nos prendem às experiências do narrador. Os relatos não acabam com o fim da pesquisa, fazem parte do mesmo modo de nossa trajetória como historiador, mas interpretá-las no momento e no tempo de cada pesquisa é o que devemos operar.¹¹⁰

Os entrevistados para esta pesquisa estavam em constante transformação pelas imbricadas relações, tanto de trabalho quanto de vida. Do período que relataram a vivência no bairro até os dias de hoje são trinta anos de uma vida que se reconstrói a cada dia. Ademais, com o passar dos tempos, várias outras pessoas, oriundas de diferentes locais, sob diversas circunstâncias, condições e com perspectivas diferentes, passaram a habitar o bairro. Os problemas enfrentados, mesmo em períodos posteriores, pareciam com os mesmos problemas dos primeiros habitantes. Mas, assim como eles, houve a continuidade ou reconstrução, de acordo com as possibilidades e circunstâncias.

Como nos assinala Portelli:

Há sempre dois temas para uma situação de campo e que os papéis do observado e do observador são mais fluídos do que poderiam aparentar à primeira vista. A entrevista levanta em ambos uma consciência da necessidade por mais igualdade a fim de alcançar maior abertura nas comunicações.¹¹¹

Em relação ao bairro Sagrada Família, sobre as dificuldades de se viver nele, alguns casos eu mesmo pude vivenciar, pois estou em meu próprio “campo de pesquisa” e, de um modo ou de outro, componho o universo dos moradores. Em se tratando dessa experiência

¹¹⁰ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína Ferreira. **Usos e abusos da história oral**. 6 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 106.

¹¹¹ PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, São Paulo, p. 7-24, fev. 1997.

particular, não chegou a ser dramática, comparada com os primeiros habitantes das décadas de 1970 e 1980. O que motiva novas questões: Então para essas pessoas que passaram a habitar o bairro, que significou esse local? Como passaram a se relacionar com os vizinhos? Como se viam na construção do bairro e a relação com as pessoas que estavam chegando constantemente? Abaixo, há um trecho da entrevista com o senhor José Francisco Batista dos Santos, quando tocava no assunto das dificuldades de se viver no bairro:

Valmiro: *Agora, a vida do senhor no bairro, no início, como era? Tinha alguma dificuldade?*

José Francisco Batista dos Santos: Isso aqui era difícil, não tinha luz, não tinha água. A gente tinha que pegar água na cabeça, lá no rio. As primeiras casas que pôs água aqui foram naquelas casas do BNH. Depois que a gente morava aqui de dois a três anos, então a água foi lá logo. Então, muita gente dava água e a gente ia pegar. Depois, a prefeitura colocou água em tudo quanto há rua, e hoje tem em toda rua, né. Depois, veio a luz. Aqui, antigamente, era só mato, só tinha essa rua aqui.

Valmiro: *Quando a gente mudou pra cá, mesmo, foi em 1998. A gente mora nessa rua aqui mesmo, no penúltimo quarteirão. Lá, onde a gente mora, na época, ainda não tinha nada. A água, a gente pegava na casa de uma mulher que morava pra cá, dois quarteirões abaixo. Ela ia emprestando aos filhos, que emprestavam pra outro irmão. Era assim. Emendávamos os canos, até que chegavam à nossa casa. Isso já em 1998, tem doze anos apenas!*¹¹²

Minha própria complementação após a resposta do senhor José Francisco é uma ênfase que se completa e perfaz dois momentos diferentes. No primeiro momento, o tempo do senhor José Francisco, início de 1980, denominado como difícil em ter que pegar água com baldes no rio ou em casa de vizinhos que possuíam. Mesmo assim, as casas do BNH aludidas ficam um pouco distante de sua residência. Fazendo um salto daquele período, entendido como “antigamente”, para seu presente, relatou que hoje em dia todas as ruas possuem água, energia elétrica.

Mas o segundo momento é onde minha própria fala evidencia outros tempos no final da década de 1990, em que o viver no bairro para os recém-chegados permanecia com os mesmos problemas de outrora, do início de 1980. As dificuldades em conseguir ligação imediata de água pela COPASA-MG e expansão das redes hídricas na rua faziam com que

¹¹² Entrevista com José Francisco Batista dos Santos. São Francisco-MG, 29 dez. 2010. Outros detalhes não mencionei durante este ponto da conversa: lembro-me que, em nossa casa, a água só chegava durante a noite, pois moramos quase no final da rua, e as instalações, no período, não chegavam até nossa casa. Como disse acima, tínhamos que tomar emprestada água do vizinho, que, por sua vez, já era emprestada de outro. Alguém deveria ficar acordado durante a madrugada para controlar a mangueira até que a caixa e todos os recipientes necessários enchessem, por qualquer esquecimento poderia comprometer o dia seguinte sem água em casa. Nós éramos a quarta família para quem a moradora que possuía encanações mais próximas emprestava a água. Eram necessários muitos metros de mangueira para fazer o “gato”, sendo que a conta do fornecimento era dividida entre as quatro famílias. Dessa forma, perdurou um ano após nossa chegada, de julho de 1998 até meados de 1999, quando a prefeitura e COPASA-MG completaram as instalações hídricas em nossa rua.

quem estivesse nessa situação tivesse que recorrer à convivência dos vizinhos. A solidariedade deveria ser reconstituída em diferentes momentos para quem iniciasse moradia no bairro. O tempo difícil de “antigamente” envolvia a todos, independentemente do tempo que se inserisse nele. Esta cultura que, nas linhas do jornal, ao mesmo tempo, compõe um lugar marcado, estereotipado de diferentes maneiras, também possibilita resistências circundadas pela solidariedade para confrontar as dificuldades. O dia-a-dia, independentemente do momento em que cada um passou a viver no bairro, proporcionou o reconhecimento de dificuldades compartilhadas, sanadas num circuito de solidariedade. O mesmo lugar que proporcionou a construção de memórias de todas as formas elencou igualmente as forças necessárias para confrontar os difusores dessa produção em seu próprio meio: dificuldades e distâncias.¹¹³

Outros entrevistados tornavam cômico o narrar estas dificuldades, comparando aquele período com o presente. Alguns episódios são lembrados como anedota: a iluminação a candeia, o tecer do algodão para dar a forma de pavio utilizado na lamparina, revelam um período em que as pessoas ainda recorriam aos vizinhos para pedir ou dividir o material necessário com outros que não possuíam; a jornada de quase dois quilômetros diários de pegar água no rio São Francisco, transportando os recipientes sobre a cabeça... Um período que, em geral, os entrevistados apontam como de dificuldades vencidas até a instalação das redes elétricas e hídricas. Assim revelou o senhor Teodoro Mendes:

Teodoro Mendes: Era difícil, porque não tinha luz, água não tinha, porque tinha que pegar água no rio, nas costas, os potes na cabeça.

Valmiro: *Daqui no rio é longe hein! Então, a iluminação, aqui, antes, era de candeia?*

Teodoro Mendes: Era de candeia. Ou de velinha. Era um sofrimento, moço.

Valmiro: *Quando eu morava na roça, também, a gente usava candeia, era um sofrimento mesmo.* [risos].

Teodoro Mendes: Era uma solidão, aquilo era assim, moço!
[Risos de ambos].

Valmiro: *Outra coisa também, seu Teodoro. Quando a gente veio pra cá, eu não queria vir, porque a gente ouvia falar mal do Sagrada Família todo dia. Alguma vez o senhor já ouviu ou já presenciou alguma pessoa falar mal do bairro Sagrada Família?* [Risos].

Teodoro Mendes: Não, já ouvi falar que eles falam que esse bairro aqui é um bairro violento, sempre foi de bagunça, sempre foi de confusão, mas eu, graças a Deus, esses anos que moro aqui, eu nunca vi isso aqui, não. Quem fala mal daqui é quem

¹¹³ Ver: REBÉRIOUX, Madaleine. Os lugares de memória operária. In: SÃO PAULO (cidade). **O direito à memória:** patrimônio histórico e cidadania. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992. P. 47-56. Falando de operários nos círculos da fábrica ou em locais de lazer, a autora desenvolve uma discussão sobre a produção dessa memória em torno dos operários e sobre sua própria memória.

anda com bagunça, não anda com coisa boa. E quem anda com coisa ruim não tem lugar bom pra ele, não tem não, não tem.¹¹⁴

Intercalando nossas falas, do mesmo modo, tratando de tempos diferentes, a violência era preocupação constante. O saber de oitiva da violência no bairro ressoa comum a todos que moram em outros bairros. Em meu caso, não foi diferente, morando em outro bairro, a fama de “violento” do Sagrada Família chegava antes de outras notícias. Entretanto, a visão de dentro, como no caso do senhor Teodoro, que mora no local desde o início, contrapõe essa ideia preconceituosa.

Outro fator que faz os moradores contraporem-se à imagem de violência é o fato de continuar a trabalhar tão logo passam a residir nele. Assim, no diálogo abaixo com senhor João Buriti, abordamos outros pontos, como comércio, escola e lazer:

Valmiro: *Agora, outra coisa, seu João, quando o senhor veio, lá do Mocó, aqui pro bairro, depois que formou o bairro, o senhor passou a ficar mais perto do centro da cidade. O senhor acha que melhorou alguma coisa na vida do senhor? Que o senhor acha?*

João Vieira: É porque, nessa época, eu trabalhei na Nestlé, já começou melhorar. Porque eu vim lá da roça, construir aqui. Com o tempo, eu fui trabalhando... Arrumei esse negócio da pesca... Quando eu saí, eu tava com um dinheirinho, comprei barco, comprei motor e fui pescar. Mas eu pesquei pouco tempo. Aí eu passei a comprar peixe e vender. E hoje, eu acho que melhorou bastante. Já tem um bocado de coisa, tem o posto de saúde que não tinha... De uns tempos pra cá, melhorou bastante.¹¹⁵

Senhor João Lima Vieira não frequentou escola, disse ter aprendido tudo com a vida. Passou a contar um período em que conseguiu sustentar a família trabalhando em diversos locais. Orgulha-se de ter visto o bairro “nascer e crescer”. Descreveu algumas construções públicas e particulares existentes no bairro, facilitando o acesso de mercadorias e objetos que antes era necessário andar quilômetros para comprar. Desse modo, lembrei-me do período em que minha família e eu nos mudamos para o bairro, 1998, quando era necessário andar por mais de cinco quilômetros de minha casa até chegar à escola, em outro bairro, na época, uma das duas que possuíam Ensino Médio na cidade.

Valmiro: *Quando eu vim pra cá, por exemplo, escola, eu sempre estudei na EEDAM [Escola Estadual Dona Alice Mendonça, em outro bairro, próximo ao centro, a cinco quilômetros de minha casa] em frente a praça do “cimentão”. Depois que terminei o Ensino Médio, que veio a ter escola aqui no bairro. Hoje, já tá um pouco melhor, bem melhor. Seu João, eu queria que o senhor me falasse um*

¹¹⁴ Entrevista com Teodoro Mendes de Souza. São Francisco-MG, 27 dez. 2010.

¹¹⁵ Entrevista com João Lima Vieira. São Francisco-MG, 27 dez. 2010.

pouco como é o dia-a-dia no bairro. É tranquilo? O senhor tem muitos amigos? Como é a relação do senhor com a vizinhança? Na sua experiência, o senhor acha o bairro um lugar bom pra morar? Porque, quando eu morava no bairro Santo Antônio, por exemplo, eu era moleque, meu pai falava da gente vir morar aqui. Então, a gente sempre ouvia falar que o bairro era violento. O senhor já ouviu, por exemplo, as pessoas falarem que o bairro é violento, algum tipo de coisa? Por que sempre teve um tipo de preconceito em relação ao bairro?

João Vieira: Esse bairro aqui, pra quem fica mais longe e não conhece aqui, pensa que é violento sim, mas não.

Valmiro: *Seu João, hoje, pra gente ir ao centro, está muito fácil. Mas antes, lá no início, quando o senhor tinha que ir ao centro, por exemplo, o senhor ia a pé, tinha algum animal ou carroça?*

João Vieira: Não, eu ia de bicicleta. E, hoje, gente passa até um mês sem ir lá, ou até mais, porque já tem os armazéns grandes aqui. Às vezes acompanha os mesmos preços de lá. Já tem o Bradesco, aqui, tem o lugarzinho que você tira dinheiro também... Não é grande, é pequenininho, você chega e não tem dinheiro [tratam-se de correspondentes bancários em supermercados]. Mas melhorou bastante. Eu passo muito tempo sem ir à cidade. Já vai ter uma farmácia nessa esquina aí. Tá chegando uns asfaltinhos também... Nem meio fio não tinha. De uns tempos pra cá, melhorou bastante, só não pode dizer que acabou. Pode acontecer qualquer coisa, mas melhorou muito. Agora mesmo, vem muita gente de fora, porque, nessa época, vem muita gente de fora, alguns tomam seus golo, faz as festinha... Teve um rodeio aí... E, até hoje, nunca ouvi falar de violência, não. Porque, naquele tempo, a violência no bairro aqui era porque o bairro sempre ficava mais longe, era novo, então esse povo do centro sempre vinha pra cá e não dava certo. Mas era mais por causa do povo de fora. Mas melhorou bastante, a polícia tá dando muita assistência. Hoje, já tem escola, já tem quadra... Ali, tem uma quadra muito boa... Quer dizer, a coisa tá melhorando.

Quando indago os entrevistados acerca da imagem que se constituiu sobre o bairro, a primeira coisa que procuram desfazer é o rótulo de bairro violento. Em suas análises, tais identificações pareciam não atrapalhar, pois continuavam a seguir com seus trabalhos e bons relacionamentos com os vizinhos. Caso houvesse violência, era por parte de “pessoas de fora”, que apenas passavam pelo local, à procura de diversão. O tempo difícil parece ter ficado para trás quando começam a relatar, por exemplo, a presença de comércio, farmácias, lanchonetes, sorveterias, vários supermercados, posto de saúde, instalações que, em períodos anteriores, pareciam “luxo” e supérfluos e hoje em dia são comuns. Mensuram que o local passou a ser digno de confiança por ser um bairro de muitos trabalhadores e que por isso os empresários passaram a apostar nele, apontam constantemente as perspectivas de melhora. “A cidade é mais do que o espaço de manipulação de poder”.¹¹⁶ A cidade não surge. Constitui-se das relações sociais definidas a partir das conjecturas, de pessoas e de projetos que estão formando o território e constituindo relações nela. Por mais que o discurso dominante aclare os espaços onde se definem as classes, o sujeito modifica o espaço, reconstrói, nele e com ele,

¹¹⁶ FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. _____ (Org.). **Cidades**. São Paulo: Olho D’água, 1999. p. 7.

seus modos de vida. Essas modificações revelam a cidade enquanto espaço vivido, obra humana.¹¹⁷

Essas trajetórias expõem, sobretudo, luta por direito à cidade. A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes. Portanto, ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto, como discute Lefebvre: “o direito à moradia aflora na consciência social”.¹¹⁸ O autor argumenta que, se há uma produção da cidade e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos para seres humanos, mais do que uma produção de objetos: “a cidade é a obra de uma história, de pessoas e de grupos bem determinados que realizem essa obra nas condições históricas”.¹¹⁹

¹¹⁷ LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

¹¹⁸ LEFEBVRE. **O direito à cidade**. Op. cit.. p. 26.

¹¹⁹ LEFEBVRE. **O direito à cidade**. Op. cit.. p. 50-52.

CAPÍTULO 2

RECONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS

Neste segundo capítulo, abordo o que defini como “agentes”, diferentes personagens, instituições, fatores climáticos e legislações, que marcaram a trajetória das pessoas abordadas no primeiro capítulo. Busquei as formas como os moradores reconstituíram seus laços de trabalho tanto quanto os percursos circundados por práticas políticas desfavoráveis na cidade. Inserem-se novas fontes que completaram a rede propícia a mapear os diferentes caminhos dos entrevistados. As atuações da igreja, a casa paroquial, clérigos, prefeitos, estado, município, secas e enchentes são discutidas em meio ao universo dos moradores do bairro Sagrada Família.

2.1. Imprensa local e a produção da história da cidade

Apresentei os moradores em suas diferentes trajetórias até chegarem e formarem o bairro. Mas outra questão veio à tona. Quais os fatores que influenciaram na constante movimentação dessas pessoas e suas relações nesse processo de mudanças? As entrevistas me direcionaram para os caminhos percorridos em conseguir terrenos na cidade. Passo, de agora em diante a tomar o jornal *SF, O Jornal de São Francisco* como importante material.¹²⁰

¹²⁰ Desde 1916, existiam noticiários pela cidade. Nesse mesmo ano, surgiram vários jornais, como *A Luta*, *A Cidade de São Francisco*, *O Alfinete* e *O Bacamarte*. Em 1918, vieram *O Imparcial*, *A Revolta*, *O Sorriso*, e *O Parafuso*. Em 1921, foi lançado o jornal *A Liga*. Em 1929, ressurgiu *A Cidade de São Francisco*. Em 1933, *O Operário* e *A Tesoura*. Mas, de 1933 a 1951, não existiram outros jornais na cidade, quando surgiu o noticiário *O São Francisco*. Em 1952, lançaram o jornal *A Tribuna Popular*. Somente em 1960, surgiu o *SF, O Jornal de São Francisco*, sua data de extinção parece incerta, mas encontrei exemplares até o ano de 1996 quando surgiu no ano posterior, 1997, o *Novo Tempo*. Em 1982, surgiram *O Jornal da Verdade* e *A Tribuna do Vale*. Atualmente, vigora na cidade o jornal *O Barranqueiro*, desde 1997. BOTELHO NETO, João. **Imprensa em São Francisco**. São Francisco: [s. n.], [19--]. Arquivo Preservar. A enorme quantidade de jornais surgidos nos anos iniciais do século vinte explica-se pela existência de muitos grupos políticos, “chefes locais” que, geralmente, lançavam um periódico para atacar a oposição. Este período, sobretudo as décadas de 1920 e 1930, foi muito agitado na cidade, pois o corpo político dirigido por coronéis tentava governar às escuras, dominando os opositores à base de “ferro e fogo”.

Minha mediação de análise é buscar como o jornal aborda os fatos públicos a respeito da problemática desta pesquisa, principalmente no que diz respeito à problemática em torno dos “agentes” e instituições, porque representa um registro “formal” da escrita produzida em torno dos administradores. Os fatos ocultos – representados nos discursos dos entrevistados, porque suas falas tornaram evidentes episódios e agentes não descritos publicamente – contrastam com os publicados nos jornais. Os posicionamentos dos redatores e editores passam a ideia de que suas reflexões condizem e suprem todos os conceitos dentro da cidade. É um desafio, pois a imprensa é linguagem constitutiva e os jornais não foram elaborados para servirem de fontes a historiadores. É a maneira como nos posicionamos diante desses jornais que os torna fontes a serem problematizadas em nossas pesquisas.¹²¹

“*SF, O Jornal de São Francisco*” remete, no título, ao objetivo de circular veridicamente a respeito da cidade, “a voz” de todos. Mas é importante ressaltar acerca dos jornais existentes em São Francisco que sempre estiveram a serviço da administração municipal. Raramente um veículo constituía oposição, pois, a partir da década de 1960, a impressão dos jornais era subvencionada pela prefeitura e, quando ocorria a mudança de administradores, havia a troca do corpo editorial para o grupo conivente aos gestores.¹²² Os processos de surgimento de jornais em São Francisco eram semelhantes, quando um determinado grupo político divulgava suas ideias, direta ou indiretamente, surgia outro para fazer oposição ou com o mesmo propósito – embora nunca houvesse um meio divulgador que durasse muitos anos – pois os periódicos existiam mais como instrumento político do que como noticiário propriamente dito.

Dentre os fundadores desse jornal, estavam advogados, professores, funcionários públicos e políticos que compunham força política neste período. Alguns ocupavam cargos eletivos, como de vereador e prefeito, ou então se elegeram posterior à criação do jornal. Grande parte dos exemplares não é disponível ou simplesmente não existe mais. Nos acervos da ONG Preservar, encontram-se muitos exemplares, mesmo assim, ainda restam poucos em face de quantidades que já existiram.

Verificando as páginas desse jornal, nos tempos áureos que circulava mantido pelo poder público, vê-se que chegou a possuir oito páginas. No que tangia à formatação, era,

¹²¹ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria Rosália da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

¹²² SÃO FRANCISCO-MG. Lei n. 309, de 7 de março de 1968. Autoriza subvenção à gráfica do jornal *SF, O Jornal de São Francisco*. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar a subvenção mensal de 120 Cruzeiros Novos à gráfica do Jornal *SF, O Jornal de São Francisco*; para atender às despesas decorrentes deste projeto de lei, fica autorizado a abrir o crédito especial de hum milhão quatrocentos e quarenta e quatro Cruzeiros Novos. São Francisco, Livro de Registro de Leis, n. 31, 1968, fls. 485.

propriamente, jornal. Trazia em destaque, ao centro, a seguinte inscrição: “*SF, O Jornal de São Francisco Órgão da Fundação Municipal Alice Mendonça – FUNAM*”.¹²³ Possivelmente, esta instituição tenha sido criada apenas para financiar o jornal, como um órgão do poder público municipal, porque, durante a pesquisa, não foram encontradas outras menções a seu respeito no período em vigor.

As notícias referentes ao estado eram baseadas no que publicava o jornal *Estado de Minas*, de Belo Horizonte, e outros, como *O Correio do Norte*, de Montes Claros, cidade vizinha. De modo geral, o conteúdo, porém, girava em torno de personagens políticas, geralmente a partir de alguma realização da administração pública municipal, propagandas, anúncios e outros.

Nas primeiras páginas, sempre estavam estampadas notícias da realização municipal ou que dizia respeito ao poder público local. No interior, havia as colunas “*Se acontecer eu conto*”, com notas sobre aniversários, casamentos, formaturas. A terceira página era destinada a “*Noticias Oficiais da Prefeitura, SF-N/O/P*”, com a divulgação de algumas leis municipais na íntegra; na quarta página, noticiava-se o “*Futebol*” local; havia também uma coluna de alguns escritores locais, em forma de “*crônica*”, com conteúdos que variavam de descrições sobre a cidade, “*conterrâneos ilustres*”, a relatos de viagens desses escritores ou notas sobre a realidade do município, algumas assinadas pelo secretário do jornal e outras que não levavam identificação de autoria. Quando os exemplares passavam de quatro páginas, o restante das notícias raramente era assinado ou divulgava o nome do autor, o que nos leva a crer se tratarem de publicações do corpo editorial. Existiam também outras colunas esporádicas, como “*Ocorrências Policiais*” e alguns fenômenos naturais e/ou consequências destes. A tiragem não era divulgada, mas praticamente eram distribuídos entre as Secretarias da prefeitura, alguns funcionários públicos e comerciantes que o assinavam.

Em monografia de conclusão de curso em História, Uara Luisa de Almeida analisou matérias do Jornal *SF, O Jornal de São Francisco* publicadas durante as campanhas eleitorais municipais para prefeito em 1982, quando o jornal foi utilizado por um candidato como seu principal meio de sua campanha. O outro candidato de oposição utilizava outro jornal, *Tribuna do Vale*, útil no pleito eleitoral. Segundo a autora, os jornais existir, na cidade, existem única e exclusivamente como arma política de candidatos a cargos eletivos

¹²³ A fundação levava o nome de Alice Mendonça, mãe de um dos fundadores do jornal, Oscar Caetano Junior, advogado e prefeito por duas vezes, 1959-1962 e 1973-1976 – inclusive no período de fundação do jornal. Seu pai, Oscar Caetano Gomes, foi Agente Executivo nos meses de agosto e setembro de 1924 e nomeado, posteriormente, primeiro prefeito da cidade, exercendo o cargo de 1931 a 1936 e novamente de 1938 a 1944. Esta família também teve outro membro que se tornou prefeito, Oscar Caetano Neto, no período de 1997 a 2000.

municipais, antes de fins informativos, trilham pelos interesses de seus correligionários ou fundadores, sempre num âmbito partidário, tendo a imprensa sempre ocupado papel situacionista, criando uma relação de poder.¹²⁴

Marta Emísia Barbosa chama a atenção para tomar a imprensa de modo a problematizar sua natureza social e suas relações nas instituições as quais criam tal relação. Muitas vezes essa relação de poder, quando não manipula, esconde a realidade.¹²⁵ Ressalto que, embora este jornal tivesse vínculo com a prefeitura municipal, com a análise de suas matérias, nas entrelinhas, é possível construir um mosaico condizente a problematizar a movimentação das pessoas de diferentes formas pela cidade em fins dos anos 1970 e 1980, que possibilita identificar os diferentes motivos e os “agentes” que estavam atuando, direta ou indiretamente, nas discussões relativas a esta pesquisa.

As condições dos entrevistados expressam um panorama de suas vidas e a realidade social da cidade. Ademais, o jornal, como “a voz” da cidade, descrevia o que seus editores entendiam como problemas de toda a cidade. Com isso, retrocedo ao ano de 1977, com uma coluna do jornal *SF, O Jornal de São Francisco* relatando quais eram os entraves de toda a cidade naquele momento:

Os problemas sociais mais graves da cidade são: elevado número de crianças, diariamente, batendo de porta em porta; inúmeras famílias à porta da casa paroquial, incontável número de jovens sem emprego. A mendicância entre nós e em quase todas as cidades é o mais sério desafio que as populações enfrentam, até nos chamados países desenvolvidos.¹²⁶

Muitas práticas que pareciam ter surgido com as enchentes já estavam acontecendo, quase que na mesma intensidade, sendo apenas ratificadas. “As filas de famílias na casa paroquial”, sobretudo, apresentava-se como a prática mais intrigante, pois, para o jornal a serviço da administração, se tratava de uma falha do poder público e parecia “absurdo” não se resolver os problemas da população que recorria aos serviços do pároco.

Os entraves estavam às claras, como a mendicância enquanto mácula social e que não era exclusividade somente de São Francisco. Este trecho configura-se uma pequena

¹²⁴ ALMEIDA, Uara Luisa Gonçalves. **A imprensa local**: um discurso a serviço do poder. 2009. 58 f. Monografia (Graduação em História)–Curso de História, Universidade Estadual de Montes Claros, São Francisco-MG, 2009.

¹²⁵ BARBOSA, Marta Emísia. Relação entre imprensa, fotografia e memória. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

¹²⁶ Contribuições para asilo. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 16, n. 821, domingo, 15 maio 1977. p. 1.

coluna a ocupar o canto inferior da primeira página. Tratava-se de um chamativo para os sócios da Fundação Municipal de Assistência Social – FUMAS continuarem a pagar mensalidades para cuidados aos idosos ocupantes do asilo local.

Nota-se que, mesmo em 1977, o noticiário já divulgava as “filas na casa paroquial” da Igreja Matriz, onde o padre Vicente Euteneuer era pároco. Para além da reportagem como informação, permite arguir que já havia os “serviços sociais” deste religioso na cidade, porque o objetivo do jornal não era publicar os serviços sociais e sim as deficiências onde o poder público deveria agir. Entretanto, aos olhos dos editores do jornal, o movimento de pessoas na fila da casa paroquial constituía um “problema social”, reflexo da pobreza e do contingente de pessoas que se formou com a crescente onda de migrantes.

Algumas questões permitem desenhar uma teia que pode ligar os diferentes agentes que se relacionam com a população pobre da cidade: essas filas eram em consequências de secas, faltas de emprego ou já era uma cultura da Congregação à qual o padre se vincula? Por que existiam filas desde aquele período na casa paroquial? De onde vieram os atos de construir casas para o povo? É uma qualidade, inerentemente do religioso, ou se configura como ação da Igreja Católica da cidade, enquanto instituição?

Antes de chegar ao agente religioso, “padre” há algumas passagens. O movimento das pessoas, entrevistadas ou não, revela inações circunstanciais como barreiras em suas vidas, como, por exemplo, em expectativas e concretizações de meios para construir ou reconstruir suas casas. Não se trata de levantar uma aporia de ambas as esferas, poder público versus paróquia, ou ditas como “padre” e “prefeito”, nem mesmo de compará-las.

No mesmo ano de 1977, tempo descrito como circundado de problemas sociais, um acontecimento “inovador” e “progressista” tomava conta dos administradores públicos e todo corpo político de São Francisco: a notícia da implantação de uma extensão das Indústrias Alimentícias Itacolomy – ITASA, subvencionada à Nestlé, no início da década de 1980 na cidade de São Francisco. Um feito para uma cidade do interior do Norte de Minas, onde, até então, as indústrias se constituíam apenas como promessas políticas e utopias para o “sertão atrasado”. Laurindo Mékie dedica-se a problematizar essa peculiaridade do “atraso”, traçando seus contornos históricos:

Em 1951, já havia um ímpeto de desenvolvimento na região. O jornal de Montes Claros, *Gazeta do Norte*, anunciava a assinatura de convênios entre a Comissão do Vale do São Francisco e o Governo de Minas Gerais para a construção de uma usina elétrica em Pandeiros, município de Januária e Jequitaiá e a abertura de várias estradas na região. O otimismo era tão grande que se falava na instalação de uma fábrica de cimento em Montes Claros e de diversas indústrias têxteis em Januária,

Maria da Cruz e São Francisco, municípios que seriam beneficiados com a energia de pandeiros. As promessas não foram confirmadas para o Norte de Minas, as estradas não foram abertas e as usinas sequer licitadas. O desenvolvimento dos binômios energia e transportes, privilegiado pelas administrações estaduais de Juscelino Kubitschek e Bias Fortes e pelo Plano de Metas, marginalizou o Norte de Minas. Esta região como todo o nordeste, viria a ser contemplada com uma meta especial: a operação nordeste. Dessa forma a criação da SUDENE em 1959 e a inclusão do Norte de Minas em sua área de atuação transformaram-se na última esperança para a região..¹²⁷

Foi assim que cidades como São Francisco sonharam, desde meados do século XX, com transformações via indústrias e estradas de escoamento e acordaram com uma extensão da ITASA, diga se de passagem, efêmera, pouco rentável para o município e que se tornou obsoleta rapidamente. Todavia, mal sabia o corpo político, empenhado no projeto, que os esforços e ações para implantação dessa empresa constituiriam como consequências “o maior problema social” na cidade doravante sua instalação. Analisemos a descrição do jornal, em 1977:

Em visita ao Prefeito Municipal e ao seu Assessor de Planejamento, estiveram na cidade os senhores: Itamar Ferreira de Moraes, Coordenador Geral das obras e José Ângelo Guilhelmelli, engenheiro civil ultimando providências para o início dos trabalhos preliminares de preparo da área onde vai ser construída em São Francisco a fábrica das Indústrias Alimentícias Itacolomy – ITASA. ***Face à existência ainda de alguns moradores na área*** que a Prefeitura, através da lei 618/77 de 24 de março de 1977 doou à ITASA, o prefeito Edson Paraíso da Cunha e o seu Assessor Severino Gonçalves da Silva, solucionando um problema de ordem social, doaram lotes na quadra 18 do Alto Bandeirante, para construção de moradia aos ocupantes de parte do local do antigo Campo de Irrigação. Logo que o terreno for convenientemente preparado com toda a área delimitada com proteção, conforme planejamento, os serviços serão iniciados imediatamente.¹²⁸ (Grifos meus).

Preservei o conteúdo exposto no jornal com nomes que são indicativos do surgimento de todo o esboço que propus a pesquisar a partir das falas dos entrevistados. A parte grifada trata de famílias ocupantes de uma área denominada “Campo de Irrigação”, onde se constituiu o bairro Sagrada Família, ao lado da ITASA. Nesta parte quero seguir cronologicamente. Não foi noticiada e, não há surpresa nisso, a situação ou a vida daquelas famílias após a desapropriação do terreno onde vivam para dar lugar à fábrica. É uma simples

¹²⁷ PEREIRA, Laurindo Mékie. Montes Claros 1957: a invenção do centenário. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 25 /26, p. 215-236, jul.- dez. 2002. p. 235. Em outras discussões, embora especificamente, tendo a cidade de Montes Claros como protagonista, o autor configura as relações a serviço do capital em âmbito regional. Ver:

_____. **Em nome da região, a serviço do capital**: regionalismo político norte-mineiro. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007; _____. **A cidade do favor**: Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.

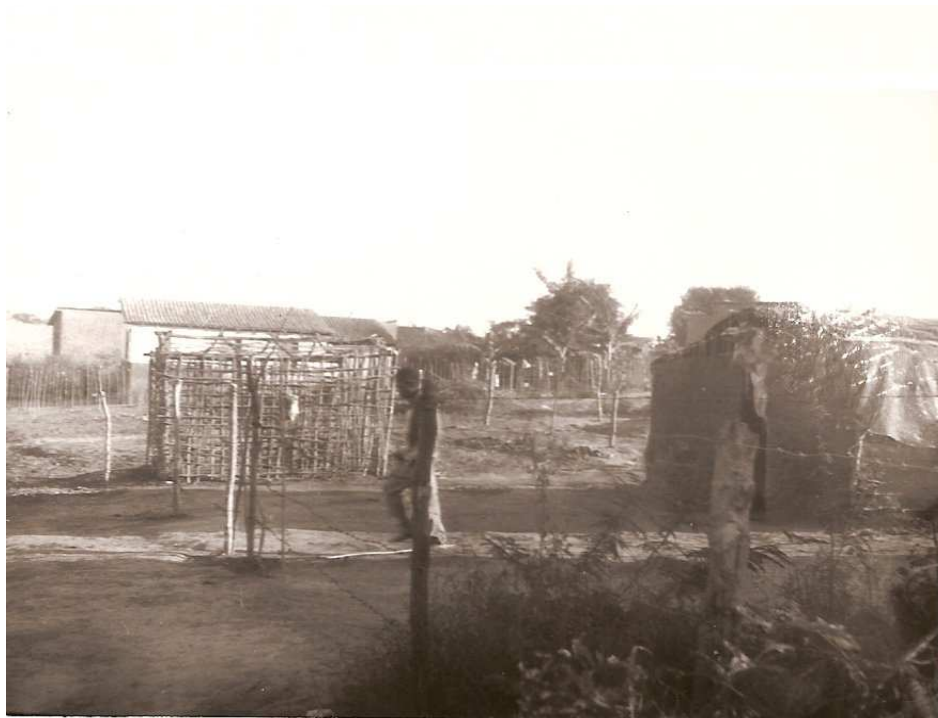
¹²⁸ ITASA: Implantação da Indústria em São Francisco. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, 31 jul. 1977. p. 3.

coluna, evidenciando a extensão de uma multinacional na cidade. Simples ainda, nas páginas do noticiário, é a caracterização das famílias existentes na área onde se instalou a empresa, como “alguns moradores” – que configuram o elo dessa pesquisa.

Os jornais, tampouco, referendaram se as casas das famílias citadas foram reerguidas no bairro para onde foram deslocadas, Alto Bandeirante, que se localiza a cerca de dois quilômetros de onde se instalou a empresa no período. Durante a pesquisa, não apareceram maiores informações sobre a vida daquelas pessoas após o episódio. Entretanto, há indicações de que a construção de moradias para aquelas famílias não aconteceu. E não é coincidência que também a construção da chamada “Vila do Papelão” tenha ocorrido justamente no terreno para onde aquelas famílias foram deslocadas. De acordo com os relatos dos entrevistados para esta pesquisa, a “*Vila do Papelão*” já existia no período da enchente de 1979, no local próximo ao bairro Alto Bandeirante, para onde foram transferidas as famílias que viviam no “Campo de Irrigação”, como notificou o jornal.

E, se pudesse acontecer outra coisa pior ante a tudo isso, vieram as enchentes, o que acarretou que outras famílias coabitassem também na “Vila do Papelão”, que foi destruída em 1984. Dessa forma, quando muitos “desabrigados” das enchentes diziam ter ficado em casas provisórias, ou numa “*vilinha ali, nas casinha ali*” ou num lugar “*onde tinha umas barraquinhas*”, percebi que se tratava da dita “Vila do Papelão”, no bairro Bandeirante, com casas de taipas, pau-a-pique e “ranchinhos de encerado” (lona plástica). Quando a “vila” foi destruída, o que muitos moradores estavam fazendo era nada mais nada menos do que o caminho de volta para o local de onde haviam sido desapropriados. Dessa vez, o bairro Sagrada Família já havia sido edificado.

Abaixo, há fotos da chamada “*Vila do Papelão*”, destruída pela prefeitura em 1984 por ocasião de reintegração de posse de ato do poder público municipal, ocasionando novos desabrigos na cidade. Esta vila localizava-se próxima onde hoje é o bairro Sagrada Família:



Fotografia 13:
Fotografia da chamada “*Vila do Papelão*”, destruída em 1984.
São Francisco, 1984.
Acervo do Professor Alair José Mendes.

Por reintegração de posse, a mesma prefeitura que os retirou do “Campo de Irrigação” e os deslocou para outro local – como expressava o anúncio acima, com base em “doações de lotes”, e reconstrução de suas moradias – não reconstruiu e sequer legitimou sob suas leis o novo terreno que as famílias desapropriadas receberam. Ao contrário, pela lei, tomou de volta o que havia doado e não legitimou. No lugar, foi erguido um Parque de Exposições, simplesmente deixando dezenas de famílias sem moradia, desapropriadas novamente. Quando, no capítulo anterior, o senhor Elpídio relatava o momento em que se mudou para uma “casinha” que sua mulher havia edificado, provisoriamente, e, a prefeitura tomou deles, destruindo-a, referia-se a este acontecimento.

O que permite levantar uma indagação: qual o sentido de desapropriar dezenas de famílias de um local e dar lugar a uma empresa ou fábrica numa cidade “encurralada”? Embora “encurralada”, naquele ano, 1977, tratava-se do centenário dos foros de cidade. A propaganda da “grande festa” estava escancaradamente em todos os periódicos. Escancarado mais ainda era o desejo e a política de atrair, a qualquer custo, uma indústria de renome para a cidade, sem, contudo, fornecer infra-estrutura para tal e para os moradores. Assim, a ITASA surgiu como a “solução” para debelar a propalada crise que assolava não somente a cidade,

mas toda a região, em decorrência das secas, e como razão para o desenvolvimento socioeconômico nesta área do nordeste brasileiro.¹²⁹ Dessa forma, houve o esquecimento e o abandono do lado humano da cidade, dando lugar aos concretos e à “hipnotização visual” a partir de construções de praças que surgiram aos montes, porém, abandonadas atualmente.

Abaixo, há a fotografia do antigo aglomerado da ITASA no bairro Sagrada Família.



Fotografia 14:
Prédio da antiga ITASA no bairro Sagrada Família
São Francisco-MG, 2008¹³⁰.

A empresa Nestlé adquiriu os direitos da ITASA em Minas Gerais no início da década de 1980. Entretanto, em São Francisco, ela funcionou até o final da década de 1990. Atualmente, o prédio está sob a coordenação da prefeitura municipal de São Francisco através da Escola Municipal São Judas Tadeu. Suas dependências são utilizadas para eventos, como casamentos, aniversários, festas em geral e por grupos de capoeira. Abaixo, há uma fotografia atual do prédio escolar, construído no terreno anexado à antiga ITASA:

¹²⁹ São Francisco tem ITASA. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 18, n. 886, domingo, 12 nov. 1978. p. 1.

¹³⁰ Apud BARBOSA, Alexandre Rodrigues. **O crescimento urbano do bairro Sagrada Família na cidade de São Francisco (MG)**. 2005. Monografia (Graduação em Geografia)–Curso de Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2005.



Fotografia 15:
Escola Municipal Infantil São Judas Tadeu, no bairro Sagrada Família
São Francisco-MG, 2011
Fotografia e acervo pessoal do autor.

Uma das séries de escritos sobre a administração municipal daquele período, “*Por trás dos bastidores*”, mapeava as ditas realizações e elevava a personagem do gestor público municipal num afã impetuoso em demonstrar, naquelas páginas, uma cidade “moderna”.¹³¹ Em face de tantas notícias com este teor, o que estava se passando na cidade, em termos políticos, para que houvesse uma efervescência mais em prol de “meia dúzia” de políticos e personagens do que em prol dos moradores invólucros a tantas dificuldades? Era o rompimento com um período político, predominantemente de 1931 a 1976, e a ascensão de novo grupo, que vigorou de 1976 a 1996, porém, idêntico ao anterior por atos e modos de governar. A política local foi predominantemente dominada pelos coronéis do final da República Velha que findou em 1930 com a investidura do governo de Getúlio Vargas. Num efeito cascata, Vargas escolhia seus gestores estaduais e estes escolhiam os prefeitos das respectivas cidades de seus estados.

Em São Francisco, essa política apenas institucionalizou uma família no poder quando foi escolhido, para primeiro prefeito municipal, em 1931, Oscar Caetano Gomes, que governou, entre saídas e renúncias, até 1944. Desse período até praticamente 1976, essa família ditava as rédeas da política local, ora assumindo o poder ora indicando candidatos de

¹³¹ VALE, Humberto. Por trás dos bastidores. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 17, n. 849, domingo, 25 dez. 1977. p. 3.

seus interesses. Até que, em 1976, a mesma ala conservadora dessa base partidária rompeu com outros dissidentes do partido, lançando um candidato opositor à velha aristocracia representada pela família Caetano. Severino Gonçalves da Silva surgiu nesse cenário, sendo buscado na cidade vizinha, Brasília de Minas, e apontado como o único capaz de quebrar a velha oligarquia e domínio político daquela corrente nesta cidade.

Este novo grupo, liderado por Severino Gonçalves da Silva, numa ufania de livrar a cidade das “amarras” do passado, surgiu veiculando a propaganda em torno de sua figura com o discurso de fazer “*quarenta anos em quatro*”, mas sua candidatura ao cargo de prefeito naquele ano (1976) foi impugnada por dupla filiação partidária. Lançou-se uma candidatura para “tapar buraco” a menos de vinte dias das eleições. Todavia, após concretizar a eleição de seu substituto, Edson Paraíso da Cunha, até então candidato a vereador, Severino Gonçalves da Silva passou a ser o “*prefeito de fato*”, exercendo o cargo de Assessor de Planejamento¹³².

Nos jornais locais, a figura ou nome desse político era o primeiro que estava estampado antes de qualquer coisa. Por isso, muitos entrevistados citam Severino Gonçalves da Silva simplesmente como “o prefeito”. Se a notícia da impugnação de sua candidatura chegou a todos os habitantes do município não convém ao cerne desta discussão, mas é evidente que ele concentrou todas as atenções em torno de si, intitulado-se “salvador” do município a partir daquela ocasião. Seu nome ainda é motivo de muita discussão e muitos o têm como prefeito há mais de vinte anos. Muitos entrevistados citaram-no como tendo sido o prefeito desde 1977 até 1996, embora tenha assumido o cargo durante três ocasiões que somam um total de onze anos.¹³³

Entretanto, não houve nada de novo em acabar com os velhos coronéis da República Velha instituindo um prefeito, criando uma nova rede coronelística, também não houve nada de novo na maneira de governar desse novo grupo político. Excetuando os onze anos que Severino exerceu o poder “por direito” com base nos votos, os outros candidatos que alternaram eram de sua base ou indicados por ele¹³⁴ e, nestes mandatos, atuava direta ou indiretamente nos rumos e pleitos municipais. Com base nessa figura que os próprios jornais

¹³² O historiador Harilson Ferreira de Souza discorre sobre essa investidura e os papéis invertidos do assessor como prefeito, por obter o carisma e a artimanha política, e do prefeito colocado como mero coadjuvante do assessor de planejamento. SOUZA, Harilson Ferreira de. Mandonismo local e pessoa política na dinâmica do desenvolvimento social: o caso de São Francisco-MG (1977-1988). In: SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO, Saulo Jackson de Araújo; SOUZA, Harilson Ferreira de (Orgs.). **São Francisco em perspectiva**. Montes Claros: Unimontes, 2010. p. 109-142.

¹³³ 1983-1988; 1993-1996; 2001 a 01 de maio de 2003, quando foi afastado e tornado inelegível temporariamente por acusação de envolvimento em corrupção.

¹³⁴ Edson Paraíso da Cunha, 1977-1982; Josedir de Souza Pinto, 1989-1992; além de seu vice, José Carlos de Almeida, de 02 de maio de 2003 a 31 de dezembro de 2004 (este último já havia sido candidato a prefeito nas eleições de 1996 por indicação do próprio Severino).

do período escancaravam como o ímpeto de “progresso”, este foi o sinônimo de “prefeito” quando os entrevistados citaram. E foi nesse âmbito político, na relação com as linhas de atuação desses gestores municipais, sentidas diretamente na vida dos trabalhadores pobres da cidade, sobretudo os que passaram a viver no bairro Sagrada Família, que o padre Vicente desenvolveu seus trabalhos.

Na gestão desse grupo, o jornal *SF, O Jornal de São Francisco*, divulgou algumas construções pela cidade sob o título de “*Quarenta anos em quatro*”. O corpo do editorial se iniciava com uma retrospectiva do município, chegando ao ponto “célebre” com a frase “basta dizer que o surto desenvolvimentista que hoje se verifica, data de breves tempos”, que referenciava o período daquela administração (1977-1982). Apologeticamente, dizia que “uma população apática, indiferente e desanimada, buscava no êxodo um meio de não sucumbir juntamente com o atraso, porque apesar de todo esforço, no interior se o homem não reage, envelhece, empobrece e embrutece”. E num ímpeto como se este período fosse inesquecível, complementava: “eis que despontou uma falange cheia de vida, força e ideal, que acreditou ser possível modificar inteiramente o panorama e eliminar a descrença: *Quarenta anos em quatro*”.¹³⁵ Eram as promessas do Assessor de Planejamento, Severino Gonçalves da Silva, prefeito de fato, e Edson Paraíso da Cunha, prefeito de direito, para inflamar o povo e governar à maneira dos coronéis. O texto pontuava algumas escolas em áreas rurais construídas no período em questão, assinalando o crescimento urbano como prosperidade e concluía dizendo que “São Francisco não pode parar”¹³⁶.

Uma matéria intitulada “*Carta aberta ao povo de São Francisco*”, de fevereiro de 1980, escrita por um partidário do administrador do período, direcionava suas congratulações aos gestores sem fazer menções às realidades tanto da cidade quanto da população:

Esta carta aberta a Vossa Excelência; infere se dentro do espírito e do hábito de que Vossa Excelência se reveste para se dedicar de corpo e alma a um trabalho pujante e empreendedor. A mim incumbe neste momento dar testemunho aos seus munícipes

¹³⁵ Editorial. *Quarenta anos em quatro*. *SF, O Jornal de São Francisco*, São Francisco, ano 20, n. 999, domingo, 28 jun. 1981. p. 3.

¹³⁶ Os gestores pegaram carona no plano *Cinquenta anos em cinco* e confundiram o “moderno” com a destruição do que era antigo: algumas edificações do centro da cidade, como coreto, cinema, casarões históricos e outras do século XIX e início do XX deixaram de existir, como se fossem os símbolos das “amarras” do passado. Foi uma tentativa de gerar expectativas. O crescimento, contudo, girou apenas em torno da figura política do líder Severino Gonçalves da Silva, lançado por coronéis que deixaram herança de caciques na cidade. Este político ainda figura, nesta cidade, como “velhos chefes” que conseguem concentrar amor e ódio em torno de si e, em momentos oportunos, sempre procura “aparecer” como uma via alternativa ou como a própria “solução”. Entretanto, todas as passagens, como prefeito e outros cargos, são contestados. O último não o completou por acusação e afastamento por “uso de má fé do dinheiro público”, desvio de verbas e outras ilicitudes que o tornaram inelegível por oito anos e o fizeram acumular processos até os dias atuais.

de que Vossa Excelência não se afastou, em nenhum instante, dos compromissos inaugurais de seu governo. Que o prefeito de São Francisco exercita aos seus elevados encargos a partir de profundas e irredáveis convicções filosóficas. Assumindo essa prefeitura, Vossa Excelência conquistou o respeito e a admiração de seus auxiliares, quando nos momentos difíceis com seu senso de equilíbrio e sua formação política, sem tibiezas e com sabedoria política.¹³⁷

Eram comuns matérias e descrições neste jornal referenciando o prefeito ou a prefeitura com textos e frases que apenas bajulavam o administrador público como “idôneo” e “capacitado”, além de exaltar sua figura política como se houvesse inúmeras obras pela cidade. O fato é que não refletiam na prática tais virtudes pinceladas no periódico. Matérias com este teor não eram exclusividade do período analisado, tampouco específico desta cidade. Não evidenciava os problemas vividos pela maioria dos moradores, sobretudo os trabalhadores pobres.

Nesse enredo, crônicas como uma que dizia “*O advento de uma nova era*”, estampada pelos gestores locais, feneceram nos discursos incompatíveis com as práticas. Era uma descrição que dizia respeito ao período pelo qual passava a cidade de São Francisco em 1981, como “áureo”, “promissor” e estável. Estes escritos geralmente começavam descrevendo fisicamente a cidade, contemplando o rio, sua importância e a cidade como ponto de parada obrigatório que viria a se transformar, ao passar dos anos, em florescente comunidade, “que se depreende, no caso específico, das administrações que foram se processando, cada qual se empenhando nos mesmos ideais”.¹³⁸

As crônicas apenas camuflavam a real situação da população e não descreviam de fato o que era a cidade. Do outro lado da ilusão paginada no noticiário, pairava um período político marcado pela ascensão de figuras com velhas práticas e artimanhas com interesse próprio. Ao mesmo tempo em que diziam acontecer na cidade um “alvorecer de obras e realizações”, milhares de pessoas estavam à mercê, buscando mínimas condições necessárias no bairro Sagrada Família e um paliativo no meio religioso, junto ao padre Vicente. Um período evidente e, sobretudo, escancarado nas palavras dos entrevistados.

Por outro lado, os jornais que lançavam a pedra fundamental também lançaram a *cicuta* da cidade. Com base nessas mesmas crônicas ou escritas, evidenciavam que o crescimento da cidade não acompanhava as necessidades e perspectivas das pessoas. Foram

¹³⁷ FILHO, João Moreira. Carta aberta ao povo de São Francisco. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 20, n. 940, domingo, 10 fev. 1980. p. 4.

¹³⁸ ARCANJO, Edilvar. Uma nova era. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 20, n. 978, domingo, 18 jan. 1981. p. 1.

muitas reportagens enfatizando as benesses e o diário do prefeito, com crescimento e embelezamento de uma cidade “promissora”.

O jornal apenas camuflava e tentava silenciar as vidas de muitos moradores envolvidos numa cidade sem planejamento, quando ressaltava as notáveis personagens da administração municipal, enquanto as pessoas comuns, trabalhadores e trabalhadoras, se soergueram e mantiveram vivas suas expectativas, tanto no bairro Sagrada Família quanto em outros lugares. O senhor Elpídio, ainda que sem explicitar marcos e datas, narrou sua vida de acordo com o período compreendido entre os anos de 1979 e 1984, relatando as dificuldades que foram também vividas por outros moradores, quando se davam os apelos de propaganda da cidade e dos administradores. Contudo, senhor Elpídio, assim como outros, se sobressaiu ante aos conturbados momentos e pressões que os cercavam. Ao ímpeto de uma cidade “promissora” contrapunham-se as questões dessa população pobre que recorria aos trabalhos do pároco em face da ausência do poder público.

Era o advento de uma *nova velha era* política. Uma passagem exposta no *SF, O Jornal de São Francisco*, ainda em 1988, sobre construção e concessão de casas populares, evidencia esta prática pessoal de quando Severino Gonçalves fora prefeito de direito pela primeira vez:

Casas populares: Na primeira etapa serão construídas 85 casas no bairro Sagrada Família. Na segunda serão construídas mais 145 casas, que depois de prontas, a entrega será feita a pessoas **obedecendo a critério pessoal do prefeito municipal**, o que será conhecido brevemente.¹³⁹

Com esta passagem ressalta-se a concentração de atenção em torno da imagem do prefeito. Seus atos e a contemplação dos editores do jornal ajudavam a perfazer sua imagem, baseada no culto pessoal. Este “critério pessoal do prefeito” requer atenção: faz cre que os critérios do prefeito estavam acima de qualquer legislação que pudesse estabelecer medidas para as pessoas que deveriam ser contempladas. Pode significar o acúmulo de atenção para si e de certa dependência das pessoas para com o prefeito e cria uma imagem de “salvador que doa casa aos necessitados”.

Com ou sem realizações, o período pós 1976 foi um divisor de águas entre aquilo que eles entendiam, entre o passado – marcado pela oligarquia – e o futuro, com o alvorecer de novas lideranças e promessas de renovações – o que significou o surgimento de nova

¹³⁹ Casas populares. *SF, O Jornal de São Francisco*, São Francisco, ano 21, n. 1210, domingo, 15 abr. 1988. p. 1. O prefeito, nesse período, era o já citado Severino Gonçalves da Silva.

oligarquia até 1996, data em que a velha oligarquia retornou ao poder municipal. Não podemos cair em maniqueísmos de acusar o novo grupo de instaurar na cidade um afã de sepultamento da velha ala política de outrora. Tampouco não se trata de julgar o grupo surgido após 1976 como demagogo para benefício das próprias personagens políticas. Mas o contexto em que surgiram administradores como o Severino Gonçalves da Silva foi abraçado por aqueles que julgavam a necessidade de uma “nova cara”. Tal qual abraçado pelos “velhos remanescentes” que não dispunham de forças, carisma e artimanhas administrativas a ponto de romperem com as “amarras do passado”. Eis o terreno comum adubado em que surgiram políticos como Severino Gonçalves em São Francisco. Outras correntes que necessitavam emergir viram esta possibilidade no terreno fértil de 1976 em diante, como os burocratas e os “donos das letras na cidade”: colonistas do jornal, editores, secretários, advogados e ex-políticos, que, sucumbidos durante um longo período, reascenderam nesse tempo.

2.2. Atuações do poder público no bairro Sagrada Família

As circunstâncias que entrelaçaram o contexto de formação do bairro Sagrada Família e a vida das pessoas ajudaram a estabelecer algumas análises e entendimentos. Com isso, é preciso discutir um período de relações que circundavam ou impulsionavam as mesmas pessoas e população em redor. Os diversos agentes já estavam operando no município, de modo a interferir, ainda que indiretamente, na vida das pessoas que passaram a habitar o bairro. Analisei notícias a respeito do estado e da prefeitura para conjecturar os limites e pressões em torno das pessoas que sentiram a necessidade de migrar ou que foram expulsas para outras regiões ou mesmo para esta cidade.

Os jornais locais de um curto período, de 1975 a 1979, noticiavam, sempre a partir dos problemas enfrentados pela administração pública, a estrutura física da cidade, o quadrilátero que estava crescendo como se fosse apenas um traçado físico e não se compusesse de ações humanas. Uma matéria de 1975 sobre o nonagésimo oitavo aniversário da cidade comemorava o crescimento urbano dos últimos vinte anos, tomando como base o ano de 1955. Em 1955, a população de São Francisco era de 35.326 habitantes, sendo que a população rural correspondia a oitenta e nove por cento; em 1975, a população estava em 64

mil habitantes, sendo que oitenta por cento era rural.¹⁴⁰ As secas dividiam esse cenário como uma das impulsionadoras desse período: “angústia” e “tribulações” como consequência da ausência de chuvas que pareceu provocar uma série de transtornos, tidos como divisores entre o passado, o presente e futuro da cidade naquele momento.¹⁴¹ Foi uma temporada difícil, como também assinalaram as falas dos entrevistados, num período em que eles estavam transitando, sob variados motivos, e procurando seus espaços. Isto gerou o agravamento de questões sociais, com a falta de moradias, emprego e alimentação.

Os escritos pareciam “ferir” ou “comprometer” a cidade e a administração pública, principalmente quando se referiam às dificuldades que assolavam o município, para eles “problemas sociais”. Outra edição deste periódico tornava pública uma crise que pairava sobre o Norte de Minas, já se tratando das constantes secas: “Verifica-se que a região descapitaliza aviltando a base de sua riqueza, que é e sempre foi a agropecuária”.¹⁴² Frente a esses trechos já havia na cidade especulações de programas estaduais para “ajudar” os municípios em crise, sobretudo em se tratando da casa própria, que era um “problema social” na cidade. Desta maneira, era uma crise que não se restringia apenas à agropecuária, rastreando para o lado imobiliário. Uma possível perda de poder aquisitivo em todos os setores pareceu abalar as possibilidades de aquisição de casa própria e terrenos dentro e fora da cidade.

Nesse momento, formula-se um conjunto de leis municipais para regulamentar a doação de terrenos e a criação de novas áreas residenciais. Essas leis especificam e circunstanciam fatores circundantes após a instalação de milhares de pessoas na cidade, em situações como as que expuseram os entrevistados no capítulo anterior. Trata-se de um conjunto de legislações surgidas concomitantemente aos processos e trajetórias desses moradores.

As novas casas dos entrevistados estão situadas num lugar que se pode caracterizar como relativamente distante de outros bairros da cidade. O bairro mais próximo do Sagrada Família é o Bandeirantes, cerca de dois quilômetros os separam. A permanência dos moradores na região em que se constituiu o Sagrada Família, quer se tratando de moradias construídas por eles mesmos, quer conquistada, ou recebida, como doações da prefeitura ou

¹⁴⁰ São Francisco em duas décadas. Estimativa do Departamento Estadual de Estatísticas de Minas Gerais. Publicação do IBGE. Municípios Brasileiros, edição de 1959. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 25, n. 746, quarta-feira, 5 nov.1975. p. 4.

¹⁴¹ Perspectivas & perspectivas. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 26, n. 799, domingo, 28 nov. 1976. p. 1.

¹⁴² Crise repercute. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 27, n. 831, domingo, 24 jul. 1977. p. 1.

da paróquia, parece confirmar a permanência em um lugar não escolhido, um lugar possível, diante da alternativa.

O local de construção do bairro se tratava de um terreno reintegrado à prefeitura, anteriormente doado ao Estado e que serviria para a construção de um “Campo de Irrigação”, para plantio irrigado de pequenos agricultores, sendo porém utilizado como lixão a céu aberto. O projeto de irrigação não se concretizou, o terreno foi loteado a preços aquém do mercado, para pessoas com menor poder aquisitivo. É o mesmo local citado nas entrevistas dos senhores José Francisco, João Vieira e Claudionor Rodrigues. Neste local, ocorreu a doação de faixas do terreno à paróquia para que se construísse a “vila” aos desabrigados e outras faixas foram destinadas ao estado para a construção das casas pelo BNH e COHAB. Essa decisão proporcionou a atração e a fixação de diversos migrantes das adjacências com expectativas neste lugar. Neste conjunto, inseriam-se, principalmente, os ex-agregados, porque saíam das respectivas fazendas com poucas posses ou quase nada. Alguns entrevistados relataram receber lote urbano no bairro, por parte da prefeitura, enquanto outros argumentaram comprar terrenos no local porque eram baratos, uma vez que em outros bairros o preço era praticamente o dobro.

Este era o lado dos moradores, mas a legislação não parecia estar ao lado deles, quando situamos o contexto das leis de doações de terrenos com o aspecto social e econômico da cidade. Impulsionado pela política estadual de incentivos a municípios carentes ou destruídos por enchentes, o poder público local, a partir de 1980, concedeu massivamente terrenos no bairro recém formado, Sagrada Família, logo que se formaram as primeiras construções pela paróquia. Abaixo, há um dos artigos de uma lei municipal, do início da década de 1980, assim que começaram a surgir os problemas de déficit habitacional em meio às enchentes:

Art. 1º. Fica o poder executivo autorizado a doar para fins de interesse social faixas de terreno em loteamento no bairro Sagrada Família a flagelados desabrigados das enchentes do rio São Francisco e seus afluentes, para construção de suas moradias. Cada donatário pagará taxa de 2.000 cruzeiros para fazer face às despesas, podendo o pagamento ser feito em até dez prestações.¹⁴³

Existem construções fortes neste artigo. De um lado, a vitimização das pessoas como “flageladas”, “desabrigados”; de outro, o “interesse social” da instituição, prefeitura. O

¹⁴³ SÃO FRANCISCO-MG. Lei Municipal n. 766/1980, de 16 de abril de 1980. Autoriza doação de terrenos a flagelados. São Francisco, n. 136, p. 122, 1980.

pagamento de prestações é outro fator contraditório em se tratando, teoricamente, de pessoas sem moradia e, sem trabalho, pois viviam momentos recentes após as enchentes e a destruição de suas residências. A justificativa do artigo aparece formulada por interesse social e promulga, da mesma forma, direitos e deveres de ambas as partes: o donatário como pagamento do terreno doado em caráter emergencial e da prefeitura enquanto responsável pelas medidas e acessibilidade aos terrenos doados.

A primeira lei com ruas denominadas no bairro, data de 1981, já que o crescimento se prolongou para além das casas da COHAB e do conjunto habitacional da paróquia e forçou o poder executivo a denominar as ruas existentes, embora, nesse momento, ainda não houvesse serviços como água e energia elétrica instalados. As ruas eram as seguintes: Avenida Brasília de Minas, MG 161, que já ligava as cidades de São Francisco a Januária; Rua Padre Elifas; Rua Padre Nicolau Ciampoli; Rua Padre Melquiades; Rua Padre Gangana; Rua Padre Francisco Roggembuk; Rua Padre João Martins; Rua Padre Peixoto; Rua Padre Modesto; além das praças Dom Joaquim e João Paulo II. Entretanto, essas praças existem apenas no papel, pois até os dias de hoje, no bairro Sagrada Família, não existe nenhuma praça.¹⁴⁴

Apenas nove ruas, formadas no bairro em 1981, ou seja, dois anos depois da construção do bairro. Com isso, o local não foi formado e, sim, surgido a partir de migrações como as descritas nas entrevistas. O que, de imediato, não significou realizações de serviços necessários, como água, energia elétrica, asfalto, postos de saúde. Nada disso existia no bairro e ainda hoje o asfalto consiste em sonho para estes moradores.

No ano de 1982, uma lei municipal instituiu a concessão do alvará para as pessoas que passaram a habitar as primeiras construções da paróquia:

Fica o poder executivo autorizado a conceder à Mitra Diocesana de Januária isenção de tributos referentes a alvarás de licença para construção e numeração de quarenta casas populares construídas no bairro Sagrada Família na sede deste município.¹⁴⁵

A isenção de tributos a que se refere esta lei diz respeito às casas construídas pela paróquia São José, por intermédio do padre Vicente e doadas aos moradores do bairro Sagrada Família. Os terrenos também eram doados pela prefeitura para tais feitos. A lei acima

¹⁴⁴ SÃO FRANCISCO-MG. Lei n. 851/81, 1981. Dispõe sobre denominação de ruas e praças no bairro Sagrada Família.

¹⁴⁵ SÃO FRANCISCO-MG. Lei n. 860/82, de 10 de maio de 1982. Ver **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, 4 jul. 1982. p. 6.

dispensaria discussões à parte neste texto, pois se tratavam das regularizações das moradias como sendo parte da cidade e também para tributos posteriores. Entretanto, é a partir das leis posteriores a estas que se baseiam interesses camuflados por “atos sociais”.

O que parecia se formar como apenas um local emergencial tornou-se a saída não só para diferentes migrantes sazonais, mas sim para os legisladores e prefeitura que impulsionaram o crescimento do bairro por meio de constantes doações de terrenos diretamente às pessoas para construção de suas residências. Em 1988, houve a legalização de residências e loteamentos ocupados por pessoas sem o consentimento do poder público. Na primeira gestão do prefeito Severino Gonçalves da Silva (1983-1988), no penúltimo mês de mandato, foi promulgada uma lei municipal que tratava de doações de terrenos, mas não tratava ao mesmo tempo das regularizações, o que parecia atender apenas a interesses políticos e não a necessidades sociais:

Fica o poder executivo autorizado a doar, para fins de interesse social, e, a pessoas reconhecidamente carentes, para a construção de moradias, até duzentos lotes urbanos situados nos bairros Sagrada Família e João Aguiar, na sede do município. O poder executivo irá custear todas as despesas inerentes à transferência dos lotes para os que vierem a ser atendidos nos termos do artigo primeiro desta lei. Os atuais ocupantes de lotes situados nos bairros mencionados, que provarem esta condição por mais de cinco anos e, tendo neles feito benfeitoria, poderão requerer a compra dos mesmos.¹⁴⁶

Para a própria legislação da prefeitura todos os terrenos doados por interesses sociais a flagelados continuavam clandestinos, sendo necessárias outras legislações para regularizá-los. Frequentemente, essas doações ocorreram em outras administrações tempos depois, contemplando interesse político e não social. Na gestão de Josedir de Souza Pinto, 1989-1992, no primeiro ano de seu mandato, promulgou-se nova lei legalizando as doações da lei anterior:

Fica o prefeito municipal autorizado a confirmar através de minuta e escritura pública, após criteriosa revisão, caso a caso, as doações autorizadas pela lei municipal nº. 1.061 de 30 de novembro de 1988. (...) Artigo 4º. Fica o prefeito municipal igualmente autorizado a outorgar minuta e escritura pública, a título de doação, sem ônus para a municipalidade, aos proprietários ou ocupantes de casas construídas pela ação social da paróquia de São José ou por ato humanitário do padre Vicente Euteneuer, ou pelo Estado de Minas Gerais, para atendimento a flagelados.¹⁴⁷

¹⁴⁶ SÃO FRANCISCO-MG. Lei n. 1.061/88, de 30 de novembro de 1988.

¹⁴⁷ SÃO FRANCISCO-MG. Lei n. 1.113/89, de 12 de julho de 1989. Ver: Art. 3º.: Autoriza loteamento urbano e legalização de moradias nos respectivos bairros. Prefeitura Municipal de São Francisco. MG.

Esses dois administradores públicos pertenciam à mesma base partidária na cidade. Esta nova legislação apenas complementou as lacunas da elaborada às pressas em períodos finais do mandato anterior. Além do mais, deixa a marca da prefeitura ante a necessidade de regularizar as moradias doadas pela paróquia dentro de suas legislações. A minuta referida na lei é o documento que garante ao morador que o imóvel lhe pertence e lhe atribui os deveres de pagar impostos, como o Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana – IPTU.

Neste mesmo conjunto de leis foi que ficou reconhecido o bairro, oficialmente, dentro da legislação municipal, dez anos após sua constituição, somente em 1989. Além de regularizar o bairro, a lei destinou loteamentos e logradouros públicos, dando denominações às ruas do bairro, todas com nomes de clérigos em homenagem ao seu fundador, padre Vicente Euteneuer. Na planta da cidade, de 1989, estão identificadas 18 ruas, com as denominações oficiais, quando o bairro passa a ser oficialmente integrante da cidade. Seguem os nomes das ruas: Padre Nicolau Ciampoli, Padre Gangana, Padre Francisco Roggenbuk, Padre Peixoto, Padre Alkmim, Padre Amaro Falcão, Pio XII, Dom Antônio Pimenta, Padre Elifas, Dom João Batista, Padre Alexandre Camelo, Padre Otto Massmam, Padre João Martins, Padre Melquiades Pereira, João Paulo II, Padre Modesto, Padre Germano, Padre Pedro Ferrari, Padre Daniel Tavares, além da rua Brasília de Minas e da Avenida Arnaldo Lima, perimetral que contorna a cidade. Posteriormente, com o passar dos anos, outras ruas foram surgindo ou foram se expandindo essas existentes.

Após a legalização e o reconhecimento do bairro, pela prefeitura, com legalização das casas para os moradores pagarem tributos, a prática de doar terrenos, com fins eleitoreiros, naquela região, repercutia por quase todo o período pesquisado. Incessantemente havia tentativa do poder público em sanar essa “ilegalidade”, mas aproveitava o pretexto para fazer uma campanha em forma de concessão de donativos. E quanto aos moradores, quais as razões em permanecer em terrenos no bairro Sagrada Família? Das leis sobre doação de terrenos e construções de casas populares que encontrei no período de 1980 a 1999, todas incluíam o bairro Sagrada Família, mesmo quando não dizia respeito apenas a ele. O que pode ser entendido como um ato para beneficiamento do fornecimento do político à frente da administração municipal no momento, uma vez que o bairro, a partir da década de 1990, constituía o maior colégio eleitoral da cidade. Importa atentar para o fato de que as casas eram regularizadas sempre nos períodos posteriores aos que foram concedidos os bens. Como

exemplo, a Lei 1.884, de 30 de agosto de 1999, regularizando casas populares no bairro que foram doadas na administração anterior, em 1996, ano de eleições:¹⁴⁸

Fica o poder executivo autorizado a fornecer gratuitamente a minuta dos lotes do bairro Sagrada Família, ocupados por pessoas carentes, desde que tenha nele edificada construção ainda que inacabada.¹⁴⁹

Esta lei veio regularizar uma prática comum no bairro, ocupação de terrenos sem aval do poder público municipal. Todos os prefeitos, de 1976 até 2004, compunham esse espetáculo político de doar terrenos em períodos finais de seus mandatos para, nas futuras eleições, o eleitorado “permanecer com a memória em dia”, lembrando de tais “gestos simbólicos em benefício da comunidade”. Novamente, na terceira administração do Severino Gonçalves da Silva, 2001-2004, pouco tempo antes de ser afastado por envolvimento em corrupção, formula-se outra lei de regularizações:

Fica o prefeito municipal autorizado a regularizar a situação dos atuais ocupantes de lotes urbanos doados nas administrações anteriores, com a emissão gratuita da minuta para que se possa fornecer posteriormente a escritura de domínio desde que o imóvel esteja com edificação ainda que inacabada ou cercada.

Além de “abusar dos atos de doar”, essas leis praticamente definiram um conjunto de caracterizações a respeito dos recebedores de casas e ou terrenos tais como: “flagelados”, “desabrigados de enchentes”, “pessoas reconhecidamente carentes”. De outra forma como legitimadoras de uma “função social”, da parte da prefeitura, as mesmas leis traziam em seus títulos, antes do tratado de doações, sempre um caráter da prefeitura retratado como “interesse social”, “para fins de interesse social”, dando a entender uma “melhora de vida” que as pessoas teriam após o recebimento dos terrenos. Essas leis não vieram como definições do crescimento urbano ou tentativa de reorganizá-lo – porque encontramos doações desses terrenos em diferentes épocas e bairros e mesmo na zona rural – mas sim como medidas temporárias de tentar sanar deficiências da própria cidade. Outros objetivos eram maiores, exaltar a figura do prefeito que estava administrando para aumentar sua popularidade com fins eleitoreiros futuros. Uma legislação é sempre resultado da correlação de forças e, sobretudo,

¹⁴⁸ SÃO FRANCISCO-MG. Lei n. 1.884/99, de 30 de outubro de 1999. Autoriza doação aos atuais ocupantes das casas construídas com autorização da Lei n. 1.654/96, de 31/10/1996 e respectivos lotes urbanos. São Francisco, 1999.

¹⁴⁹ SÃO FRANCISCO-MG. Lei n. 1.752/97, de 31 de outubro de 1997. Autoriza o Executivo Municipal a fornecer gratuitamente minutas de lotes do bairro Sagrada Família. São Francisco, 1997.

de interesses presentes numa sociedade, ou melhor, de alguém que pleiteia posições numa sociedade.

Outro fator que proporcionou a continuidade dos trabalhos do padre Vicente foi a incessante doação de terrenos pela prefeitura a moradores ditos “carentes” no bairro Sagrada Família. Todavia, muitos moradores não possuíam condições de construir a casa própria, então recorriam ao pároco para construir sua residência no lote recebido pelo poder público. Abaixo, há o anexo de um documento de doação de terreno pela prefeitura municipal no bairro Sagrada Família. Para efeito de preservação desse donatário, suprimi o nome do beneficiário, preservei apenas os dados da instituição doadora, a prefeitura:

A U T O R I Z A Ç Ã O

A Prefeitura Municipal de São Francisco

autoriza o Sr.(a) _____

a construir 01 (UMA) casa residencial no Lote nº .16., da

Quadra nº .76., à Rua .Pe...Malquidés. no Bairro

Sagrada Família, nesta cidade, destinada a pessoa de _____

São Francisco(MG), 16/02/1995

MARIA MARGARTE MENDES MAGALHÃES

Supervisora da Sec. Mun. Saúde

e Bem Estar Social

V I S T O: EM:...../...../19.....

SEVERINO GONÇALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Imagem 2:
Termo de autorização de doação de terreno, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO
Estado de Minas Gerais

MINUTA S.F. Nº 711

Doadora: Prefeitura Municipal de São Francisco, representada pelo Prefeito Municipal **Oscar Caetano Neto**, devidamente autorizado pela lei nº 1.752, de 31 de outubro de 1.997.

Donatário(a)

Objeto: Um lote de terreno urbano n.º 16 Quadra 76 do bairro Sagrada Família, nesta cidade.

Área: 250.00 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados.)

Limites:

Ao Oeste: Frente com a Rua Padre Melquiades medindo 10m (dez metros)

Ao Leste: Fundo limitando com o lote nº 18 medindo 10m (dez metros).

Ao Norte: Lateral direita limitando com o lote nº 17 medindo 25m (vinte e cinco metros).

Ao Sul: Lateral esquerda limitando com o lote nº 15 medindo 25m (vinte e cinco metros)

Valor: R\$ 300,00 (trezentos reais).

Registro Anterior: nº 01, matrícula nº 8.142, fls. 269, livro 2.NRG, em 29/11/91.

Pagamento: Isento por se tratar de doação.

São Francisco, 31 de Outubro de 1.997.



Oscar Caetano Neto
Prefeito Municipal

Imagem 3:

Termo de regularização do mesmo terreno em data posterior, 1997.

A primeira imagem é um Termo de Doação. Este documento é apenas o termo de doação, não significa que o terreno estivesse regularizado. A segunda imagem é de uma administração posterior. Esta última é a minuta, o termo de regularização. É o reconhecimento da Prefeitura Municipal. Com a expedição desse documento, o morador passa a exercer seus deveres como pagamento de IPTU.

Na esteira de conquista do direito ao espaço na luta por moradia, em relação à ocupação do espaço urbano, apareceram práticas políticas de doação de loteamentos

considerados irregulares no bairro Sagrada Família com fins eleitoreiros. No final da década de 1990 os gestores também comungaram desta prática, dessa vez, porém, os atos eram de regularizar os lotes e moradias que haviam sido doados ou invadidos e comercializados anteriormente, como se vê na Lei Municipal Nº. 1.752, de 1997:

Fica o poder executivo autorizado a fornecer gratuitamente a minuta dos lotes do bairro Sagrada Família, ocupados por pessoas carentes, desde que tenha nele edificado construção ainda que inacabada.¹⁵⁰

A prática de doação da escritura também englobava as casas construídas pela paróquia, muitas ainda consideradas “irregulares”, por seus moradores não terem escrituras delas. O próprio prefeito realizou diversos eventos públicos à luz do dia, ao lado da igreja, com palco, som e bandas no bairro Sagrada Família para doar de cima do palanque o documento aos moradores, dizendo ser aquele ato “de interesse da administração para com a população carente” fornecendo a escritura gratuita. Muitas vezes os atos de doar eram festivos. Organizavam-se num palanque essa “dádiva” e o prefeito lia os nomes de cada morador de cima do palco para que ele fosse receber a escritura da casa própria num gesto público para que todos vissem o ato “simbólico” do prefeito.

O jornal *SF, O Jornal de São Francisco* acompanha a trajetória de ocupações da região do bairro Sagrada Família, noticiando a vinculação entre as famílias dos moradores ocupantes e especuladores, para ressaltar a política de doações por parte da prefeitura, em janeiro de 1991, que continua a pôr em destaque já em dezembro de 1997, como se pode observar dois trechos do jornal a seguir:

Sagrada Família: comércio ilegal de casas está explodindo no bairro Sagrada Família entre famílias carentes e especuladores. A prefeitura doa o lote, a Igreja constrói a casa e uma família sem abrigo a recebe para morar. Depois, à vista do irresistível dinheiro, ela vende a casa, que vai para o aluguel.¹⁵¹

Moradores do bairro Sagrada Família vão receber mais 1.200 minutas de escritura de lotes. O prefeito Oscar Caetano Neto (Kato) promoveu, no domingo passado, a distribuição de 300 minutas de escrituras aos moradores do bairro Sagrada Família que ocupavam imóveis irregularmente. O Chefe de Gabinete Oscar Caetano Junior disse que outras 1.200 minutas serão entregues, o que não se fazia naquela ocasião por absoluta falta de condições. O vice-prefeito Boaventura de Araújo lembrou aos beneficiários que ali se cumpria uma promessa de campanha, isto com menos de um ano de governo. Em sua fala o prefeito Kato disse que aquela

¹⁵⁰ SÃO FRANCISCO-MG. Lei Municipal n. 1.752/97. São Francisco, 1997.

¹⁵¹ Sagrada Família. *SF, O Jornal de São Francisco*, São Francisco, ano, 30, n, 1234, jan.1991. p. 1.

era uma prova de que seu governo está empenhando em atender a classe menos favorecida, quando se resolvia um problema que se arrastava há quase vinte anos.¹⁵²

Esses dois registros, a legislação e as passagens do jornal, respectivamente, são relacionados uma à outra. A lei municipal doando a escritura para que o terreno se regularizasse condizia mais ainda como um interesse político. O que está em jogo não é a política em prol de regularizações, mas sim uma troca de interesses. Normatizar e distribuir as escrituras publicamente em atos festivos apenas a clara a impessoalidade do gestor público. No ano posterior aconteceram novamente as ditas “regularizações” de terrenos e casas cujas construções ocorreram após ocupação de terrenos, erguimentos de moradias improvisadas como taipa e lona e também de casas construídas pela paróquia, como novo ato de doação de lotes noticiado pelo jornal *Nosso Tempo*:

Carentes do bairro Sagrada Família recebem mais minutas de lotes. Trezentas minutas de lotes foram distribuídas domingo passado a pessoas de baixa renda do bairro Sagrada Família. A providência tem por objetivo regularizar a situação de centenas de imóveis do bairro. A doação de lotes havia sido feita mediante autorização precária, sem nenhum valor jurídico, por isso sujeita a manipulações políticas. Agora os moradores receberam as minutas da administração e poderão escriturar seus lotes e viver tranquilamente.¹⁵³

Há uma linha habitual nas legislações municipais nesta cidade, quando se tratava de marcar ou denominar lugares, caracterizando-os e destinando-os a práticas e locais de moradias como sinônimos de pobreza. Esse ponto da discussão torna-se importante, pois o terreno onde se formou o bairro Sagrada Família tratava-se de um local longínquo que contribuiu para marcar os moradores que viessem a ocupá-lo, quer fossem “flagelados”, “agregados” ou “migrantes”. O bairro situa-se numa região historicamente estereotipada por legislação, sob a égide elitista de administradores do século XIX. Nos fins daquele século, 1897, havia uma lei destinando uma região onde se situavam determinados bairros, como o lugar de pobres:

¹⁵² Moradores do bairro Sagrada Família vão receber mais 1.200 minutas de escritura de lotes. **Nosso Tempo**, São Francisco, ano 1, n. 41, 20 dez. 1997. p. 2. Nesse período, o jornal *SF*, *O Jornal de São Francisco* já havia sido extinto. Esse novo jornal vigorou pouco tempo, sendo substituído depois pelo *O Barranqueiro*.

¹⁵³ Carentes do Sagrada Família recebem mais minutas de lotes. **Nosso Tempo**, São Francisco, ano 1, n. 41, 24 jan. 1998. p. 6.

Ficam destinados nesta cidade os bairros Quebra e Matadouro para as edificações de casas cujos donos devido ao seu estado mínimo de pobreza não possam construí-las de acordo com o Estatuto Municipal.¹⁵⁴

Uma designação segregadora, como se vê em outra lei do mesmo ano, que designava esses mesmos lugares como passíveis de aceitar o trânsito de animais pelas ruas, proibidos em bairros mais centrais:

Fica expressamente proibido vagarem nas ruas e praças desta cidade, exceção feito dos bairros denominados Matadouro e Quebra, porcos, cabras, cabritos e quaisquer animais daninhos e ofensivos.¹⁵⁵

Neste período, existiam apenas o centro da cidade e estes bairros mencionados, lugares dos trabalhadores pobres, também onde os animais poderiam transitar. O primeiro bairro da cidade, excetuando o centro, foi o bairro Quebra, situado próximo a uma lagoa e às margens do rio São Francisco. Cumprindo ou não a legislação, este bairro formou-se numa região habitada por pescadores, trabalhadores rurais, carroceiros e trabalhadores que extraem areia do rio São Francisco. A região desses bairros continuou sendo o lugar onde as legislações municipais circundavam como o local de trabalhadores pobres desta cidade.

Legislações como essas não eram atos isolados, outras cidades na transição do século XIX para o XX e início deste, num afã de modernização, intensificaram uma série de normas que geralmente delimitavam os quadriláteros que trabalhadores pobres deveriam ocupar.¹⁵⁶ Grande parte dos moradores que passaram a habitar o bairro Sagrada Família moravam no bairro Quebra, conforme constatado em muitas entrevistas. Semelhante ao Quebra, o bairro Sagrada Família também se constituiu numa região paralela ao rio São Francisco, distante do perímetro urbano, num lugar onde, excetuando a extensão da ITASA, existia apenas um lixão a céu aberto. Uma plêiade de leis estava constantemente agindo ou

¹⁵⁴ SÃO FRANCISCO-MG. Lei n. 18, de 25 de setembro de 1897. São Francisco, Livro de Registros e Resoluções da Câmara Municipal de São Francisco, Livro de Atas, 1896, fls. 29. Acervo Núcleo de pesquisa e preservação do patrimônio cultural de São Francisco-MG, ONG PRESERVAR. Ver também ALMEIDA, Faustino Barbosa de. Reminiscências do passado. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 20, n. 968, sexta-feira, 7 nov. 1980. Os livros de leis municipais do século XIX ainda estão em perfeito estado na ONG PRESERVAR, porém não encontrei o original desta lei referida.

¹⁵⁵ SÃO FRANCISCO-MG. Lei n. 19, de 25 de outubro de 1897.

¹⁵⁶ Os respectivos estudos contribuíram para compreender as legislações deste período e interesses que nem sempre coincidiam com as necessidades dos moradores, sendo quase sempre os trabalhadores pobres prejudicados por tais encargos criados pelos governantes. SANTOS, José Carlos Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**. São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume; FAPESP; 1998. p. 110-118; SILVA, Lúcia Helena Pereira da. **Luzes e sombras na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze: 1920/1945**. 2002. Tese (Doutorado em História)–Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

cercando a trajetória de milhares de trabalhadores. Apenas ratificaram decretos municipais anteriores que relegaram trabalhadores pobres a espaços que pareciam espúrios ao poder público municipal.

Raquel Rolnik, em estudo sobre a legitimação de bairros ricos por leis, ressalta que “ao mesmo tempo em que a lei alinhavou os territórios da riqueza, delimitou também aqueles onde deveria se instalar a pobreza, ou seja, delimitam as bordas da zona urbana, ou mesmo a zona rural como local onde a pobreza deveria se alojar.”¹⁵⁷

Essas discussões de leis trazem muitas possibilidades de investigação. Nas pesquisas em acervos e arquivos da prefeitura mantive contato com legislações a partir da década de 1960 e com outras datadas do século XIX, enquanto mantinha vínculo com outro projeto de pesquisa sobre a cidade e comarcas das adjacências.¹⁵⁸ As leis pesquisadas, anteriores à década de 1980, revelam caracteres comuns. Quando tratavam de doações de terrenos, eram para filantropias, empresas comerciais, casas de alguma utilidade comunitária, e organizações. Não posso dizer que não existiam legislações doando terrenos para construção de casas a pessoas individualmente, “carentes”. Mas este conjunto de leis, após a data de 1980, especificamente, tornou-se muito comum, em todas as administrações, sequencialmente: doações de terrenos em bairros recém formados como Sagrada Família, João Aguiar e Vila Vicentina.

Ao trilharmos pelas notícias dos jornais, deparamo-nos com um movimento em que a especulação de terrenos pela cidade aumentou conforme a “lei de mercado”: oferta e procura. Paralelamente, nesse período, sobretudo na década de 1980, êxodos eram constantes. Pode ser uma evidência de que a especulação aumentou em virtude desses êxodos ou expulsão dos ex-agregados.

Ao contrário do que possa parecer, de que não há nada melhor para os proprietários de terrenos do que mais procura do que oferta, a oferta, todavia, não surgiu como salvação dos proprietários de terrenos, porque esses trabalhadores não possuíam tais condições. Por outro lado, tais atrativos não correspondiam nem mesmo estavam à altura das

¹⁵⁷ É uma contradição, pois as legislações procuram legitimar e demarcar os lugares de pobreza e riqueza. Mesmo num estudo sobre a cidade de São Paulo, as contribuições de Raquel Rolnik proporcionaram compreender um pouco dessas práticas ao discutir diversos fatores da cidade daquela metrópole a respeito de ocupações irregulares ou que foram delimitadas pelo poder público como locais longínquos ou paralelos à legislação e onde geralmente habitava a população mais pobre da cidade. ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP. 1997. p. 47; ROLNIK, Raquel. Lei e Política: A construção dos territórios urbanos. **Projeto História**, São Paulo, n. 18, p. 135-154, maio 1999.

¹⁵⁸ BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. **Projeto digitalização, disponibilização do acervo dos autos findos século XIX da comarca de São Francisco (MG)**. EDT2874/06. Belo Horizonte;São Francisco: FAPEMIG, 2007.

condições desses trabalhadores, porque os preços não caíram, em face de suas condições. E, mais ainda, os preços, não decaíram em bairros “centrais”. Por quê? Por que somente nos bairros mais afastados os preços correspondiam às realidades de algumas pessoas oriundas da zona rural ou desabrigados ou ex-agregados? Por que as leis municipais doavam terrenos e casas nos bairros recém-formados e não próximos às áreas centrais? São questões tentadoras.

As notas veiculadas pelo jornal ajudavam a aumentar a especulação nos bairros “centrais”, sem oferta para os terrenos. Ao mesmo tempo, noticiavam a constante doação de terrenos e casas pela prefeitura em bairros afastados. De outro ângulo, é notória uma tentativa de legitimação de lugares, numa visão tradicional: pobres para a periferia. Ao situarmo-nos no contexto da cidade, em 1980, constatamos imensidões de terrenos “vagos” e públicos, próximos ao centro e a outros bairros, utilizados principalmente no pastoreio de animais. Mesmo assim, numa situação de emergência, estes terrenos não foram ocupados ou destinados a esses “pobres” sem moradias, recém-chegados das roças, expulsos das fazendas ou corridos das enchentes. Como se explica isso? Esse conjunto de legislação, pelo lado da instituição, prefeitura, entendido como “interesse social, como medida para melhorar as vidas de nossos flagelados”, nada mais era do que uma política de afastamento desses trabalhadores pobres das áreas centrais da cidade. Assim, retomamos, por exemplo, as falas do senhor José Francisco, ao dizer que comprou o terreno no bairro Sagrada Família porque era “baratinho”, pagava somente o papel de registro cartorial, ao passo que em outros locais custava mais caro. Dessa forma, o bairro continuou isolado do centro da cidade e de outros bairros por mais de trinta anos. Uma imensa área de mata, com apenas trilhas de animais e de pedestres, que o separavam dos outros bairros, sendo abertas ruas acessíveis somente na década de 1990.

No mesmo período em que muitos entrevistados se referiam ao fato de não encontrar terrenos próximos ao centro, ou mesmo em outros bairros, constantemente nos períodos de 1975 a 1988, o jornal *SF, O Jornal de São Francisco* trazia em suas matérias ou crônicas, anúncios de uma cidade promissora, crescendo “rumo ao desenvolvimento”. Essas notícias impulsionaram a especulação de terrenos na cidade, ao referendar que estava cada vez mais difícil adquirir um terreno, baseando-se na seguinte forma, como assinala a nota de maio de 1981:

O rápido crescimento da área urbana vem gerando a exploração imobiliária. A aquisição de um lote nas dimensões mínimas transforma-se num problema bastante sério. Quem possui hoje, lote dentro do perímetro urbano não vende por preço nenhum.¹⁵⁹

¹⁵⁹ **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 20, n. 922, domingo, 10 maio. 1981. p. 2.

Esse trecho poderia ser entendido como um alerta para que a população pobre não se inserisse na cidade, uma vez que, sob a ótica do jornal, estava acontecendo uma migração enorme do campo para a cidade. Pode ser interpretada também de outra forma: por causa do crescimento da cidade, a área territorial se valorizou. Mas, enquanto um instrumento de comunicação da prefeitura, o jornal parecia apenas ressaltar a valorização do poder público local, como repete um mês depois, em junho de 1981:

No momento o elevado preço de um lote urbano atingiu cifras muito altas. A população cresce bastante, o espaço ficou diminuto. Há falta da casa residencial. A cidade continua ainda sufocada pelas cercas que contornam os perímetros urbanos. Entrando, num processo de conturbação, brevemente as áreas existentes próximas aos bairros Santo Antonio, Aparecida, Alto Bandeirantes, Sagrada Família, serão inevitavelmente englobadas pelas imperiosas exigências da necessidade de expansão.¹⁶⁰

Esse anúncio pode ser considerado a expressão dos gritos de uma cidade que vendeu uma imagem de “promissora” no Norte de Minas, mas que não possuía infra-estrutura para suprir uma demanda como a que se formou nesse período. Da mesma forma que passou a imagem de “futurista”, veiculada nesse meio de divulgação, também passou a imagem de desespero. Os bairros citados se tratavam dos limites urbanos da cidade, sendo que o Sagrada Família ainda estava um pouco além do último bairro, o Bandeirantes. Os bairros Aparecida e Santo Antonio, citados na passagem, estavam se consolidando. Essa matéria expõe ainda a existência de currais e cercas para conter animais dentro da cidade. Noticiava a situação da cidade, mas de forma indireta era o movimento das pessoas e as dificuldades em comprar terrenos. São períodos de buscas de espaços e lotes urbanos ante a falta de moradias.

Ainda que de modo sub-reptício, noticiavam o movimento dessas pessoas. A pequena informação sobre o crescimento também apontava, sem intenção, os limites da cidade. Indiretamente, o jornal entregava, amiúde, as carências, deficiências, mazelas e o processo de crescimento desorganizado de uma cidade que os noticiários locais diziam estar “prosperando”. *São Francisco em busca do espaço vital*, este era o título de um informativo tentando aclarar que o crescimento urbano necessitava de maiores investimentos do estado no município, ainda em 1979:

Um sentimento de orgulho e contentamento se apossa do sanfranciscano que hoje percorre a periferia de nossa cidade. São Francisco cresce aceleradamente. Expande

¹⁶⁰ São Francisco e a expansão. **SF, O jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 20, n. 999, domingo, 28 jun. 1981. p. 2.

se e já nos mostra os contornos da grande cidade que será em futuro próximo. Entretanto, a administração municipal já se preocupa seriamente com o difícil problema que está sendo a conquista do espaço. A esta altura não dispõe mais de lotes na zona urbana que possam ser vendidos por preços acessíveis e módicas prestações, como vinha fazendo a título de incentivo às classes menos favorecidas.¹⁶¹

Embora não mencione o que está acontecendo durante esse episódio, trata de um momento após as enchentes, início de junho de 1979. Dois pontos chamam atenção: a menção de que São Francisco cresce aceleradamente, sem indicar como estava crescendo, e, ao mesmo tempo, uma contradição, ao dizer do sério problema que “está sendo a conquista do espaço”. Num anúncio de venda de lotes, em janeiro de 1979, ano das enchentes, verifica-se o alto preço – mesmo em períodos conturbados –, o que os tornava praticamente inacessíveis às pessoas pobres por meio de compra.

A Fundação Municipal de Assistência Social, levando em consideração a necessidade financeira da entidade, resolve colocar a venda os lotes da quadra 6 no Alto Bandeirantes. Os lotes poderão ser vendidos a qualquer pessoa interessada. O preço de cada lote fica determinado de acordo com a área do mesmo, sendo o maior a oito mil Cruzeiros à vista e o menor a sete mil Cruzeiros.¹⁶²

Esta nota de venda pode evidenciar a dificuldade em obter um loteamento urbano, sobretudo como colocaram alguns entrevistados. Ressalto que estes loteamentos ficavam no bairro Bandeirante, limítrofe da cidade, pois, na ocasião deste edital, ainda não havia sido edificado o bairro Sagrada Família. Um anúncio do ano seguinte, 1980, permite uma comparação com o anterior:

Loteamento no bairro Sagrada Família e a arrematação de lotes em frente da ITASA onde a paróquia construiu inúmeras casas populares. A reportagem do SF acompanhou de perto o grande interesse das pessoas em adquirir terreno no novo bairro de futuro promissor. O novo bairro a frente da extensão da ITASA, logo receberá benefícios como sejam: Igreja, na praça central, grupo escolar, mercado, jardins. No final do loteamento, conforme existente na planta há uma área reservada para prática de esportes, quando a sede campestre da AABB estiver construída aquele bairro será um dos melhores da cidade.¹⁶³

¹⁶¹ São Francisco em busca do espaço vital: apelo ao governador Francelino Pereira dos Santos. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 19, n. 918, domingo, 02 jun. 1979. p. 1.

¹⁶² MAGALHÃES, Waldemir. Venda de lotes. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 20, n. 895, domingo, 21 jan. 1979. p. 1.

¹⁶³ MATA, Dario Gomes da. Loteamento no bairro Sagrada Família. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 20, n. 962, domingo, 14 set. 1980. p. 2.

De acordo com o anúncio, no bairro Sagrada Família o custo do lote era cerca de cinco mil cruzeiros. A propaganda veiculada, de bairro promissor com local de lazer, não se concretizou para os moradores do bairro. A sede campestre da Associação Atlética do Banco do Brasil - AABB não é frequentada pelos moradores locais, pois o acesso é restrito aos sócios. Esses anúncios de terrenos e a realização de compra pelos moradores fizeram-me retornar às entrevistas para verificar de fato os motivos que levaram alguns moradores a comprar terrenos na área.¹⁶⁴ A distância dos outros bairros e o fato de os preços de lotes urbanos no bairro vizinho, Bandeirantes, serem um pouco mais elevados do que no Sagrada Família foi o que favoreceu muitos trabalhadores, dentro de suas condições, a comprarem seus terrenos, como afirma o senhor Claudionor:

Valmiro: *Mas, quando você veio para o bairro, não tinha nada, como você fez pra adquirir o terreno e construir a casa?*

Claudionor Rodrigues Pinto: Eu morava no bairro Bandeirante, pagando aluguel próximo do Aeroporto, e comprei o terreno aqui à prestação. Um loteamento a prefeitura abriu, fui pagando o terreno e comecei construir aos poucos. Mudei pra cá, saí do aluguel e ficou a família morando aqui e eu com o comércio lá.¹⁶⁵

Por ser um terreno marcado por matas, currais e animais, ainda era uma incógnita. Segundo Bourdieu, a reunião de uma população homogênea num mesmo lugar proporciona o surgimento ou intensificação de falta de recursos, sobretudo em se tratando de bens materiais, pressões exercidas sobre as pessoas mais carentes produzem o efeito de impulsionar o lugar e as pessoas para situações desagradáveis. A partir das entrevistas que o autor realizou com alguns moradores de áreas que estava pesquisando, retrata que há espaços em que as condições dos habitantes distanciam as pessoas, prendendo-as num lugar.¹⁶⁶

No momento das enchentes, o bairro Sagrada Família parecia inconveniente ao poder público, um emaranhado de pessoas sem condições e sem casa própria concentradas na cidade; o discurso de prosperidade parecia ter acabado com a inserção das pessoas desabrigadas. Assim, foram mantidos distantes, como se fossem culpados por legislações e intempéries naturais sujeitas a acontecer em qualquer lugar sob variadas proporções. Quando há a contribuição do Estado em distribuição de terrenos e espaços, cria-se uma determinação social do espaço que contribui para o aparecimento de lugares relegados. Configura o que

¹⁶⁴ Como o senhor José Francisco, que respondeu o seguinte: “É porque não tinha condições de comprar mais lá dentro da cidade não, tinha que comprar pra fora. Lá era caro e aqui era baratinho. Aqui a gente pagava quase só o papel pra fazer o batimento né, aqui era da prefeitura”. Entrevista com José Francisco Batista dos Santos. São Francisco-MG, 29 dez. 2010.

¹⁶⁵ Entrevista com Claudionor Rodrigues Pinto. São Francisco-MG, 22 jan. 2011.

¹⁶⁶ BOURDIEU. Efeitos de lugar. In: _____. (Org.). **A miséria do mundo**. Op. cit.. p. 164.

Bourdieu denomina como a *demissão do Estado*, ocorre uma “retirada” do Estado na vida de algumas pessoas.¹⁶⁷

A falta de recursos dos atuais moradores do bairro significou uma distância física e peculiar, o local se concretizou fora do perímetro urbano e seus moradores “englobados” numa constante construção de estereótipos, a partir da designação enquanto moradores do “ITASA”, uma referência à empresa que se tornou o principal nome de identificação do bairro e de seus moradores, até os dias de hoje. Esse codinome foi se transformando e surgiu o estereótipo da distância, identificando-o com a *Itália*, por causa da proximidade dos nomes, Itasa e Itália, mas como referência à distância.

Existe uma contextualização e confrontos dessas evidências sobre as visões apontadas a respeito desses acontecimentos. Mas, como transformar em importância histórica essas leis, anúncios de vendas de lotes, publicações esporádicas nos jornais a respeito de especulação imobiliária? Os jornais tanto quanto as leis parecem retratar mesmices, do mesmo modo as entrevistas. São basicamente três fontes trabalhadas empiricamente, a respeito de aquisição de terrenos e da realidade da cidade naquele período. Diferentes, no entanto, em pontos de vista ou objetivos, quando situamos as entrevistas em confronto com a legislação e os jornais. Estas duas fontes “oficiais” ao mesmo tempo em que pareciam retratar uma apologia aos moradores sem residências, estavam do lado da especulação utópica e tentativa de uma legitimação de lugares na cidade.

Indícios de política habitacional já respingavam na cidade por meio da COHAB, numa possível tentativa de solucionar a contento os “angustiantes problemas que refletiam na vida das pessoas”. A especulação imobiliária estava atrelada à crise impulsionando os valores de terrenos e imóveis, tornando-os distantes da realidade. Algumas vendas de lotes urbanos nos bairros limítrofes da cidade nesse período revelam que os preços chegavam a custar de três mil a cinco mil cruzeiros em locais afastados da cidade e os outros chegavam a custar oito mil cruzeiros, nas proximidades do centro.¹⁶⁸

Neste período, as secas fizeram com que muitos trabalhadores do campo saíssem em busca de outras possibilidades, muitas vezes recorrendo a morar na cidade. Este era praticamente o quadro e contexto de atração da empresa ITASA e outras para a cidade. Uma tentativa de atrair fábricas e indústrias por meio de propagandas e isenções fiscais. No Plano

¹⁶⁷ BOURDIEU, Pierre. A demissão do Estado. In: _____. (Org.). **A miséria do mundo**. Op. cit., p. 215-224; BOURDIEU, Pierre. O espaço dos pontos de vista. In: _____. (Org.). **A miséria do mundo**. Op. cit., p. 11-14.

¹⁶⁸ Notícias Oficiais da Prefeitura. Secretaria de Economia e Finança do Ministério da Fazenda. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 17, domingo, 31 jul. 1977. p. 4.

Diretor da cidade, de 1960, que vigorava até a década de 1980, havia em seu Artigo 10 a autorização do Poder Executivo para doar terrenos necessários a quem se dispusesse instalar na cidade atividades “pioneiras”, como indústrias, postos de gasolina, casas bancárias, rodoviária, instituto de ensino entre outras.¹⁶⁹ Foi nesse bojo que se instalaram na cidade ITASA, CASEMG, AABB, Matadouro.¹⁷⁰ Um “incentivo” legislativo procurando inventar uma cidade com *status* de desenvolvimento com bases na década de 1960 e consolidação na década de 1980, contrastado com um cenário de secas, enchentes, déficit de moradias, escassez de trabalhos. Porém, essas deficiências eram maquiadas pela produção da notícia sensacionalista nas páginas que retratavam uma cidade “promissora”, sem, contudo, realçar as necessidades da população.

Fazendo um balanço sobre a atuação do poder público na vida das pessoas que necessitavam dele, percorro um pronunciamento de um vereador em reunião da Câmara Municipal que apelava por apoio aos ruralistas e trabalhadores do campo, publicado pelo *SF*, *o Jornal de São Francisco*, em agosto de 1979:

[...] A perdurar o atual quadro econômico das regiões atingidas, muitos serão levados à falência o que será um absurdo, mormente numa época em que o senhor presidente da república prega o desenvolvimento do meio rural, para o qual tem prometido todo apoio possível, como solução adequada para garantir a fixação de sua população. O que se vê atualmente é o êxodo indisciplinado do homem do campo para a cidade, despovoando aquele e aumentando os problemas desta, em virtude de não dispor de meios suficientes para receber esta população rural, na maioria despreparada para enfrentá-la. É bem verdade que a cidade conta com o conforto da energia elétrica, da água tratada, de escolas e outros benefícios, mas falta o essencial que é o emprego que possibilitará o sustento do novo habitante. Este acontecimento tem provocado a saída de numerosas famílias para as capitais e para as cidades maiores provocando escassez de mão-de-obra e esvaziamento da produção agropecuária em nosso município.¹⁷¹

Dizia que, de acordo com as consequências ocorridas pelas enchentes, muitos venderam ou estavam vendendo as propriedades e migrando para outras regiões. Já acontecia a falência, causando o que ele chamou de “êxodo indisciplinado do homem do campo para a cidade”. Todavia, pelo conteúdo do pronunciamento, excetuando as partes direcionadas às esferas governistas, outras partes denunciavam a ausência de eficácia do próprio poder

¹⁶⁹ Plano Diretor de São Francisco. São Francisco, 10 maio 1960. Artigo 10.

¹⁷⁰ SÃO FRANCISCO MG. Lei n. 618/77, de 24 de março de 1977. Autoriza doação de terreno à ITASA. São Francisco, 1977. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal com base na lei 616 de 25 de fevereiro de 1977, autorizado a doar à Industria Alimentícia Itacolomy S.A – ITASA, o terreno situado na margem da estrada para Januária, fora do perímetro urbano aprovado pelo Ministério da Agricultura para construção de um posto de refrigeração de leite.

¹⁷¹ ALMEIDA, Belarmino Soares de. Amparo aos ruralistas fazendeiros. *SF, O Jornal de São Francisco*, São Francisco, ano 19, n. 917, domingo, 26 ago. 1979. p. 1.

público em virtude de não dispor de meios suficientes para receber a população rural, que por sua vez também estava despreparada para enfrentá-la. Findou a fala com o alerta de tomar medidas, pois as pessoas estariam fadadas até a passar fome, em vista da “violenta seca de 1977 e a tenebrosa enchente deste ano”.

Este pronunciamento chama a atenção para uma série de fatores. O vereador não deixou claro a quem o apelo destinava a ajudar, se a todos que residiam no campo – trabalhadores, agregados, empregados diversos, fazendeiros e proprietários – ou apenas os fazendeiros. A falta de emprego na cidade denunciava as carências infra-estruturais e de suporte tanto para as pessoas quanto para a cidade. Houve ainda uma conclusão do vereador para investir em escolas, com o aumentando do número de séries, além das primárias, no meio rural, para não perderem residentes no campo e no município num todo.

Mais do que imbricadas nas vidas das pessoas, as enchentes estavam arraigadas nas páginas do jornal analisado nos períodos de 1979-1980.¹⁷² Eram constantes os alertas de que estava causando prejuízos em plantações, desabrigo, corre-corre pela cidade, mas não era retratada a situação das pessoas.¹⁷³ Em meio a isso, corriqueiramente, estampavam publicações que diziam: “ações da prefeitura visando melhorar as condições de vida dos nossos flagelados, exatamente porque vêm o governo municipal e estadual, implementando neste ato a iniciativa de alto sentido social”.¹⁷⁴ Sobravam bajulações aos poderes públicos e faltavam ações concretas. O que indica como as matérias apresentam-se contraditórias em relação às falas dos entrevistados. Houve a iniciativa de muitos erguerem suas moradias ou procurarem a paróquia frente às inoperâncias políticas. Os jornais, porém, não mencionavam a população, apenas os locais de responsabilidade públicas e privadas para alocar os desabrigados. Era sempre um ponto de vista de quem detinha a propriedade e construía medidas para protegê-la.

Uma miscelânea de acontecimentos, pesquisados a partir das instigantes falas dos entrevistados, levou-me a procurar estes “agentes externos”, atuando silenciosamente em suas vidas: onde o Estado se fez presente em termos de alternativas para essas e muitas outras em determinadas cidades, vivendo em condições semelhantes? Onde o Estado estava atuando e qual o contexto de possíveis “políticas públicas” tanto em termos estaduais quanto em face de

¹⁷² O jornal **O Diário de Minas Gerais** também publicou várias matérias a respeito das enchentes do ano de 1979. As páginas dos meses de janeiro a março traziam diariamente referências desse acontecimento.

¹⁷³ Enchentes: várias famílias desabrigadas. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 19, n. 895, n. 895, domingo, 21 jan. 1979. p. 1; **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 19, n. 896, domingo, 28 jan. 1979. p. 1.

¹⁷⁴ **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 19, n. 903, domingo, 20 maio 1979. p. 1.

situação emergencial que pairou na região? Quais eram as circunstâncias dessas esferas que circundavam o terreno comum das pessoas cujas trajetórias expuseram anteriormente?

Perante ainda a várias experiências humanas que se cruzaram a partir das entrevistas, dentro do processo histórico que propus a descortinar, deparei-me, embora houvessem algumas semelhanças, com um terreno heterogêneo. Guiei-me a partir das circunstâncias, condições históricas e culturais, tanto de minha parte quanto da parte dos entrevistados e outras evidências. Nesse ínterim, tentei realizar um processo ao redor do presente e passado, recorrendo ao presente novamente. Não em sequência, mas de acordo com as circunstâncias, ao longo do texto, tentando problematizar e evidenciar as nuances do lugar social de cada um, tanto de origem quanto de chegada.

Em minha experiência, o contato com as fontes, sobretudo os jornais, apareceram como os maiores desafios. Por outro lado, ouvindo os moradores, vivendo, olhando e fazendo parte da realidade deles que representa o “outro lado” das fontes escritas, o lado dos trabalhadores pobres da cidade (do qual julgo fazer parte), meu maior desafio, até o momento, foi analisar a situação do olhar de quem detinha a pena e a caneta naquele período, para entender a relação dos escritos nos jornais.

Durante alguns momentos do texto, amiúde, expus, propositalmente, parte de minhas falas, não só na relação com o bairro, mas com a cidade que, a meu ver, no período narrado, ainda era reflexo do processo histórico desta cidade que vivemos. Nessa relação, o tempo dos entrevistados não era meu tempo de vivência na cidade, enquanto espaço urbano, mas, na relação com eles, deparei-me com outra dificuldade que dizia respeito ao momento efervescente pelo qual os “gestores” estavam vivendo. O período de ímpeto face ao aniversário de centenário, confrontando com as crises, problemas habitacionais e “despejo” de agregados pelos fazendeiros. Um período sentido na pele pelos trabalhadores pobres da cidade. Este período se configurou como um marco perturbador, embora não definido e fechado¹⁷⁵.

Em face deste terreno fértil proporcionado por querelas políticas, diversas personagens que se inseriram no bairro Sagrada Família e, em outros bairros, procuraram em outras esferas um paliativo para sair desses entraves. Nesse âmbito, muitos convergiram para o lado de civis e religiosos, como apontaram nas entrevistas, enquanto tentativas de reerguimento.

¹⁷⁵ Perturbador, principalmente por se tratar de uma dicotomia em que a cidade “debutante” preparada para a festa se deparou com água em seu “salão”, mesmo assim não perdeu as “pompas” de realizar um “baile” à custa da miséria exposta dos “convidados indigestos” se instalando na cidade sob as mais variadas situações.

2.3. Agentes religiosos, padre e igreja: as outras histórias que os jornais não publicaram

O que saiu da boca dos entrevistados não estava povoado nas páginas dos jornais, porque seus editores estavam acostumados a vislumbrar somente nos tradicionais ou dominantes como os agentes das mudanças e das soluções dos problemas da cidade. Os entrevistados relataram relações de proximidade com o representante do religioso, na figura de um clérigo que assumia uma relação de estranhamento ou de intolerância para com os administradores públicos locais. Essas relações de estranhamento não se tornaram fatos públicos. São fatos ocultos. A maneira de desvendar os fatos ocultos é posicionar-se no ambiente de onde os fatos públicos não são descritos: o terreno das pessoas comuns.

Antes de situar-me no terreno onde as operações aconteceram retrocedo a um acontecimento marcante para a relação entre Igreja Católica e sociedade. Na primeira encíclica do papa João Paulo II, seu discurso de *redenção do homem* destacou a instituição igreja católica como promotora de tal liberdade: “A Igreja se torna guardadora da liberdade do homem, a qual é condição de base da verdadeira dignidade da pessoa humana. A igreja não pode abandonar o homem, sendo este homem a via da Igreja”.¹⁷⁶ José de Souza Martins, ao discutir a relação da Igreja Católica com a ditadura militar no Brasil, assegurou que, na década de 1980, o estreitamento da expressão partidária pelo regime empurrara as demandas sociais para o âmbito religioso, dando à igreja dimensão e função de partido político. Dessa forma, a abertura política apenas restaurava a política no seu seio natural, o dos partidos. Enquanto no período da ditadura a Igreja dispunha de funções como as de um estado, manteve em seu leito o berço dos movimentos sociais, tornando-se provedora das carências dos mais necessitados.¹⁷⁷

A Igreja Católica desta forma constitui-se num dos atores coletivos de extrema importância. Cesar Benjamin e outros sociólogos observam que, na situação política brasileira no final do século XX, a democracia não se abriu a todas as camadas, deixando de certa forma uma “multidão dispersa” na qual não encontrou no seio do estado um amparo absoluto, tendo convergido para o lado religioso buscando sanar essas carências.¹⁷⁸

Nesse ponto, a Igreja mostrou-se como um *lócus*, capaz de se converter numa comunidade resistente e coesa contra um mundo externo percebido como injusto, desigual e

¹⁷⁶ Encíclica Redemptor Hominis. João Paulo II. 04 de março de 1979.

¹⁷⁷ MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**. Op. cit., p. 24.

¹⁷⁸ BENJAMIN, César et alii **A opção brasileira**. Op. cit. p.118.

hostil ao acolher as demandas da população necessitada.¹⁷⁹ O ato de pedir, no âmbito religioso, uma casa, por exemplo, não pode deixar de refletir os significados de buscar na religião, qualquer que seja, um conforto que não se vê atendido no plano da política. Ao procurar na religião condições para o acesso aos bens escassos, pode se evidenciar uma atitude contra-hegemônica, pois é uma medida contrária àquela situação em que a pessoa se encontra.

Desta maneira, vislumbra-se uma possibilidade de entendimento do universo em que os moradores, expoentes de narrativas no primeiro capítulo, foram sanar suas necessidades com a paróquia São José. Muitas vezes, a religião mostra-se como um *locus* atrativo para minimizar os problemas vividos num cotidiano fundado na ausência de um discurso em que a carência se legitime como direitos, restando somente a esperança de que as condições de vida vão melhorar. É importante frisar, ao problematizar esse lado em que as pessoas foram procurar no lado religioso os materiais ausentes em suas situações, que se tratavam de circunstâncias emergenciais que favoreceram essas práticas na cidade de São Francisco. Não se trata de atribuir alienação, são trabalhadores que se mobilizam, constituem suas lutas e se engajam nelas, participavam de reuniões associativas – como está explícito adiante no terceiro capítulo –, investem no estudo de seus filhos. Por outro lado, indago se esses entrevistados foram buscar essencialmente na instituição católica os recursos ou materiais como casa própria ou se eles apenas foram buscar naquele que se manifestou como capaz de prover tais ausências?

Começo a descortinar essas ponderações a partir da pesquisa nos Livros de Tombo da Casa Paroquial da Matriz São José, dirigida pelo padre Vicente, que me ajudou a compreender como a Igreja local descortinou uma realidade social, por meio de atuações de clérigos locais. Nesses livros, as anotações sobre as primeiras construções da paróquia, erguendo o bairro, aconteceram ainda em fins do ano de 1979, durante as enchentes. No dia 12 de novembro de 1979, estava registrado no Livro de Tombo o seguinte acontecimento: “na Itasa novo bairro da cidade, a Paróquia está construindo 30 casas para os flagelados da enchente com uma verba vinda da Alemanha por intermédio do senhor bispo”.¹⁸⁰

À frente da paróquia, este clérigo, assumiu o posicionamento de preencher uma lacuna ocasionada pela esfera política. A organização de mutirões, por meio da mobilização de moradores e representantes da igreja, foi a forma de reunir materiais e mão-de-obra para

¹⁷⁹ TELLES, Vera. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 93.

¹⁸⁰ Livro de Tombo da Casa Paroquial Matriz São José. São Francisco, 12 nov. 1979. Fls. 84v.

construir casas para os desabrigados. Este padre alemão, Vicente Euteneuer, tornou-se, mediante trabalhos sociais na cidade, neste contexto, o principal “agente” na vida de muitas pessoas que citaram veementemente seu nome sempre como doador de algum bem material, o que lhe rendeu, na esfera pública, reconhecimento e homenagem pelos atos sociais na cidade, como registra o jornal *SF, O Jornal de São Francisco*, ainda no ano de 1980:

Homenagem ao padre Vicente. Além de o nosso homenageado cumprir com dedicação sua missão espiritual, zelando sempre pelo crescimento da fé do nosso povo, o trabalho deste homem pelo seu elevado espírito humanitário e grande sentimento de caridade e solidariedade humana, ultrapassa os seus primeiros objetivos, ou seja; zelar pelo rebanho espiritual que lhe foi entregue: evangelizar. Assim é que o padre Vicente sempre esteve presente nos grandes momentos da nossa terra, seja de alegria ou de dor e especialmente presente nos momentos de necessidade acudindo a população mais pobre em seu serviço constante de assistência social, levando sempre o apoio espiritual e a ajuda material aos mais necessitados da cidade ou da zona rural. É do conhecimento de todos a sua presença marcante nas grandes tragédias que só abateram no povo, seja a última grande seca que fez tantas vítimas nos idos de 1977 e mais recentemente, o trabalho gigantesco desenvolvido por ele na época das enchentes, quando socorreu e preocupou diretamente com a situação de milhares de flagelados, sentindo na sua carne a tragédia de seus irmãos. Padre Vicente, neste ato público de reconhecimento, todo o povo de São Francisco agradece o trabalho que o senhor tem realizado.¹⁸¹

Esta homenagem aconteceu um ano após a construção de quarenta casas para os desabrigados das enchentes. Algo até então inédito nesta cidade, conjuntos habitacionais não eram construídos nem mesmo pelas esferas governamentais. Ser homenageado publicamente e receber um título honorário de “cidadão sãofranciscano” pelos trabalhos prestados parece não convir com o perfil conservador deste reverendo; tampouco era rotineiro nas passagens desse jornal publicar matérias ou feitos de civis que eram contrários à forma dos administradores do período. À medida que o padre continuava a realizar construções de moradias, como um ato passageiro, até 1983, houve outro registro no noticiário, em sua homenagem:

Gente da terra: padre Vicente. É o apóstolo da paz em todas as camadas sociais. Padre Vicente não exerce sua missão unicamente na igreja ou paróquia. Sua dedicação à causa do povo está bem patente em todo o município. Mas, onde sua obra atingiu maior dimensão foi no bairro Sagrada Família, onde tudo é trabalho seu. Dezenas de casas foram feitas e distribuídas aos mais necessitados, qual obra do próprio São Vicente de Paula. Padre Vicente, aqui ficam registradas meus elogios à causa social, tão nobre e tão bem conduzida por Vossa Reverência. O

¹⁸¹ Homenagem da Câmara Municipal e discurso proferido pelo vereador Antonio Vieira de Almeida. Homenagem ao padre Vicente Euteneuer cidadão sãofranciscano. *SF, O Jornal de São Francisco*, São Francisco ano 20, n. 972, domingo. 07 dez. 1980. p. 3. O título de cidadão honorário de São Francisco foi-lhe concedido pela Lei Municipal. n. 786 de 1980.

são franciscano, ou melhor, o Brasil jamais esquecerá de sua nobreza, de seu caráter.¹⁸²

Essa crônica foi escrita para descrever a atuação e importância deste religioso para a cidade, mas as homenagens, efêmeras, renderam apenas duas colunas de jornal. Os trabalhos do clérigo continuavam no mesmo ritmo da ausência do poder público. As publicações, todavia, foram apenas essas duas. As homenagens áureas e floreadas acabaram quando os gestores perceberam que os atos do clérigo não eram em conivência com a administração local: “construir casas para ajudar a prefeitura”. Ao contrário. A construção de casas pelo religioso dava-se no contexto de carência que fora descortinado com as secas e enchentes, o que tornou mais visíveis as mazelas e carências nas mesmas proporções da cidade. Tornar tais atos públicos não convinha, pois o noticiário estava a serviço do poder e o clérigo supria necessidades que as pessoas não conseguiam suprir com o meio político.

Esses fatos ocorreram no curto período de 1979 a 1983. Até esta data, eram apenas as primeiras quarenta casas construídas de uma só vez para os desabrigados. Em seguida, tornou-se frequente, à medida que novas famílias inseriam-se na cidade após serem expulsas por fazendeiros ou migrando em busca de novas perspectivas, como as entrevistas evidenciaram. Em 1984, aconteceu um novo marco nesta cidade que aclarou ainda mais a realidade social e o que fez a igreja católica local, na instituição dos Missionários da Sagrada Família, representada pelos padres Vicente Euteneuer, Germano e outros, tomar posição clara em prol dos “indefesos”. A prefeitura autorizou, por meio de reintegração de posse, a destruição coletiva de casas improvisadas de mais de sessenta famílias que ocupavam terrenos públicos. A destruição dessas casas foi o resultado das ações para a implantação da ITASA. O local se expandiu e a prefeitura requereu o próprio terreno que, outrora, doara para os moradores que já o haviam ocupado. Após esse ato, no Livro de Tombo há uma passagem, de 1984, em que os clérigos erguem a voz da seguinte forma:

A paróquia continua a ajudar as famílias desabrigadas a construir uma casa no bairro Itasa. No início do ano sessenta e três famílias foram expulsas das suas casas porque as casas estavam no terreno da Prefeitura e a Prefeitura precisou do terreno para fazer um Campo de Exposição de gado. Repito aqui o que foi lido nas missas aos domingos logo após o acontecimento. Comunicação: Caros irmãos; queremos comunicar aos fiéis da nossa paróquia os seguintes acontecimentos: na semana passada foram destruídas por um ato desumano, arbitrário e injusto 63 casas de famílias no bairro Alto Bandeirante da nossa cidade de São Francisco. Trata-se de famílias pobres. Estas famílias, homens, mulheres e crianças, expulsas das suas

¹⁸² ZECA. Gente da terra: padre Vicente. **SF, O Jornal de São Francisco**. São Francisco, ano 21, n. 1095, domingo, 14 ago. 1983. p. 1.

moradias acham-se agora numa terrível miséria, passando fome e grande necessidade. Diante dessa calamidade, a Igreja Católica de São Francisco levanta a voz de protesto. Não toleramos que nossos irmãos sejam ofendidos nos seus direitos essencialmente humanos. Reclamamos publicamente este ato de violência e invocamos a justiça divina não confiando mais na justiça humana que infelizmente em grande parte não existe para os nossos irmãos pobres em nosso meio.¹⁸³

Há uma defesa ardorosa do padre Vicente Euteneuer, autor da anotação, em prol das famílias desamparadas pelo poder público. Essa anotação aconteceu após o religioso construir as primeiras habitações no bairro Sagrada Família. Esse fator contribuiu para a continuação das construções habitacionais pela paróquia. Na sequência dos livros de tombo, há outra passagem a esse respeito que finda dizendo que todos foram testemunhas da angústia das famílias desabrigadas pelo abuso do poder e solicita veementemente para que o povo não cruze os braços e que fique ao lado dos necessitados para ampará-los:

Meus caros irmãos vimos a angústia de 63 famílias, angústia esta causada pelo abuso do poder. Não cruzemos os braços diante deste fato. Estamos ao lado dos nossos irmãos e procuramos aliviar o sofrimento deles ajudando a eles eficazmente. A paróquia organizou um mutirão e conseguiu com que muitas famílias se uniram para ajudarem mutuamente construir as casas. Da Alemanha recebi muita ajuda para esse fim.¹⁸⁴

A mesma vila – “*Vila do Papelão*” – erguida pelos moradores pobres expulsos do terreno onde instalaram a ITASA foi destruída por reintegração de posse porque as promessas feitas no ano de 1977 – de construir casas para aqueles “alguns moradores” – não foram cumpridas. Esta anotação permite lembrar da experiência do senhor Elpídio, exposta no primeiro capítulo, quando mencionou que o “povo da prefeitura” retirou sua família à força das casinhas em que estavam. O panorama das entrevistas ajuda a desvendar a realidade social da cidade. A união das famílias organizadas pela paróquia após esse ato significou a saída para sanar o sofrimento desse grupo de pessoas. O destino dessas famílias foi o bairro Sagrada Família, a própria trajetória do senhor Elpídio, descrita no primeiro capítulo é um exemplo.

A defesa desses moradores pelos clérigos não se deu apenas no campo da moradia. Numa entrevista realizada em 2008 com o padre Vicente Euteneuer, por ocasião da escrita de minha monografia de graduação, há uma passagem em que o entrevistado relatou os fatos de que governantes e outros líderes da cidade qualificaram os moradores do bairro Sagrada Família como “povinho”, “preguiçoso” e outras denominações:

¹⁸³ Livro de Tombo da Casa Paroquial Matriz São José. São Francisco, 18 ago. 1984. Fls. 94 v-95. A transcrição está conforme a original nos Livros de Tombo. Algumas palavras estão incorretas, porque o padre Vicente é alemão, por isso há troca de consoantes no texto.

¹⁸⁴ Livro de Tombo da Casa Paroquial Matriz São José. São Francisco, 18 ago. 1984. Fls. 94 v.

Padre Vicente: Já recebi muitas críticas de que o padre ajuda o povo a não trabalhar, ajuda a preguiça do povo, dizem que eles não querem trabalhar, mas não é assim não, eu conheço a situação, muitos querem trabalhar, mas não fornecem serviços para eles.¹⁸⁵

Ao mesmo tempo em que expôs as críticas que recebeu por construir moradias para as pessoas no bairro por contribuir com a “proliferação da pobreza” pela cidade, apresentou um contra-argumento de crítica aos governantes, por não oferecerem emprego aos moradores, mencionando, em outra passagem da entrevista, que um vereador e um prefeito já lhe haviam dito que ele ajudava o povo a ficar ocioso: “Certa vez um vereador disse assim: ‘mas esse povo é preguiçoso’. Um ex-prefeito já chegou a denominar a população do bairro Sagrada Família de ‘povinho’”.¹⁸⁶ O religioso argumentou que, caso houvesse trabalho para esses trabalhadores, que era o principal, ele não precisaria realizar tais trabalhos:

Padre Vicente: O que se vê, não é a preguiça, mas uma falta de investimentos no intuito de criar postos de trabalho. Muitos não têm condição de construir um rancho, então vão para as firmas, ganham pouco. Quando retorna o dinheiro só dar para pagar as contas.

Tratava-se de uma crítica aos governantes, pois a maior parte dos trabalhadores do bairro procurava e ainda procura emprego em firmas de lavouras do Noroeste de Minas, Norte de Goiás, sobretudo nos plantios de batata, algodão, colheita de feijão e outros grãos. Durante a entrevista, mencionou um assunto ocorrido durante as enchentes, um dos fatores que o levou a construir as casas. A concretização de um espaço improvisado de moradias por parte dos desabrigados, a “*Vila do Papelão*”, significou o desterro novamente de dezenas de famílias, conforme apontou o padre Vicente: “destruíram 63 casas, para que fosse construído o campo de exposição. Mandou fazer o despejo, com mandado judicial, para que destruíssem as casas”.¹⁸⁷

Foram somente esses fatores, cruciais para o ingresso desse “agente”, padre, na cena da resolução de problemas na vida dos trabalhadores pobres desta cidade? As pessoas, procurá-lo, não se sentiam na qualidade de resolverem seus próprios obstáculos? Por que procuraram um padre? Qual é a historicidade do ato de doar ou de pedir casas nesta cidade? Qual foi o movimento dessas pessoas nesse processo? Afinal, foram os moradores quem

¹⁸⁵ Entrevista com padre Vicente Euteneuer. Casa Paroquial, Matriz São José. São Francisco-MG, 15 jul. 2008.

¹⁸⁶ Entrevista com padre Vicente Euteneuer. Casa Paroquial, Matriz São José. São Francisco-MG, 15 jul. 2008.

¹⁸⁷ Entrevista com padre Vicente Euteneuer. Casa Paroquial, Matriz São José. São Francisco-MG, 15 jul. 2008.

primeiro procuraram o religioso ou foi o padre quem começou a construção de moradias para eles?

Em face disso, há o risco de a figura “do padre” aparecer de forma metódica, subjetiva, apologética. Mas abrir mão de problematizar temas e relações surgidas nas falas dos entrevistados, como “o padre”, acredito, seria um equívoco com a pesquisa. Acima de tudo, com os quase dez mil habitantes, trabalhadores e trabalhadoras que residem no bairro, num universo de aproximadamente 37 mil moradores que completam a cidade, seria fechar os olhos e não querer enxergar mais de 1.500 casas construídas pelo religioso no bairro em que pesquiso e moro. Seria simplesmente excluir estas 1.500 casas, num universo de cerca de 2.000 que compõem todo o bairro. Meus problemas foram surgindo a partir das falas dos entrevistados que lutaram a vida toda tentando garantir condições de vida e de trabalhos que lhes proporcionassem o recomeço ante todos os empecilhos. Tal ato seria apagar a história, a trajetória e experiência de milhares de trabalhadores que vivem “do outro lado desta cidade” que pareciam situar-se “do outro lado da história”.

Após realizar, transcrever e analisar as entrevistas com os moradores senti-me direcionado a entrevistar “o padre”. Cronologicamente, ele foi um dos últimos que entrevistei para este trabalho (embora eu o tivesse entrevistado em outra pesquisa). E dentre os últimos que entrevistei, após o reverendo, está sua zeladora, Gildete Dourado, que atua com ele há mais de 20 anos, para tentar compreender outros pontos e lacunas dos laços que vêm se construindo e se constituindo em torno desses trabalhadores.

Vincent, ou Vicente Euteneuer, nascido na Alemanha num povoado de nome Riacho Verde (em Português), está com 81 anos de idade, mora em São Francisco e dirige a capela do bairro Sagrada Família há dois anos, quando deixou a paróquia da Matriz São José, no centro da cidade, após 39 anos em que a dirigiu. Tornou-se padre na Alemanha. Antes disso, fez um curso de mecânico e chegou a trabalhar numa fábrica. Durante a juventude, foi obrigado a trabalhar fazendo trincheiras para o exército alemão por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Somente aos 20 anos de idade, entrou para o Seminário da Congregação dos Missionários da Sagrada Família, que aceitava jovens em idade avançada para o sacerdócio. Foi enviado ao Brasil, primeiramente, em 1961, para Passo Fundo (RS). Retornou à Alemanha, terminou os estudos, ordenou-se padre e foi reenviado ao Brasil. Passou por cidades como Recife (PE), Monte Alegre (MG) e, em 1965, chegou a São Francisco (MG). Foi enviado a Espinosa (MG) em 1967, reenviado a São Francisco em 1971, fixando-se nesta

cidade como pároco a partir de março do mesmo ano, quando se tornou vigário e está até os dias de hoje.¹⁸⁸

Outros padres desta Congregação também já realizaram trabalhos sociais em cidades desta região. Padre Herbert, na cidade de Manga, Norte de Minas, igualmente banhada pelo rio São Francisco, durante a enchente em 1979, construiu cinquenta casas para os flagelados, oriundos da Ilha do Amargoso na Comunidade de Riacho Novo que, posteriormente passou a se chamar Vila Padre Herbert. Seus trabalhos sociais se estenderam a perfuração de poços artesianos e construção de creches. Acrescentem-se também as perfurações de poços na comunidade de Santo Antônio do Cochá, pelo padre Pedro Mettler, e a fundação do Centro Cultural Católico, pelo padre Germano, na cidade ribeirinha de São Romão, Norte de Minas.¹⁸⁹ O padre Vicente encontra na pessoa do padre Germano seu colaborador e companheiro desde o início em seus trabalhos.

Procurei entrevistar novamente o padre Vicente, em janeiro de 2011, sendo que já o havia entrevistado por duas vezes em 2008. Procurei-lhe, instigado por novas questões, surgidas durante as discussões nas aulas do mestrado. Poderia abrir mão de enveredar para este lado e trilhar somente pelas trilhas abertas em outras fontes e indagações. Entretanto, esse assunto, “padre”, “igreja”, “paróquia”, e tantos outros surgidos como “conceitos” – acima de tudo nas palavras dos entrevistados, mesmo antes de eu lhes indagar sobre tais – foram motivos de descontentamento com minhas próprias proposições iniciais. Após ler as entrevistas, situei-me num emaranhado de contrastes dentro daquilo de que eu dispunha se decidisse abrir mão desta discussão. As falas remetiam a um período em que se formaram aquelas situações que fizeram com que os entrevistados procurassem “o padre”. As referências a ele já apareciam antes de qualquer indagação que direcionasse para tal¹⁹⁰.

Para esta entrevista já lhe havia procurado várias vezes. Em todas as visitas, era necessário relembrar-lhe de nosso agendamento, pois a idade avançada e os problemas de visão o impedem de reconhecer facilmente as pessoas. No dia da entrevista, cheguei pela manhã, mas ele estava cozinhando e pediu para que voltasse à tarde. Quando retornei,

¹⁸⁸ Livro de Tombo da Casa Paroquial Matriz São José. São Francisco, Fls. 54 a 66.

¹⁸⁹ FARIAS, Jorge Paulo Ponciano de. **50 Anos Missionários da Sagrada Família em Minas Gerais Brasil**. 1956-2006. Januária: Província Brasil Leste, 2006.

¹⁹⁰ “Que eu faço com o ‘padre’”? Era a pergunta que lançava em todas as conversas, mesmo as informais, porém produtivas, entre os colegas de pós-graduação. Embora não ouvisse respostas contundentes, os debates levaram-me quase sempre a fazer o caminho de volta. “Que eu faço com o padre”? Era a pergunta em solilóquios que não queria calar. Nem mesmo o diálogo com outras fontes além das entrevistas me possibilita enveredar para outros caminhos. E não posso simplesmente apagar as falas de vinte e duas pessoas entrevistadas, mesmo que dentre estes figurem outras que não “dependeram” do padre e não conseguiram casa própria com ele. Voltar às entrevistas, às páginas anteriores e apagar este “agente” desta dissertação poderia livrar-me de meus ogros, de meus entraves e da mina de críticas dirigidas a mim, por defender, às vezes, um representante da Igreja Católica.

estavam algumas pessoas esperando na porta para lhe pedir ajuda – apesar de ser uma quinta-feira e ele distribuir alimentos, dinheiro e donativos às quartas e aos sábados (há um aviso na porta indicando os dias de atendimento). Chegaram três senhoras, uma delas com uma criança de colo e outra com uma conta de energia elétrica nas mãos, alegando falta de condições para pagar; chegaram mais três crianças pedindo pães. Assim que comecei a ligar o gravador, alguém bateu na porta pedindo dinheiro, o assistente do padre atendeu. Em dez minutos de conversa, sete pessoas já haviam interrompido pedindo ajuda, algumas com crianças de colo; o reverendo pediu ao seu assistente para atender “os irmãos que estavam a esperar na calçada”, e ele o fez. Seu assistente entrava várias vezes numa sala ao lado, sempre portando alguns mantimentos, e presenciei o reverendo tirar do bolso uma nota de R\$ 5,00 para seu assistente dar a uma pessoa na porta, dizendo ter apenas aquilo naquele momento: “Dá um arroz ou uma coisa pra comer, o talão [de energia] deixa pra outro dia”.¹⁹¹ Entretanto, é possível notar que há pessoas que se aproveitam das doações para outros propósitos. Excetuando os fatos que sabemos de oitiva, presenciei, por exemplo, que, quando algumas pessoas batiam na porta, o odor de cachaça era muito forte.

Na primeira parte da entrevista, nos referimos ao período de quando ele vivia na Alemanha, antes de chegarmos ao assunto das construções de casas, que relatei com a enchente de 1979:

Valmiro: *Agora, falando um pouco das casas que o senhor faz. Na outra ocasião, o senhor me disse que foi para os desabrigados da enchente de 1979. Mas, nesse período, o senhor teve que pedir permissão ou autorização para a Igreja Católica para construir casas?*

Padre Vicente: É, de certo sentido, sim. Pelo menos a Igreja permitiu. Não mandaram fazer, mas também é importante ajudar os pobres.

Valmiro: *Em algum momento a Igreja já foi contra o trabalho que o senhor faz?*

Padre Vicente: Não, não, não [murmurou, abaixou a cabeça e coçou em seguida. Silêncio].

Valmiro: *Mas existe alguma restrição? Da parte de alguns membros da Igreja?*

Padre Vicente: Eu não quero entrar em polêmica.

“Eu não quero entrar em polêmica”. Essa parte da entrevista começou a ficar um pouco tensa, pois toquei no mesmo assunto em outras oportunidades em que o entrevistei quando também buscava saber se a Igreja Católica, com o bispado local, apoia seus trabalhos. Das outras vezes, não havia resposta e ele mudava de assunto. Mas a expressão “não quero entrar em polêmica” é mais explícita, porque, para qualquer morador da cidade, é sabido que

¹⁹¹ Entrevista com padre Vicente Euteneuer. Casa Paroquial, Matriz São José, São Francisco-MG, 3 fev. 2011.

o bispo local e padres de outras congregações são contra a prática de o padre Vicente construir casas e doar para pessoas pobres. Retomando a entrevista:

Valmiro: *Ah, tá.*

Padre Vicente: [Risos]. Certamente, assim, em todo caso, alguns gostam mais, outros não. Em primeiro lugar, nós queremos evangelizar. Mas, por exemplo, quando você olha os cânticos que nós cantamos na Campanha da Fraternidade, por exemplo, tem um que é: “eu vim para que todos tenham vida”. A gente, até hoje, canta. Este ano, vamos cantar. Então, é muito claro: Jesus, ele viu também o clamor do povo e Jesus também teve coragem de olhar esse lado, ajudar os necessitados. Se você ler a Bíblia... Às vezes ele fica tão apertado, tanto doente e ficava trabalhando, assim, ensinando... Trouxeram um paralítico e abriram um teto e é a prova que Jesus também quer isso, ajudar os pobres. Nós, hoje, sabemos que devemos abraçar os irmãos pobres.

Usou esse argumento para basear seu trabalho nos exemplos de Jesus Cristo. Ao dizer que uns gostam mais, outros não, evidencia as críticas de outros clérigos e bispos em relação ao seu tipo de trabalho: casa para pessoas pobres. E se baseia no cântico católico entoado na comunidade em todas as Campanhas da Fraternidade: “eu vim para que todos tenham vida, que todos tenham vida plenamente”.¹⁹² Ao dizer “Jesus viu o clamor do povo”, compara com sua própria situação, no período em que começou os trabalhos, quando também estava clamando por ajuda.

Valmiro: *Agora, quando o senhor começou a fazer esses trabalhos, construindo casas, o senhor se baseou em alguém, tinha outro irmão que fazia em outro lugar ou não? Alguém de outra Congregação?*

Padre Vicente: Não. No sul, tinha um padre, eu esqueci o nome dele, ele também construía casas né... [inaudível]. Então, foi por causa da enchente, pois muitos ficaram lá, depois, sem casa. E não sei se eu te falei, também, o prefeito daquele tempo mandou destruir as barracas e também casas que os flagelados fizeram, lá no Alto Bandeirantes. Eu já falei pra você? Lá, nós começamos ajudar, desde aquele tempo não paramos.

Nesse ponto da entrevista, o religioso começou a resumir os fatos e narrá-los de uma só vez, argumentando ser a enchente e os motivos políticos do prefeito destruir casas dos “flagelados” como marcos de seus trabalhos. É uma característica que demonstra impaciência, por não gostar muito de dar entrevistas. Também em virtude de sua idade avançada, os

¹⁹² “Eu vim para que todos tenham vida, que todos tenham vida plenamente. Reconstrói a tua vida em comunhão com teu senhor; reconstrói a tua vida em comunhão com teu irmão; onde está o teu irmão eu estou presente nele. Eu passei fazendo o bem, eu curei todos os males; hoje és minha presença junto a todo sofredor: onde sofre o teu irmão, eu estou sofrendo nele. Entreguei a minha vida pela salvação de todos, reconstrói, protege a vida de indefesos e inocentes; onde morre o teu irmão, eu estou morrendo nele. Vim buscar e vim salvar o que estava já perdido; busca, salva e reconduze a quem perdeu toda a esperança: onde salvas teu irmão, tu me estás salvando nele. Este pão, meu corpo é vida para a salvação do mundo, é presença e alimento nesta santa comunhão: onde está o teu irmão eu estou também com ele”. Cântico católico celebrado durante missas. Casa paroquial da Matriz São José, São Francisco-MG.

zeladores o aconselham a não ficar muito tempo sem a companhia de outras pessoas. Resumi os fatos e indagou se eu já sabia por que ele as construiu. Mas minhas questões ainda não tinham sido suficientes e perguntei para saber das verbas para construir milhares de residências e doá-las a pessoas pela cidade, sobretudo no bairro Sagrada Família:

Valmiro: *E como o senhor fez no período, padre, em relação à verba? Por exemplo: o senhor disse que foram irmãos da Alemanha que ajudaram, mas existe uma organização que ajuda o senhor ou não? São pessoas, parentes, amigos?*

Padre Vicente: A maioria é parente e amigos. Mas também tem uma associação que chama-se *Opra Social Gunus Pólus* [essas denominações parecem latinas, mas ele as disse em alemão e depois as repetiu em português. Foram essas palavras que consegui entender. Em seguida, as traduziu]. Quer dizer: “construção de casas para os mais necessitados”, do alemão [repetiu novamente as palavras em alemão, incompreensíveis].

Valmiro: *E ela pertence à Igreja também?*

Padre Vicente: Pertence à Igreja. A paróquia continuamente me ajuda e também tem outra, *Cáritas*. *Carita* não, ela tá em cidades, *Quinta Missions*, que tem na Alemanha. Na festa da *Epifânia*, depois da semana, as crianças vão de casa em casa, anunciando o povo a Boa Nova, a chegada de Jesus, vestidos de magos e pedem ajuda. Então, esse dinheiro também, eles ajudam. Tem três paróquias que mandam dinheiro, todo ano manda.

Valmiro: *Da Alemanha?*

Padre Vicente: Mas também, aqui, o povo também ajuda. Uma vez que também entrou mais dinheiro pela coleta, então o povo, assim, também ajuda. Não é só ajuda da Alemanha.

Valmiro: *Agora, as casas que o senhor faz aqui têm aquele nome HAUS, HAUS MARIA, por exemplo. O Haus em alemão é casa?*

Padre Vicente: É.

Valmiro: *São pessoas que dão para a construção das casas?*

Padre Vicente: É, tem pessoas que querem ajudar mais. Por exemplo: alguém fala assim: “Eu dou mil euros, mas eu gostaria que escrevesse meu nome na casa”. Hoje, mil euros já não dá mais, porque hoje tá de 1.200 reais. Mas o euro, antes, já estava de 1.500 reais, mas aqui tudo também aumentou, né. Então, agora, eles já dão dois mil euros pra fazer uma casa.

Valmiro: *O senhor sabe mais ou menos quantas casas o senhor já fez aqui no bairro? Eu contei uma vez, eu consegui identificar mil e duzentas por aí.*

Padre Vicente: Você já contou?

Valmiro: *Eu já contei. Mas eu já conversei com outros pedreiros que trabalham com o senhor, eles me disseram que é bem mais que mil e quinhentas, aqui no bairro. E tem outros bairros também. O senhor costuma anotar as casas que o senhor faz?*

Padre Vicente: Não, não. Estamos muito ocupados com outras coisas. Agora, você contou também as meia casas?

Valmiro: *Contei também.*

Padre Vicente: Agora, estamos também completando, a família cresce, então agora várias casas completamos, fizemos o outro lado.

Detalhou de onde vêm os recursos para a construção de moradias e para a concessão de donativos, alimentos e outros itens para os moradores do bairro, que provêm de algumas organizações, como *Cáritas* e outras paróquias. A maioria dos recursos provém de familiares e amigos alemães.

Mencionamos também a quantidade de casas construídas e dos traçados dessas residências, que têm dois modelos: elas ocupam a mesma posição na divisão do terreno, com os mesmos traços, cômodos, formato das janelas e portas. O primeiro modelo de casa é construído com cinco cômodos: três quartos, uma sala e uma cozinha. O segundo é a metade do primeiro, com três cômodos apenas: uma sala, um quarto e uma cozinha. Nos dois modelos, a cozinha é menor do que os outros cômodos. O primeiro modelo de casa construído com cinco cômodos é destinado para famílias com mais de quatro membros. O segundo, com três cômodos, para famílias que possuem até quatro membros. Outra característica são as denominações expostas nas fachadas das casas que são feitas por completo, de cinco cômodos, com os respectivos nomes do civil doador da verba para a construção. A homenagem é escrita na fachada das casas com a denominação *HAUS* (casa, em alemão) seguida do nome do doador da verba – *HAUS BENJAMIN*; por exemplo –, como se vê na fotografia abaixo. À direita está o senhor José Francisco Batista, entrevistado para este trabalho, enquanto exercia a função de encarregado de obras do padre Vicente, e, ao lado, a família beneficiada com a construção.



Fotografia 16:
Casa construída pela paróquia São José no bairro Sagrada Família
com a homenagem ao doador da verba, Haus Willi.
São Francisco-MG, meados de 2000.
Acervo de Alair José Mendes.



Fotografia 17:
Casa construída pela paróquia São José no bairro Sagrada Família com nome de uma instituição alemã.
São Francisco-MG, 2008.
Fotografia e acervo pessoal do autor.

Abaixo, em outras fotografias de casas, vemos a primeira já modificada. O morador inseriu uma porta ao centro, modificou as janelas e construiu um muro na frente, mas preservou a denominação HAUS e o nome do homenageado, doador da verba. Este é o início de uma modificação que, posteriormente, dificulta a identificação da residência como sendo de construção da paróquia. No bairro, existem centenas que já foram modificadas na altura, na troca do telhado e na troca de janelas, o que dificultou um pouco a identificação durante a pesquisa. A casa da segunda fotografia abaixo mantém-se na forma original. Os moradores dessas residências alteram ou modificam a estrutura de acordo com suas condições.



Fotografias 18 e 19:
Casas construídas pela paróquia São José no bairro Sagrada Família.
São Francisco-MG, 2008.
Fotografia e acervo pessoal do autor.

Apresentei as duas paralelamente para mostrar as modificações realizadas pelos moradores tão logo adquirem condições de modificá-las. A primeira está com uma nova porta, novas janelas, a construção de um muro na frente e de uma calçada ao lado da parede esquerda, apesar de ainda preservar o nome da homenagem. A segunda permanece intocada, de acordo como elas são feitas: a porta no lado direito da casa, onde se encontra a sala, duas janelas frontais, uma em cada quarto, e, ao fundo, outra porta do lado posterior da sala, onde fica a cozinha. A cerca da casa ainda está com arame farpado pregado a postes, pois na construção original não há muros e às vezes não se inclui o banheiro, sendo este construído pelo morador ou pela prefeitura, quando há programas sociais de construções de banheiros pela prefeitura ou quando o morador barganha, alegando falta de condições.

Abordamos os modelos dessas construções, com destaque para a diferença entre os modelos de casas em relação ao tamanho das famílias:

Valmiro: *Agora, por que o senhor faz dois tipos de casa, uma completa e outra só a metade?*

Padre Vicente: Porque, no começo, só um homem e uma mulher não tem filhos e, quando a família cresce, nós fazemos a outra parte. É conforme a família, o tamanho da família. Quando a família é grande, logo fazemos a casa. Muitas vezes também é só um barraco.

Valmiro: *Agora, outra questão: quando a pessoa vem pedir a casa para o senhor, como o senhor faz para construir a casa para ela?*

Padre Vicente: Nós mandamos uma pessoa lá que vai ver se há precisão mesmo. Às vezes, a gente ajuda também por causa dos filhos. Ele ou ela querem casar, mas não podem porque ele ou ela já era casado com outra. Mas tem filhos. Então, nós ajudamos. Mas, se eles podem casar, então nós pedimos também que casem. Mas nós olhamos também toda a situação. Tem gente que vem assim e fala: “Ó, precisa tal, eu visitei a casa...”. A Judite [secretária], ela visita a casa, ela escreve assim: “Visitei a casa e a pessoa precisa de ajuda”.

Valmiro: *Agora, outra coisa: o bispo atual, ele é a favor dos trabalhos do senhor?*

Padre Vicente: Nunca falei com ele, ele nunca reclamou e também não diz que é a favor, né.

A fotografia seguinte traz uma das casas construídas pela metade, “meia água”, com um quarto, uma sala e uma cozinha e o banheiro ao fundo. Nesta foto, o banheiro não é visível, mas, no terreno ao lado, há claramente o banheiro da outra propriedade também construída pela paróquia:



Fotografia 20:
Casa construída pela paróquia São José no bairro Sagrada Família no estilo “meia água”.
São Francisco-MG, 2008.
Fotografia e acervo pessoal do autor.



Fotografia 21:
Fotografia de uma casa construída pela paróquia no estilo “meia água”.
São Francisco, 2011.
Fotografia e acervo pessoal do autor.

A fotografia abaixo é de uma das casas feitas pela metade, para a família que possuía até quatro membros, completada posteriormente. A parte branca era a construção inicial; após a família obter mais filhos, o reverendo completou a residência:



Fotografia 22: 52
Complemento de casa construída pela paróquia São José no bairro Sagrada Família.
São Francisco-MG, 2011.
Fotografia e acervo pessoal do autor.

Retomando a entrevista, a última pergunta abordou o atendimento às pessoas que o procuram para solicitar ajuda – e que realizei somente ao final da entrevista¹⁹³:

Valmiro: *Mais ou menos quantas pessoas o senhor atende por dia?*

Padre Vicente: De manhã, nós compramos cinquenta pães, às vezes mais, às vezes menos. O problema é que os maridos estão nas firmas e todo dinheiro que deixavam gastavam logo. Então, vem a conta da luz, a conta da água... Então, nós ajudamos

¹⁹³ Padre Vicente, apesar de sereno e educado com as palavras, não tem paciência com longas conversas enquanto outras pessoas esperam na porta de sua casa paroquial. Quanto ao assunto do bispo local, já era de meu conhecimento, por outras informações, de discórdias em relação ao longo período do padre na cidade, porque deve haver mudança periodicamente. O padre Vicente, desde que se mudou para São Francisco, nunca morou noutra cidade, sempre dizia “ajudar os pobres do Sagrada Família” e já desacatou ordens de se mudar para outras cidades e também de retornar à Alemanha. São fatos que não mencionei no decorrer da entrevista, mas tomei conhecimento por meio de conversas com zeladoras do bairro e membros de outras organizações ligadas à Igreja.

eles porque, antes de tudo, nós continuamos ajudando o pessoal que não tem casa. Também oferecemos serviço aos pedreiros. Nós temos, lá, quatro [que moram em outros bairros], aqui, tem três, [morando no bairro], cinco na roça, seis, com servente, doze pessoas e, ainda, os carroceiros, uma pequena contribuição para diminuir a falta de serviço.¹⁹⁴

No decorrer da entrevista com o padre, ele sempre utilizava os preceitos evangélicos para a realização de seus trabalhos: uma vida baseada em São Vicente de Paula, dedicada a caridades. Em seu discurso, enfatizava a questão das oportunidades na vida das pessoas. Talvez por exemplo próprio, de quem era considerado um pouco velho para alguns seminários e encontrou na Congregação dos Missionários da Sagrada Família, fundada na Suíça pelo padre alemão João Batista Berthier, a oportunidade de ingressar no sacerdócio, porque a Congregação sempre deu preferência para jovens que não tinham as mesmas oportunidades em outras Congregações por serem considerados de idade avançada para o início do sacerdócio. Esta Congregação chegou ao Norte de Minas em meados da década de 1950, e, em 1983, dezessete dos vinte padres da Diocese de Januária – à qual a cidade de São Francisco está vinculada – eram da Congregação dos Missionários da Sagrada Família, inclusive o bispo.¹⁹⁵

“Estar perto dos que estão longe”: o lema da Congregação dos Missionários da Sagrada Família atribui a este “longe” um sentido espiritual e material. Em um balanço da situação regional e municipal, podemos entender o universo que os missionários encontraram em São Francisco como um campo para suas ações.

Segundo Boris Fausto, no período de 1970 e 1980, o Brasil mantinha uma posição de crescimento econômico. No entanto, com enorme disparidade econômica e social, com indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, que medem a qualidade de vida de um povo. O país possuía 75% da população vivendo em situação de marginalidade relativa; 43% sobrevivendo com um salário mínimo.¹⁹⁶ A partir de estudos sobre a região do Norte de Minas durante as décadas de 1970 a 1991, Luciene Rodrigues ressalta que, em 1970, 91% da população da região viviam abaixo da linha de pobreza. Esta mesma população vivia com um quarto do salário mínimo por mês. Em 1980, o índice diminuiu um pouco a discrepância, passando a 65% da população com menos da metade do salário mínimo. Em 1991, 75% da

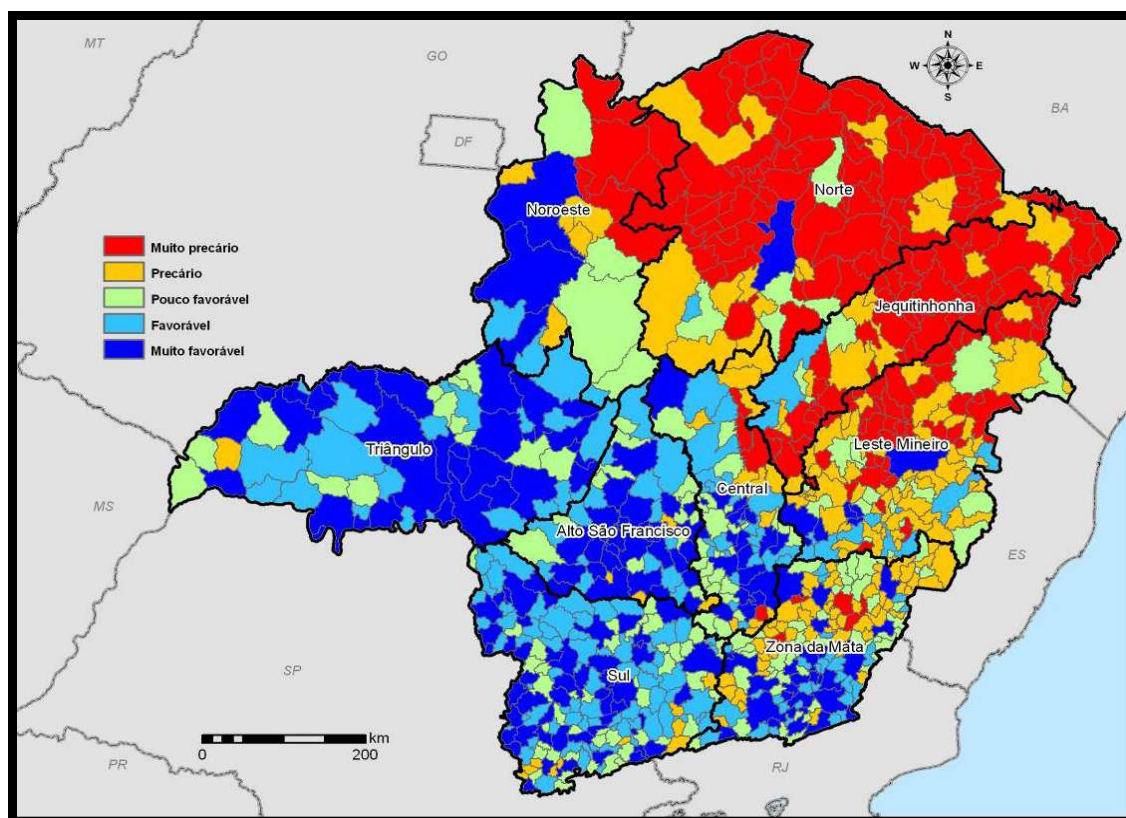
¹⁹⁴ Entrevista com padre Vicente Euteneuer. Casa Paroquial, Matriz São José, São Francisco-MG, 3 fev. 2011.

¹⁹⁵ FARIAS; Jorge Paulo Ponciano de. **50 Anos Missionários da Sagrada Família em Minas Gerais Brasil**. 1956-2006. Op. cit.

¹⁹⁶ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp. 2002. p. 487.

população norte - mineira vivia em condições abaixo da pobreza, com menos de um quarto do salário mínimo.¹⁹⁷

Esses aspectos sociais e econômicos do Norte de Minas ficam mais evidentes quando comparamos no mapa a diferença dessa região com as demais regiões do estado de Minas Gerais. O mapa abaixo, Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Minas Gerais, apresenta as condições sociais do estado de Minas Gerais por região, sendo a parte vermelha a que tem os piores índices econômicos e sociais e a parte azul escuro a de situações muito favoráveis:



Mapa 6:
Condições sociais do estado de Minas Gerais por região
Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Minas Gerais – ZEE-MG¹⁹⁸

¹⁹⁷ RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2000. p. 139.

¹⁹⁸ Coordenado por: Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM; Instituto Estadual de Florestas – IEF; Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM. Disponível em: <http://www.zee.mg.gov.br/zee_externo/pdf/zoneamento_e_cenarios_exploratorios/1zoneamento_ecologico_economico_de_mg.pdf>. Acesso em: 08 dez, 2011.

Percebe-se quase todo o Norte de Minas dentro do perfil de situação “muito precário”. Dos 89 municípios, apenas um, Montes Claros, único na região Norte da cor azul, apresenta indicativos favoráveis no que tange aos aspectos econômicos e sociais apresentados pelo mapa. Vê-se que, desta forma, não há mudanças radicais nesta região do Norte de Minas.

Atualmente, há um perfil de “carência” nesta cidade o que se confunde com toda a região do Norte de Minas. Nesta cidade, muitas famílias preenchem os requisitos de programas sociais, sobretudo o Programa *Bolsa Família*.

Em todo o município, existem cerca de 54.846 habitantes, destes, 27.870 são beneficiários do Programa *Bolsa Família*. Em números de famílias, o município possui cerca de 10.158 famílias cadastradas no referido programa e 6.620 são contempladas. Ou seja, por toda a cidade, 81% das famílias perfazem o perfil do Programa *Bolsa Família*, com renda de até meio salário mínimo e 51% delas recebem o dito programa.¹⁹⁹ O que evidencia uma situação candente pela cidade, sem mencionar outros programas e benefícios, como *Um Leite Pela Vida*, existente em comunidades rurais e bairros considerados pobres; seguros, como o Seguro Defeso, pago aos pescadores em período de piracema; e outros auxílios. De acordo com a Fundação João Pinheiro, até o ano 2000, São Francisco estava entre os trinta municípios mais pobres do estado. Uma posição preocupante e vergonhosa em face dos 853 municípios que possui o estado de Minas Gerais.

Essas situações evidenciam a necessidade de inúmeras pessoas saírem dessas regiões ou desta cidade, especificamente, e migrarem para outras regiões. Nos anos 1970, o município era predominantemente rural, com 88% da população vivendo no meio rural. Nos anos 2000, a população urbana era em torno de 54% e a rural 46%. Mesmo assim, não mostra um crescimento da população urbana nas mesmas proporções.²⁰⁰

Uma linha que ainda aproxima a condição de pobreza vivida por muitos trabalhadores nos anos 1970-1980, das condições de pobreza vividas ainda atualmente é a dificuldade ou quase impossibilidade de inserção sequer em programas habitacionais por não possuir renda mínima de até dois salários mínimos. A realidade por aqui ainda é de muitos não obterem sequer metade do salário. Ainda é uma realidade longe de se converter. No *site* do IBGE, os dados sobre o município de São Francisco mostram mais de 61% da população atualmente vivendo na condição de pobreza, quando a renda per capita mensal é de até metade

¹⁹⁹ Esses dados estão dentro dos estudos de: BATISTA, Elicardo Heber Almeida. “**Povos**” de Santana”: condições de vida e mobilidade espacial no norte de Minas Gerais. Op. cit. p. 24-31.

²⁰⁰ IBGE. *Censos Demográficos*. 1970, 1980, 1991. Contagem da população de Minas Gerais. Diagnóstico Municipal de São Francisco, 2001. ONG PRESERVAR. Estante 04. Caixa 26.

do salário mínimo (R\$ 222,50 – duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos). A renda per capita mensal nesta cidade, atualmente, varia de 255 reais a 361 reais, valor muito inferior ao salário mínimo. Ao compararmos com Montes Claros, que possui a maior renda per capita da região Norte de Minas, a diferença é grande. Montes Claros possui uma média de 674 reais per capita mensal. E cidades como Uberlândia, por exemplo, ultrapassam 1.000 reais mensais per capita. Em grande parte das cidades do Sul de Minas e da região Central, a renda per capita ultrapassa 800 reais mensais. A diferença se torna maior ainda se compararmos as três regiões mais pobres estado com cidades polo numa região do mesmo estado. As três regiões mais pobres do estado de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Norte de Minas Gerais, juntas, possuem o PIB menor do que as duas cidades referências do Triângulo Mineiro, Uberlândia e Uberaba.²⁰¹

De acordo com Anete Pereira, o Norte de Minas é considerado a “parte nordestina” do estado, pela semelhança socioeconômica que apresenta em relação aos estados da região Nordeste, sendo a maior e mais pobre região do estado de Minas Gerais. Dos 89 municípios, apenas um, Montes Claros, possui mais de cem mil habitantes, o que faz todos os outros dependerem dele (Montes Claros é a maior cidade das regiões do Norte de Minas e Sul da Bahia, sendo referência também para cidades dessa região da Bahia, sobretudo em termos de saúde). Segundo a autora, a urbanização da região tem sido uma decorrência da combinação do aumento da intensidade das forças de expulsão do campo com o crescimento das forças de atração das cidades. O Norte de Minas possui posição peculiar em relação ao Brasil: se, em todo o país, até o início da década de 2000, cerca de 81% das pessoas viviam na cidade, no Norte de Minas, esta cifra era de 65%. Segundo dados do IBGE, com base no censo de 2000, 52,80% dos municípios norte-mineiros possuíam população rural superior à população urbana, até aquela dada.²⁰²

A situação social caracteriza-se por falta de emprego, desigualdade social e dominação política. De acordo com Marcos Fábio Oliveira, tal situação decorria de políticas governamentais que concentrou a riqueza do estado nas áreas centrais do estado, Sul e Triângulo de Minas Gerais, excluindo a região do Norte de Minas.²⁰³ Tal situação do

²⁰¹ Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=316110>>. Acesso em: out. de 2011. Ver, também: < http://www.zee.mg.gov.br/zee_externo/>.

²⁰² PEREIRA, Anete Marília. A urbanização no sertão norte - mineiro: algumas reflexões. In: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de (Orgs.). **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2004. p. 13-22.

²⁰³ OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene. (Orgs.). **Formação social e econômica do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2000. p. 95.

município de São Francisco, portanto, iria de encontro aos princípios pelos quais os missionários da Congregação Sagrada Família trabalham a partir de seu lema: “Estar perto dos que estão longe”. Espiritual e materialmente, o povo do Norte de Minas, segundo a congregação, constitui-se em “*ovelhas sem pastor*”, abandonado e desprotegidos²⁰⁴

Apesar do maniqueísmo da explicação de que se privilegia uma região em detrimento da outra, evidenciam-se sensíveis diferenças quando se analisa qualquer dado social ou econômico de uma cidade do Norte de Minas em comparação com uma do Triângulo, do Sul de Minas e da Região Central. Porém, não podemos nos ater somente a estes fatores. São Francisco é uma cidade onde os últimos três prefeitos eleitos pelo povo não concluíram seus respectivos mandatos por uma série de acusações, entre desvio de verbas, corrupção e outras adversidades. O abandono do Norte de Minas não se deve apenas à omissão do estado ou à falta de recursos destinados a esta região, mas também se deve ao histórico de más administrações dos respectivos prefeitos de cada cidade, assim como um histórico de administradores mal preparados e comprometidos com os interesses de grupos hegemônicos²⁰⁵.

Outra explicação que também deve ser discutida: em todos os dados de economia existentes sobre São Francisco, a agropecuária é exposta no topo da lista. Agropecuária numa região em que existem quatro meses de chuva (novembro a março) e oito meses de seca intensa parece contraditório. Geograficamente, o Norte de Minas faz parte do nordeste brasileiro e problemas com seca compõem situação habitual neste canto do país, com enchentes enquanto uma casualidade. Atualmente, a grande maioria da população vive mesmo é de benefícios sociais dos governos, sobretudo do Programa *Bolsa Família*.

Afora isso, grande parte da população exerce práticas de trocas de serviços, de mantimentos, materiais, trabalho e, assim, uma mesma pessoa acumula – e deve acumular e ser versátil numa cidade cujos ganhos são limitados – diversas funções para conseguir uma renda. Um mesmo trabalhador pesca nos momentos férteis, outrora planta nos momentos de chuva – geralmente em dezembro e colhe em março, em terrenos arrendados. Em outros períodos, exerce “bicos” de pedreiro ou, se for pedreiro, exerce bicos de outra coisa, ou ajudante de obras. Na maioria das vezes, vive-se mesmo é de trabalhos sazonais. É quando um trabalhador sai de sua cidade, exerce funções em outros lugares, temporariamente, e

²⁰⁴ FARIAS, Jorge Paulo Ponciano de. **50 Anos Missionários da Sagrada Família em Minas Gerais Brasil**. 1956-2006. Op. cit. p. 30.

²⁰⁵ Este cenário é um legado de coronéis e de continuidade desses “doutores de fazenda” que até os dias de hoje reinam soberanos. Reitero que São Francisco, até o ano de 2000, figurava entre os trinta municípios mais pobres do estado de Minas Gerais.

retorna quando finda o contrato nesses locais. Mais recentemente, há levas desses trabalhadores para cidades de porte médio em serviços terceirizados ou construção civil.

Desta maneira, não é possível concordar que a base econômica de São Francisco seja, em primeiro lugar, agropecuária. O sol causticante impede as lavouras de florescerem e prosperarem para sustentar uma família somente desta base. Do mesmo modo, não há – com exceção de raros fazendeiros locais – famílias que sobrevivam tão somente de pecuária, seja para corte ou para leite.

Aqui, vive-se muitas vezes “dando-se um jeito na situação”: trocando arroz por feijão no vizinho ou tomando um ou outro emprestado para pagar no próximo mês; trocando óleo por café, sal por açúcar, abóbora por cenoura, coentro por alface; cultivando o terreno de outrem na “meia”, divisão da colheita; tomando um dinheirinho emprestado no vizinho, no parente próximo; aproveitando os frutos da estação e os vendendo, etc. Como mais de 61% da população desta cidade vive em condição de pobreza,²⁰⁶ o jeito é contar com amigos, parentes e outros.

Outras saídas são os comércios locais, algumas redes de lojas, pequenos empreendimentos que movimentam poucas pessoas com emprego na cidade. A grande base dessa economia são os empregos públicos da prefeitura e aposentados que compõem importante fator daqueles que ajudam aos parentes a darem “um jeito na situação”. Assim, muitos nesta cidade vão “levando a vida”. Somando-se à renda, ou mesmo consistindo no principal meio de renda para muitos, está o rio São Francisco, contribuindo para a pesca e a extração de areia para comércio. Nos últimos anos, o rio constitui-se mais um somatório a benefícios sociais, o *Seguro Defeso*, que garante a renda dos que dele dependem quando são impedidos de pescar por ocasião da piracema. Outros o aproveitam para o exercício de plantação de vazantes e comercialização ou troca dos frutos e legumes pela cidade.

A escassez de postos de trabalho, como se vê, coloca essa demanda como prioridade na vida dos habitantes do município de São Francisco, donde a falta de investimentos nas suas potencialidades impulsiona a migração de um número significativo de pessoas. Comumente, alguns migram para grandes centros, como Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, ou para cidades da região como Montes Claros, Pirapora e Januária e, mais recentemente, para Uberlândia no Triângulo Mineiro. A emigração não é uma característica peculiar ao Norte de Minas, mas ela é muito significativa nestas relações

²⁰⁶ Ver: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=316110>>.

capitalistas, cujas peculiaridades regionais apresentam nuances que se configuram como sendo mais de consumo do que de produção.

A realidade de quem procurava no êxodo uma alternativa é uma saída frente aos limites encontrados em seus locais. O ciclo de saída, principalmente entre jovens, nesta região sempre foi motivado já pensando em retorno. Esta transitoriedade não só de zona rural para cidade, mas de cidades como São Francisco para grandes centros ou cidades de porte médio, se constituiu como uma alternativa e prática rotineira nessas regiões.²⁰⁷

Os motivadores são diversos, como os que apareceram nesse contexto, a condição de pobreza, o sonho de ter um emprego “fixo”, o anseio de retornar, construir família e residência, motivados do mesmo modo pelo desejo de continuar os estudos em nível superior. Esta mobilidade presente em toda cidade amplia-se para diferentes regiões do país, é muitas vezes vislumbrada por quem permanece nos locais de origem, enxergam naquele que saiu como alguém que “desbravou” e rompeu as fronteiras da comunidade. Em âmbito regional no Norte de Minas é uma alternativa frente ao histórico dessa região como “desassistida” – sobretudo em períodos alarmantes de secas.²⁰⁸

É nesse bojo que se configura o caminho, ainda vivido por muitos, de procurar “o padre” ou “o prefeito”, recorrentemente mencionado nas entrevistas dos moradores, vislumbrado como uma saída possível, antes de pegarem a estrada. As anotações do religioso nos livros de tombo evidenciaram esse percurso no período. O padre atuou onde “o prefeito” destruiu por meio de reintegração de posse dezenas de moradias “irregulares” – como eram classificadas pela administração pública –, afastando-se das necessidades dos trabalhadores pobres. Foram a *ausência do poder público*, o desprezo e a ameaça dos fazendeiros, a perda da casa com a enchente, o impedimento de trabalhar que fizeram os trabalhadores, habitantes do Sagrada Família atualmente, realizar o percurso de procurar o padre.

Nota-se uma importante divergência entre as fontes utilizadas nessa pesquisa, as entrevistas e os jornais, mormente. Uma na contramão da outra. Consciente de que não seria nos jornais locais que poderia encontrar referências diretas e positivas acerca dos trabalhadores que passaram a habitar o bairro, suas expectativas, dificuldades, ao mesmo tempo, percebo que é justamente nessa discrepância que se encontram as artérias dessa

²⁰⁷ MAIA, Claudia de Jesus. **“Lugar e trecho”**: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. Montes Claros: Unimontes, 2004; SALES, Lismara Francisca. **A migração e o trabalho sazonal na cidade de São Francisco-MG. (1970 a 2008)**. 2008. 41 f. Monografia (Graduação em História)–Curso de História, Universidade Estadual de Montes Claros, São Francisco, 2008.

²⁰⁸ BATISTA, Elicardo Heber Almeida. **“Povos” de Santana**: condições de vida e mobilidade espacial no norte de Minas Gerais. Op. cit..

dissertação²⁰⁹. Onde apareceram o “agente” ou o personagem “padre” e outros trabalhadores análogos aos entrevistados? Nas entrevistas de todos os moradores, ainda que não lhes indagasse a esse respeito. Onde e em quais as fontes o “agente” “o prefeito” apareceu? Nas entrevistas também, mas, principalmente, nos jornais. As pessoas comuns, trabalhadores envolvidos nas diversas relações que os cercavam apareciam de maneira clara nas entrevistas, vivendo semelhantes processos imbricados de dificuldades e recorrendo aos “trabalhos” do pároco. E foi por ocasião a medida de destruição de casas pelo poder público que destinou outras pessoas a retornarem aos serviços e doações do padre ou da paróquia, que continuou seus trabalhos.²¹⁰

O ato de pedir continua aparecendo como uma saída. Mas não se trata de um “pedir” itinerante ou mendicante. Talvez até independentemente de teologias presentes no contexto de igreja ou doutrinas, pois, muitas vezes, a mesma pessoa que vai pedir a casa ou o feijão do dia-a-dia não é a mesma que está todos os domingos na santa missa. Em uma simples volta nos arredores da igreja católica desse bairro que pesquisei, vejo dezenas de mães com crianças de colo pedindo ao padre Vicente arroz, feijão, dinheiro para pagar contas de energia elétrica, água ou comprar remédio. Quando vou às missas aos domingos não vejo tais pessoas orando ou ao menos participando para “justificar” seus pedidos. Quando vou a outras igrejas de outros bairros, não vejo tais práticas. O que antes acontecia na casa paroquial do centro, hoje acontece na capela do bairro Sagrada Família, onde o padre atua.

Em setembro de 2011, a comunidade católica de São Francisco comemorou e celebrou, na Escola Estadual do Bairro Sagrada Família e na igreja católica do mesmo bairro, o aniversário de cinquenta anos de atuação do padre Vicente no Brasil e mais de quarenta na cidade de São Francisco. Reunidos na quadra poliesportiva da escola, centenas de moradores do bairro e de outros cantos da cidade acompanharam o depoimento, de improviso, do padre

²⁰⁹ Ante a estas diferentes trajetórias expostas nas entrevistas deparei-me com um vasto campo de possibilidades de investigação. Algumas proposições ou mesmo hipóteses levantadas por mim deixaram de existir ao deparar-me com vários apontamentos que me direcionaram para novas fontes ou retornar às mesmas tentando, à medida de minhas limitações, torná-las problemas. Ver VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Editora Ática, 2006. As autoras orientam que indaguemos ao máximo, incessantemente, durante o caminho percorrido em nossas pesquisas.

²¹⁰ Ao que parece, o padre estava a serviço da comunidade, ao passo que o poder público estava servindo-se da comunidade, por meio das calamidades. Numa discussão sobre atos políticos e sociais do religioso referido no texto e do político Severino Gonçalves da Silva, mencionado nas entrevistas, ainda que simplesmente como “o prefeito”, o historiador Harilson Ferreira de Souza pontua diversos fatores para as ações do religioso passou diante as atrocidades cometidas por esse político na vida de pessoas comuns na cidade de São Francisco. O político servindo-se da comunidade e o padre a serviço da comunidade. SOUZA, Harilson Ferreira de. Mandonismo local e pessoa política na dinâmica do desenvolvimento social: o caso de São Francisco-MG (1977-1988). In: SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO, Saulo Jackson de Araújo; SOUZA, Harilson Ferreira de (Orgs.). **São Francisco em perspectiva**. Montes Claros: Unimontes, 2010. p. 109-142.

Vicente. Uma das raras apresentações dele em público e que esteve presente num evento cujo objetivo era homenageá-lo. Como sempre, trajando sua roupa rotineira, calça social preta, camisa social branca, as mangas dobradas em duas voltas e de chinelos franciscanos, pegou o microfone, trêmulo devido à idade e a problemas de saúde, e falou por cerca de quarenta minutos, ainda com o português cheio de sotaque²¹¹.

Com oitenta e um anos de idade, padre Vicente é uma daquelas pessoas que podem ser atribuídas como “tradicional”, seguindo seus preceitos a seu modo e da maneira que lhe apraz. Ele mesmo realiza seus trabalhos rotineiros, como ir a bancos, pagar suas contas mensais pelo centro da cidade, cozinha sua própria comida, atende a todos em sua casa paroquial ou na igreja. Anteriormente, na igreja do bairro Sagrada Família, de 1980 até dezembro de 2008, as missas eram realizadas apenas aos domingos pela manhã, de responsabilidade da Matriz São José, no centro da cidade, onde o padre Vicente era responsável. Ele mesmo era o celebrante neste bairro, raramente outro clérigo a celebrava. Entretanto, em dezembro de 2008, dessa vez, recebeu ordens de mudanças paroquiais. Como não aceitou mudar-se para outra cidade, teve que escolher entre a comunidade rural quilombola de Buriti do Meio e o bairro Sagrada Família. Optou pelo segundo. Após sua estada no bairro, até os dias de hoje, as missas são celebradas por ele diariamente à noite e aos domingos em dois horários, pela manhã e à noite.

Baseado em seu discurso de simplicidade, tão logo se mudou para São Francisco retirou o Altar Barroco que existia na Matriz central, optando por um altar simples, com apenas uma mesa e um crucifixo. As artes e estátuas barrocas foram levadas para outra cidade. Até mesmo no bairro Sagrada Família, a igreja nunca teve uma praça em seu redor devido o padre Vicente argumentar que “praça não mata fome do povo” e, com isso, não autorizar tal construção. Como se vê na fotografia, a igreja, desde sua construção em 1980, nunca recebeu obras em seu redor.²¹²

²¹¹ Iniciou sua narrativa contando como recebeu a notícia do bispo de que seria enviado ao Brasil, ainda em 1961: quando o bispo pronunciou seu nome, o último de um total de cinco missionários, inicialmente, quase “caiu de costas”, “ir para o Brasil!”, um lugar, segundo seu relato, do qual até então apenas ouvira falar e não sabia o que lhe esperaria. Relatou que, de início, sua única companhia, durante as horas solitárias, era o velho rádio e sua música preferida, *Luar do Sertão*, que se lembrou com alegria e tentou entoar em “*laia, laia, laia, laia, laia, laia...*”, tal qual Luiz Gonzaga. O que fez a multidão cair no riso e depois tentar acompanhá-lo.

²¹² Há ainda as *histórias* que nos chegam de oitiva em que o padre Vicente já parou carnaval e showmício de políticos que aconteciam aos sábados, na Praça do Centenário, próxima à casa paroquial que dirigia, argumentando sobre o barulho e que o horário atrapalharia o povo a ir à missa no dia seguinte. Eu mesmo vivenciei essa peculiaridade do reverendo. Por ocasião da comemoração de quarenta anos da Universidade Estadual de Montes Claros e nove anos de campus da universidade em São Francisco, fui convidado a participar do evento, em março de 2011. O motivo era minha monografia de conclusão de curso mencionar os trabalhos do clérigo na cidade. No dia do evento, porém, fui informado de que minha apresentação não se concretizaria porque o padre Vicente não cancelou a celebração de sua missa para receber uma homenagem.



Fotografia 23:
Fotografia da igreja católica do bairro Sagrada Família.
São Francisco, 2011.
Fotografia e acervo pessoal do autor.

José Cardenas Pallares analisou como se fundamentam os trabalhos de membros de igrejas que não levam em consideração normatizações institucionais ou mudanças doutrinárias, mas a reafirmação de um imaginário construído a partir da vida do próprio Jesus Cristo. Segundo o autor, “o tipo de vida que se cria ao redor de Jesus não admite excluídos. Os que não têm lugar na sociedade descobrem que no projeto de Deus, feito visível em Jesus, há lugar para eles”.²¹³

Desse modo, a figura desse padre fica no imaginário da população como o “prefeito dos pobres”, como alguém que dá casa à pessoa que não tem, dá comida ao necessitado. Um dos estudos sobre o padre Vicente em São Francisco, a monografia de Érica da Rocha Lima perfaz um contexto de como as pessoas veem a figura do padre Vicente, a partir de entrevistas realizadas com moradores do bairro Sagrada Família. Muitos o qualificaram como “prefeito dos pobres”, “pai dos pobres” e até como “santo”, não só no bairro, mas em toda a cidade, como a senhora Carmelita Maria Jesus Silva, moradora de uma das casas erguidas pela paróquia do padre Vicente: “Ele dá roupa, feira, tudo o que

²¹³ PALLARES, José Cárdenas. **Um pobre chamado Jesus**: releitura do evangelho de Marcos. São Paulo: Paulinas, 1988. p. 100.

depende dele ele ajuda. ‘O prefeito é ele’. Ele se preocupa com os mais pobres, com a saúde deles, dá remédio, aluga casa para quem não tem onde morar, ajuda a todos que precisam”.²¹⁴

Esses atributos de “trabalhos sociais” e seu posicionamento que se distancia das negociações políticas entre os grupos dominantes locais fazem dele o maior homem público da história de São Francisco, embora nunca tenha esperado ser reconhecido como tal. Jamais reconheceria a si próprio como homem público. A comemoração de seu cinquentenário no Brasil foi um retrato de sua vida, baseada na experiência e exemplos de seu homônimo, que diz-se basear: São Vicente de Paula. O que anuncia como uma vida dedicada às caridades, humildade e simplicidade. Durante a construção das casas no bairro Sagrada Família, recusou até a colocação de seu nome no bairro, por não aceitar homenagens e basear-se, acima de tudo, nos princípios de humildade e simplicidade, aceitando apenas o nome da congregação a que pertence. A comemoração de meio século no Brasil, na simples igreja do bairro Sagrada Família, foi um exemplo que se confunde com a vida desse pároco: sem pompas. Padre Vicente é o maior homem público da história de São Francisco porque justamente nunca quis sê-lo. Seus exemplos, sua missão espiritual, material e social fizeram por ele o que nenhum outro político conseguiu conquistar: carisma e respeito.

Na sua despedida da Matriz São José, um relojoeiro local, Antonio Viana, resolveu confeccionar um relógio de parede com a imagem do padre Vicente como pano de fundo para presenteá-lo. O objeto fez com que outras pessoas pedissem ao relojoeiro que confeccionassem outros para terem como lembrança um objeto com a imagem do reverendo. Com a devida autorização do clérigo, o relojoeiro produziu outros relógios, o religioso pediu apenas que o vendesse a preço acessível a todos. Importante ressaltar que a iniciativa foi única do relojoeiro e o mesmo não o sai vendendo pelas ruas, elabora-o apenas sob pedido para não explorar a imagem do clérigo que não recebe nenhuma participação nas vendas.

²¹⁴ Entrevista realizada no bairro Sagrada Família, 19 out. 2008, com a moradora Carmelita Maria Jesus Silva. Apud LIMA, Érika da Rocha. **A importância Sócio-econômica do padre Vicente Euteneur no município de São Francisco-MG**. 2008. Monografia (Graduação em História)–Curso de História, Universidade Estadual de Montes Claros, São Francisco, 2008. p. 31.



Fotografia 24:
Fotografia do relógio de parede de autoria do relojoeiro Antonio Viana.
São Francisco, 2011.
Fotografia e acervo pessoal do autor.

Os motivos desse clérigo ao ajudar quem lhe procura não é alienar, mas sim abrir alternativas até encontrarem, por conta própria, outras saídas para seus problemas. Na última parte da entrevista com o reverendo, direcionei para os detalhes quantitativos acerca das pessoas que ele ajuda. Pontuou a distribuição de pães, pagamento de contas como água e energia elétrica, a construção de casas. Mas a última frase é relevante, porque enfatiza a contribuição para diminuir a falta de serviço. Sua preocupação é que os trabalhadores estejam em serviço e, na falta deste, atende na caridade. Portanto, talvez não seja possível afirmar que vigore, nesta cidade ou na região, uma “cultura do pedido” ou uma suposta assistência da Igreja Católica.²¹⁵ Retomo a trajetória e à forma pela qual senhor Elpídio adquiriu sua residência no bairro:

²¹⁵ Leandro de Aquino Mendes relaciona a atuação do Partido dos Trabalhadores e da Igreja Católica na cidade de Montes Claros. Em sua dissertação de mestrado, o autor evidencia essas instituições em trabalhos ditos “sociais” com cunho político, levando em consideração o “novo jeito de ser e fazer Igreja” atrelado pelos discursos da Teologia da Libertação. Em outra dissertação de mestrado, sobre a mesma cidade, Roberto Mendes Ramos Pereira analisou uma possível “cultura do pedido” nas esferas política e religiosa. O autor buscou entender o que havia de comum na vida de algumas pessoas que carregavam “práticas semelhantes políticas e religiosas”. Ver: MENDES, Leandro de Aquino. **“O povo de Deus” na política: partido dos Trabalhadores e Igreja Católica em Montes Claros na década de 1980**. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História)– Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010; PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. **Demandas e representações populares na vivência político-religiosa em Montes Claros** (1996-2004). 2010.

Valmiro: *Seu Elpidio, se não fosse o padre que conseguisse a casa pro senhor, o senhor acha que hoje estava morando numa casa igual essa ou não?*

Elpídio Silva: Oh moço, era bem capaz que não. Porque a gente é fraco né, então a gente não tinha esse poder de ficar numa casa, assim, não. A gente, carregado de filho, a coisa era muito ruim. Pode ser que a gente conseguisse uma casinha, mas, mesmo assim, podia a gente ficar numa casinha singela pra ir tocando a vida, né. Mas, pra fazer uma casinha desse modo que tá aqui aí gasta muito.

Valmiro: *E, quando o padre fez essas casas aqui pro senhor, já tinham essas casas aqui do lado ou não?*

Elpídio Silva: A casa primeiro que ele fez foi essa daqui, começou dessa e foi fazendo pra lá. Essa daqui ele entregou primeiro porque a mulher tava daquele jeito que eu te falei, quase no dia de ganhar a criança. Depois que nós mudou pra cá, pra dentro da casa não levou... Parece que... Acho que não levou duas semanas, ela deu ponto de ganhar a criança.²¹⁶

Para o que sinaliza esse argumento: “toda vida a gente é fraco”? Durante toda a sua trajetória, senhor Elpídio trabalhou e viveu em terrenos de outras pessoas. Mudava de um lugar para o outro, quicá à procura de melhorias ou pelas pressões que estava sofrendo. Morou com parentes, irmãos, cunhados, amigos e na “*Vila do Papelão*”, antes de se aquietar em sua residência. Ante as circunstâncias, sentiu-se na necessidade de recorrer a alguém para conseguir moradia e o fez por meio da paróquia, similar a muitos outros. Mas seu Elpídio recorreu ao reverendo ou à paróquia num momento em que – em decorrência de suas condições materiais de vida – não estava propício a adquirir uma casa por conta própria. O senhor Elpídio e muitos outros foram pedir uma casa num momento em que as pressões pareciam se concentrar com maiores proporções do que suas resistências. Ele, assim como outros, continuou trabalhando até conseguir a construção da casa pela paróquia. Procuraram-na frequentemente até sua realização.

Trajetórias como essas não podem ser reduzidas à “cultura do pedido”²¹⁷. Todavia, as filas na cidade, desde 1977, mudaram de endereço. Assim que o padre Vicente deixou a direção da paróquia central da Igreja Matriz São José, em 2008, no centro da cidade, as filas deixaram de existir na paróquia. As pessoas passaram a se concentrar na capela que o

175 f. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

²¹⁶ Entrevista com Elpídio Silva de Jesus. São Francisco-MG, 29 jan. 2011.

²¹⁷ Alguns estudos que problematizam situações em que se elege um intermediador para solucionar conflitos ou necessidades, como objetivo final de um “pedido”, contribuíram em muitos pontos para este trabalho, com diferentes posicionamentos: quer sobre civis, sobre igreja, santos, políticos ou organizações, as formas e motivos pelos quais as pessoas recorrem a outrem não são homogêneas. Em sua dissertação de mestrado sobre a cidade de Uberlândia, Carlos Meneses de Souza Santos, pontuou as diferenças e desigualdades advindas a partir das condições de classe dos trabalhadores da cidade, na transição do século XX para o XXI, considerando pedidos de pessoas endereçados aos apresentadores de programas de TV locais para serem intermediadores entre elas e o Poder Público Municipal, pedidos de benfeitorias, como móveis, eletrodomésticos e outros benefícios. SANTOS, Carlos Meneses de Souza. **Ser trabalhador na cidade: relações de classe em Uberlândia**, final do século XX e início do século XXI. 2009. Dissertação (Mestrado em História)–Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

padre Vicente passou a dirigir após sua mudança e onde está atualmente, a do bairro Sagrada Família.

Segundo Mainwaring, possivelmente, as pessoas veem no padre alguém que não é igual a eles, muitas vezes, tido como rico, alguém capaz de sanar qualquer problema e sabedor de tudo.²¹⁸ A Igreja Católica representa espaço de formação e de busca de novas esperanças. As atitudes desse clérigo ou da paróquia dentro desta cidade, circundada pela falta de emprego, tornaram-se ao mesmo tempo um escudo contra hostilidades, ao implantar soluções contra o desemprego e a falta de moradias, conjugando desejo e abnegação, reprodução e transformação, permanência e novidade transvestida num espaço propício para a manutenção da dependência e do assistencialismo, e, talvez, também da consciência de direitos. De acordo com os estudos de Carlos Rodrigues Brandão, a comunidade da Igreja, além do lugar de as pessoas celebrarem seus cultos ou missas, é o espaço onde pode se constituir uma consciência ou a busca por direitos.²¹⁹

O bairro Sagrada Família é um dos inúmeros locais pelo Brasil que representam o “outro lado” do desenvolvimento, na sociedade brasileira, dividida entre o enclave de modernidade e seu contraste, uma maioria sem lugar, sem moradia, alheia a direitos. A prática do pedir pode evidenciar uma atitude de contra-hegemonia, numa sociedade cuja representação política, de limitado alcance, reforça o caráter excludente da divisão social do trabalho, não atua para resolver as carências mais básicas dos seus cidadãos.

Tratam-se de relações, interesses, meios de tais barganhas e oportunidades. Em se tratando de meu local de pesquisa, no que tange às outras fontes e às entrevistas, as pessoas que estou tratando não procuraram e não procuram o padre Vicente como mediador entre elas e o poder público ou outro órgão qualquer para que ele intermedeie uma busca delas frente a tais poderes. As pessoas procuram este religioso como o doador da casa própria, o elo direto entre elas e a casa que não possuem, configuram uma relação direta. Com isso, este religioso constituiu-se como o “agente” que lhes fornece a casa própria gratuitamente, sem necessidade de luta, reivindicação ou movimento, já que suas condições lhes impede de comprar ou conseguir por outro meio. Por outro lado, o padre Vicente parece agir onde julga *existir uma ausência do poder público* que, aos seus olhos, deveria proporcionar a casa própria para quem não possui e emprego aos desempregados.

²¹⁸ MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil**. 1916-1985. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 233

²¹⁹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Lutar com a palavra**: escritos sobre o trabalho do educador. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p. 157.

De acordo com as análises de Krishke e Mainwaring, as lideranças políticas devem oferecer proteção, orientação e solução dos problemas. Quando não atuam assim, as pessoas tendem a se dirigir para outras lideranças, como, principalmente, lideranças religiosas.²²⁰ Para José de Souza Martins, nessa conjunção de política e religião, para os bispos engajados na luta a favor dos pobres, ficava claro que o capitalismo não promovia igualdade social e econômica, como também o estado brasileiro não promoveu a igualdade jurídica. Não foi por acaso que, ao longo dos anos da ditadura, a igreja tenha sido tratada pelo estado como instituição subversiva e perigosa, uma vez que estabeleceu como medida de julgamento dos processos econômicos e sociais o homem inteiro, com a explicação de que o modelo de desenvolvimento do Brasil sempre gerou a pobreza e não a riqueza e bem-estar.²²¹

A razão dessas ações do reverendo pontuou-se pela falta de investimentos e falta de condições para construir um “rancho”. São os elementos marcantes em sua fala que parecem ser os motivos pelos quais continua construindo moradias para quem não possui e ajudando em pequenas doações diárias para as pessoas: concede casa própria para o trabalhador que, por ora, se encontra desempregado; paga as contas mensais, como água, energia elétrica para algumas pessoas que lhe pedem, enquanto os trabalhadores que, por suas condições, têm que procurar empregos sazonais em outras regiões do estado ou do país.

Os passos até conseguir uma casa por meio da paróquia do padre Vicente parecem fáceis. E de fato são. As pessoas que estavam ou estão sem moradia lhe procuram pessoalmente, expõem suas necessidades. A única coisa que a pessoa deve ter é o lote; mas, na falta, o reverendo compra e doa à pessoa. Judite, sua secretária, visita a residência da pessoa, a provisória ou a de parentes, constata a real necessidade, e informa a situação ao padre Vicente. Em seguida, anota-se o endereço onde a casa deve ser construída, informa-se ao chefe dos pedreiros (encarregado), que a coloca na fila e, posteriormente, realiza a construção. Da parte do beneficiado, resta esperar até que chegue o momento da construção de sua casa.

Como evidenciou em sua entrevista, não há anotação de construção de casas, a doação transcorre sem “burocracia” ou empecilho. O número de casas construídas pela paróquia, somente no bairro Sagrada Família, já ultrapassa a cifra de 1.500. Há construções

²²⁰ A esse respeito, ver os estudos: KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott (Orgs.). **A igreja nas bases em tempo de transição** (1974-1985). Porto Alegre: L&PM/CEDEC, 1986; MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil**. 1916-1985. São Paulo: Brasiliense, 2004. Para análises doutrinárias e teológicas sobre as novas perspectivas da Igreja, sobretudo na América Latina, ver: BOFF, Leonardo. **Novas fronteiras da Igreja: o futuro de um povo a caminho**. Campinas: Versus Editora, 2004; _____. **Eclesiogênese: a reinvenção da igreja**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2008.

²²¹ MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**. Op. cit., p. 175.

também em outros bairros, como o bairro Aparecida, onde existem cerca de 40 a 60 casas; o bairro Morada do Sol, onde existem cerca de 20 moradias; o bairro Funcionários; e tantas outras localidades na zona rural, mas o próprio reverendo ou os pedreiros não sabem o número exato de todas as casas já construídas. Importante frisar também que acontecem outras mobilizações organizadas pela paróquia do padre Vicente em torno de coesão social, como mutirões para rebocar casas, construir cercas, muros, plantio de árvores pelas ruas, sobretudo no bairro Sagrada Família.

Atualmente existem poucos trabalhadores exercendo as funções de construção de casas delegadas pelo padre Vicente. O número caiu porque a demanda também diminuiu. O número de trabalhadores já chegou a ultrapassar vinte profissionais entre pedreiros, serventes, carpinteiros, carroceiros e ajudantes de obras. Esses profissionais eram remunerados da seguinte forma: carpinteiros recebiam cento e cinquenta reais por semana, totalizando seiscentos reais mensais; ajudantes de obra e serventes recebiam um salário mínimo; pedreiros recebiam mais do que os carpinteiros, o que ultrapassava os seiscentos reais mensais.

O trabalho com as evidências possibilitaram um posicionamento acerca da igreja de modo a não atribuir um sentido de “dominação” ou imposição da fé a essas práticas, de enxergar os atos de doação deste religioso como instrumento de “dominação” da Igreja local, “imposição” da fé, uma vez que, para uma leitura apressada, soa absurdo uma paróquia ou, simplesmente, um padre, ter construído mais de 2.000 casas para doá-las às pessoas, sem qualquer ônus para o beneficiado.

Ao longo de cada entrevista, não foi possível identificar de traços, explícita ou mesmo implicitamente, que pudessem conotar dominação. Ao contrário, é comum algumas pessoas que receberam casas com a paróquia pertencerem a outras religiões, frequentarem outras igrejas que não a católica. Assim como também vale ressaltar o fato de se tratar de uma prática não institucional. Nesse sentido, as ações de membros da igreja quando não são homogêneas implicam em valores muitas vezes conflituosos, tanto com outros membros da instituição quanto com outros representantes políticos – não só o bispo e políticos locais como também clérigos da mesma congregação não compartilham dos mesmos ideais do padre Vicente.

Em entrevista que o padre Vicente concedeu a Harilson Ferreira de Souza, por ocasião de sua pesquisa sobre os trabalhos sociais na cidade, há um ponto em que se percebem que atitudes como as empreendidas pelo clérigo não aconteceram livres de

obstáculos. Tradições da igreja católica e da política, baseadas no mandonismo, em favores, ainda persistem, dificultando a formação de novas lideranças e a autonomia dos sujeitos. Na ocasião, clérigo argumentou: “Eu não fui compreendido no início. Aqui, os que possuíam não se preocupavam com os que não possuíam posses. Deus quer assim, uns pobres, uns ricos, diziam. Minha preocupação é uma só, que o homem evolua espiritualmente e materialmente, uma coisa completa a outra”.²²²

²²² Entrevista do padre Vicente Euteneuer concedida a Harilson Ferreira de Souza por ocasião de pesquisa de mestrado do autor, em andamento, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, sobre os trabalhos sociais do religioso. São Francisco-MG, 11 mar. 2003.

CAPITULO 3

MORADORES DO BAIRRO TORNAM-SE MORADORES DA CIDADE

Nos capítulos precedentes a estabilização dos moradores, aqui tratados, concretizando seus lugares aconteceu de formas variadas. Os percursos expostos até o momento mostraram um grupo de pessoas oriundas das adjacências de comunidades rurais, fazendas locais e cidades vizinhas, constituindo espaços de vivências em condições às vezes incômodas. As enchentes, expulsões de fazendeiros, demandas por moradias foram as circunstâncias que elucidaram as formas pelas quais os moradores do bairro Sagrada Família estabeleceram até conseguir suas habitações e manterem suas práticas de trabalho anteriores ou construírem novas práticas.

Não obstante, no fazer-se deste trabalho isto não abarca totalmente e nem finda os aspectos a serem investigados. Os moradores, abordados aqui, tão logo passaram a conseguir solidez nesse espaço, serviram-se de ações eminentemente associadas aos processos políticos pelos quais estavam se formando. Pensando nessas ações como políticas imbricadas aos círculos vividos no ambiente do bairro e, concomitantes às transformações da cidade, doravante trato das formas como se desenvolveram as relações desses precursores com instituições e como eles mesmos pautaram-se na construção social e política em sua volta. Dessas relações surgiram novos espaços onde mais uma vez os moradores se encontraram, em diferentes circunstâncias e semelhanças. As simultaneidades das relações políticas e sociais deram-se dentro de um movimento histórico que deixaram marcas prós e contrárias durante o viver no bairro. Fruto dessas relações, numa das formas de emergirem dentro de seus entenderes, numa plêiade de adversidades, os moradores formaram iniciativas como a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família, que articulou num espaço de luta política, solidariedade e concatenou diversos laços em busca de afirmação e direitos na cidade.

Apeteço problematizar, neste texto que compreende o terceiro capítulo, alguns grupos formados pelos moradores que se compuseram como aglutinadores de ideias e propostas como busca de afirmação para o bairro, enquanto parte da cidade. Para a escrita deste texto, baseei-me em atas da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada

Família, jornais da cidade de São Francisco, *SF*, *O Jornal de São Francisco*, *Jornal Nosso Tempo*, *O Barranqueiro*, fotografias de alguns pontos do bairro e entrevistas com ex-membros da instituição (dois ex-presidentes e uma associada).

Meu objetivo neste capítulo, elegendo a associação como problema, dentre outros, é elucidar como os moradores formaram iniciativas por eles mesmos buscando direitos de pertencimento à cidade. Uma formação coletiva, na qual percorrendo as atas da Associação, percebe-se um componente agregador de alternativas nos sentidos de trabalho, de surgimento de lideranças políticas, de ações recreativas, de lazer e de reivindicação de serviços como água potável nas residências que não possuíam, energia elétrica e acessibilidade ligando o bairro a outros da cidade e ao centro.

3.1. Formando a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família

Com cinquenta e quatro sócios inicialmente cadastrados, e mais de oitocentos em seu período de movimento mais intenso a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família, fundada em 02 de abril de 1989, surgiu momentaneamente como um somador para barganhar soluções e direitos junto a diferentes órgãos em prol da comunidade. Por meio da associação, algumas lideranças emergentes vislumbraram nesta iniciativa um leque de oportunidades cabíveis aos seus anseios.²²³ Antes, porém, retorno um pouco no tempo para pontuar como era a realidade e o panorama em que os moradores sentiram-se na necessidade de se formarem como grupo em prol do bairro.

Ainda nos primeiros idos da década de 1980 aconteciam cobranças ao poder público no que competia, sumamente, ao bairro Sagrada Família, carente de serviços públicos. Numa das colunas do jornal *SF*, *O Jornal de São Francisco*, *Sociedade em Foco*, uma breve descrição apresentava cobrança em relação ao abandono do bairro:

²²³ Importante lembrar que muitos dos associados engajados nesta associação foram entrevistados por mim para compor esta dissertação, embora não tenha ido às entrevistas procurar somente os referidos associados: moradores como Claudionor Rodrigues Pinto, Delzuita de Souza Santos, Gildete Dourado, Manoel Messias Rocha. Esses mesmos moradores e muitos outros compunham praticamente todas as discussões em torno dos assuntos de bairro.

Bairro da ITASA: Alô Chefe de Obras Públicas vamos dar uma sacudida e uma volta por cima, procurando resolver certas coisinhas que estão prejudicando a administração. A exemplo disso estamos vendo o abandono do bairro da ITASA.²²⁴

Neste período, 1983, o bairro se restringia às duas vilas que se formaram respectivamente, as casas construídas pela paróquia em 1979 e as construídas pelo BNH entregues em 1981, ambas em virtude das enchentes citadas nos primeiros capítulos. O abandono poderia estar ligado, dentre outros fatores, à falta de saneamento, energia elétrica e vias acessíveis, pois estes serviços não foram concretizados como haviam prometido em torno das casas feitas pela COHAB. A primeira lei municipal que vigorou sobre o bairro, ocorreu somente em 1981, dois anos após sua formação, com as denominações de algumas ruas, porém sem pavimentá-las (uma realidade até hoje presente no bairro, pois grande parte das ruas ainda é de terra).²²⁵

No ano posterior, 1984, uma inspeção de assessores do poder público fez um levantamento sobre a situação do bairro. Este é o mesmo período da destruição da dita, *Vila do Papelão* mencionada anteriormente. Após este fato muitas famílias encontraram no seio da paróquia São José e no padre Vicente um amparo. Outras, porém, tiveram que perambular novamente, ocupando terrenos, dessa vez, no bairro Sagrada Família, construindo suas casas de lona plástica, pau-a-pique e taipa, como descreveu uma inspeção publicada no jornal *SF, O Jornal de São Francisco*:

Visita de Assessores ao bairro da Itasa. Lá constataram a existência de alguns problemas oriundos do passado que ainda subsistem e serão oportunamente sanados. O levantamento de algumas casas de taipa, por exemplo, antecedeu ao Código de Obras Municipais, recentemente aprovado, mas constitui um problema de ordem social, **dependente de melhor estrutura financeira individual**, para corrigir o aspecto de tais construções naquele florescente bairro. Ao regressar da visita ao bairro Sagrada Família, foram fornecidas listas dos ocupantes dos lotes daquele bairro, cuja relação será divulgada posteriormente.²²⁶ (Grifo meu).

Os entraves oriundos do passado referem-se às casas erguidas pelos próprios moradores, de maneira emergencial, devido às enchentes e após a destruição da *Vila do Papelão*. Na passagem acima podemos inferir que, as casas de taipa, na visão dos assessores da prefeitura municipal, eram um problema de ordem social, pois feriam o Código de Obras

²²⁴ Sociedade em foco. Bairro da ITASA. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 21, n. 1096, domingo, 21 ago. 1983. p. 2.

²²⁵ SÃO FRANCISCO-MG. Lei n.. 851/81. Dispõe sobre denominação de ruas e praças no bairro Sagrada Família. São Francisco, 1981.

²²⁶ Visita de Assessores ao bairro Sagrada Família. **SF, O Jornal de São Francisco**, São Francisco, ano 21, n. 1123, domingo, 04 mar. 1984. p. 1.

Municipais do período.²²⁷ A partir dessa evidência de determinação de normas para construções no perímetro urbano, em articulação com o que cobra a nota do *Jornal de São Francisco*, é possível perceber que a própria situação das moradias estava na contramão do serviço público, pois o mesmo Código de Obras e Edificações obrigava o poder público municipal a realizar a ligação de água potável, tão logo constituísse edificação em qualquer parte da cidade, como se vê no seu artigo 50: “É obrigatória a ligação de rede domiciliar às redes gerais de água e esgoto quando tais redes existirem na via pública onde se situa a edificação”.

Entretanto, aquelas foram as circunstâncias de formação das casas no bairro, devido à ausência do próprio poder público municipal. O trecho em destaque na citação do jornal aponta que a solução do aspecto das casas dependia de melhor estrutura dos próprios moradores. Indubitável que, caso houvesse condições, não construiriam casas de taipa. Contudo, os visitantes não levaram em consideração, além da situação emergencial em que se encontravam os “novos moradores” ocupantes do terreno em casas de taipa e de lona plástica, era o campo profundo de relações de onde emergiam – em termos de falta de direito à terra para trabalho, quando oriundos do espaço rural – e que parecia se reproduzir e se renovar no novo espaço urbano – falta de direito à terra para moradia e falta de direito ao trabalho.

Nas fotografias abaixo algumas casas de taipa e lona plástica no bairro Sagrada Família.

²²⁷ O referido Código de Obras trata-se da Lei Municipal Nº. 933/83. Dispõe sobre as construções no município de São Francisco e dá outras providências. Código de Obras e Edificações do Município de São Francisco, MG. São Francisco, 1983. Acervo da ONG Preservar.



Fotografia 25:
Casa de taipa no bairro Sagrada Família.
São Francisco, 1980 ou 1990[?]
Acervo do Professor Alair José Mendes.

Percebe-se na fotografia uma casa de taipa. As varas de paus fincados no chão sevem como base e estrutura para segurarem o telhado. Os tijolos, conhecidos como adobes, feitos mesmo nos quintais das casas, preenchem as paredes. Ao lado da casa um pequeno suporte servindo como fogão.



Fotografia 26:
Casa de taipa no bairro Sagrada Família.
São Francisco, cerca de 1980 ou 1990[?]
Esta já possui madeiras mais fortes.



Fotografia 27:
Casa de lona no bairro Sagrada Família.
São Francisco-MG, meados de 1980.
Acervo do Professor Alair José Mendes.

Percebe-se nesta fotografia pedaços de papel e lençóis servindo de paredes. O telhado de lonas plásticas completa a casa provisória. Nas casas de taipa ou nas de lona plástica, as varas de paus fincados no chão sevem como base e estrutura para segurarem o telhado.

O crescimento do bairro continuava à medida que novas famílias passavam a viver nele. Como vimos, as construções de casas erguidas pela paróquia do padre Vicente contribuíram para expansão do bairro após a destruição da *Vila do Papelão*. Uma matéria do jornal *SF, O Jornal de São Francisco*, que se referia sobre a implantação da escola de Ensino Primário no bairro, apesar de não mencionar o número exato da população, já dizia que escola era um sonho dos moradores do “populoso bairro”. Aos olhos dos editores, “reivindicação justa” face à existência de enorme número de crianças em idade escolar e a distância para o centro da cidade.²²⁸

Essa descrição não é cronológica, até porque, não há mudanças radicais nesta cidade. Tal panorama com casas desse porte e falta de saneamento, permaneceu até fins de 1990, o que nos dá um leque de ponderações a descortinar o contexto de formação da associação. Tive acesso a cópias do Livro de Atas da Associação, no qual é possível apontar vários expoentes a problematizar. O livro de atas corresponde ao período de abril de 1989 a março de 2003. Elas eram lavradas durante as reuniões, constam apenas poucos detalhes de como os dirigentes tratavam os assuntos e reivindicações ao longo das reuniões. Em algumas delas, vereadores, prefeitos secretários da administração municipal e outros convidados faziam-se presentes o que de quando em quando afluíam discórdias políticas.

A primeira reunião registrada no Livro de Atas é datada de 02 de abril de 1989, realizada no salão paroquial da igreja católica do bairro, após a missa dominical. No livro, não constam os percursos até sua concretização, apenas a formação da associação, com seus membros e diretoria eleita, como se lê no trecho da ata transcrito abaixo:

Aos dois dias do mês de abril de 1989 às 11:35 no salão paroquial reuniram-se em Assembleia Geral, os sócios já cadastrados, representantes da Associação comunitária do bairro Sagrada Família e pessoas da comunidade interessadas com o objetivo de fundar a referida Associação, aprovando o Estatuto e eleger os membros de sua diretoria, escolher o Conselho Fiscal, e demais membros exigidos pelo Estatuto. A reunião constou dos seguintes itens: abertura pela diretora da EE Sagrada Família, Maria Gonçalves, falando a todos da necessidade e importância

²²⁸ Sociedade em Foco. Bairro Sagrada Família. *SF, O Jornal de São Francisco*, São Francisco, ano 21, quinta-feira, 20 fev.1986. p. 3.

desta associação, e apresentando em seguida o preâmbulo do Estatuto, a ser apreciado, discutido e aprovado.²²⁹

Por essa reunião nota-se que já havia uma prévia formação desses moradores ou senão preâmbulo sobre a Associação. Na referida ata, há a exposição de que os sócios já haviam sido cadastrados e o Estatuto já composto, sendo aprovado na mesma reunião. Não contou os passos até formá-la, contudo os determinados conselhos e atribuições de cada membro e órgão estavam definidos. Nesse dia, registrou-se a reunião, formalizou a diretoria e os regimentos. Quando as reuniões não eram realizadas no salão paroquial do bairro eram no meio da rua em frente à casa do presidente. A primeira diretoria ficou assim composta: Presidente, Claudionor Rodrigues Pinto; Vice-Presidente, José Pereira dos Santos; e, demais órgãos compostos de Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Diretor Social, Procurador, Delegado, Coordenador de Educação e Saúde e Coordenador de Transporte. O Conselho Fiscal era dividido entre Membros Efetivos com cinco integrantes e Membros Suplentes também com cinco componentes. Na primeira eleição estavam presentes cinquenta e quatro sócios, todos devidamente cadastrados. Os membros do Conselho Fiscal, Efetivos e Suplentes eram eleitos em Assembleia Geral, com mandato expirando-se juntamente com o da diretoria de dois em dois anos.²³⁰

O Estatuto da Associação regia o seguinte: a Associação Comunitária dos Moradores do bairro Sagrada Família é uma sociedade civil sem fins lucrativos, políticos, ou religiosos, com prazo indeterminado de duração. A associação tem por finalidades principais: estudar junto com os moradores, os problemas de bairro, buscando conjuntamente a solução para os mesmos; fazer gestões junto aos poderes públicos, no encaminhamento de reivindicações levantadas pela comunidade; manter contato com outras associações de moradores, grupos de vizinhança, instituições filantrópicas, entidade de classe, indústria e comércio locais; promover atividades recreativas, sociais, esportivas, assistenciais e educacionais de interesses de comunidade.

Os membros da diretoria eram eleitos pelos associados, através de voto direto e secreto. Dentre outros atributos aos sócios descritos pelo estatuto, merece destaque os direitos

²²⁹ Ata de fundação da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 2 abr. 1989. Fls. 1.

²³⁰ Ata de fundação da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 2 abr. 1989. Fls. 1. Importante frisar que, mesmo no estatuto constando eleições de dois em dois anos, ao longo da existência da associação alguns mandatos correspondiam a mais de três anos ou menos de dois. Segundo meu entendimento, em algumas eleições não havia candidatos interessados ao cargo, necessitando prolongar o mandato por mais um ano ou até aparecer candidatos e, também por ausência de número suficiente de membros para eleição, mais de cinquenta por cento dos sócios.

e obrigações, os quais muitos colocavam em prática nas reuniões, precipuamente, quando contavam com participação de políticos. São direitos dos sócios: votar e ser votado para os cargos eletivos, participar das assembleias, com direito a voz e voto, apresentarem propostas, promover palestras de interesse coletivo, protestar contra qualquer ato que julgar ofensivo ou prejudicial aos seus direitos e solicitar providências cabíveis à diretoria em Assembleia Geral; propor por escrito ou verbalmente à diretoria qualquer medida de proveito para a população.²³¹

As atas evidenciam nos termos de anseios, relações políticas, projetos, capacidade de luta, diferentes posicionamentos até mesmo na defesa de denominações que lhes trouxessem referências ao bairro. Ainda em 1989, por ocasião de discutir a possível mudança do nome da escola de ensino primário do bairro de *Escola Estadual Sagrada Família* para *Escola Estadual Brasiliano Braz*, por meio de mobilização dos moradores na associação houve o impedimento da troca de nome. A escola, segundo eles, perderia a identificação do bairro e passaria a receber o nome de um político local. Na discussão sobre a mudança do nome da escola, diziam os associados, que não deveria se concretizar, pois além de retirar-lhes da escola o homônimo do bairro, estava homenageando mais um político e, tal homenagem não era justa, segundo eles, como se vê na ata de junho de 1989:

[...] Em seguida o assunto a ser debatido foi a mudança no nome da Escola Estadual Sagrada Família para Escola Estadual Brasiliano Braz. Houve-se uma votação onde todos votaram contra, pois o nome que todos os moradores querem é Escola Estadual Sagrada Família, pois este nome é dado ao bairro, a padroeira do bairro é “Sagrada Família” em homenagem as famílias deste bairro.²³²

Desde o início da Associação, assuntos como ligação de rede de água, melhoramento no atendimento médico hospitalar com a solicitação de um posto de saúde, ganhavam contornos e força entre os moradores, como se percebe na ata que requisitou uma Assembleia Geral da Associação, realizada em 22 de abril de 1990:

O presidente falando sobre um ofício a Dra. Sandra pedindo melhoramento no posto de saúde, falou que o prefeito vai colocar água na casa do povo, e padre Vicente

²³¹ Estatuto da Associação Comunitária do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 1989. Apenso ao livro de Atas da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco.

²³² Ata da primeira reunião extraordinária da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 29 jun. 1989. Fls. 12.

fazer os banheiros. O presidente falou que há três meses não recebe benefícios da prefeitura para os sócios.²³³

A realidade exposta em face da dificuldade em realizar os trabalhos ante o descumprimento da prefeitura com os recursos conveniados expunha entrave aos membros. A convergência novamente ocorreu na direção da paróquia do padre Vicente para complementar as casas que ainda não tinham banheiros, pois a prefeitura não cumpria os convênios havia três meses.

Nas reuniões em que compareciam representantes municipais, as pautas não giravam em torno do propósito da Associação, acabavam em troca de insultos entre os presentes como se descreve na ata de uma reunião realizada em agosto de 1990, em que o Secretário de Obras da Prefeitura Municipal foi convidado a prestar esclarecimentos sobre a demora na tramitação de “melhoramentos do bairro”:

O Secretário de Obras da Prefeitura Municipal de São Francisco, falou sobre os problemas e as dificuldades que vem encontrando a prefeitura de São Francisco. A palestra do Primeiro Secretário foi interrompida por duas vezes pelo vice-presidente da Associação, que não concordou com as palavras do primeiro secretário e achou p/bem chamar o mesmo de mentiroso. Temendo novas desavenças e tentando contornar a situação para os moldes de interesse coletivo, o presidente falou sobre a importância daquela reunião, pediu união e trabalho em conjunto e apoio aos candidatos do prefeito Josedir para melhoramento do bairro.²³⁴

Ao analisar o livro de atas, cronologicamente, percebi diferentes objetivos e fins, os quais seus membros entendiam como direcionamentos a seguirem. A associação tornou-se uma instituição plural que serviu de suporte para alavancaduras de diferentes formas. Para muitos, foi motivo de depositar sonhos, expectativas e pretensões no desejo de melhorias após longos anos vivendo enclausurados no quadrilátero que se formou como bairro Sagrada Família. A muitos ela representou uma alternativa de trabalho, quando passaram a formar postos por iniciativa própria, inerentemente aos sócios e moradores. De maneira geral, as atitudes dos dirigentes e outros engajados com ela proporcionaram o surgimento de vários melhoramentos barganhados e reivindicados a todos.

O contexto de formação deu-se a partir de experiências cujos interesses atravessavam, dentre outros, perspectivas de prover ações coletivas como busca de direitos.

²³³ Ata da décima terceira reunião da Assembleia Geral da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 22 abr. 1990. Fls. 23.

²³⁴ Passagens da Ata da décima sexta Reunião da Assembleia Geral da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 26 ago. 1990. Fls. 26.

Como salienta Axel Honneth, o surgimento de determinado grupo depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências que afetam não só o lado individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos. A luta por reconhecimento dentro de uma gramática moral é entendida de diversas formas. Este autor defende o conflito e outras adversidades como lutas por reconhecimento, dentre elas a luta por reconhecimento a partir de experiências desrespeitosas que determinado grupo está sujeito. Delineia uma ideia de uma teoria crítica da sociedade na qual os processos de mudança social devem ser explicados tendo em vista as ações individuais ou coletivas que buscam restaurar relações de reconhecimento mútuo.²³⁵

Tomando as análises de Edward Thompson, no prefácio de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, no qual o autor salienta seu interesse por estudar a classe trabalhadora inglesa nos anos da Revolução Industrial e a entende como um fenômeno histórico, unificando diversos acontecimentos tanto de experiências humanas quanto de matéria-prima, a classe traz consigo uma relação histórica. Assim, a experiência de classe emerge quando diversas pessoas vivenciam tais situações e desenvolvem elementos capazes de articular seus interesses. Tratar e lidar em termos culturais e sociais torna a consciência de classe interessante quando esse mesmo grupo se mobiliza institucionalmente para buscar valores comuns. Os estudos de Thompson servem-me de base para pontuar a advertência em passar da simples observação de um aglomerado de homens com experiências comuns para o exame de pessoas sob diversas circunstâncias.²³⁶

Retomando o foco de análise para a Associação dos Moradores do Bairro Sagrada Família, buscando união, formaram-na como complemento junto com o bairro. Baseados em experiências sociais, mais que um aglomerado de pessoas, significou uma formação política de grupo, em todos os sentidos, no contexto de trabalho e de formação. Os associados buscaram interligar, institucionalmente, os moradores de maneira geral com outras lideranças políticas na qual somaria na luta por direitos. Agregaram como lutas suas insatisfações e necessidades para o bairro, incorporaram instrumentos e meios de organização os quais estavam acostumados.

Dois anos depois de formada a associação, em 1991, houve um balanço a respeito do bairro, no qual ratificaram conquistas e a continuidade de buscas. Houve publicação no

²³⁵ HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Edições 34, 2003. p. 257.

²³⁶ THOMPSON, Edward Palmer. Prefácio. _____ *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9-14.

jornal local, *SF, O Jornal de São Francisco*. Nesta coluna evidenciou-se o crescimento do número de sócios, demandas escolares e o engajamento das lideranças em busca de novas conquistas e direitos, como se vê:

A Associação Comunitária do bairro Sagrada Família completou no dia 2 de abril passado dois anos de existência. Segundo Claudionor Rodrigues Pinto, presidente da Associação, os resultados obtidos com a criação e funcionamento da mesma são altamente positivos. Inicialmente era formada por 54 sócios, tendo hoje cerca de 600 e apesar das precárias condições financeiras da população daquele bairro, a diretoria afirma que 50% dos associados mantêm em dia o pagamento das mensalidades. O presidente disse que muitos benefícios têm sido conseguidos para a população do bairro, merecendo destaque a área de educação onde houve o fornecimento de materiais como carteiras escolares, cadernos e lápis para as crianças mais necessitadas. A Associação cadastrou as pessoas que precisavam do fornecimento de água potável. Uma das primeiras reivindicações da comunidade está próxima de tornar-se realidade, pois a construção de um novo centro de saúde está prestes a ser concluído. A Associação passará agora a lutar pela construção do prédio escolar, antigo anseio da população do bairro que não tem devidamente atendida a demanda de alunos que atualmente concentram-se em salas superlotadas. O terreno já fora doado pela prefeitura.²³⁷

Há um destaque no relatório como o aumento de sócios de 54, em 1989, para 600 em 1991. Água potável e centro de saúde, contudo, ainda eram essenciais e necessários, pois estavam em falta. Relatórios como esses eram comuns em publicações no jornal. Outras associações de bairro e rurais quando realizavam determinados trabalhos ou mobilizações tinham seus registros no periódico.²³⁸

Ao final da passagem resume-se o que encontrei nas entrevistas, jornais, livro de atas e outras fontes: promessas dos mesmos “agentes” e órgãos públicos que os moradores se depararam ao longo de suas jornadas expostas anteriormente. Desse período em diante, configurou-se em adversidades aos associados. Mais do que a descrição no jornal de realizações e conquistas, havia as eternas promessas que os moradores estavam acostumados a ouvir. Quando planejaram incrementar saídas ante as dificuldades de viver no bairro apareceram os mesmos “agentes” buscando acréscimo de simpatia em benefício próprio. Ao incorporar a prática de troca de interesses, os moradores aproveitavam as ocasiões para reforçarem suas expectativas e espírito de luta, como procurou demonstrar um associado por meio de uma intervenção conclamando a seus companheiros maior engajamento frente aos governantes:

²³⁷ Publicada no jornal da cidade: Associação desenvolve trabalho no Sagrada Família. *SF, O Jornal de São Francisco*, São Francisco, ano 31, n. 1239, abr. 1991. p. 4.

²³⁸ No exemplar da primeira quinzena de 1991 houve também descrição de atividades da associação dos moradores do bairro Quebra e Jardim Graziela pontuando suas atuações. *SF, O Jornal de São Francisco*. São Francisco, ano 31, n. 1239, jan. 1991. p. 4.

Estamos dando muita moleza para os administradores, não está saindo nenhuma ajuda para o bairro, isto acontece porque somos bonzinhos, vamos ser mais exigentes e duros com este pessoal, nosso bairro é esquecido, só temos visitas em época de política para pedirem votos.²³⁹

O desabafo do associado acima coloca o bairro como sendo esquecido, um local de promessas políticas em tempos de eleição. Este panorama influenciou desfavoravelmente em relação à presença de sócios e à credibilidade em torno da associação. Retomo as atas, nas quais as dificuldades, principalmente, em manter as mensalidades em dia, devido à falta de cumprimento de convênios, após esse período começou a afastar gradativamente os associados. Numa reunião datada de março de 1992 nota-se um descrédito para com a associação como consta do que se registrou em ata naquele dia:

O presidente conversou c/ os poucos associados que havia na reunião e pediu a eles para que não esmorecessem e continuassem firme c/ ele. Ele falou também sobre o cadastramento para LBA e sobre entrega de cestas básicas, falou também sobre apreensão de animais soltos nas ruas do bairro, temos que dar um jeito principalmente nos bodes.²⁴⁰

As dificuldades poderiam se evidenciar diante da cobrança de mensalidades, que aumentaram durante o início de 1990 e ganhava quorum em quase todas as reuniões. Manter-se associado e com mensalidades em dia não era tarefa fácil, levando em consideração a situação financeira de seus membros. Em 1989, no ato da fundação ficou instituída a mensalidade de cinquenta centavos. Na reunião seguinte aumentou para um cruzeiro com base no argumento de que as coisas estavam subindo demais e por isso precisavam aumentar mais um pouco. O aumento sucessivo acompanhou quase que nas mesmas proporções o déficit presencial dos membros. De dois Cruzeiros Novos, no início de 1990 aumentou para cinco cruzeiros em março do mesmo ano.²⁴¹ No ano posterior, 1991, já era de cinquenta Cruzeiros²⁴² e, subsequentemente chegou a quinhentos Cruzeiros em 1992.²⁴³ O valor de três mil Cruzeiros vigorou nos meses de fevereiro e março de 1993, mesmo período em que registraram os menores índices de presença. (a algumas reuniões chegavam a comparecer

²³⁹ Ata da vigésima sexta reunião da Assembleia Geral da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 10 nov. 1991. Fls. 39.b

²⁴⁰ Ata da vigésima sétima Reunião da Assembleia Geral da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 1 mar. 1992. Fls. 40.

²⁴¹ Ata da terceira Reunião Extraordinária da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 20 mar. 1990. Fls. 21.

²⁴² Ata da vigésima Reunião da Assembleia Geral da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 10 fev. 1991. Fls. 29

²⁴³ Ata da vigésima oitava Reunião da Assembleia Geral da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 3 mar. 1992. Fls. 41.

apenas seis participantes). A inflação proporcionou o aumento das mensalidades para cem Cruzeiros Reais em meados de 1994, antes do Plano Real, e com o advento deste, o valor passou a ser de um Real. Entretanto, nesse período já registrava uma queda enorme nas atas no que tangia à realização de reuniões.

O panorama dos moradores, constituídos e mobilizados na Associação Comunitária, começou a mudar. Alguns de seus membros mudaram de concepção de *reivindicar ao poder público* para o *unir-se ao poder público*. Contudo, *fazer parte do poder público* foi uma estratégia mor de vindicar concretização de direitos aos moradores, pois a maioria dos recursos era barganhada e repassada diretamente do poder público para as associações. Esse foi um dos fatores que levou seu primeiro presidente e, outros membros posteriores, a pleitearem cargos públicos municipais eletivos, muitas vezes utilizando a associação como baluarte eleitoral.

Em 1992, dentre outras discussões, a candidatura do primeiro presidente da Associação, Claudionor Rodrigues Pinto, ao cargo eletivo de vereador municipal, primeiro candidato do bairro Sagrada Família, alavancou o ímpeto de melhorias aos moradores da comunidade e despertou maiores interesses por parte dos sócios para com a organização. Os argumentos para sua investidura ao cargo público legislativo foram barganhados e expostos em assembleias. Arquitetou sua candidatura mediante artifícios de que as necessidades do bairro seriam sanadas através de um representante cujas raízes e razões fossem condizentes com as dos membros da comunidade, como mencionou o registro de uma das atas daquele ano:

O presidente falou aos associados sobre sua candidatura a vereador, pediu apoio aos moradores desta comunidade e que devemos votar no candidato do nosso bairro, pois se eleito for, só ele poderá trazer alguma coisa de bom para o nosso bairro.²⁴⁴

Determinadas barganhas se inscrevem num conjunto de práticas que podem ser identificadas como lutas pela obtenção de bens e serviços que satisfaçam suas necessidades. O modo como fazem reivindicações depende de vários significados, os modos de se posicionar podem depender de como determinado grupo se define enquanto grupo e corporifica sua história como substância a buscar o almejado. As articulações de tais lideranças podem depender do modo como definem os meios que dão existência ao grupo. O grupo ou parte dele pode lutar por direitos através de engajamento no meio político ou não tramitar por essa

²⁴⁴ Ata da vigésima oitava Reunião da Assembleia Geral da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família, São Francisco, 3 mar. 1992. Fls. 41.

esfera. Tomo os estudos de Eder Sader quando o autor aponta para as diversas formas de reivindicação e constituição das classes trabalhadoras por meio de movimentos ao tomar como lugar para seus estudos a cidade de São Paulo, cujos movimentos sociais, de bairro e diferentes grupos ganharam contornos alarmantes nas décadas de 1970 e 1980.²⁴⁵

Tomando os estudos do autor como suporte a perceber os posicionamentos de determinadas lideranças ou interesses coletivos procuro ponderar sobre os objetivos de se eleger um vereador pelo bairro. As eleições municipais em São Francisco no ano de 1992 marcavam o retorno de uma figura marcante na cidade. Severino Gonçalves da Silva, que concorria ao segundo mandato de prefeito, personagem tão marcante na vida e nos discursos dos entrevistados por razões prós e contrárias aos seus interesses, como muitos mencionaram nos capítulos anteriores. Suas atuações “*épicas*” como Assessor de Planejamento de 1979 a 1982 e como prefeito de 1983 a 1988 fizeram com que grande parte dos eleitores da cidade se “esperançassem” em torno dessa figura, tão contemplada e tão odiada ao mesmo tempo por muitos moradores como expus nos capítulos precedentes.

Nesse ínterim, Claudionor Rodrigues Pinto, vulgo Coló, pleiteou sua candidatura ao lado desse candidato a executivo. Há diversas maneiras de se entender a candidatura de um representante de movimentos e associações a cargos eletivos, especialmente a vereador. Após a redemocratização do país esta prática tornou-se comum. Significou nova estratégia política de creditar a seus ideais pilares frente aos outros governantes já instituídos no meio político.

Sobre políticas e campanhas de candidatos de movimentos sociais, Irllys Alencar Barreira salienta a proposição acerca do espaço de elaboração da política. Em suas dimensões explícitas, esse “espaço de elaboração da política” não pode ser entendida sem que se recuperem outras perspectivas que fazem parte da trajetória pessoal e coletiva de grupos envolvidos na questão. A aquisição de práticas de reunião, as mobilizações para obtenção de melhorias urbanas nos bairros, a experiência de reivindicações coletivas, são muitos elementos os quais a autora considera salutares que se consolidam e transmitam cumulativamente, constituindo uma espécie de capital político com vital importância em momentos oportunos no âmbito da política eleitoral. Os movimentos sociais urbanos constituem suporte para candidatos que justificam sua participação política na esfera institucional com base em princípios como priorizar o local de onde surgiram.²⁴⁶

²⁴⁵ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e luta dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 43-45.

²⁴⁶ BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **A representação como espelho**: universo cultural e político das candidaturas populares. XVI Encontro Anual da ANPOCS, Grupo de Trabalho “Lutas Urbanas, Estado e cidadania”, 1992.

Em minhas considerações, com base nos registros e entrevistas, levando em consideração as circunstâncias em que se deparavam esses moradores, argumento que podemos entender o ato de se eleger vereador do bairro como uma conquista individual do candidato. Mas, como liderança surgida dos meios da associação, podemos entender sua candidatura como parte da luta coletiva em que os coligados à associação (para não generalizar aos moradores do bairro, levando em consideração os opositores que poderiam ter) sentiram-se do mesmo modo uma realização conjunta. O candidato saindo do interior da instituição com a força e apoio dos componentes, julgou crucial se eleger a vereador quatorze anos após a formação do bairro. Este ato e situação reforçam o interesse coletivo dos associados em ter um representante político, de direito, diretamente do bairro como somador das lutas na busca de suas vindicações, de resgate de valores, de rompimento dos lindes invólucros e por busca de direitos.

Desde a eleição de Claudionor Rodrigues Pinto, pelo PFL, para a legislatura do período 1993-1996, como primeiro vereador do bairro, todas as eleições municipais tiveram candidatos moradores do bairro. Subsequentemente, foram eleitos Nilson Ferreira, PMDB, 1997-2000, Armando Gonçalves, PFL, 2001-2004, João Barbosa dos Santos, vulgo João da Colônia, PT, 2005-2008; 2009-2012 e João de Souza Lima, vulgo Mangóis, PT, 2009-2012. Este último havia sido candidato nas eleições de 2004 pelo PPS, mas não foi eleito. Morador do bairro, de profissão carroceiro, havia sido naquela eleição o segundo candidato mais votado da cidade, não sendo eleito por razões de coeficiente eleitoral e legenda partidária.

O bairro Sagrada Família é de onde surge o maior número de candidatos à vereança, uma vez que possui o maior colégio eleitoral de todo o município. Entretanto, muitos utilizam esses atributos influenciando ou “patrocinando” campanhas e candidaturas de moradores do bairro a cargos de vereador não com vistas a elegê-los e aumentar os representantes locais, mas sim com vistas a enfraquecer outros com possibilidades de êxito nas urnas. Além do mais, a localização um pouco distante dos outros bairros, como se fosse “fora” da cidade faz com que muitos candidatos migrem para este local em tempos de campanha.

Ao mesmo tempo em que o espaço do bairro favoreceu o recomeço a partir de perdas indelévels, foi precursor do surgimento de alianças de moradores. A vivência também constitui elemento chave de formação cultural ou continuadora de determinada cultura. Os registros analisados nesta pesquisa, expostos nos capítulos anteriores, são evidências de que o lugar comum do bairro se tornou forte no sentido referencial para outras demandas como a

cultura, o trabalho, a convivência, a organização. Se, por um lado, enquanto neófito, o viver no bairro marcou de forma negativa – abordado por parte da imprensa no sentido de lugar de boemia e violência como vimos no segundo capítulo –, durante sua consolidação, o local foi mais contundente no sentido de surgimento de inúmeros trabalhadores. O entendimento desfavorável de um lugar impróprio na cidade, marcado como distante, externo e até inconveniente possibilitou perdas de recursos públicos, todavia, marcou conquistas de outras maneiras.

O bairro evidenciou construção de novos laços de grande importância para a sobrevivência dos moradores recém-ingressos nele e que o construíram e se construíram moradores da cidade de São Francisco. Nesta perspectiva, agrupou pessoas em diferentes estratégias de sobrevivência, auxílio, engajamento em novas práticas associativas, como a candidatura de um morador ao cargo de vereador pode ser exemplo.

3.2. A ampliação da participação política

No segundo capítulo expus posicionamentos do padre Vicente que, ao defender os moradores do bairro havia se defrontado com denominações de políticos locais identificando-os com termos pejorativos como “povinho”, “preguiçoso” e outros. Os jornais também solidificaram tal identificação ao nortear esses moradores como habitantes de zona boemia. Tais denominações me fizeram reportar ao estudo de Marcos da Silva em *História e seus Limites*, onde o autor conjectura, dentre outros fatores, o preconceito homogeneizador existente sobre um lugar ou uma região. Essa mesma visão pode ser heterogênea e inesperada.²⁴⁷ O autor salienta que junto com as perdas, tais pessoas que habitam esses determinados lugares, também conquistam frequentemente importantes elementos. Nessa perspectiva, a região menosprezada se transforma em região vivenciada, que agrupa pessoas em diferentes estratégias de sobrevivência, novas práticas, articulação com movimentos e lutas reforçadas por esses laços.

Tento incorporar essa compreensão do autor ao entender, dentro do ambiente desse bairro, a candidatura do Claudionor Rodrigues e, posteriormente de outros iguais a ele, como uma forma de eles, moradores e associados, se unirem tentando sair daquela

²⁴⁷ SILVA, Marcos A. da. A história e seus limites. **Historia & Perspectivas**, Uberlândia, n. 6, p. 59-65, jan.-jul. 1992.

homogeneização de lugar problema, violento, pobre. Entendo que com um vereador habitante do bairro esses moradores poderiam agregar valores e reconstituírem-se. Como salienta Axel Honneth, “interesses são orientações básicas dirigidas a fins, já aderidas à condição econômica e social dos indivíduos pelo fato de que estes precisam tentar conservar pelo menos as condições de sua reprodução”.²⁴⁸ Esses interesses vêm a ser atitudes coletivas, na medida em que os diversos sujeitos de uma comunidade se tornam conscientes de sua situação e se veem por isso confrontado com o mesmo tipo de tarefas vinculadas à reprodução.

A investidura ao cargo legislativo, pelo presidente da associação, restabeleceu a confiança em alguns sócios em “melhores dias” consoante fala de uma associada quando falou em reunião: “vou continuar pagando a associação, pois tenho certeza que com a nova administração política a nossa comunidade poderá melhorar”.²⁴⁹ Durante o cargo de vereador, o representante buscou descrever a situação do bairro, que ainda era reflexo do processo de formação:

Bairro Sagrada Família e o progresso: Claudionor Rodrigues Pinto, Coló, apresentou relatório dando conta das condições sociais dos moradores do bairro Sagrada Família, prometendo fazer levantamentos em outras áreas da cidade, formando assim, um perfil da população carente. O vereador informou que foram cadastradas 598 famílias carentes no bairro Sagrada Família, destas apenas 390 têm banheiros; só 115 têm filtro em casa; 359 possuem casa própria; 185 moram em casas cedidas pela paróquia e pelo Estado; 40 famílias moram em casas de aluguel; 14 famílias moram em conjunto com outras famílias. Sobre o índice de alfabetização foi apurado que 118 pessoas não contam com nenhuma alfabetização. Na linha de ação e trabalho o vereador Coló encontra-se em pleno andamento com a horta comunitária implantada com a ajuda da prefeitura municipal. Em breve, os serviços de terraplanagem, encascalhamento e colocação de meio-fio nas ruas daquele bairro Sagrada Família terão início, melhorando o aspecto urbanístico e as condições de vida da população.²⁵⁰

A descrição do relatório elaborado pelo vereador elucida as adversidades em relação às qualidades das residências, mas o título escolhido pelo jornal parece satírico! Uma descrição sumária, física, destacando os casebres de papelão, de taipa, pau-a-pique, ruas de chão, poeira aos montes, ausência até mesmo de meio fio, definindo-as, aclarando os moradores que reivindicam cascalho para as ruas, procurando ao menos minimizar a poeira. O panorama das moradias contíguas – muitas sem banheiro – ausência de abastecimento de água – meio crucial – e a situação dos analfabetos ressoavam como os maiores entraves ao

²⁴⁸ HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. Op. cit.. p. 260.

²⁴⁹ Ata da trigésima Reunião da Assembleia Geral da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 10 jan. 1993. Fls. 43.

²⁵⁰ Bairro Sagrada Família e o progresso. SF, **O Jornal de São Francisco**, São Francisco, 1993.

progresso enunciado no título satírico da nota no jornal. Todos esses fatores ainda remetiam aos tempos difíceis em que se formou o bairro e resplandecia a situação dos moradores, outrora, oriundos de diferentes locais, sobretudo da zona rural, quando precisavam recomeçar suas vidas. Esta era a realidade quatorze anos depois de formado o bairro, na qual a falta de realizações não se dava por ausência de reivindicações.

Tomando essas relações como embates em torno do que consiste no direito à cidade em que a formação da associação se insere neste meio como paliativo de direitos no meio citadino, retorno aos estudos de Henri Lefebvre para conjecturar como o autor analisou divergências na busca pela cidade. O autor observa que o urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência e na pobreza. A integração e a participação são a obsessão de pessoas que durante muito tempo permanecem alheios a certos direitos dentro da cidade e sobrevivem daquilo que o autor chamou de “fragmentos da sociedade”.²⁵¹

Ainda que considere para a diferença frente ao objeto de estudo de Lefebvre, destaco a importância das considerações do autor para atentar como a busca pelo direito à cidade pode surgir de diferentes formas. Manifesta-se como agregador de todos os direitos como direito à liberdade, o direito à obra e o direito à apropriação. O direito à cidade, na concepção do autor, compreende o direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida.²⁵² Fundamental para atentar que o direito à cidade ainda não é concreto para os que nela moram. É uma realidade de homens e mulheres que lutam no cotidiano por seus direitos, como direito à vida, direito à urbanidade, a saneamento ou simplesmente como o direito a ter direitos, como água, por exemplo.

No que tangeu a parte de busca por direitos, uma troca de ofícios entre um vereador e o representante da Companhia de Saneamento de Minas Gerais COPASA de São Francisco evidencia esta realidade exposta quinze anos depois da formação do bairro. Um ofício enviado pelo vereador Otacílio Rodrigues de Souza ao responsável da COPASA tratava da falta d'água no município – questão que emergiu com a constituição dos bairros tratados no ofício, ocorrida concomitantemente a do bairro Sagrada Família e quase nas mesmas proporções – dizia o seguinte:

Venho a presença de Vossa Excelência solicitar que sejam tomadas providências para solucionar o problema de falta d'água em nossa cidade, onde existe

²⁵¹ LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Op. cit. p. 102.

²⁵² LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Op. cit. p. 134- 139.

aproximadamente 2.300 moradias sem acesso à água tratada fornecida pela COPASA/MG.²⁵³

A realidade pela resposta da empresa em tentar solucionar o problema evidenciava outras dificuldades, como crescimento desorganizado falta de planejamento para cumprir com as exigências e deficiências aquisitivas dos moradores:

Com a demanda atual vamos depender de um estudo técnico mais profundo, porque é exatamente nas partes altas da cidade que tem residência em um número bem elevado sem a respectiva rede de água. Estamos atendendo na medida do possível algumas extensões de redes e nos locais onde a empresa não tem condição de atender até o momento, o caminhão pipa da prefeitura está abastecendo precariamente. **É notável que os bairros são construídos de forma inadequada, sem a menor infra-estrutura, alguns bairros como Sagrada Família, João Aguiar e Sobradinho I, II e III as ruas só têm mato. Para ir até a casa de alguém tem que caminhar por um trilho de pedestre.** Para atendermos esta demanda, no meu ponto de vista, é necessário mais ou menos 4.000 metros de extensão de redes e algumas sub adutoras para reforçar as redes de distribuição, além de ter que reforçar também a nossa produção de água tratada. Aproveitando o ensejo gostaria que nos atendêssemos no material para execução de 72 ligações de água já solicitadas.²⁵⁴

As linhas que compõem o ofício, nas descrições que utiliza para argumentar sobre a defesa dos limites dos serviços prestados pela Companhia, terminam por expressar o que era parte da cidade na metade da década de 1990. Falta de acesso à água tratada, matas pelas ruas, bairros a ermo abandonados pelo poder público municipal impediam aos moradores de mais de duas mil residências terem acesso no mínimo à água tratada. Essa constante luta por direitos a ter acesso aos direitos, o que demanda ainda maiores encargos, expressa também um pertencimento ao local, ou melhor, uma vigorosa tentativa de pertencimento. É constante a tentativa de conquista em locais como estes. Certo afago de “pertencimento” ao lugar em que diariamente a vida torna-se uma luta arraigada nos anseios por novas melhorias.²⁵⁵

²⁵³ Otacílio Rodrigues de Souza. **Solicitação. Ofício N°. 37/95.** Câmara Municipal de São Francisco. São Francisco-MG, 22 mar. 1995.

²⁵⁴ COPASA-MG. **Comunicação interna. 013/95.** São Francisco-MG, 4 abr. 1995. Fl. 01. Envia posicionamento de ofício 37/95. São Francisco, 22 mar. 1995.

²⁵⁵ A esse respeito, a dissertação de Eduardo Antonio Estevam Santos aborda essa luta em que moradores do bairro, São Pedro, em Itabuna, Bahia, lutam pelo reconhecimento após habitarem um local marcado pela enfiteuse, arrendamentos, pois ainda não se constituía espaço urbano e não demandavam direitos essencialmente públicos aos seus moradores. SANTOS, Eduardo Antonio Estevam. **São Pedro: foreiros ou arrendatários? A lei e a experiência social na formação urbana da cidade de Itabuna (1967-2002).** 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em História Social)–Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

Usualmente, em lugares como estes a participação de outras instituições ou agentes torna-se fundantes para novas tentativas de reivindicações.²⁵⁶

Alguns sócios continuavam acreditando na recondução da associação procurando soerguê-la com base nos trabalhos anteriores. Numa das reuniões de 1996 um associado, José Eunides, membro do Conselho Fiscal, tomou a palavra e expôs seus argumentos em prol de recondução:

O senhor José Eunides membro do Conselho Fiscal usou a palavra dizendo que a associação antes era tão boa e de repente ficou sem incentivo. O que está acontecendo? E falou do trabalho que a associação já fez no bairro e das conquistas já realizadas. O presidente disse que antes os associados pagavam em dias as mensalidades e tinham mais interesse e que hoje eles não estão pagando e sem dinheiro não tem como fazer uma boa administração, e quando pagam já querem saber o que vai sair para os associados, estão só visando em ganhar, ou melhor, em receber benefícios, mas não querem colaborar com a comunidade.²⁵⁷

Os entraves financeiros não se constituíram definidores de abandono da associação, apesar de inconstantes aquisitivas, os membros ainda buscavam participar do grupo. Os momentos de crise faziam com que os interessados exigissem maior participação dos demais e que abraçassem a causa de toda a comunidade. Embora pareçam situações controversas, os sócios não permaneceram estáticos. Surgiram lideranças, muitas delas oriundas dos primeiros residentes, por meio da associação no campo de luta pelo direito à cidade estavam coerentes com o que seus fundadores entendiam como anseios de todos, com base em suas próprias aspirações.

Em 1996, findou-se o mandato de vereador de Claudionor Rodrigues, mas fora eleito novamente presidente da associação. Em contrapartida, para o pleito de 1997 a 2000 foi eleito outro morador do bairro como vereador, Nilson Ferreira, do PMDB, cujo partido era oposição ao partido do antigo presidente, PFL. Por causa disso, o vereador tomou posicionamentos contrários aos interesses da associação enquanto ela estivesse sob a presidência de Claudionor Rodrigues. Nas legislaturas de 1997 até 2004, os vereadores eleitos pelo bairro eram adversários dos representantes da associação. Mesmo nos períodos em que Claudionor Rodrigues não a presidiu, alguns vereadores, moradores do bairro, faziam oposição a ela, pelo fato de Claudionor ter sido um dos fundadores e tê-la presidido muito tempo – e também se constituído como primeira liderança do bairro.

²⁵⁶ SOUZA, João Carlos de. **Na luta por habitação**: a construção de novos valores. São Paulo: EDUC, 1995.

²⁵⁷ Ata de Assembleia Geral da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 29 nov. 1996. Fls. 60.

Com isso, as atitudes dos vereadores giravam em torno das tentativas de infiltrar seus correligionários como membros e dirigentes da organização, com alegação de oferta de recursos para o bairro e de sua liberação condicionada ao apoio da associação para suas candidaturas em seus mandatos. Os representantes opositores aos dirigentes associados tentavam retirá-los da diretoria para distribuir os recursos que conseguiam, mas repassados via associação não os disponibilizavam enquanto não tomassem o controle dela.

As ações de políticos no bairro durante o período da associação não significou um ato isolado. Uma prática recorrente e presente na sociedade brasileira, em que a busca de um grupo por direitos favorece práticas de velhas formas clientelistas e favoritismos, geralmente em benefício de alguém.²⁵⁸

Carlos Rodrigues Brandão, ao estudar a convivência em grupo e participação de diversos agentes, dentre eles políticos, religiosos e agremiações recreativas, aborda que não são apenas as diferenças de interesse político ou religioso as que separam e opõem categorias de sujeitos participantes. Há diferenças estruturais que tornam os grupos, associados uns aos outros, complementares uns dos outros, opostos uns contra os outros. E é essa relação múltipla rígida pela desigualdade e pela diferença entre convivência e participação, que gera e reproduz a dinâmica real da própria vida cotidiana. Divergências de posições fazem parte dentro de uma comunidade, dentro de um mesmo grupo cujas relações que cercam essas divergências geralmente são conhecidas de ambos os opositores. A própria convivência cotidiana e os posicionamentos a respeito do grupo tornam passíveis de discordâncias diversos sujeitos envolvidos ao mesmo grupo.²⁵⁹

Na ata de uma Reunião Extraordinária da Associação, realizada em abril de 1997, na ocasião, presidida por Claudionor Rodrigues Pinto, há uma passagem em que se registra o vereador Nilson Ferreira enviando seu correligionário para destituir o presidente alegando ter recursos para o bairro e distribuí-los apenas mediante o afastamento do dirigente:

O presidente falou o seguinte: não posso entregar a documentação para o vereador Nilson e explicou: primeiro porque não venceu meu mandato, não foi realizada a eleição de presidente, porque ele não é associado e sequer membro da diretoria, e pelo que diz o estatuto da associação nem candidato a presidente ele pode ser. Ele pode sim fundar outra associação independente da nossa, mas igual ele quer não pode, e aí vocês analisaram como nosso representante está ciente das coisas de comunidade. Em seguida surgiu um grande barulho, pois todos queriam falar sobre o

²⁵⁸ TELLES, Vera. **Sociedade civil e a construção de espaços públicos**. Op. cit. p. 93.

²⁵⁹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A partilha do tempo: a experiência da vida e os símbolos do catolicismo popular no cotidiano de camponeses tradicionais em São Luis do Paraitinga-SP. In: SANCHIS, Pierre. **Catolicismo no Brasil atual**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. vol. 2.

assunto, o presidente pediu silêncio e passou a palavra ao senhor Joaquim Caetano (Joaquim da lancha) mais conhecido. E que veio a reunião representar o vereador Nilson. O senhor Joaquim falou o seguinte, que o vereador [Nilson] não quer a associação no comando de Coló, pois não é amigo dele e é oposição na política e que está conseguindo algumas coisas pro bairro, mas só sai pra associação. Mas, com esta diretoria ele não vai fazer nada, pois aí vai crescer o nome de Coló e ele pretende é derrubá-lo.²⁶⁰

Essa reunião extraordinária contou com a participação de um representante partidário do vereador Nilson Ferreira para pedir o afastamento do presidente da associação Claudionor Rodrigues para que o vereador, representante do povo, repassasse os recursos adquiridos ao bairro via associação. O contra-argumento da diretoria girou em torno de defender a associação como “alheia à política” e à implicância do vereador. Nas palavras do presidente:

Oposição não é bicho é também eleitor e tem direito a escolher o seu lado preferido. O Sr vice-presidente disse que temos que unirmos e organizar a documentação. Fica feio se cruzarmos os braços e deixar morrer um órgão que tanto lutamos e sofremos para registrar.²⁶¹

A presença de vereadores e prefeitos era corriqueira quando eram convidados, conforme acompanhamos pelo registro de uma das atas de outubro de 1997:

O prefeito Kato fez uso da palavra e falou sobre a dificuldade que a prefeitura está passando. Falou também sobre as minutas que vão ser distribuídas gratuitamente. Falou também das críticas que o pessoal vive fazendo do prefeito. Fez várias críticas ao prefeito anterior.²⁶²

O espaço de reuniões da associação servia como oportunidade de os candidatos se defenderem e criticar a oposição. Nessa mesma reunião, a vereadora Maria Margareth Mendes Magalhães, PFL, oposição ao citado prefeito (PSDB), estava presente, mas não somava para elevar o debate ao interesse coletivo.²⁶³ Como vemos abaixo, de acordo com a

²⁶⁰ Ata da Reunião Extraordinária da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 17 abr. 1997. Fls. 61-62.

²⁶¹ Ata da Reunião Extraordinária da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 17 abr. 1997. Fls. 61-62.

²⁶² Ata da Reunião Extraordinária da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 27 out. 1997. Fls. 65-66.

²⁶³ A rivalidade entre o prefeito e a vereadora era um reflexo da rivalidade de seus grupos partidários. A vereadora pertencia à mesma base do político Severino Gonçalves da Silva citado anteriormente, do PFL. O marido dela, Waldemir Magalhães, havia sido vice-prefeito ao lado do referido Severino na gestão de 1993-1996. Enquanto que Oscar Caetano Neto, Kato, representava a terceira geração de sua família que atuara como prefeito. Seu avô que foi o primeiro instituído pelo interventor do estado em 1930 a 1945 – embora tenha se renunciado algumas vezes durante este período, como expus no segundo capítulo. Seu pai, Oscar Caetano Junior

mesma ata, a vereadora, por uma contra-intervenção ao prefeito acabou tumultuando a Assembleia:

A vereadora fez uma pergunta ao prefeito sobre os médicos contratados, o prefeito ficou nervoso e não terminou de responder a pergunta e passou a falar coisas particulares da vereadora, tumultuando a reunião que ficou bastante barulhenta.²⁶⁴

Essa situação política envolvendo a associação e os representantes públicos tornavam a associação de “alheia à convivência política”; isto é, contribuíam para que se produzisse um ânimo de desconfiança dos moradores do bairro e dos membros dela em relação aos espaços municipais de participação política. Ao mesmo tempo, a Associação e o espaço de sua diretoria tornava-se objeto de cobiça dos representantes públicos.

Contudo, cientes dessa candente instabilidade e das possibilidades de conseguir maiores realizações do meio político, desenvolveu-se uma mobilização para criar postos de trabalho inerentemente aos associados como ato de unificar organizadamente seus ofícios. Criaram postos de extração de areia do rio São Francisco, olarias às margens do rio, para fabricar telhas e tijolos a serem vendidas pelo bairro ou em lojas pela cidade e, horta comunitária. A luta por locais e condições de trabalho, embora parecessem excluir os que não fossem sócios, foram tentativas de afirmação coletiva por parte dos associados. Um associado, por intervenção numa das reuniões propôs seus argumentos sobre esta iniciativa, conforme ata de fevereiro de 1998:

Um membro do Conselho Fiscal falou sobre a olaria comunitária e disse: vamos organizar a associação e dar prioridade aos associados, só vai trabalhar na construção de tijolo quem for cadastrado e só vão fornecer lenha aqueles carroceiros que forem sócios.²⁶⁵

No plano coletivo, esta instituição deu-se como uma busca de valores e afirmação, enquanto trabalhadores conectados tentando constituir suas práticas e meios de trabalho. Nesse escopo, temos os exemplos da horta comunitária, olarias, fábricas artesanais de tijolos e telhas, porto de extração de areia, mutirão de limpeza de ruas, mutirão para abrir estradas,

também fora prefeito de 1959-1962 e 1973-1976. A rivalidade entre os grupos se assolou porque o Severino a partir de 1977 pôs fim a esta oligarquia familiar que reinava em São Francisco, ora governando, ora indicando candidatos. Uma realidade política presente até os dias de hoje.

²⁶⁴ Ata da Reunião Extraordinária da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 27 out. 1997. Fls. 65-66.

²⁶⁵ Ata de Reunião da Assembleia Geral da Associação Comunitária dos Moradores do bairro Sagrada Família. São Francisco, 6 fev. 1998. Fls. 73.

erguimento de cercas, busca de postes para eletrificar o bairro que foram algumas das operações de iniciativa destes componentes. São apenas exemplos para ilustrar suas ações, enquanto buscadores de alternativas, fazendo de suas necessidades uma luta coletiva.²⁶⁶



Fotografia 28:
Foto da horta comunitária no bairro Sagrada Família.
Na imagem um canteiro com plantação de milho e couve-flor.
São Francisco, dezembro de 2011.
Fotografia e acervo pessoal do autor.



Fotografia 29:
Foto de uma olaria entre o bairro Sagrada Família e o rio São Francisco.
Na imagem tijolos de fabricação artesanal prontos para uso.
São Francisco, dezembro de 2011.
Fotografia e acervo pessoal do autor.

²⁶⁶ HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Op. cit. p. 258.

As olarias artesanais funcionam da seguinte forma: no vácuo entre o rio São Francisco e o bairro Sagrada Família há uma imensa área inabitada, pois alaga constantemente em períodos chuvosos. Esses terrenos são utilizados por pequenos agricultores e carroceiros para fabricar tijolos.²⁶⁷ Geralmente, com tijolos dessa procedência, comprados diretamente dos pequenos produtores do bairro, que o padre Vicente constrói as casas delegadas por ele. Outros materiais como areia, barro e madeiras também são comprados diretamente de moradores do bairro, por isso o baixo custo das residências construídas pela paróquia.

Além das iniciativas de produção comunitária, os sócios da Associação constituem e incorporam outros modos de organização. Como um dos maiores problemas se referia à saúde, devido à distância ao hospital, os sócios se organizaram com outras instituições e lideranças para conseguirem uma ambulância exclusiva aos habitantes do bairro. Das reuniões registradas em atas da associação, de quando em quando, participavam prefeitos, secretários, vereadores convidados a expor a situação do município e falar sobre a atuação de cada poder e, sobretudo de projetos para o bairro. Numa das atas consta novamente a participação da vereadora Maria Margareth Mendes Magalhães, PFL. Durante a reunião a vereadora expôs um projeto conjunto com a associação para pleitearem uma ambulância exclusiva para o bairro Sagrada Família, como trata a ata da Assembleia Geral, realizada no dia 06 de fevereiro de 1998:

A vereadora Margareth falou sobre o trabalho da associação, elogiou a comunidade, parabenizou a diretoria, falou sobre seu trabalho na Câmara e seus projetos a bens da comunidade inclusive explicou sobre o projeto dela que está sendo aprovado na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais sobre uma ambulância para a Associação Comunitária do Bairro Sagrada Família.²⁶⁸

A ambulância tornou-se a maior conquista de uso coletivo a bem da comunidade, restrito aos moradores do bairro. No Termo de Cessão de doação da ambulância celebrado entre a Secretaria de Assuntos Municipais do Estado de Minas Gerais e Associação havia uma série de requisitos presentes:

²⁶⁷ Os tijolos são fabricados da seguinte maneira: abre-se um buraco no chão encharcado, onde há o barro vermelho; o barro é retirado, amassado até formar uma massa coesa, e colocado na forma feita de madeira – geralmente cabem quatro tijolos em cada forma –; são retirados os tijolos, colocados para secar ao sol; em seguida, após os tijolos secarem, são colocados em um monte uns em cima dos outros – como se fosse uma casa, com um buraco na entrada, como se vê na foto acima. Neste espaço coloca-se a lenha onde se atea fogo para fortificá-los. Depois desses procedimentos os tijolos estão prontos para o comércio e uso.

²⁶⁸ Ata de Reunião da Assembleia Geral da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 6 fev. 1998. Fls. 73.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Assuntos Municipais

Termo de cessão de uso gratuita de veículo ambulância que, entre si celebram o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais e a Associação Comunitária de Moradores do Bairro Sagrada Família, no município de São Francisco. Clausula Primeira: Constitui objeto deste Termo, a cessão de uso gratuita de um veículo ambulância, abaixo identificado, pertencente à frota oficial do Estado para fins de transporte de enfermos carentes, visando propiciar atendimento médico-hospitalar, em conformidade com as metas do programa Pró-Comunidade. Clausula Terceira - constituem obrigações da entidade: zelar pela preservação e guarda do veículo ambulância cedido, arcar com todas as despesas de sua manutenção, arcar com todas as despesas oriundas de impostos, taxas, seguros e multas inerentes ao referido veículo; responsabilizar pelos eventuais danos, inclusive os porventura causados a terceiros, ocorrências policiais, perícias e tudo mais na forma prevista no Código de Transito Brasileiro. Utilizar o veículo ambulância para fins exclusivos de transporte de enfermos carentes, de acordo com o descrito na cláusula primeira deste Termo.²⁶⁹

Com o veículo registrado em nome da Associação, seus membros viram-se numa encruzilhada: de um lado, a ambulância era autônoma, sem vínculo com o poder público; de outro, o transporte demandava gastos. Sendo autônoma e sem fins lucrativos, a saída da instituição era promover eventos recreativos, como bingos, leilões, partidas de futebol, iniciativas de arrecadação de fundos, para suprir os gastos com o transporte. Apesar de muitas vezes insuficientes, estavam sempre pleiteando e organizando seus eventos.²⁷⁰

Como a dependência era maior do que o poder de manutenção do automóvel de uso emergencial, face às deficiências dos serviços de saúde pública da cidade, as disputas para utilização da ambulância tornaram-se motivos de discussões sobre o uso e dificultaram a relação entre os sócios. A ambulância significou, durante o tempo em que funcionou, a solução, de um lado; e o motivo de discórdia do outro. Despertou uma dicotomia, em virtude de não haver consenso em relação ao seu uso, se se restringia somente aos sócios ou se estenderia a todos os moradores do bairro, como se vê na ata que registra uma discussão realizada em Assembleia Geral da associação em 26 de abril de 1998:

O presidente falou sobre uso e funcionamento da ambulância da comunidade, explicou aos moradores que a ambulância é carro de emergência para socorrer pacientes, pessoas que não aguentam andar de pé ou de bicicleta, e que algumas pessoas estão abusando, por qualquer dor de cabeça já quer a ambulância, e muitos estão mentindo dizendo que são sócios e não são. Estão inventando isso porque quem não é associado paga uma taxa de 3,00 reais para ir ao hospital e para não pagar, mentem para o motorista que agora vai exigir o recibo do último pagamento efetuado para a associação. O presidente disse que o dinheiro que está arrecadando dos associados não dar para o gasto de combustível e o salário do motorista, por isso a diretoria decidiu promover um leilão comunitário dia 02 sábado próximo p/ fazer o

²⁶⁹ Termo de Cessão de ambulância. Apenso às atas da associação.

²⁷⁰ Prática presente até os dias de hoje em torno de uma causa.

pagamento do motorista. A ideia foi aprovada e algumas pessoas se manifestaram concordando com o leilão e já dizendo o que iria trazer de ajuda para o leilão.²⁷¹

Essa passagem de 1998 mostra os pontos em que, para os moradores, o viver no bairro enfrentou novos desafios como limites e contradições candentes dentro de seus contornos, como mobilizar constantes eventos recreativos com vistas a sanarem os problemas do automóvel de interesse coletivo. O que esses moradores deixam transparecer, acima de tudo é a gana de continuar com seus objetivos, sonhos e expectativas, incorporados por todos os integrantes da Associação, como em outra sequência da mesma reunião, quando uma associada, D. Elzita, interveio para propor agilidade ao trabalho de organização da horta comunitária:

Dona Elzita, uma associada que trabalha na horta comunitária perguntou sobre o andamento da horta e disse que já está muito tarde para o plantio e nós estamos sendo prejudicados com isso. O presidente disse que o chefe de gabinete já autorizou a compra de outra bomba, mas o prefeito não liberou o recurso para a compra, mas podemos ficar tranquilos que ainda vai dar certo e vamos plantar muita coisa ainda.²⁷²

Ao longo do tempo se depararam com empecilhos que se apresentavam a partir de espaços e agentes já esperados, como o poder público, e mesmo a partir de seus próprios pares. O projeto da horta comunitária, explicitado na intervenção da associada, Elzita, significou uma oportunidade. O anseio do *ainda vai dar certo*, um crédito à própria organização, conflitava com a velha promessa de seus representantes públicos: “o *prefeito* não liberou os recursos”. Apesar de tudo, não havia intempéries que os faziam desistir, ao menos de esperar pelo cumprimento dos deveres por parte do poder público em disponibilizar o terreno para que os associados pudessem desfrutar plantando hortaliças.

Numa das reuniões, registrou-se em ata a que ponto chegaram as dívidas com o motorista da ambulância. De um lado a incúria dos administradores e de outro as tentativas efêmeras dos moradores organizando eventos para arrecadarem fundos não eram suficientes. Para a locomoção dos enfermos do bairro ao hospital local, no centro da cidade, ou para cidades vizinhas como Montes Claros ou Coração de Jesus, houve a contratação de um motorista, morador do bairro. Havia as possibilidades de o enfermo ser transportado

²⁷¹ Ata de reunião de Assembleia Geral da Associação Comunitária do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 26 abr. 1998. Fls. 75.

²⁷² Ata de reunião de Assembleia Geral da Associação Comunitária do bairro Sagrada Família. São Francisco, 26 abr. 1998. Fls. 75.

gratuitamente, quando a ambulância era chamada pela Secretaria Municipal de Saúde. Entretanto, por se tratar de automóvel livre, exclusivo da Associação dos Moradores do bairro Sagrada Família, os encargos deveriam ser pagos pela associação. Por isso, havia a cobrança de transporte dos pacientes quando teriam que ir para outras cidades, em busca de tratamento. A ambulância, porém, pôs a associação entre a *faca* e a *serpente*: de um lado, a falta de cumprimento dos convênios com a prefeitura em fornecer combustível; de outro, os débitos para com o motorista, pois muitos sócios não cumpriam com o pagamento das mensalidades em dia. De acordo com a ata do mês de agosto de 1998 a situação com o motorista era a seguinte:

O motorista José Arnaldo foi contratado pela Associação por um salário mínimo mensal pago pela comunidade, para fazer o transporte de doentes do bairro para o hospital local e viagens a Montes Claros e Coração de Jesus. Quando chamado pela Secretaria de Saúde ou pelo hospital, o motorista tem direito a uma diária que será paga por eles e também o combustível. Quando é chamado pelo paciente ou responsável, a diária será paga por eles e não é da prefeitura e nem da Associação. A diária está sendo cobrada assim: São Francisco a Coração de Jesus 15,00; São Francisco a Montes Claros 20,00. Finalizando a reunião o presidente falou sobre um bingo realizado com a finalidade de efetuar o pagamento do motorista. O bingo rendeu 126,00 líquido para a Associação. O dinheiro foi repassado para o motorista da ambulância.²⁷³

Restavam novamente aos sócios engajarem medidas de reerguimento por meio de recreações e pequenos bingos. Mais uma vez essa descrição aclara uma realidade histórica e social da cidade naquele momento: a dependência de cidades vizinhas em termos de realizações e outros serviços como acesso aos centros hospitalares – uma realidade que até os dias de hoje ainda está longe de ser sanada. A dívida com o motorista era maior do que os fundos arrecadados para saná-la.

Noutra reunião, aquilo que num determinado momento aparecia como o maior bem conquistado, a ambulância, clareou a realidade de dificuldades de organização porque se mantê-la em funcionamento não seria tarefa fácil, independentemente de posicionamentos políticos, isso poderia significar a permanente mobilização e ajuda mútua. Em Assembleia Geral de março de 1999 foi tratada a situação a que se chegou com a ambulância. Por problemas técnicos e falta de recursos a consertá-la muito se cogitou sobre o futuro da associação sem o automóvel e a falta que o mesmo estava fazendo à comunidade, como se segue trecho da ata abaixo:

²⁷³ Ata de Assembleia Geral da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 28 ago. 1998. Fls. 80.

O presidente falou sobre a ambulância que fundiu o motor e explicou o valor do conserto e peças a comprar, pediu colaboração aos membros da diretoria e vários se manifestaram prometendo ajudar e falou da falta que a ambulância está fazendo para o povo.²⁷⁴

Eis o terreno comum em que se depararam mais uma vez. Experiências e expectativas ganharam contornos dramáticos à medida que passaram a entrar em confronto com interesses de outros em situações de vida semelhantes ou em espaços de poder. As experiências desses moradores na cidade de São Francisco os colocaram em conflitos com diversos segmentos em busca da realização dos objetivos, em busca da organização de seu cotidiano na cidade.

Por outro lado, o distanciamento que os integrantes da Associação esforçavam-se por criar em relação a estes agentes políticos e instituições significaria espera por mais tempo ainda. Outra prática política comum que significou obstáculo para o prosseguimento da mobilização, da organização e das conquistas foi a de cada prefeito dar uma “cara” às administrações. Nesse período, de 1997 a 2000, a cidade era administrada por Oscar Caetano Neto, vulgo Kato, (PSDB), que de imediato concentrou-se em pintar os órgãos e bens públicos pela cidade da cor verde, o que se estendia à própria Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família, quando alcançou a ambulância, como vemos em reunião realizada em março de 1999:

Depois de ver como ficaria a situação, o presidente falou sobre a intenção do prefeito em pintar a ambulância da comunidade da mesma cor dos carros da prefeitura [verde]. Toda a diretoria se manifestou contrária, pois ninguém concordou, alegando o seguinte, a pintura é feia e o carro não é da prefeitura e sim da comunidade, dizendo eles que pintura é luxo, nós precisamos é de arrumar o motor. Falou sobre os tijolos que teve que vender para pagar o motorista da comunidade e que vai vender mais e que logo depois da semana santa irá promover um bingo para pagar parte da dívida da associação.²⁷⁵

Esta prática de pintar a ambulância iria contra as cláusulas estabelecidas no *Termo de Cessão da Ambulância*, cuja Cláusula Terceira apresenta no inciso VIII, “não permitir que conste, no veículo ambulância, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, bem como a veiculação de propaganda”.²⁷⁶ A cor verde constituiu neste período o símbolo do poder público municipal de São Francisco,

²⁷⁴ Ata de Reunião Extraordinária da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 10 mar. 1999. Fls. 83.

²⁷⁵ Ata de Reunião Extraordinária da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 10 mar. 1999. Fls. 83.

²⁷⁶ Termo de Cessão de ambulância. Apenso às atas da associação dos moradores.

quando veículos, prédios e até postes de energia elétrica foram pintados de verde. Os moradores se defendiam ante ao abusivo ato de somente pintar a ambulância que não pertencia ao poder público. A opção em vender tijolos produzidos por eles mesmos para sanar as despesas do automóvel era uma saída frente à opção do prefeito em querer apenas pintar o veículo, tido pelos moradores como ato de luxo. Este ato de pintar o bem da comunidade como se fosse do poder público e a passagem abaixo revelam o que os entrevistados expuseram. Os moradores se depararam nos embates e agentes políticos que constituíram como seus limites para suas iniciativas de organização e conquistas. Insistiam, tanto nas reuniões quanto nas mobilizações, em se reerguerem ante aos xeques que estavam sofrendo dos “grandes” em sua volta, como se vê na ata de reunião realizada em abril de 1999:

O presidente da associação apresentou e leu para o povo que estava presente o requerimento apresentado pelo vereador Nilson que pede para que seja formada uma comissão para apurar casos de denúncia sobre cobrança de taxa da ambulância. Muitos manifestaram insatisfeitos com a atitude do vereador. O presidente voltou a questionar porque o vereador não marcou uma reunião com a comunidade e expôs o caso e passou um recado para o vereador dizendo que não me meto no seu trabalho na Câmara, procuro não te perturbar, gostaria que fizesse o mesmo e parar de mandar recado e tentar resolver os problemas da comunidade, pois para isso você foi eleito pela comunidade. O Sr José Pereira, Segundo Secretário da Associação fez uso da palavra e falou sobre a implicância do vereador Nilson com o presidente e com vários moradores e falou porque ele não vem à reunião para a gente conversar e acabar com esta bobeira? Uma pessoa associada na comunidade respondeu que ele está com vergonha de aparecer perante o povo, pois não está conseguindo nada e só fala mal da nossa comunidade.²⁷⁷

Essa pauta evidencia a interferência do vereador Nilson Ferreira que se supunha haver cobranças indevidas ao uso da ambulância. Nesse período o presidente da Associação era o senhor Claudionor Rodrigues. Ambos eram adversários políticos no bairro. Sem adentrar nos meandros políticos de ambos, nota-se uma disputa de poder em torno da associação. O questionamento do presidente identifica a intervenção do vereador como inoportuna e o interpela a criar outra associação já que tanto se metia nos trabalhos dele.

Em novas tentativas de diminuir os percalços em torno do grupo, no que dizia respeito ao uso da ambulância, procurando sanar os entraves, reduziram viagens desnecessárias, diminuíram o valor de mensalidades e aumentaram o número de sócios. Cadastraram o máximo de moradores, cobrando uma taxa de cinquenta centavos para a manutenção do veículo e para o pagamento do motorista. Em reunião, decidiram que, para as casas cujos membros ultrapassassem três pessoas, o casal deveria pagar a mensalidade de um

²⁷⁷ Ata de Reunião da Assembleia Geral da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 9 abr. 1999. Fls. 84-85.

real à Associação.²⁷⁸ Como medida para buscar novos sócios, os membros saíram pelas ruas e, ao término da campanha de cadastramento, conseguiram afiliar 818 pessoas. A anotação deu ênfase aos que não se cadastraram porque não podiam pagar a quantia de um real por mês: “ficando ainda as pessoas que moravam nos barracos cobertos de lona, pobres e carentes ficando sem se cadastrar, mas a associação vai atendê-los normalmente”. O restante dos moradores que não se cadastraram de bom grado deveria pagar uma taxa de R\$3,00 (três Reais) por viagens ao hospital municipal e arcar com os gastos de viagens para outras cidades. Novamente, os eventos recreativos sanaram, momentaneamente, as dívidas com a ambulância, pois o motorista retornou ao trabalho após resolver a situação através de bingos beneficentes, repassado os valores em débito ao mesmo:

O presidente falou sobre providencias tomadas junto a diretoria a respeito do novo cadastramento dos associados com finalidade de angariar recursos para efetuar pagamento atrasado do motorista da ambulância e continuar mantendo a mesma em nossa comunidade. O presidente explicou que os associados pagavam um real mensal e teve que aumentar para dois reais. E que poucas pessoas estavam pagando alegando estar muito caro. A diretoria junto com o presidente decidiu abaixar a mensalidade para cinquenta centavos com a finalidade de cadastrar mais de cinquenta por cento dos moradores do bairro. Depois de feito o cadastramento de casa em casa em todo o bairro a situação ficou assim: 818 associados, 196 pessoas não quiseram se associar, ficando ainda as pessoas que moram nos barracos cobertos de lona que são muito carentes ficando sem se cadastrar, mas a associação vai atendê-los normalmente. Os 196 que não se associaram vão ser atendidos também. Porém vão ter que pagar uma taxa de três reais por viagem ao hospital local. Ficou aprovado também que o motorista da ambulância que ficou parado uns dias voltou a trabalhar dia 12 de agosto. Ele recebia 136 reais e diárias dos pacientes, a partir de agora vai receber 160 reais da Associação sem a diária, mas com direito de receber a diária dos não associados para viagens para fora da cidade sem interferência da Associação.²⁷⁹

Diante dos expostos, as rivalidades não impediam a ramificação de realizações e resultados. Num balanço sobre a situação da associação, a partir do que apresenta a ata da reunião de junho de 1999, é possível inferir a quantidade de famílias que os postos de trabalho originados por eles contemplavam no bairro: “Horta comunitária: trabalham 120 famílias produzindo para si próprias. Olaria comunitária, 20 famílias cortando tijolos e vendendo. Porto de areia: cinco famílias trabalhando”.²⁸⁰ Hoje em dia centenas de famílias continuam exercendo funções e complementando a renda nestes ofícios. O espaço cadastrado, onde

²⁷⁸ Ata da Reunião Extraordinária da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 20 jul. 1999. Fls. 88.

²⁷⁹ Ata da Reunião da Assembleia da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 27 set. 1999. Fls. 89.

²⁸⁰ Ata da Reunião da Assembleia Geral da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família. São Francisco, 2 jun. 1999. Fls. 86.

somente os iguais, associados, poderiam trabalhar, justamente pelas semelhanças de trajetórias e situações, restringia as conquistas apenas aos que lutavam no interior da associação. Por outro lado, os atos de doar prendas para leilões e bingos, cultivo de horta comunitária, concessão de ambulância à disposição de todos os moradores do bairro retornavam a unificá-los, enquanto moradores do bairro Sagrada Família ao terreno comum em igualdade na luta por afirmarem-se moradores da cidade de São Francisco.

Na entrevista com o ex-presidente da associação, senhor Claudionor Rodrigues Pinto, ele relatou os motivos de perseguição política em torno da associação. Sua entrevista descortina uma realidade ainda presente em cidades interioranas: as perseguições que determinado grupo sofre quando sua liderança local declara não votar em certo candidato ao longo de toda uma gestão caso ele venha a se eleger. Falando sobre o período após 1997, com a prefeitura sob o comando do candidato oposto a sua base partidária, relatou:

Claudionor Rodrigues: O prefeito na época eu não votei nele. Ele não confiou em mim pra fazer um convênio da prefeitura com a associação. Queria que ele só ajudasse no combustível, eu não queria que ele desse o combustível todo, queria que ele desse uma cota. Vamos supor: são trinta litros na semana, se desse, a gente tinha aquele direito e, o resto a gente completava. Colar um pneu quando furasse, ele não aceitou. Aí eu tive que bancar, pagar um motorista, abastecer, ainda chegava dia de ir a pé mesmo, por não ter um tostão.

Valmiro: *Então, Coló, você acha que a associação não conseguiu mais coisas por causa de rivalidade política? Quando mudava de prefeito, por exemplo, você não era correligionário dele, vocês encontravam dificuldade por isso?*

Claudionor Rodrigues: Eu acredito que nós perdemos muito com isso. Eu também era muito ignorante, os meninos [filhos] que me corrigiam depois, me chamavam atenção: “Pai, o senhor é apaixonado, não pode ser assim, não.” Eu era filiado no PFL [atual DEM] pra mim aquele era o melhor partido. Se sáísse o PT, eu odiava o PT. Até hoje eu não gosto do PT, não. Nunca votei em ninguém do PT, votava em candidato só do PFL. Vamos supor, quando entrava um candidato igual Kato [PSDB, 1997-2000] que não era do PFL, pra mim não era um bom candidato e criava aquela ignorância. Os meninos [filhos] que me chamavam atenção dizendo que não podia ser assim, a gente têm que avaliar o trabalho da pessoa. Eu não podia ficar pensando só em Severino [PFL, atual DEM]. Severino um dia ia sair, e realmente saiu mesmo. Kato, na época eu não sei, Severino não era candidato e eu acabei apoiando os candidatos de Severino. Kato já foi eleito com aquela mágoa. E se eu fosse um cara que tivesse procurado ele e falasse: “oh, vamos trabalhar juntos, vamos acabar com isso...” Mas eu não procurei. Ignorância minha e ignorância dele. Não procuramos e ficou isso aí. E nós perdemos muito com isso, fica difícil.

Nas eleições às quais se refere, de 1996, senhor Claudionor explicitou apoio ao candidato José Carlos de Almeida, da base partidária do PFL, como disse ele “candidato de Severino”. Neste pleito fora eleito Oscar Caetano Neto, Kato, PSDB, oposição ao grupo do dito Severino. A opção partidária do presidente da associação e sua escolha em apoiar o candidato de oposição ao que fora eleito para a gestão de 1997 a 2000 resultaram em

consequências para a associação. Tão logo o gestor assumiu o cargo praticou perseguições às lideranças contrárias à sua administração que refletiram pelos quatro anos de gestão. O abandono do convênio da prefeitura com a associação para manterem a ambulância aclarou esse coronelismo. O final desta fala enfatiza as divergências políticas dos candidatos que pesavam sobre seus correligionários: como o senhor Claudionor representava um candidato oposto, a associação ficou impedida de muitas realizações durante sua gestão. Apoiar ou votar em candidato oposicionista foi uma situação constrangedora que o líder comunitário afirma ter carregado pelos quatro anos.

Na entrevista com outro ex-presidente da associação, Manoel Messias Rocha, aparecem novos detalhes a respeito desse período de conquista e do uso da ambulância. Embora este entrevistado não apareça nos outros capítulos, novas evidências, surgidas em sua fala, são pertinentes nesta situação política. Manoel Messias Rocha é pescador, cultivador de vazantes às margens do rio São Francisco, casado e pai de doze filhos, tendo alguns deles migrado para cidades como Montes Claros no Norte de Minas e Brasília DF. As divergências que este entrevistado citou foram apresentadas não como partidárias e sim como pessoais, pois segundo ele, em sua gestão, o mesmo prefeito que fora algoz do senhor Claudionor tornou-se seu conivente. Ademais, o próprio Manoel Messias representava uma oposição dentro da Associação. Quando foi eleito presidente da Associação Comunitária do Bairro Sagrada Família pela primeira vez para o pleito de 2000 a 2002, derrotou o candidato indicado para o continuísmo do senhor Claudionor Rodrigues. Em sua entrevista aparecem os outros políticos correligionários do Claudionor que, dessa vez passava a ser seu adversário:

Valmiro: *Quando era Severino, vocês encontraram alguma repressão direta? O que ele fez pra tentar acabar com a associação? Ele tentou acabar ou não?*

Manoel Messias: A primeira coisa que ele fez: tirou a ambulância nossa. Cortou o combustível, o motorista, cortou tudo. O povo, quando a ambulância tava rodando, o povo pagava, todo mundo pagava um real por mês, todo mundo precisava ir pro hospital, ir pra Montes Claros e tudo. Severino cortou o motorista e o combustível. Aí, o povo não quis mais pagar, a associação não tinha condições, desmantelava e nós arrumávamos... Aí, foi indo, foi indo e teve que parar.

Valmiro: *Na época do padre Zé Antonio, vocês chegaram a tentar reativar a ambulância ou não?* [José Antonio da Rocha Lima, PT, independente em relação aos outros dois partidos dominantes na cidade, PFL e PSDB. Este ex-padre pôs fim à oligarquia na cidade, fora prefeito de 2005-2008, reeleito para 2009-2012, contudo afastado do cargo em 2010 por envolvimento em corrupção].

Manoel Messias: Não, porque a gente foi adversária outra vez. Ele falou que ia me ajudar, inclusive, nesse projeto do salão. Eu tenho até umas cartas de deputado, entendeu? Mas, no final, ficou mesmo só na promessa.

Valmiro: *Teve alguma coisa que a associação conseguiu pro bairro?*

Manoel Messias: Conseguiu aquele mesmo, o correio, até hoje aquele prédio é da associação. O chefe do correio me procurou, porque surgiu o projeto de cada bairro e zona rural pra colocar um correio, me procurou, tinha o posto lá que é da

associação, eu cedi pra fazer o correio, porque muitas vezes a pessoa tinha uma carta pra colocar e tinha que sair daqui e ir lá na cidade. E deu até bem na época, todo mundo pagava conta de água, de luz, tirava CPF, agora deu uma paradinha, mas tá funcionando ainda.²⁸¹

Outra conquista coletiva, como apontada por Manoel Messias, foi uma extensão dos Correios para o bairro. A ênfase no fato de que as adversidades políticas comprometeram os trabalhos da comunidade. A perseguição política que os três últimos prefeitos²⁸² praticavam foi explicitada nas entrevistas dos ex-presidentes da Associação, que argumentaram semelhanças quando se tratava da entidade e de seus posicionamentos no âmbito da política municipal. Seus respectivos mandatos coincidiram com administrações municipais comandadas por grupos contrários aos quais se vinculavam quando estavam à frente da associação, com exceção de dois períodos de administrações favoráveis a ela: 1989-1992, quando a prefeitura estava sob o comando de Josedir de Souza Pinto, do PMDB, e a Associação era dirigida por Claudionor Rodrigues Pinto, ambos da mesma base partidária; de 1993 a 1996, quando a prefeitura estava sob o comando de Severino Gonçalves da Silva, do PFL, e a Associação também sob a presidência de Claudionor Rodrigues, ambos correligionários. Apenas no período de 1993 a 1995, Claudionor Rodrigues não a presidiu sendo eleito vice-presidente na gestão do presidente Antônio Rodrigues dos Santos. Essas personagens tinham a mesma base política partidária, o PFL, sendo o Severino Gonçalves seu “cacique” político local.

Nas demais gestões seus presidentes encontraram prefeitos opositores. Na gestão de 1997-2000 a cidade foi governada por Oscar Caetano Neto, Kato, do PSDB, e a associação novamente continuou na maior parte representada por Claudionor Rodrigues Pinto, até 2000, partidário e simpatizante dos candidatos do PFL. Na gestão de 2001 a 2004, a cidade foi governada por Severino Gonçalves da Silva, do PFL (sendo o Severino afastado por improbidade administrativa em 2003 e seu vice José Carlos de Almeida continuado o comando) e a associação teve na presidência Manoel Messias Rocha de 2000 a 2002 e novamente reeleito para 2002 a 2003, sendo este partidário e simpatizante do PSDB, o que significava ser opositorista partidário do PFL que estava no poder com o Severino Gonçalves e depois com seu vice José Carlos de Almeida.

De 2003 até os tempos atuais a associação teve na presidência Antonio Aparecido Barbosa e Manoel Messias na vice-presidência, ao passo que a cidade passou a ser governada

²⁸¹ Entrevista com Manoel Messias Rocha. São Francisco, MG, 20 jan. 2011.

²⁸² Esses prefeitos não concluíram seus respectivos mandatos, porque foram afastados e julgados por envolvimento em corrupção.

pelo padre José Antônio da Rocha Lima, do PT, a partir de 2005, contrário ao partido dos atuais representantes. De 2010 até o tempo presente, a cidade está sendo governada pelo vice-prefeito, Luis Rocha Neto, do PMDB. Entretanto, durante as entrevistas, mesmo tocando na atual situação do município, os ex-líderes comunitários não se posicionaram em relação a este gestor pelo fato de a associação não se reunir, oficialmente, desde 2006, embora eu tenha constatado que a última reunião registrada em ata data-se de 2003.

Nas entrevistas com os moradores discutimos um pouco a respeito da situação atual e diferentes períodos do bairro e da cidade. Dentre outros assuntos fundantes, falando sobre a associação, o senhor Claudionor Rodrigues Pinto, um de seus membros fundadores e o primeiro a presidi-la, durante a entrevista levantou diversos pontos: a dificuldade em elaborar projetos, quer fosse enquanto presidente quer fosse enquanto exercia outro cargo, foi grande obstáculo para buscar seus direitos; a força desses moradores organizando seus próprios métodos de conseguir os recursos e serviços públicos retratam o empenho do grupo em prol de todos; e o fato de que à medida que chegavam diferentes moradores se fortaleciam os laços de organização. Durante a entrevista, o senhor Claudionor orgulhou-se de enfatizar que o primeiro telefone público do bairro, instalado no posto de saúde, foi uma conquista da Associação:

Claudionor Rodrigues: A gente reunia era na frente da casa aqui, pegava os bancos emprestado da igreja, jogava água pra abaixar a poeira e reunia. Toda reunião tinha umas sessenta, oitenta pessoas.

Valmiro: *A não ser vocês, outros políticos participavam?*

Claudionor Rodrigues: Quando eu convidava sempre participava, convidava o padre Zé Antonio, quando ele era padre ainda era uma pessoa respeitada.²⁸³

Valmiro: *E hoje ele não é respeitado mais não?* [Risos].

Claudionor Rodrigues: Parece que não né. [Risos]. Nessa época, eu o convidava pra reunião da Associação, ele vinha e assistia a reunião tranquilo.

Valmiro: *Teve alguma outra conquista através da Associação?*

Claudionor Rodrigues: A gente fazia mutirão pra roçar as ruas, porque a prefeitura naquela época não roçava. Já chegamos conseguir comprar remédio controlado pras pessoas. Quando morria uma pessoa, a associação corria atrás pra arrumar os documentos, a gente pedia a prefeitura, fazia um documento batia um carimbo da associação, qualquer um saía pra procurar ajuda, trazia dinheiro, trazia ajuda e controlava a situação, direitinho. Não tinha um meio de comunicação, o orelhão que tem até hoje, eu que fiz o projeto do orelhão com a associação.

O percurso que fez, narrando o início das reuniões em frente a sua casa em meio a poeira até as realizações concretas, ajudam a compor o vencimento de dificuldades e a força de vontade apesar de tudo. Os convites de lideranças eram mais um ponto ao otimismo de que

²⁸³ Padre José Antonio, atualmente prefeito, eleito para os pleitos de 2005-2008, 2009-2012, entretanto, está afastado por envolvimento em corrupção.

outros líderes poderiam ajudar na somatória de valores para realizarem o que pleiteavam. Num dos pontos da conversa com o senhor Claudionor, abordamos a situação da ambulância, os passos até consegui-la, a dificuldade que eles encontravam por não saberem elaborar um projeto para apresentar nos meios oficiais e outros entraves políticos, ficaram evidentes quando o entrevistado mencionou divergências entre grupos políticos da cidade que refletiam em todo o conjunto:

Claudionor Rodrigues: Quando a gente fundou a associação a gente não sabia nem trabalhar, demorou pra gente entrar no ritmo pra fazer algum projeto. Depois de uns três anos da associação funcionando, a gente foi aprendendo fazer um projeto. Conseguimos uma ambulância pro bairro que eu achava que ia ser a salvação pro bairro e foi só dor de cabeça, porque não tinha recurso financeiro pra movimentar com ela.

Esta parte da entrevista mostra o aprendizado em grupo como elaborar projetos, o que anteriormente não julgavam aptos. Paulatinamente, essas experiências resultaram em conquistas como a ambulância, telefone público e algumas instalações hídricas e elétricas. E são evidenciadas como conquistas que extrapolam a aquisição dos recursos materiais; em dialética com os problemas que conduzem para sua administração, como é o caso da ambulância, passam a significar também a conquista do aprendizado da participação política, a habilitação para apresentar projetos, a construção da habilidade para reivindicar o direito à cidade.

Retomo uma parte da entrevista exposta no primeiro capítulo, com a moradora Delzuita de Souza Santos, ex-associada à Associação e atualmente Tesoureira da Horta Comunitária do bairro Sagrada Família. A entrevista exposta anteriormente contou seu trajeto até conseguir a casa própria. Dessa vez torno pública a parte em que abordamos assuntos sobre a associação e horta comunitária. A leitura dessa entrevista revela o bairro e os grupos os quais a senhora Delza compunha como mais do que reivindicadores de recursos materiais, mostra um corpo de moradores se preocupando, acima de tudo, com a saúde, as dificuldades cotidianas da vida de quem buscava condições de se estabelecer no bairro e a luta dos membros da Associação.

Delzuita Souza dos Santos: Nossa horta comunitária, nós estamos tocando ela, é uma maravilha a nossa horta. Ajuda muita família, mesmo os que não trabalham lá têm acesso, ganham folhas, compram mais barato na nossa mão. Então essa horta é uma coisa muito boa. Através da Associação, arrumamos aquele terreno e até hoje nós temos ela. Começou vir cesta básica, aqui pra São Francisco, nessa época, através da nossa associação. Vinha colchão pras pessoas mais carentes. Cadeira de rodas, nós conseguimos bastante. Pessoas que adoeciam, aqui no hospital não tinha como tratar daquele caso, a pessoa não tinha condição de viajar pra fazer o

tratamento. A gente chegou inclusive a pagar passagem pra pessoa conseguir a viagem pra Brasília, outros pra São Paulo. Inclusive um senhor que morava ali, ele tinha que fazer uma cirurgia, aqui não tinha condições, a gente arranhou tudo. Ele foi pra São Paulo fazer cirurgia. Tinha um senhor que tinha um filho ali que tinha um problema de sopro no coração. Aqui eles conheciam mais ou menos. Naquela época era muito difícil, a gente conseguiu passagem pra ele ir pra Brasília, porque era o lugar mais fácil pra ele, como ele já tinha um parente lá. Era uma maravilha, depois que desandou tudo, assim, não sei por que não deu certo.

Valmiro: *Dona Delza, como a senhora vê o bairro hoje?*

Delzuita Souza dos Santos: Olha, sempre foi muito difícil, aqui sempre foi muito difícil. Hoje, mesmo com tanta dificuldade, tá tudo mais fácil, sem comparação. Nós nunca tivemos oportunidade de ter uma casa melhor. Mas pra falar a verdade, eu gosto daqui do bairro Sagrada Família. Até hoje não tem asfaltamento, nós moramos nessa casinha simplesinha, mas eu sou feliz aqui, eu gosto.²⁸⁴

Problematizo esse trecho da entrevistada começando pelo final. As ruas do bairro, a maioria continua sem asfalto. Mesmo a casa da senhora Delza sendo uma das primeiras construídas no bairro pelo BNH, no conjunto onde, segundo promessas políticas e planta inicial do bairro, teria pavimentação das ruas tão logo constituísse o local. Entretanto, desde 1980 com a construção das casas até os dias de hoje, asfalto nesse bairro é um sonho para os moradores e instrumento de vencer campanhas para os candidatos a cargo público. O fardo de morar num lugar assim é desconstruído quando a própria entrevistada assume gostar do bairro. Não ter condições ou possibilidades de obter uma moradia melhor ou reformá-la – uma realidade idêntica a de quase todos os moradores – não a faz desmerecer o bairro. O que poderia se estabelecer como um fardo, morar num lugar assim, desconstrói-se quando a própria entrevistada assume gostar do bairro, assume-o enquanto lugar de sua felicidade.

Nesse ponto retomo o início do trecho citado, quando dona Delza expõe as “maravilhas” da associação, da horta comunitária e da união dos moradores: as conquistas venceram e são mais marcantes do que todos os tempos difíceis. Lembrando das circunstâncias pelas quais estavam cercados, pontuou o fato de conseguirem cestas básicas para a cidade por iniciativa dos moradores, não como fruto de filantropia, mas como um direito social, direito à alimentação por parte dos que não possuíam condições, moradia e saneamento, todos compostos no artigo 5º da Constituição de 1988. E, assim, reporto no direito à vida que esses membros procuravam proteger ao barganhar cadeiras de rodas para deficientes, ao conseguirem, através de contribuição dos moradores, passagens de ônibus para os enfermos que não possuíam tratamento na região ou no estado. Sobre o encerramento das reuniões, sua narrativa é quase idêntica às dos outros dois membros integrantes de diretorias

²⁸⁴ Entrevista com Delzuita Souza dos Santos. São Francisco-MG, 31 jan. 2011.

da Associação de Moradores: não souberam as razões, souberam apenas que os sócios pararam de frequentá-la gradativamente.

3.3. Expectativas, conquistas e reconstituição

Que tempo foi esse de formação da associação no bairro Sagrada Família em outros bairros e, de tantos movimentos pelo Brasil? Essa pergunta demanda respostas plurais. Não obstante, procuro compor algumas lacunas deste trabalho.

Durante a década de 1970, em face do “milagre econômico” brasileiro, o crescimento mostrou-se ambíguo. De um lado o alarmante crescimento da economia, de outro, a concentração de renda nas mãos de poucos configurando a enorme desigualdade social. Nos estudos de Élio Gaspari, o autor apontou a discrepância do crescimento e desenvolvimento brasileiro: enquanto o país passava a ser uma das principais economias do mundo, a população assistia uma crescente desigualdade social.²⁸⁵

Celso Furtado conjectura esse período na década de 1970, como *mito de desenvolvimento econômico* no qual o país tentou se modernizar, sem, contudo, levar em consideração as disparidades e especificidades regionais o que alastrou ainda mais as desigualdades regionais. Essas discrepâncias chegariam à década de 1980, configurando um período de crise, com forte recessão, desemprego, elevação da dívida externa, insegurança, instabilidade e debates de transição política.²⁸⁶ Neste bojo político e de intempéries econômicas emergiram novos movimentos com grevistas operários, formações coletivas, forjadas ou não no seio da Igreja Católica, associações de bairro, clubes de mães, organização de favelas e muitos outros. Ficaram os legados da mobilização coletiva por direitos censurados, que a abertura política potencializou com o surgimento dos novos partidos políticos, originários da reforma política ocorrida sobre pressão da oposição à ditadura militar em 1979. Neste contexto, foi extinto o bipartidarismo criado em 1965 e instituído o pluripartidarismo.²⁸⁷

De acordo com Emir Sader, o Brasil adentrou dessa forma na década de 1980, procurando restabelecer a democracia e os direitos sociais, políticos, civis e tantos outros

²⁸⁵ GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

²⁸⁶ FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

²⁸⁷ MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)**. Op. cit. p. 171.

suspensos durante a ditadura militar, escancarando a situação pela qual passava a população quando ascende às discussões sobre o sentido e desejo de justiça social, onde o país era um dos campeões em desigualdade social.²⁸⁸

Neste sentido, os movimentos sociais ao lado dos partidos políticos se constituíram numa possibilidade na luta por direitos. Os movimentos sociais procuraram evidenciar um caráter político para os seus protagonistas, constituindo os sujeitos coletivos autônomos e soberanos.²⁸⁹ Deve se observar que as práticas de reuniões, as mobilizações coletivas, compõem um conjunto de habilidades adquiridas com a participação e vivência da cidadania, que mais cedo ou mais tarde engendrar-se-iam novas formas de luta. Nesse sentido, Maria da Glória Gohn, disserta sobre o assunto e aponta que os movimentos sociais apontam sob diversos ângulos “seja por melhores condições de vida e de trabalho, no urbano ou no rural, que demandam acesso e condições para terra, moradia, alimentação, saúde, transporte, lazer, emprego, salário etc.”.²⁹⁰ Nesse período, pelas lutas alcançaram a garantia desses direitos no âmbito da formulação de um novo texto constitucional e a promulgação da Constituição de 1988 possibilitou avanços por inserir em seu texto, direitos e garantias fundamentais, sobretudo, os direitos sociais como direito à moradia, saúde, educação e outros.

Formar associações comunitárias, clubes, comunidades e outros, no período que se iniciou nos anos 1970, tornaram-se um meio de luta, além de se configurar enquanto espaço de formação política para implicar direitos em quaisquer partes onde tais instituições surgissem. O estudo de Eder Sader, *Quando novos personagens entraram em cena* é salutar para compreender o contexto que se forjou a partir dessas diferentes atuações pelo país, diversas organizações fazendo emergir naquilo que o autor entendeu como *novos sujeitos sociais*. Embora o autor se reporte à região leste de São Paulo, Eder Sader corrobora que no mesmo período e posterior ao seu estudo, 1970 e 1980, especificamente, foram se formando diversas organizações em prol de busca de direitos sociais, políticos, habitacionais, humanitários e outros, e que os diferentes movimentos partilhavam de uma mesma definição daquilo que era necessário diante das particularidades de cada grupo. As reivindicações e reuniões compreendiam buscas por direitos desde alimentação e vestimenta, passando pela casa própria, aos meios de transporte e locais de lazer na cidade.²⁹¹

²⁸⁸ SADER, Emir. **O anjo torto**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 146.

²⁸⁹ PASQUINO, Gianfranco. Movimentos sociais. In: BOBBIO, N; MATTEUCI, N; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de política**. 2 ed. Brasília: UNB, 1986. p. 789.

²⁹⁰ GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 13.

²⁹¹ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Op. Cit. p. 34-35.

Cada grupo possui seu lugar no tempo e no espaço e, mais ainda, particularidades sob ângulos que pautam suas lutas. A Associação Comunitária do Bairro Sagrada Família não se constituiu isoladamente na cidade de São Francisco, tampouco permaneceu alheia a tantas outras. Antes dela, ao mesmo tempo e posteriormente, surgiram outras em bairros e comunidades rurais.²⁹² Suas relações no ambiente da cidade, como um todo, permitiram emergir novas demandas sociais, culturais e políticas no processo de organização deste grupo de moradores. Evidenciou-se uma rede de relações possível a reconstituir através do trabalho, de ações em conjunto como: horta comunitária, olaria para fabricação de telhas, tijolos e portos de extração de areia do rio São Francisco. Estes espaços foram organizados pela Associação como formação coletiva na luta por direitos.

Essas ações nos fazem refletir sobre os tempos desses moradores e, ao retornar às entrevistas, constatamos, falta de água, falta de vias acessíveis, falta de energia elétrica, dificuldades em conseguir trabalho. Visualizamos o destaque para problemas com a infraestrutura do bairro. Mas, ao mesmo tempo, percebemos como essas perturbações eram sanadas pelas divisões que faziam de materiais para outros que não possuíam, pela prática de compartilhamento de recursos. Funcionavam no conjunto de manter um chafariz coletivo e dividir a conta; arquitetavam suas atitudes em reunir eventos recreativos, embora com poucos lucros momentâneos, porém, às vezes, suficientes para seguirem adiante, como manter a ambulância, por meio de doações de prendas, arrecadação de dinheiro durante outros eventos para manutenção da associação comunitária... Esse era o tempo vivido por eles, constituído pelas suas condições de classe e constituinte mesmo desta condição, organizados a partir de um terreno comum, porquanto identificados como trabalhadores que pretendiam organizar o bairro onde moram enquanto parte da cidade de São Francisco.

Devemos entender o viés de mobilização e formação dos moradores em torno da associação como esfera política e social dentro de seus entenderes. Notabilizo que, de acordo com as circunstâncias de cada grupo, a seu tempo e a seu modo, as constituições dessas pessoas nos remetem às suas condições históricas. Pode ser um reconhecimento das necessidades análogas às de todos que conviviam no mesmo local e em condições aproximadas. Necessidades como um local para cultivar a horta poderia significar complemento, ou muitas vezes, a única renda; a olaria onde fabricam tijolos para vendagem

²⁹² Existem somente em São Francisco em torno de 159 Associações e grupos comunitários registrados. Dentre estes existem outras duas associações no bairro Sagrada Família: Associação Comunitária dos Hortigranjeiros da Sagrada Família e Associação Comunitária Resgatando e Preservando a Cultura de São Francisco.

em suas carroças e extração de areia representavam condições para sobrevivência e ainda significavam motivo de luta a ser desenvolvido coletivamente.

Novamente tomo os estudos de Edward Thompson, quando ponderou sobre a situação da classe operária inglesa, sua cultura, moradia, vida, infância e urbanidade. As preocupações do autor nos chamam a atenção para entender porque não devemos medir e pautar o padrão de vida e a qualidade de vida dos trabalhadores pela quantidade de salário, mas sim pela qualidade de vida e as ações tomadas em diferentes situações, mostrando como os trabalhadores podem pautar o que seja necessidade e o que seja conforto para suas vidas e sua capacidade para reivindicar isso enquanto direito.²⁹³

Os estudos do autor possibilitam compreender como as mudanças que ocorrem em determinado contexto, ante a falta de direitos, salubridade, urbanização e outras permitem a diversas personagens somar fatores para se posicionarem contrários àquelas adversidades. Retorno ao prefácio da obra *A formação da classe operária inglesa*, onde o autor pondera que os trabalhadores que analisou “viveram seus tempos de aguda perturbação social, cujas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência”,²⁹⁴ que, se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. E ao mesmo tempo adverte que, se “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”²⁹⁵, não devemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos, os trabalhadores, operam durante um considerável período histórico.

Os estudos de Thompson servem para aclarar nossos objetivos quando nos propomos estudar um lugar cujas ações humanas transformaram seus ambientes para mais do que estruturas estáticas. Buscar o viver a cidade e o bairro também em consideração as adversidades de diferentes trajetórias e semelhantes processos de vida que se reuniram desde o início do processo de constituição desse grupo enquanto morador da cidade. Todavia, o bojo

²⁹³ No texto *Padrões e Experiências*, Thompson evidencia o cotidiano dos trabalhadores em diferentes ofícios, mesmo em suas horas de lazer, nos faz visualizar as diferentes formas como as pessoas costumam resolver seus problemas em face de diferentes situações. THOMPSON, Edward Palmer. Padrões e experiências. In: _____. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. vol. 2, p. 181.

²⁹⁴ THOMPSON, Edward Palmer. Consciência de classe. In: _____. **A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. vol. 3.

²⁹⁵ Após analisar os modos de formação da classe operária em seus processos de privação e de trabalho, passando por diferentes momentos da vida dos trabalhadores, ao longo dos três volumes desta obra, faz todo sentido retornar ao prefácio e perfazer seu pensamento e suas palavras. THOMPSON, Edward Palmer. Prefácio. In: _____. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. vol. 1, p. 11-12.

político tornou-se o principal motivo de discussões entre os diferentes integrantes da Associação Comunitária do Bairro Sagrada Família – dirigentes e associados.

A Associação, sendo formada pelos moradores, significou um importante instrumento eleitoral dentro do bairro. Esse espaço não foi homogêneo, devemos entender que os interesses dos moradores foram os orientadores e difusores preponderantes e propugnadores desta formação coletiva, levando em consideração suas situações econômicas, sociais e culturais, acima de tudo, marcadas pelas formas de trabalho em vínculo indissolúvel com sua situação de moradia. Eles precisavam manter e tentar conservar suas práticas de trabalho como forma de sobrevivência e, principalmente, afirmação enquanto moradores da cidade. As atitudes em formar postos inerentemente cabíveis a suas funções foram medidas conscientes de suas situações. O sentimento de ausência de aportes, ou melhor, de direitos os levou a formar ações coletivas como mutirões para limpar as ruas, erguer postes de iluminação, pedir transporte emergencial. Todas as situações experienciadas pelos moradores, nesse escopo, não distinguem se eram ou não pertencentes à associação, mas sim ao terreno comum que encontraram, formaram e por onde continuaram a manter suas culturas.

Tomo as proposições de Déa Ribeiro Fenelon, para levarmos em consideração as questões do presente quando trilhamos pelos caminhos de nossas pesquisas. Entendo essas arguições para entender de que maneira podemos construir um olhar político sobre nossos objetos de investigação.²⁹⁶ Acredito que falar dos moradores do bairro e da Associação, pode ter significado essa prática em que busquei elencar os caminhos desses moradores, enquanto sujeitos de suas próprias histórias, vivendo suas experiências de diferentes formas e se constituindo como sujeitos sociais. Como assevera Eric Hobsbawm: “não há povo sem história ou que possa ser compreendido sem ela. O importante é que a história consiste da interação de entidades sociais diversamente estruturadas, que mutuamente se remodelam”.²⁹⁷

Esta discussão dos moradores do bairro Sagrada Família em torno da Associação não significa que tenham esgotado suas ações na história do bairro, tampouco em suas vidas. As últimas reuniões, registradas em ata, datadas de 2003, não decretam o fim de ações políticas dos associados. Estudar a Associação foi apenas um grupo dos muitos que existem no bairro que ainda significam referência aos moradores no contexto da cidade. Retomo novamente uma discussão apresentada num prólogo de Déa Fenelon, Heloisa Cruz e Maria do

²⁹⁶ FENELON, Déa Ribeiro. Apresentação. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006. p. 7.

²⁹⁷ HOBBSAWM, Eric. Todo povo tem história. In: _____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 186.

Rosário Peixoto quando as autoras apontam que “produzir narrativas históricas significa assumir uma pretensão de intervenção, buscando em outros ambientes e com outros pactos sociais, construir outras referências para produção, validação e socialização da escrita da história”.²⁹⁸

Não podemos culpar as atitudes de tais dirigentes tratados aqui em atas ou as divergências partidárias. Devemos entender cada ação humana como necessidade humana em cada tempo que elas aconteceram.²⁹⁹

Então, perfazendo esse emaranhado de experiências humanas, o passado surge sempre como uma dimensão permanente da consciência humana, como apontou Hobsbawm: “em história, lidamos com sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente”. O que devemos fazer, enquanto historiadores é descobrir, com base em nossas pesquisas, os padrões e mecanismos da mudança histórica e as “transformações das sociedades humanas no decorrer do tempo. O que a história pode nos dizer sobre as sociedades contemporâneas baseia-se em uma combinação entre experiência histórica e perspectiva histórica”.³⁰⁰

Ao mesmo tempo, tomo as explicações de Edward Palmer Thompson acerca da cultura dos trabalhadores após surgimento de novos fatores na vida deles, como o capitalismo disciplinado e o tempo nas fábricas, de que “nenhuma cultura reaparece da mesma forma”, que as pessoas devem se basear nas necessidades humanas antes de cruzarem elementos do velho e do novo: “se as pessoas vão ter de satisfazer ao mesmo tempo as exigências de uma indústria automatizada altamente sincronizada e de áreas muito ampliadas de ‘tempo livre’ devem combinar uma nova síntese elementos do velho e do novo”.³⁰¹

Thompson aborda a nova realidade daqueles trabalhadores após se depararem com o relógio instituído na fábrica como novo elemento definidor da vida deles. Embora fosse, até

²⁹⁸ FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Introdução. In: FENELON et alii. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D’água, 2005.

²⁹⁹ Esse é o papel do historiador, por mais que nos posicionemos no presente e ainda que muitas de nossas proposições sejam arquitetadas com os olhos do presente, “a história é a ciência dos homens no tempo” como salientou Marc Bloch. BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 55.

³⁰⁰ Procurando discutir o que a história nos aponta sobre a sociedade contemporânea, o autor nos diz que “a mera experiência histórica sem muita teoria sempre pode nos dizer muita coisa sobre a sociedade contemporânea”. HOBBSAWM, Eric. O sentido do passado. In: _____. **Sobre história**. Op. cit. p. 22- 62.

³⁰¹ THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum**. Op. cit.. p. 303. Ver, também a Introdução, quando o autor realiza uma discussão sobre a cultura plebeia em relação à noção de “tradicional”. É uma realidade que tão bem Thompson suscitou em seus estudos sobre os séculos XVIII e XIX, mas que ainda perfaz o ambiente familiar de muitos trabalhadores em nossa realidade, seja em qualquer parte. Uma realidade histórica na qual em tantos lugares uma determinada situação impõe às vezes abrupta, mudanças diante das circunstâncias. THOMPSON, Edward Palmer. Introdução: costume e cultura. In: _____. **Costumes em comum**. Op. cit. p. 20-22.

então novidade em suas vidas, pois acostumados a pautarem-se por movimentos solares, estações de ano, colheita e plantio, o relógio marcou uma tentativa de impor-lhes novos costumes, novas demandas a serviço do capital como produtividade intensiva; por outro lado, além de não seguirem arduamente os novos preceitos, mantinham-se a realizar outras atividades tais quais estavam acostumados a seguir de acordo com as suas necessidades humanas. O autor possibilita lançar luzes a respeito das forças que uma classe incorpora para contrapor-se a outras forças impostas a elas.

Ao estudar a classe operária inglesa, o autor apontou que a partir da experiência própria os trabalhadores formaram quadros fundamentalmente políticos da organização da sociedade. Aprenderam a ver suas vidas como parte de uma história geral.³⁰² É uma situação entendida pelo autor como as classes trabalhadoras tomam suas experiências com posicionamento político, tornando essas experiências um processo histórico.

Essas análises tratam de problematizar o conjunto de valores surgido por iniciativa de trabalhadores comuns. Esses sujeitos, os quais problematizei, os moradores do Bairro Sagrada Família, constituíram-se como formadores de ações nesta cidade, com organizações que se configuraram como um atributo a mais em suas jornadas, ao mesmo tempo em que não podem ser vistos como pessoas que chegaram até ali desvalidos de cultura. Em suas novas experiências de moradia e de luta a conquista dela, integravam as experiências anteriores de trabalho e de condições de vida às novas experiências de trabalho e por novas lutas. Podemos entendê-las como somatórias nas relações conjuntas no campo de direitos sociais, políticos, direitos de saneamento, pavimentação, eletrificação e outros necessários aos moradores.

Elenquei a Associação como corpo somador na vida dos moradores em face de necessidades de busca por direitos. Muitas seriam as razões possíveis para o estabelecimento de um fim para as reuniões da associação, já que seus registros não elencaram tais motivos. Não foi possível distinguir o porquê da ausência de reuniões da associação de meados de 2003 até os dias de hoje. Nas atas não foi possível constatar os motivos de seu abandono.

Nas entrevistas com os ex-diretores, Claudionor Rodrigues Pinto, Manoel Messias Rocha e a associada, Delzuita Souza dos Santos, inferi que, os sócios deixaram de frequentá-la paulatinamente, sem expor motivos. Na parte final da entrevista com Manoel Messias, ele relatou que a associação ainda se constitui referência a outras instituições:

³⁰² THOMPSON, Edward Palmer. Consciência de classe. In: _____. **A formação da classe operária inglesa**. Op. cit.

Valmiro: *Agora Messias, você sabe o ano exato que a associação acabou?*

Manoel Messias: Oh, que ela parou mesmo foi em 2006. Nós paramos de reunir foi em 2006.

Valmiro: *Você sabe mais ou menos por quê? Ou o pessoal só deixou de frequentar?*

Manoel Messias: É o pessoal deixou de frequentar, entendeu? Eu passei pra Toninho [Antonio Aparecido Barbosa, último presidente]. Inclusive na política aquele deputado federal... Marcio Reinaldo prometeu que ia reativar a associação, ia pagar tudo.

Valmiro: *E o terreno lá onde vocês construíram é da prefeitura?*

Manoel Messias: É da associação, tem documento, escritura, tem tudo, dois lotes são vinte por trinta, seiscentos metros quadrados. Onde tem aquela área toda é da associação [ao lado da igreja católica do bairro]. Eu fiz aquele cômodo, lá eu que construí, eu fiz aquela parte lá. Aquela área lá que são quatro metros, quatro por seis, fiz aquela área e deixei aquela outra parte, porque meu sonho era fazer um galpão pra reunião. Se o menino assumir a presidência lá igual ele tá querendo reativar a associação eu passo tudo pra ele. O menino que mexe com a capoeira que quer reativar. Ele tá querendo assumir, porque surgiram uns projetos pra ele e pra conseguir tem que ter a associação, tem que ter coisa registrada e a associação é registrada, tem CNPJ.

Valmiro: *O que você tem a dizer sobre a associação hoje?*

Manoel Messias: Eu queria que não acabasse que as pessoas não deixassem acabar. Eu mesmo tô pronto pra ajudar, mas não pra ser um presidente, isso eu não queria mais, porque eu acho que um presidente trabalha mais do que um vereador e ele não tem lucro.³⁰³

Existem realizações concretas com base nos trabalhos da associação pelo bairro. Numa andança é visível o número enorme de moradores que saem pelas ruas com seus baldes e regadores de manhã e a tarde indo regar suas hortas na Horta Comunitária do bairro. Muitas famílias vivem dessa pequena produção, plantando, regando, colhendo e vendendo suas hortaliças pelas ruas e feiras. Ao lado do posto de saúde o pequeno cômodo que serve de uma extensão dos Correios ainda continua com seus trabalhos, como receber contas de água, energia elétrica e outros serviços. Do lado da extensão dos correios um terreno vazio pertencente à associação, há muito por falta de recursos continua alimentando os sonhos de seus ex-dirigentes em vê-lo construído.

³⁰³ Entrevista com Manoel Messias Rocha. São Francisco, MG, 20 jan. 2011.



Fotografia 30:
Terreno da Associação Comunitária do bairro Sagrada Família
São Francisco, 2011.
Fotografia e acervo pessoal do autor.³⁰⁴

As últimas palavras do ex-presidente, Manoel Messias, ditas na entrevista mostraram a expectativa de retorno, mesmo que outras pessoas a dirijam. Seu desejo de que o pessoal volte a reunir e seu aparato para ajudar no que for possível ratifica os anseios daqueles tempos em que formaram um grupo coeso em prol de expectativas coletivas.

Consegui toda a documentação da Associação através do atual presidente, Antônio Aparecido Barbosa, após indicação do vice, Manoel Messias Rocha. Os ex-dirigentes dela continuam exercendo suas funções pelo bairro, com exceção de Antônio Rodrigues dos Santos, *Tone de Horácio*, já falecido, que a presidiu de 1993 a 1995, vice durante três gestões ao lado de Claudionor Rodrigues. Antônio Aparecido Barbosa, até recentemente exercia a função de Carteiro pelos Correios, atualmente é trabalhador sazonal, temporário. Manoel Messias continua plantando vazante, pescando, tecendo redes em sua casa no bairro. Claudionor Rodrigues, apesar de começar no bairro como comerciante, seu comércio não durou muito tempo. Atualmente é Comissário de Menores do Conselho Tutelar de Menores de São Francisco, cargo eletivo o qual exerce pelo segundo mandato. Não consegui entrevistar Antônio Barbosa devido sua itinerância depois que saiu dos Correios.

³⁰⁴ Ao lado do terreno o pequeno prédio amarelo e branco pertencente à associação, sendo utilizado como extensão dos Correios no bairro. O terreno se situa na Rua Padre Francisco Roggenburk, ao lado esquerdo o posto de saúde e ao fundo a igreja católica do bairro.

Nas páginas das atas, os membros não eram homogêneos, nem pensavam de forma igual, convergiam e se direcionavam por ações e pensamentos plurais. Seus componentes deixaram de se reunir. Mas, isso não representa fraqueza, derrota ou desistência. As próprias mudanças circunstanciais em relação a trabalhos, atuação política e outros fatores corroboraram para que os sócios deixassem de frequentá-la.

Não devemos, nem poderíamos querer entender a associação, aqui tratada, como instituição perene, capaz de organizar e resolver todos os problemas. Devemos entendê-la dentro de seu contexto e seu tempo histórico permeada de circunstâncias e possibilidades, tanto da própria instituição quanto das necessidades e objetivos dos moradores. O que permite entender a força da Associação com um sentido de viveza e imprescindibilidade nos termos de uma conjuntura, como organização em seu tempo e no seu espaço. Os problemas daqueles moradores em 1989 – início da associação – não eram os mesmos de 2003 – datas finais nas atas – nem mesmo os dos tempos de agora.

Em 1989, o que posso inferir é um grupo de novos moradores na cidade, numa região que pretendia se constituir enquanto bairro para além do perímetro de que definia como perímetro urbano, buscando coesão social, e mobilização em torno do que entendiam como direitos essenciais às suas vidas como água, energia, acessibilidade, ruas transitáveis, postos de saúde, ambulância, espaços de trabalho. Todos como somadores, necessários aos habitantes, formando o bairro a partir de diversas circunstâncias. Pelas atas, no ano de 2003, onde há as últimas datas das reuniões, as principais demandas estavam sanadas como água e energia elétrica, com exceção de pavimentação e saneamento total das ruas. É dentro do presente de cada grupo que se constituem elementos cabíveis e capazes de resolver tais pendências. Possivelmente, os problemas daquele tempo, no entender deles, já estivessem sanados. Como disse Claudionor Rodrigues: “Essa associação pra mim, eu sofri muito, mas foi uma escola muito boa pra mim, eu aprendi muito com a associação”.³⁰⁵

Durante a entrevista na casa do senhor Claudionor, ali mesmo em sua sala, há um conjunto que se forma como evidência de outra iniciativa que os congratulou em diversas oportunidades e como instrumento de afirmação desses moradores do bairro: inúmeros troféus conquistados pelo time de futebol, Internacional Futebol Clube, fundado pelo senhor Claudionor antes mesmo da Associação em meados de 1986:

Valmiro: *Agora que estou reparando esses troféus são todos novos?*
Claudionor Rodrigues: tudo novo foi ganho de pouco tempo pra cá

³⁰⁵ Entrevista com Claudionor Rodrigues Pinto. São Francisco-MG, 22 jan. 2011.

Valmiro: São todos *daqui de São Francisco*?

Claudionor Rodrigues: Foi. Só aquele azul lá que foi ganho em Brasília de Minas, os outros foram todos aqui. Campeão, vice-campeão, torneio início. Hoje não existe mais Torneio Início em São Francisco, mas naquele tempo existia. Era assim: vamos supor, reunia todos os clubes, vai jogar quinze times, então fazia o torneio com quinze times. Os dois melhores dos quinze disputavam a final. O ganhador era campeão. E o time nosso era o campeão disso. Torneio Início, por causa disso o time nosso tinha até apelido: era *time dos quinze minutos*, por que o Torneio era de quinze minutos cada tempo. E o time nosso ganhava, hoje tem esse tanto de troféu.



Fotografia 31:
Troféus conquistados pelo Internacional Futebol Clube do bairro Sagrada Família.
São Francisco, 2011.
Fotografia e acervo pessoal do autor.



Fotografia 32:
Primeira formação do Internacional Futebol Clube.
Estádio Municipal Brasileiro Braz.
São Francisco, 1986 ou 1987.
Acervo da direção do clube, Claudionor Rodrigues e Claudio Abelard Soares Pinto.³⁰⁶

Esta fotografia é de 1986 ou 1987, segundo os ex-jogadores, Geraldo, Gê Mingau e Valfrido que me ajudaram a identificar os jogadores, pois muitos mudaram-se da cidade. A referida fotografia foi retirada durante um campeonato: *Torneio Início*. Dos dezesseis jogadores da foto apenas três não eram moradores do bairro Sagrada Família, Israel, Karl e Luis, moradores do bairro Bandeirante.

O Internacional surgiu entre os moradores para disputarem pequenos torneios de trinta minutos, quinze cada tempo, o que lhe rendeu a alcunha de “time de quinze minutos”. No início, a formação do time era apenas um espaço de recreação entre os moradores, como uma das poucas opções de lazer. Tão logo formaram o time, passaram a disputar torneios pela cidade, levando o nome do bairro a outros locais. Fundado em junho de 1986, pela entrevista nota-se que o Internacional Futebol Clube, surgiu como uma forma de lazer e, no contexto de formação, passou a inserir-se como espaço agregador e gerador de novas perspectivas, como mais um espaço de afirmação, convivência e participação:

Claudionor Rodrigues: Eu agora eu fico imaginando assim: como o homem tem uma garra, uma força e de repente vai acabando. Nessa época, eu fundei a

³⁰⁶ De pé da esquerda para a direita: Técnico Januário (Jinú), Luis (Coruja) já falecido, Gelson, Israel, Geraldo (Gê Mingal), José Eunides (Nide), José Duelo, Claudemir (Cal) e Messias (goleiro reserva). Assentados da esquerda para a direita: Manoel Messias (Tarol), João Raimundo, Daniel, Joaquim (Kinka), Manoel Mamão, Henrique (Neto Carroceiro) e Valfrido.

Associação, fundei o Internacional... Fui presidente vários anos, antes eu era o presidente. O time só perdia na minha época. Depois com a amizade dos meninos [filhos] o time foi melhorando, e eles depois formaram a diretoria. Eu fico pensando como eu tive garra pra formar a Associação, para ser presidente dela, pra ser presidente do Internacional, e tudo isso. Hoje, parece que tá tudo acabando, a gente também parece que tinha mais apoio, não sei.³⁰⁷

Se, de início, o time era um “saco de pancadas” da cidade, por perder a maioria de seus jogos, como disse senhor Claudionor, entretanto, após os primeiros anos da década de 2000, quando seus filhos passaram a assumir o comando e angariar jogadores de outras regiões para fortificar a equipe passou a ser um importante clube da cidade de São Francisco, representando o município em diversos campeonatos por cidades vizinhas. Geralmente, nos dias de jogos oficiais no estádio municipal, caminhões eram disponibilizados por empresários locais para transportar os torcedores do bairro que sempre acompanhavam o time.

O bairro Sagrada Família passou a ser o principal polo dos torneios de futebol em São Francisco e um dos principais expoentes de atletas assediados por clubes de outros bairros. Quando o bairro possuía dois dos principais campos de várzea da cidade, eu mesmo pude perceber o acúmulo de pessoas que se formava em volta dos campos para, além de prestigiar, complementar a renda. Muitos aproveitavam os jogos para venderem “chup chup”, pipoca, frutas, espetinhos, bebidas, balas, doces, salgados, quitutes, quitandas e outros. Significou também um novo meio para que moradores de outros bairros passassem a ver os moradores do Sagrada Família de outra forma. O Internacional Futebol Clube tornou-se um espaço agregador de novas relações sociais e fez com que grande parte dos moradores se “esperançasse” em torno dele. Eles assumiram, “vestindo a camisa do time”, um novo sentimento de orgulho, de pertença ao bairro; apesar de dificuldades, o time foi por muitos anos considerado um dos melhores da cidade.

O primeiro campeonato municipal que o time conquistou foi no ano 2000. Após esse período tornou-se campeão em diversas ocasiões: campeão novamente em 2001, vice-campeão em 2002 e 2004 e tricampeão nos anos de 2006, 2007 e 2008. Em outras ocasiões disputou torneios em cidades vizinhas sagrando-se campeão na cidade de Brasília de Minas em 2007. Ao todo na casa do presidente e fundador do time, existem cerca de quinze troféus representando as conquistas do clube. Esse número já foi superior, porque alguns, devido ao tempo, se estragaram ou quebraram peças, com isso foram sendo destruídos aos poucos. Importante frisar que os títulos referem-se à categoria principal do time, denominada “amador”. Entretanto, desde o início o time já possuía outras categorias: infantil, até quinze

³⁰⁷ Entrevista com Claudionor Rodrigues Pinto. São Francisco-MG, 22 jan. 2011.

anos; juniores, de quinze a vinte anos, e o máster ou veteranos com atletas em idade superior a trinta e cinco anos. Todas as demais categorias também já foram campeãs em campeonatos municipais. Eu mesmo pude compartilhar da socialização que o time proporcionou, pois joguei futebol por ele durante dois anos de minha juventude, nos anos de 2003 e 2004. Neste ano fomos campeões municipais na categoria “aspirante”.

Em qualquer das categorias representantes do bairro, grande parte dos moradores passou a acompanhar o time nas competições oficiais no estádio municipal da cidade. Os moradores passaram de uma simples aglomeração ao redor do campo de várzea para ida ao estádio municipal torcer em competições oficiais municipais e regionais, por seus iguais, trabalhadores, que, no dia seguinte, estariam trabalhando no mesmo lugar e mesma função, mas, enquanto jogadores estavam defendendo o time de seu bairro.



Fotografia 33:
Torcida do Internacional na arquibancada do Estádio Municipal Brasileiro Braz.
São Francisco, meados de 2006.
Acervo da diretoria do clube.

No ano de 2006 o “Inter” sagrou-se campeão municipal na categoria Amador: “Com presença marcante da torcida do bairro Sagrada Família, o Internacional sagrou-se campeão do Campeonato Municipal de futebol de 2006 nos pênaltis”.³⁰⁸

³⁰⁸ Inter sagra-se campeão. **O Barranqueiro**, São Francisco, ano 5, n. 170, sábado, 9 dez. 2006. p. 5.



Imagem 4:
Foto do Jornal O Barranqueiro retratando a conquista do campeonato municipal de São Francisco pelo Internacional Futebol Clube
Jornal **O Barranqueiro**, São Francisco, 9 dez. 2006.

A fotografia estampada no jornal mostra o time do Internacional na partida final. Um destaque do noticiário é a presença da torcida do bairro Sagrada Família que sempre se fazia presente nos jogos.

A equipe Master (veteranos) cujos integrantes devem ter mais de trinta e cinco anos de idade é denominada como Sagrada Família Futebol Clube desde 2002. Sob a presidência do ex-membro e muitas vezes vice-presidente da associação, José Pereira dos Santos, a equipe de jogadores veteranos do bairro também é um dos principais times da cidade. A categoria já ganhou diversos campeonatos desde 1996 como o *Torneio da Paz*. Entre campeão e vice-campeão o time soma mais de treze títulos no município. 2000: campeão da Copa São Francisco; 2003, 2004, 2007 e 2009 vice-campeão sãofranciscano; 2005 vice-campeão Varzeano. 2005, campeão sãofranciscano, campeão Torneio de Verão, e

Society; 2006 campeão da Copa Banco do Brasil e campeão sãofranciscano; dentre outros torneios não oficiais disputados em campos de várzea que não foram datados e registrados.

Retorno aos estudos de Carlos Rodrigues Brandão, quando contribui para entendermos que times de futebol podem se transformar em esferas coletivas e institucionais de convivência e experiência em grupo. O time, dentro de uma localidade pode gerenciar iniciativas que “tornam possível a transformação do puro prazer da convivência em um dever de participação e trabalho organizados, mesmo quando seu objetivo ainda seja a diversão”.³⁰⁹ Relacionam-se, dessa maneira, as experiências de luta por conquistar a moradia, a infraestrutura que garanta a organização da vida cotidiana em um bairro, assim como espaço e práticas de lazer, e, ainda, espaço e organização de saúde e de educação.

Na busca pelo direito à cidade, portanto, juntamente com afirmação de pertencimento por meio da organização do time de futebol se encontra também a luta pelo direito à educação. Nas páginas das atas da associação, algumas frases, que apareceram nos trechos transcritos ao longo das discussões anteriores, passaram despercebidas: a reivindicação da escola, o impedimento da mudança de nome e o incômodo de alguns moradores com greve de professores por prejudicar seus filhos. Com base na reflexão sobre a ampliação do campo de participação política e sobre a renovação das expectativas dos moradores do bairro e da reconstituição de suas conquistas, percebo que, ao deixar essas questões sobre educação quase passarem despercebidas, se incorre no risco de um determinismo por tratarem-se aqui de pessoas com pouca instrução formal, trabalhadores rurais, sem tempo e sem condições para o estudo. Justamente por esses e tantos outros motivos, tal qual a saúde, a educação, a construção de uma escola escancarou muito a busca por esse direito.

O bairro foi se formando em 1979. O primeiro prédio escolar público foi construído somente em 1997. Passaram-se dezoito anos até o governo conseguir esta realização aos moradores do bairro! No entanto, durante a pesquisa, observei que, nas atas que registraram as reuniões das diretorias da Associação de Moradores e as Assembleias Gerais, consta a existência de escola. Como os moradores já falavam de escola no bairro em 1989 se o prédio é de 1997? Esta data da construção do prédio público pelo governo do Estado de Minas Gerais. De 1982 até o final de 1996, a escola do bairro, somente com ensino primário, funcionava em casas improvisadas e casas erguidas pela paróquia exclusivamente para esse fim. Uma delas é uma das casas da COHAB construídas para os desabrigados das enchentes.

³⁰⁹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A partilha do tempo**: a experiência da vida e os símbolos do catolicismo popular no cotidiano de camponeses tradicionais em São Luis do Paraitinga-SP. Op. cit. p. 130.

Hoje a casa pertence ao casal José Pereira dos Santos e Raimunda Soares dos Reis, a quem entrevistei para reconstituir esta história, pois não há escritos dessa fase da escola no bairro.

Oriundo da Vila do Morro, distrito de São Francisco, o casal passou a morar nesta casa em 1988, comprada de seu primeiro morador, que havia conseguido em meio aos critérios da COHAB no período. Houve-se um acordo entre o casal e a prefeitura e eles passaram a morar provisoriamente em outra residência do mesmo porte, construída no bairro Bandeirante, também para os desabrigados pelas enchentes, para que a prefeitura utilizasse sua residência do bairro Sagrada Família como escola.



Fotografia 34:

Residência onde funcionou a primeira escola do bairro Sagrada Família.

Funcionavam três salas de aula, a biblioteca e a secretaria.

Atualmente, ela pertence o casal Raimunda Soares dos Reis e José Pereira dos Santos.

São Francisco, 2011, fotografia e acervo do autor.

Outras salas de aula funcionavam em outra residência do bairro – a qual não existe mais e que ficava a cerca de quinhentos metros dessa residência mostrada acima. De acordo com dona Raimunda a merenda escolar era preparada debaixo das árvores próximas à sua casa em fogões a lenha.

Na entrevista com a senhora Raimunda aparece outros detalhes a serem analisados:

Raimunda: Essa casa aqui mesmo funcionava como escola. Trabalhavam cinco professoras que davam aula aqui. Nós deixamos dois anos e meio com a escola tava batido no contrato, aí depois que acabou o contrato, nós tava lá no Bandeirante, nós esperou o contrato vencer.

Valmiro: *Então aqui foi a primeira escola do bairro?*

Raimunda: Foi. Professora aqui era Iraci, era Simone, Veroniquinha... A serviçal era aquela menina é... Ela fazia a merenda ali debaixo do pé de Amêndoa. Fazia a merenda lá, eles traziam a merenda aqui e dava pros meninos. Eu fui do colegiado doze anos, eu sei até quantos alunos tinha: 364.

Valmiro: *364. Todos aqui do bairro?*

Raimunda: Tudo morava aqui no bairro. Eu fui do colegiado doze anos. Ao todo eram sete salas e tinha 364 alunos.

Valmiro: *Caramba! Não sabia.*

Raimunda: É a escola saiu daqui e o padre ajudou a construir outra porque os alunos foram rendendo e, quando foi pra aquelas casinhas do padre já tinha 847 alunos.

Valmiro: *Isso foi até quando dona Raimunda, a senhora se lembra?*

Raimunda: Aqui ficaram quatro anos. Depois que saiu daqui, acho que no padre ainda ficou muito tempo.

Valmiro: *Interessante, isso eu não sabia.*

Raimunda: Primeiro eram duzentos e vinte, quando abriu a escola. Depois foi só aumentando. Aqui abriu tipo um presinho, tinha só o primeiro e o segundo, depois foi o terceiro, depois foi o quarto depois foi o quinto, foi aumentando. Aquelas casinhas do padre ali eu fiz a quarta série lá. A professora era dona Narcísea, dona Valetes...³¹⁰

A senhora Raimunda narrou sua trajetória e a experiência quando se mudou para o bairro com a família. Sua casa ainda estava sendo utilizada como escola. Mesmo o casal tendo comprado a casa nas mãos do beneficiário da COHAB aceitou um acordo com a prefeitura para que a escola funcionasse na casa deles. Em troca, ficaram temporariamente noutra casa em outro bairro disponibilizada pela prefeitura. Quando realizei a entrevista com dona Raimunda, senhor José Pereira, marido dela não estava em casa, ela relatou durante vários minutos de conversa sua trajetória e detalhes, até então inimagináveis a respeito da educação no bairro. Ela mesma compôs o colegiado escolar e dizia lembrar-se com perfeição dos dados escolares. Foi uma relação de reconhecimento da situação difícil que assolava o bairro.

O casal sempre exerceu trabalhos conjuntos pelo bairro compondo ou iniciando ações de diversas formas. Senhor José Pereira dos Santos ajudou a fundar a Associação Comunitária do bairro, integrou sua diretoria por vários mandatos ao lado do Claudionor Rodrigues, compôs a diretoria do Internacional Futebol Clube em diversas categorias e atualmente é presidente do *Sagrada Família Futebol Clube*, equipe master.

Em 1981, por iniciativa da paróquia construiu-se salas próprias exclusivas para funcionar a escola do bairro:

³¹⁰ Entrevista com Raimunda Soares dos Reis. São Francisco, 6 jan. 2011.

Lei 831/81. Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Mitral Diocesana de Januária uma faixa de terreno medindo cinco mil metros quadrados situada no bairro Sagrada Família, nesta cidade, para que nela seja construída uma capela escolar.³¹¹

A prefeitura doou o terreno e a paróquia iniciou a construção de dez salas para servirem de ambiente escolar que passou a se chamar Escola Estadual Sagrada Família, (entretanto funcionando em salas construídas pela igreja local) e funcionou até o final da década de 1990. A desapropriação da escola da casa do senhor José Pereira aconteceu gradativamente até ser exercido o ensino somente nas salas ao lado da igreja.



Fotografia 35:
Conjunto de casas construído pela paróquia São José.
Oficialmente a primeira escola do bairro em locais próprios.
São dez salas, atualmente utilizadas por ligados à igreja.
São Francisco, 2011, fotografia e acervo pessoal do autor.

Somente em 1996, foram tomadas providências para sanar essa deficiência de espaços adequados para salas de aula. Numa visita do governador do Estado de Minas Gerais, Eduardo Azeredo a São Francisco, “constatou-se” a falta de infra-estrutura e o funcionamento

³¹¹ SÃO FRANCISCO-MG. Lei Municipal n. 831/81. Autoriza doação de terreno à Mitral Diocesana. 1981. São Francisco, 1981.

de várias escolas estaduais em casas improvisadas. Em julho de 1996, o jornal *SF, O Jornal de São Francisco* noticiou a toma da de providências “imediatas” para a construção de um prédio escolar no bairro Sagrada Família:

Durante a última visita que fez ao Norte de Minas, o governador Eduardo Azeredo esteve em São Francisco, onde foi recebido pelo prefeito Severino Gonçalves da Silva, pego de surpresa, em seu gabinete de trabalho na prefeitura. O governador Eduardo Azeredo despachou ali mesmo, da própria mesa do prefeito, tomando providências ao processo de concretização de prédio escolar. Uma escola será construída na sede do município no bairro Sagrada Família e terá 16 salas de aula.³¹²

Antes de visitar o prefeito, como de praxe, o governador realizou uma volta pela cidade, inclusive o bairro Sagrada Família, como relatam os moradores, e conheceu a escola do bairro nas “casinhas” da paróquia. A construção da Escola Estadual Sagrada Família apenas retificou uma omissão do estado na vida desses moradores.



Fotografia 36:
Atual Escola Estadual do bairro Sagrada Família, inaugurada em 1997.
São Francisco, 2008.
Fotografia e acervo de Alexandre Rodrigues Barbosa.

³¹² *SF, O jornal de São Francisco*, São Francisco, ano 34, n. 390, 31 jul. 1996. p. 1.

Atualmente a escola atende crianças da primeira série do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio. No início, porém, atendia apenas o fundamental, passou a exercer o ensino médio gradualmente.

O viver no bairro hoje é uma situação que se confunde com o viver na cidade de São Francisco. A realidade incerta a que se chegou por causa de um histórico político marcado por mandatos incompletos dos representantes públicos vem se arrastando de longa data. As repercussões não poderiam ser benevolentes. Alastra-se pela cidade uma enorme incerteza em relação ao presente e de poucas perspectivas para o futuro. Grande parte das ruas abandonadas entregues aos matos e gramíneas, úteis somente aos animais que pastam como se fosse campo aberto. Tal situação torna o viver por aqui difícil. Em dias de chuva, em muitos lugares é impossível sair de casa devido o lamaçal que se forma pelas ruas de terra; e, pelo fato de serem de terra, nos dias de sol é improvável transitar por elas.

O bairro, tal qual a cidade, continua estático em termos de obras públicas. A última construção no bairro, uma quadra poli-esportiva coberta, retrata muito bem a decadência visível de realizações públicas: ela desabou completamente durante as fortes chuvas ocorridas no mês de novembro de 2011. Não há uma regra sobre o viver no bairro hoje.

Relembrando um poema de Bertolt Brecht que diz: “homem, por mais que olhe para o rio que corre diante de ti, nunca verás as mesmas águas”. A maneira como vejo o bairro hoje não é a mesma de anos atrás, logo no início de nossa chegada, em meados de 1998. Com alegria pelo fato das ruas serem todas de terra, podíamos fincar paus no meio de qualquer uma e fazer os gols improvisados para jogarmos futebol alegremente, hoje, vejo estas mesmas ruas com tristeza. Elas continuam sendo de terra, não possibilitam mais alegria aos jovens de minha geração e sim repúdio. Tal panorama reflete que viver neste local é ter a certeza de que quase nada mudou após quatorze anos em que aqui moramos.

Mesmo não tendo nos mudado para o bairro no início de sua formação, considero-me como parte da segunda geração que vive nele. Ao andar pelo local, pesquisando, passeando ou simplesmente no deslocamento para algum lugar, surge uma nostalgia de minha juventude, pois muitos de meus amigos já não se encontram por aqui. A maioria optou ou foi forçada a tornar-se trabalhador sazonal, abandonando os estudos para terem que sustentar a família. Se, para os membros da primeira geração – como os entrevistados –, o viver no bairro significou a dependência com os antigos lares onde moravam, as roças e fazendas, aos filhos deles, segunda geração, a necessidade continua sendo migrar para cidades de porte médio e

capitais para “ganharem a vida”. Esta “condição de classe” aflora tão logo o jovem completa dezesseis anos de idade.

Os moradores “antigos”, continuam trabalhando, fazendo “bicos” para completarem a aposentadoria. Outros, porém, como disseram nas entrevistas, ainda sonham em se aposentar, dadas as dificuldades burocráticas. Suas ferramentas de trabalho continuam sendo o machado em tempos de seca para cortar e venderem lenha e a enxada em tempos de chuva para plantar.

Há, todavia, indicadores positivos quando analisamos, por exemplo, alguns membros desta chamada “segunda geração” e também o que podemos identificar como a “terceira geração”. Atualmente, muitos encontraram no estudo uma oportunidade a mais. Muitos jovens concluíram o ensino médio e há jovens universitários nos cursos locais de História, Matemática, Ciências Biológicas, Serviço Social, Pedagogia, Letras e Administração.³¹³ Essas mudanças de perspectiva, de alguns jovens, estão proporcionando novas alternativas profissionais. Como dizia Thompson “nenhuma cultura reaparece da mesma forma”. As pessoas vão aprendendo ao longo de suas experiências a modificarem seus espaços.

Thompson, em *A história vista de baixo*, ressalta que classe é uma formação tão econômica quanto cultural. A experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas que determinados sujeitos, homens e mulheres implicam diante de seus contornos.³¹⁴ Em *Folclore, antropologia e história social*, o autor discute que, “a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado dentro de um contexto”. A transformação histórica acontece e implica nas relações vivenciadas na vida social e cultural.³¹⁵ O pensamento do autor lança-nos um viés para entendermos toda transformação a partir de um sujeito social que se constitui como tal em sua experiência, e, nela, constitui elementos para contornar uma situação dentro de sua cultura. No artigo *Consciência e falsa consciência de classe*, o autor diz que as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo, suportam a exploração, identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e descobrem-se como

³¹³ Em São Francisco existem câmpus universitários da Universidade Estadual de Montes Claros, com os cursos de História e Matemática; Universidade Presidente Antonio Carlos – UNIPAC, com os cursos de Ciências Biológicas, Serviço Social, Pedagogia, Letras e; Universidade Norte do Paraná – UNOPAR com cursos de Serviço Social e Administração e Pedagogia.

³¹⁴ THOMPSON, E. P. *A história vista de baixo*. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. (Orgs.). E. P. Thompson. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

³¹⁵ THOMPSON, E. P. *Folclore, antropologia e história social*. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. (Orgs.). E. P. Thompson. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Op. cit., p. 263.

uma classe, vindo, pois, nessa perspectiva, a se fazerem e se posicionarem com consciência de classe.³¹⁶

O viver no bairro hoje pode ser uma persistência num espaço que a olhos apressados pode parecer estático há mais de trinta anos. Porém, as novas experiências que esses moradores formulam provocam o surgimento de novas ações como a busca pela continuidade de estudos pode ser um exemplo de reconstituição de espaços de formação e de trabalho com base em novas práticas. Pelo bairro os moradores continuam com diversas mobilizações exercendo diferentes trabalhos por meio artístico, recreativo, religioso, cultural e social. Diversos ternos de folia, grupos de dança de São Gonçalo, grupos de capoeira, grupos de jovens, programa social de moradores, ramificações da Igreja Católica – como Legião de Maria, Missionários, Vicentinos –; grupos de danças típicas ou expressões artísticas como, Boi de Reis, Grupos de Hip Hop; artistas plásticos que seguem como continuadores de agregação e mediação no bairro e na cidade.

³¹⁶ THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência de classe”. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. (Orgs.). E. P. Thompson. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Op. cit..

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história social lida com pessoas comuns, lugares simples. Essas características possibilitaram a concretude desta dissertação. Escolher um lugar comum, povoado de pessoas comuns, foi uma alternativa a mais dentro dessa vertente. Tal qual o bairro, tratado aqui, há muitos espalhados pelo Brasil. Ao longo dessa escrita percebi que ao estudar um lugar específico, dentro de nossas abordagens, podemos preencher muito do que entendemos e praticamos como história social. Nunca imaginei – ainda nos primeiros anos de graduação – que os modos de vida dos moradores desse bairro poderiam significar uma possibilidade de pesquisa acadêmica dentro das perspectivas que conjecturamos para entender o social, entender a história.

Acredito que em alguns momentos meu trabalho evidenciou os sujeitos do bairro Sagrada Família como pacíficos que esperam uma boa vontade de outras pessoas os ajudarem, convergindo para o lado religioso. Meu interesse foi pontuá-los como sujeitos ativos de uma história que se incomodam com a situação desfavorável e tentam lutar por seus direitos. Talvez a prática de buscar num representante religioso aquilo que não encontram no meio político pode evidenciar uma prática contra-hegemônica da situação cotidiana. Tais realidades retratam determinados moradores que tentam continuar diante de diversas situações que vivem. Muitos procuraram converter a situação contrária em elementos favoráveis para organizações como a associação, os times de futebol, a busca por escolas, os grupos de dança e outros que ainda existem pelo bairro.

Ao fazer uma reflexão a respeito desta dissertação, o movimento dos entrevistados reflete as condições de classe tão presente em nossa sociedade em que as circunstâncias impunham novas demandas de acordo com o tempo em que vivem. Por mais que eu não tenha direcionado exclusivamente para discussões sobre classe, as relações classistas fizeram-se presentes nas páginas deste trabalho. Os moradores viveram tempos conturbados desde a necessidade de busca de paliativos a formações coletivas experienciando e vivendo em circunstâncias que os colocaram como legítima formação coletiva.

As problemáticas apresentadas no projeto de pesquisa foram modificadas de acordo com os textos debatidos e novas fontes inseridas, uma mudança importante, pois muitas questões inicialmente apresentadas eram imaturas. Entretanto, nosso olhar como historiador não pode ser uniforme e imutável a partir de uma ideia inicial. Encarando nessa

perspectiva, as leituras me possibilitaram repensar cada ponto de partida da pesquisa, seja de um ponto de vista metodológico ou prático os debates, os textos, a sala de aula, as conversas com a orientadora e seminários proporcionaram um amadurecimento das ideias ao buscar compreensões perante as indagações às quais procurei responder durante a escrita.

Ao entrar no curso de mestrado, pensei que todas as fontes que dispunha e os caminhos a percorrer seriam suficientes e responderiam todas e quaisquer questões surgidas no decorrer da pesquisa. Plena inocência. Quando saí das salas de aula fiquei numa sensação de ter perdido meu projeto. Minhas falas, às vezes tomavam direções opostas do que as professoras sugeriam, enquanto exercício e reflexão. Minhas hipóteses, previamente formuladas, pareciam ter desaparecidas. Aquilo que eu tomava como principais norteadoras de meus problemas, quase arraigadas e definidas em minhas apresentações nas salas de aula como a igreja, o padre, a prefeitura, o estado, a enchente, as moradias, as práticas de trabalho, todas caíram por terra. Ao reorganizar minhas fontes e olhando-as sob outros pontos de vista percebi que não tinham sucumbidas. A professora orientadora, bem como as demais, me alertaram para perceber além dos limites e percorrer diferentes caminhos com outras problemáticas, deixando de lado meus pressupostos, lançando novas luzes sobre todos os “conceitos” que apresentei definidos. Procurei fazer a reflexão e destrinchar meus conceitos transformando-os em problemas diferentes do que havia suposto. Aprendi o exercício, procurei incorporar os ensinamentos, espero ter aprendido a prática e a escrita tanto quanto.

Ao fazer um balanço deste trabalho verifico algumas razões de muitos outros mestrandos argumentarem falta de tempo para adentrar em outras questões. Caso sobrasse tempo a revigorar as fontes, com certeza muitas compreensões se apresentariam de forma inversa ou totalmente contraditória às percebidas nesta dissertação. Constatando isso por que as primeiras análises das fontes são prematuras, mas justamente por causa do pouco tempo, temos que destrinchar tudo nessas análises prévias. Por mais que esforços dos professores tornaram-se válidos, desde a sala de aula do mestrado até a orientação, nosso amadurecimento só é perceptível quando chegamos ao final da dissertação. Porém, qualquer tentativa após esta percepção de voltar do início e reformular as fontes consistiria em suicídio, pois em relação ao tempo significa poucos meses dentro do prazo de dois anos. Se eu pudesse começaria pelo final. Levando em consideração que iniciar uma escrita é extremamente difícil, alonga e corrói muito do curto período que temos, ao chegar ao terceiro capítulo deu vontade de revirá-la de ponta cabeça. Afora os pesares, espero ter concluído a dissertação dentro das circunstâncias e possibilidades a minha volta.

FONTES

Legislação Federal:

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Estatuto da Terra: LEI N. 4.504 - 30/11/1964.

BRASIL. LEI Nº 6.969/81- Usucapião Especial Rural. 1981

BRASIL. LEI Nº 10.406, de 10.01.2002. Novo Código Civil. 2002.

BRASIL. LEI Nº. 10.257, de 10/06/2001. Estatuto da cidade. 2001.

Legislação Municipal:

SÃO FRANCISCO-MG. Lei nº. 18 de 25 de setembro de 1897. Livro de Registros e Resoluções da Câmara Municipal de São Francisco. Livro de Atas, 1897.

SÃO FRANCISCO-MG. Lei. Nº. 19 de 25 de outubro de 1897. Livro de Registros e Resoluções da Câmara Municipal de São Francisco. Livro de Atas, 1897.

SÃO FRANCISCO-MG. Aprova o Plano Diretor de Expansão e Urbanismo de São Francisco. 10/05/1960. (avulso).

SÃO FRANCISCO-MG. Lei nº. 309. Autoriza subvenção à gráfica do jornal SF, O Jornal de São Francisco. Livro de Registro de Leis nº. 31 de 07/03/1968.

SÃO FRANCISCO-MG. Lei Nº. 618/1977. Autoriza doação de terreno à ITASA. 1977.

SÃO FRANCISCO-MG. LEI Nº. 624/77. Autoriza doação de importância para publicação do livro *São Francisco nos caminhos da história*. São Francisco, 1977.

SÃO FRANCISCO-MG. Lei N: 766/1980. Autoriza doação de terrenos a flagelados. Registrada. Fls. 122 do livro N: 136. 16/04/1980.

SÃO FRANCISCO-MG. LEI Nº. 786 de 1980. Concede título de cidadão honorário ao padre Vicente euteneuer.

SÃO FRANCISCO-MG. Lei N: 831/81. Autoriza doação de terreno à Mitra Diocesana de Januária. 1981.

SÃO FRANCISCO-MG. LEI Nº. 851 de 1981. Dispõe sobre denominação de ruas e praças no bairro Sagrada Família. 1981.

SÃO FRANCISCO-MG. Lei Nº. 860/82. Concede isenção de tributos à Mitra Diocesana de Januária. 1982.

SÃO FRANCISCO-MG. LEI Nº. 933/83. Dispõe sobre as construções no município de São Francisco e dá outras providências. Código de Obras e Edificações do Município de São Francisco, MG.

SÃO FRANCISCO-MG. LEI. Nº. 1061 de 30/11/88. Autoriza doação de terrenos a pessoas carentes. 1988.

SÃO FRANCISCO-MG. Lei Nº. 1113, de 12 de Julho de 1989. Autoriza doação de loteamento para fins de interesse social aos flagelados. Fls. Nº. 103/104 v do Livro de Leis nº. 38 em 12/ 07/1989.

SÃO FRANCISCO-MG. LEI Nº. 1.752. Autoriza o Executivo Municipal a fornecer gratuitamente minutas de lotes do bairro Sagrada Família. Câmara Municipal de São Francisco-MG. 31/10/1997

SÃO FRANCISCO-MG. Lei Nº. 1.884. Autoriza doação aos atuais ocupantes das casas construídas com autorização da Lei Nº. 1.654 de 31/10/1996 e respectivos lotes urbanos. Câmara Municipal de São Francisco, 30/10/1999.

SÃO FRANCISCO-MG. Lei. Nº. 2.186 17/12/2004. Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico. São Francisco-MG, 2004.

SÃO FRANCISCO-MG. Lei Orgânica Municipal. São Francisco-MG, 2004.

Jornais estaduais:

O Diário de Minas Gerais. Belo Horizonte. Quarta-Feira, 1/2/1979. Ano LXXXVII. Nº. 22.

O Diário de Minas Gerais. Belo Horizonte. Sexta-Feira, 2/2/1979. Ano LXXXVII. Nº. 23.

O Diário de Minas Gerais. Belo Horizonte. Terça-Feira, 6/2/1979. Ano LXXXVII. Nº. 25.

O Diário de Minas Gerais. Belo Horizonte. Sexta-Feira, 9/2/1979. Ano LXXXVII. Nº. 23.

O Diário de Minas Gerais. Belo Horizonte. Sábado, 10/2/1979. Ano LXXXII. Nº. 29.

Jornais de São Francisco-MG:

SF, O Jornal de São Francisco. Quarta Feira, 05/11/1975. Nº. 746. Ano XV.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 28/11/1976. Nº. 799. Ano XVI.

SF, O Jornal de São Francisco. São Francisco-MG, 07/04/1977. Ano XVI. Nº. 817.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 15/05/1977. Nº. 821. Ano XVI.

SF Jornal o jornal de São Francisco. Domingo 10/07/1977. Nº. 829. Ano XVII.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 24/07/1977. Nº. 831. Ano XVII.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 31/07/1977. Ano XVII.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 25/12/1977. Nº. 849. Ano XVII.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 12/11/1978. Ano XVIII. Nº. 886. p. 1.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 21/01/1979. Nº. 895. Ano XX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 28/01/1979. Nº. 896. Ano XIX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 20/05/1979. Nº. 903. Ano XIX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 02/06/1979. Nº. 918. Ano XIX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 26/08/1979. Nº. 917. Ano XIX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 03/02/1980. Ano XX. Nº. 939.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 10/02/1980. Nº. 940. Ano XX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 02/03/1980. Nº. 942. Ano XX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 13/04/1980. Nº. 947. Ano XX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 20/04/1980. Nº. 948. Ano XX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 14/09/1980. Nº. 962. Ano XX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo. 05/10/1980. Nº. 964. Ano XX.

SF, O Jornal de São Francisco. Sexta feira, 07/11/1980. Nº. 968. Ano XX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 16/11/1980. Nº. 969. Ano XX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 04/01/1981. Nº. 976. Ano. XX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 18/01/1981. Nº. 978. Ano XX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo 22/03/1981. Nº. 986. Ano XX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 10/05/1981. Nº. 922. Ano XX.

SF, O jornal de São Francisco. Domingo, 28/06/1981. Nº. 999. Ano XX.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 19/07/1981. Nº. 1.002. Ano XXI.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 22/11/1981. Nº. 1.018. Ano XXI.

SF, O Jornal de São Francisco. Sexta feira. 01/03/1982. Nº. 1.024. Ano XXI.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo. 14/08/1983. Nº. 1.095. Ano XXI.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo. 21/08/1983. Nº. 1.096. Ano XXI.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo. 04/09/1983. Nº. 1.098. Ano XXI.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo. 04/03/1984. Nº. 1.123. Ano XXI.

SF, O Jornal de São Francisco. São Francisco, MG. Quinta feira. 20/02/1986. Ano XXI.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo. 15/04/1988. Nº. 1.210. Ano XXI.

SF, O Jornal de São Francisco. Domingo. Janeiro de 1991. Nº. 1.234. Ano XXX.

SF, O Jornal de São Francisco. Abril de 1991. Nº. 1.239. Ano XXXI.

SF, O Jornal de São Francisco. Bairro Sagrada Família e o progresso, 1993.

SF, O Jornal de São Francisco. 31/07/1996. Nº. 1.390. Ano XXXIV.

Jornal Nosso Tempo. São Francisco, MG. 20/12/1997. Ano I. Nº. 41.

Jornal O Barranqueiro. Ano V. Número 170. São Francisco, sábado 09 de dezembro de 2006.

Entrevistados:

Ana Souza de Jesus, 56 anos, divorciada, trabalhadora rural, moradora do bairro Sagrada Família, morava na comunidade do Tabuleirinho ou Vaqueta e mudou-se para o bairro em 1979. Entrevista realizada em sua residência, São Francisco-MG no dia 03 de jan. de 2011.

Arnaldo Alves Correa, 63 anos, casado, produtor rural, folião, morava na comunidade rural do Angical e mudou-se para o bairro Sagrada Família em 1979. Entrevista realizada em sua residência em São Francisco-MG, 06 jan, 2011.

Aurora Rodrigues, 56 anos, viúva, trabalhadora rural, cultivadora de vazante às margens do rio São Francisco. Mudou-se para o bairro em meados de 1980. A entrevista foi realizada na porta de sua residência em São Francisco-MG. 29 dez. 2010.

Claudionor Rodrigues Pinto, por alcunha Coló, casado, pai de quatro filhos, ex-vereador pelo bairro, atualmente Comissário Tutelar de Menores. A entrevista foi realizada em sua residência em São Francisco-MG. 22 jan. 2011.

Delzuita Souza dos Santos, 59 anos, viúva, cultiva hortaliças na Horta Comunitária do bairro, a qual ela mesma é membro desde sua fundação no início dos anos 1990. Moradora do bairro desde 1979. A entrevista foi realizada em sua residência em São Francisco-MG. 31 jan. 2011.

Elpídio Silva de Jesus, 60 anos, casado, trabalhador rural, cultivador de vazante às margens do rio São Francisco. A entrevista foi realizada em sua residência em São Francisco-MG. 29 jan. 2011.

Joana dos Santos Pereira, 66 anos, casada, aposentada por invalidez, dona de casa, moradora do bairro desde o início de 1980. A entrevista foi realizada em sua residência em São Francisco-MG. 29 dez. 2010.

João Lima Vieira, 70 anos, casado, aposentado, revendedor de peixes em sua residência como complemento da renda, morador do bairro antes mesmo de 1979. A entrevista foi realizada em sua residência em São Francisco-MG. 27 dez. 2010.

José Batista Duarte, vulgo Zelão, 54 anos, trabalhador rural, pescador e cultivador de vazantes às margens do rio São Francisco, morador do bairro desde o início da década de 1980. A entrevista foi realizada em sua residência em São Francisco-MG. 19 fev. 2011.

José Francisco Batista dos Santos, 58 anos, casado, pedreiro e pescador, morador do local desde meados da década de 1970. A entrevista foi realizada em sua residência em São Francisco-MG. 29 dez. 2010.

Josefa Alves, viúva, não soube dizer a idade, aposentada, moradora do bairro desde 1979. A entrevista foi realizada em sua residência em São Francisco-MG. 18 fev. 2011.

Manoel Messias Rocha, 53 anos, casado, pescador, cultivador de vazante às margens do rio São Francisco. A entrevista foi realizada em sua residência em São Francisco-MG. 20 jan. 2011.

Maria Letícia Rodrigues, 59 anos, casada, produtora rural, cultivadora de vazantes às margens do rio São Francisco, mudou-se da cidade vizinha de Brasília de Minas e passou a morar no bairro em meados da década de 1980. A entrevista foi realizada em sua residência, no “Beco”, do bairro Sagrada Família em São Francisco-MG. 03 jan. 2011.

Padre Vicente Euteneuer, 80 anos de idade, alemão, pároco residente no Brasil desde 1961, definitivo em São Francisco desde o início da década de 1970, dentre seus trabalhos sociais destaca o de construção de moradias a residentes carentes, sobretudo no bairro Sagrada Família. A entrevista foi realizada na Casa Paroquial do bairro Sagrada Família onde ele está desde 2008. Entrevista no dia 03 fev. 2011.

Raimunda Soares dos Reis, 58 anos, casada, produtora rural. Moradora do bairro desde o final da década de 1980. A entrevista foi realizada em sua residência em São Francisco-MG. 06 jan. 2011.

Teodoro Mendes de Souza, 77 anos, casado, aposentado, tocador de pandeiro nas missas aos domingos, morador do bairro desde 1979. A entrevista foi realizada em sua residência em São Francisco-MG. 27 dez. 2010.

Valdomiro Cardoso de Meneses, 65 anos, casado, aposentado, produtor rural, morador das adjacências desde o início da década de 1970. A entrevista foi realizada em sua residência em São Francisco-MG. 02 jan. 2011.

Autores locais:

ALMEIDA, Antonio Vieira. **Homenagem ao padre Vicente Euteneuer cidadão sãofranciscano**. Discurso proferido na Câmara Municipal de São Francisco e publicado no jornal SF, O Jornal de São Francisco. Domingo. 07/12/1980. Nº. 972. Ano XX.

ALMEIDA, Belarmino Soares de. **Ampara aos ruralistas fazendeiros**. SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 26/08/1979. Nº. 917. Ano XIX.

ALMEIDA, Faustino Barbosa de. **Reminiscências do passado**. SF, O Jornal de São Francisco. Sexta feira, 07/11/1980. Nº. 968. Ano XX.

ARCANJO, Edilvar. **Uma nova era**. SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 18/01/1981. Nº. 978. Ano XX.

BOTELHO NETO, João. **Imprensa em São Francisco**. São Francisco, sd. Avulso. Arquivo Preservar.

FILHO, João Moreira. **Carta aberta ao povo de São Francisco**. SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 10/02/1980. Nº. 940. Ano XX.

MAGALHÃES, Waldemir. **Venda de lotes**. SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 21/01/1979. Nº. 895. Ano XX.

MATA, Dario Gomes da. **Loteamento no bairro Sagrada Família**. SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 14/09/1980. Nº. 962. Ano XX.

VALE, Humberto. **Por trás dos bastidores**. SF, O Jornal de São Francisco. Domingo, 25/12/1977. Ano XVII. Nº. 849.

ZECA. **Gente da terra: padre Vicente**. SF, O Jornal de São Francisco. Domingo. 14/08/1983. Nº. 1.095. Ano XXI.

Diversos:

BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. **Projeto digitalização, disponibilização do acervo dos autos findos século XIX da comarca de São Francisco (MG)**. EDT2874/06. Belo Horizonte/São Francisco: FAPEMIG, 2007

Encíclica **Redemptor Hominis**. João Paulo II. 04 de março de 1979.

Estatuto da Associação Comunitária do bairro Sagrada Família, 1989. Apenso ao livro de Atas da Associação Comunitária dos Moradores do bairro Sagrada Família.

IBGE. **Censos Demográficos**. 1970, 1980, 1991. Contagem da população de Minas Gerais. Diagnóstico Municipal de São Francisco, 2001. ONG PRESERVAR. Estante 04. Caixa 26.

Livro de Atas de Reuniões da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família, 1989-2006.

Livro de Tombo. Casa Paroquial Matriz São José. São Francisco MG, 1979-2006.

COPASA-MG. Comunicação interna. 013/95. São Francisco-MG, 04/04/1995. F. 01. Envia posicionamento de ofício 37/95 de 22/03/1995.

SOUZA, Otacílio Rodrigues de. **Solicitação**. Ofício Nº. 37/95. Câmara Municipal de São Francisco. São Francisco-MG, 22/03/1995.

Mapas:

Mapa do estado de Minas Gerais com destaque ao município de São Francisco.

Mapa do estado de Minas Gerais destacando a cidade de São Francisco e sua localização entre as capitais mineira, federal e a cidade de Montes Claros.

Mapa da cidade de São Francisco publicado pelo Google earth.

Mapa do município de São Francisco com destaque das comunidades rurais de onde saíram parte dos entrevistados para esta dissertação, atualmente moradores do bairro Sagrada Família.

Mapas urbanos de São Francisco, 1980 e 1990.

Sites:

www.ibge.com.br/cidades

www.fundacaojoaopinheiro.com.br

www.zee.mg.gov.br

<http://www.saofranciscomg.com.br/nossacidade/dados>

http://www.mapas.acharei.com.br/satelite/brasil/estado/mg/cidade/sao_francisco/36935/mapa-de-sao_francisco.html

http://www.zee.mg.gov.br/zee_externo/pdf/zoneamento_e_cenarios_exploratorios/1zoneamento_ecologico_economico_de_mg.pdf

Acervos pesquisados:

Acervo da Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sagrada Família.

Acervo pessoal do senhor Claudionor Rodrigues Pinto.

Acervo pessoal do professor Alair José Mendes.

Casa Paroquial Matriz São José, São Francisco-MG.

Casa Paroquial do bairro Sagrada Família, São Francisco-MG.

Câmara Municipal de São Francisco-MG.

Divisão de arquivos da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

ONG PRESERVAR – Núcleo de pesquisa e preservação do patrimônio histórico e cultural de São Francisco-MG.

Prefeitura Municipal de São Francisco-MG.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Adão Pedro Batista; SOUZA, Antônio Henrique Alves de. **A intervenção do Assistente Social mediante aos beneficiários do programa Bolsa Escola no bairro Sagrada Família no município de São Francisco** – MG. 2008. Monografia (Curso de Serviço Social)-Universidade Presidente Antonio Carlos – UNIPAC, Campus de São Francisco, 2008.

ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun. História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia, nº. 25 e 26, pp. 9-26, jul.-dez. 2001/ jan.-jul. 2002.

ALMEIDA, Uara Luisa Gonçalves. **A imprensa local: um discurso a serviço do poder**. Monografia. 58 fls. (Graduação em História). Curso de História, Universidade Estadual de Montes Claros – Campus de São Francisco, MG, 2009.

APARECIDO, Mateus Lucas de Araújo. **Influência contemporânea da cultura hip hop no bairro Sagrada Família**. 2008. Monografia (Graduação em História)–Curso de História, Universidade Estadual de Montes Claros, São Francisco, 2008

BARBOSA, Alexandre Rodrigues. **O crescimento urbano do bairro Sagrada Família na cidade de São Francisco (MG)**. Monografia. (Graduação em Geografia). Instituto de Geografia. Universidade Estadual de Montes Claros, 2005.

BARBOSA, Marta Emísia. Relação entre imprensa, fotografia e memória. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **A representação como espelho: universo cultural e político das candidaturas populares**. XVI Encontro Anual da ANPOCS, Grupo de Trabalho "Lutas Urbanas, Estado e cidadania", 1992.

BATISTA, Elicardo Heber Almeida. **“Povos” de Santana: condições de vida e mobilidade espacial no norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. 131 fls. (Mestrado em Instituto de Ciências Humanas e Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

BENJAMIN, César et alii (Orgs.). **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

BOFF, Leonardo. **Novas fronteiras da Igreja: o futuro de um povo a caminho**. Campinas: Versus Editora, 2004.

_____. **Eclesiogênese**: a reinvenção da igreja. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2008.

BOTELHO NETO, João. **Jornal de Ontem**. São Francisco MG: Edição do autor, 2005.

BOURDIEU, Pierre. (Org.). **A miséria do mundo**. 7ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

_____. Efeitos de lugar. In: _____ (Org.). **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. A demissão do Estado. In: _____. (Org.). **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. O espaço dos pontos de vista. In: _____. (Org.). **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A partilha do tempo: a experiência da vida e os símbolos do catolicismo popular no cotidiano de camponeses tradicionais em São Luis do Paraitinga – SP. In: SANCHIS, Pierre. **Catolicismo no Brasil atual – 2**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. Pp. 89-154.

_____. **Lutar com a palavra**: escritos sobre o trabalho do educador. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985

BRAZ, Brasiliano. **São Francisco nos caminhos da história**. Belo Horizonte: Lemi, 1977.

BRAZ, Petrônio. **Serrano de Pilão Arcado – a saga de Antonio Dó**. São Paulo: Mundo Jurídico, 2006.

CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto de. Trabalho e Movimentos Sociais: memórias e produção historiográfica. In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Orgs.). **História**: narrativas plurais, múltiplas linguagens. Uberlândia: EDUFU, 2005.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Tomaz (Orgs.). **História**: narrativas plurais, múltiplas linguagens. Uberlândia: EDUFU, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras. 1990.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre. (Org.). **A miséria do mundo**. 7ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria Rosália da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. In: **Projeto História**. São Paulo, nº. 35, dez 2007. pp. 253-270.

FARIAS, Jorge Paulo Ponciano de. **50 Anos Missionários da Sagrada Família em Minas Gerais Brasil – 1956-2006**. Januária: Província Brasil Leste, 2006

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp. 2002.

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Introdução. In: FENELON et alii. (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

FENELON, Déa Ribeiro et alii (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água. 2005

_____. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. In: **Projeto História**. nº. 10. 1993-73-90. PUC-SP, 1993.

_____. Apresentação. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'água, 2006.

_____. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? In: **História e Perspectivas**. Uberlândia. Nº. 6. pp. 5-23. Jan-jun, 1992.

_____. (Org.). **Cidades**. São Paulo: Olho D'água, 1999.

FREITAS, Sheile Soares de. **Por falar em culturas... Histórias que marcam a cidade**. Uberlândia/MG. Tese de Doutorado. (Doutorado em História). PPG/Instituto de História/Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes et alii (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína Ferreira. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 6 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru- SP: EDUSC, 1998.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GASPARI, Élio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOMES, José Paulo Ferreira. (Org.). **Negros sim, por que não? Projeto Brasil Afroatitude**. Montes Claros: Editora Unimontes. 2008.

_____. Da senzala às cotas. In:_____(Org.). **Negros sim, por que não?** Projeto Brasil Afroatitude. Montes Claros: Editora Unimontes. 2008. pp. 93-116.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica no Brasil – 1960-1980**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. O sentido do passado. In:_____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Todo povo tem história. In: _____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Edições 34, 2003.

KHOURY, Yara Aun. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores. In: PORTELLI, Alessandro et alii. (Orgs.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos**: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel-PR: EDUNIOESTE, 2009. pp. 213-240.

_____. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON et alii (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004.

KRISCHKE, Paulo; MAINWARING, Scott. (Orgs.). **A igreja nas bases em tempo de transição 1974-1985**. Porto Alegre: L&PM: CEDEC, 1986.

LAVERDI, Robson. Solo urbano e articulação nacional pela reforma urbana: os movimentos populares urbanos na Constituinte (1980-1988). In: **História & Perspectivas**, Uberlândia, nº 18/19 Jan/Dez, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Érika da Rocha. **A importância Sócio-econômica do padre Vicente Euteneur no município de São Francisco- MG**. Monografia. (Graduação em História). São Francisco-MG.Unimontes, 2008.

LIMA, Marcela Telles Elian de. **Pelas margens do São Francisco**: a trajetória histórica e ficcional de Antonio Dó. (Dissertação de mestrado) 108 f. UFMG, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho D'água, 2006.

MAIA, Claudia de Jesus. **“Lugar e trecho”**: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. Montes Claros: Unimontes, 2004.

MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil**. 1916-1985. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**: lúmpem e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução Leandro Konder. 2. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2008. (Coleção: a obra prima de cada autor; 274).

MENDES, Leandro de Aquino. **“O povo de Deus” na política: partido dos Trabalhadores e Igreja Católica em Montes Claros na década de 1980**. (Dissertação de Mestrado) 188 fls. Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2010.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. (Orgs.). E. P. Thompson. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da área mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene. (Orgs.). **Formação social e econômica do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene. (Orgs.). **Formação social e econômica do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

OLIVEIRA, Maria da Conceição Gomes de. **O álcool e sua repercussão sobre a vida da mulher, uma alcoolista silenciosa: uma abordagem no bairro Sagrada Família em São Francisco-MG**. Monografia. (Graduação em Serviço Social). Universidade Presidente Antonio Carlos – UNIPAC, São Francisco, 2009.

OLIVEIRA, José Wilson de. **A participação da Nestlé no desenvolvimento sócio-econômico do Norte de Minas**. Monografia. Montes Claros: Unimontes, 1997.

PALLARES, José Cárdenas. **Um pobre chamado Jesus: releitura do evangelho de Marcos**. São Paulo: Paulinas, 1988.

PASQUINO, Gianfranco. Movimentos sociais. In: BOBBIO, N; MATTEUCI, N; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de política**. 2 ed. Brasília: UNB, 1986. pp. 787-792.

PEREIRA, Adnalva Francisca. **Idosos contemporâneos no bairro Sagrada Família**. 2011. Monografia em andamento (Bacharelado em Serviço Social)–Curso de Serviço Social, Universidade Norte do Paraná, 2011;

PEREIRA, Roberto Mendes Ramos. **Demandas e representações populares na vivência político-religiosa em Montes Claros (1996-2004)**. (Dissertação de Mestrado) 175 fls. Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2010.

PEREIRA, Anete Marília. A urbanização no sertão norte - mineiro: algumas reflexões. In: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de (Orgs.). **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2004.

PEREIRA, Laurindo Mékie. Montes Claros 1957: a invenção do centenário. In: **História e Perspectivas**. Uberlândia (25 e 26), julho e dezembro, 2002. pp. 215-236.

_____. **Em nome da região, a serviço do capital: regionalismo político norte-mineiro**. (Tese de Doutorado) 242f. USP – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Instituto de História, 2007.

_____. **A cidade do favor:** Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.

PORTELLI, Alessandro et alii. (Orgs.). **Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos:** temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel – PR: EDUNIOESTE, 2009.

_____. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Revista Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996. p. 59-72.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO Janaína. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. Forma e significado da representação histórica: a batalha de Evarts e a batalha de Crummies (Kentucky: 1931-1941). In: **História e Perspectivas**, Uberlândia (39): 11-36. Jul, dez, 2008.

_____. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. In: **Projeto História**. Nº. 14. São Paulo: revista dos estudos pós-graduados em História. PUC-SP, 1997.

_____. O que faz a história oral diferente. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 14, 1997. p. 25-39.

_____. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes et alii (Orgs.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 67-71.

QUEIROZ, Stéfany Tâmara. **Os chagásicos do bairro Sagrada Família**. (Monografia). Universidade Estadual de Montes Claros, Campus São Francisco, 2010.

RAPOSO, Renato Francisco de Almeida. Folia de Reis em São Francisco. In: SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO Saulo Jackson de Araújo; SOUZA, Harilson Ferreira de. (Orgs.). **São Francisco em perspectiva**. Montes Claros: Unimontes, 2010. pp. 179-212.

REBÉRIOUX, Madaleine. Os lugares de memória operária. In: **São Paulo (cidade)**. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH, 1992.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Antonio Dó: um bandido social pelas margens do São Francisco – 1910/1929**. (Dissertação de mestrado) 142 f. UFU Instituto de História, 2004.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do Norte de Minas Gerais**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1997.

_____. Lei e política: a construção dos territórios urbanos. In: **Projeto História**. São Paulo. PUC-SP, nº. 18, 135-154, mai, 1999.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e luta dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SADER, Emir. **O anjo torto**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SALES, Lismara Francisca. **A migração e o trabalho sazonal na cidade de São Francisco-MG. (1970 a 2008)**. (Monografia). 41 fls. Departamento de História, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes Campus de São Francisco, 2008.

SAMPAIO, Carlos Leonardo Teixeira. **A igreja católica e a transformação do espaço e do viver urbano de Pouso Alegre-MG (1936-1945)**. (Dissertação) 153 f. Mestrado em História Social PUC-SP, 2009.

SANCHIS, Pierre. **Catolicismo no Brasil atual – 2**. São Paulo: Edições Loyola, 1992

SANTIAGO, Carla Ferreti. **O lugar de morar**: estado, igreja e moradores na produção da habitação popular em Belo Horizonte (o bairro Dom Cabral, 1959/1981). (Dissertação) 134 f. Mestrado Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

SANTOS, Carlos Meneses de Souza. **Ser trabalhador na cidade**: relações de classe em Uberlândia, final do século XX e início do século XXI. (Dissertação de mestrado) 169 fls. Instituto de História. Universidade Federal de Uberlândia - UFU, 2009.

SANTOS, Eduardo Antonio Estevam. **São Pedro**: foreiros ou arrendatários? A lei e a experiência social na formação urbana da cidade de Itabuna (1967-2002). (Dissertação) 128 f. Mestrado História Social PUC – SP, 2009.

SANTOS, José Carlos Ferreira dos. **Nem tudo era italiano**. São Paulo e pobreza (1890-1915). 1. Ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras. Belo Horizonte: UFMG, 2007

SILVA, Fabio Fernando Ferreira. Reflexos do programa Bolsa Escola na vida de crianças carentes do bairro Sagrada Família. in: GOMES, José Paulo Ferreira. (Org.). **Negros sim, por que não? Projeto Brasil Afroatitude**. Montes Claros: Editora Unimontes. 2008. pp. 75-92.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. **Luzes e sombras na cidade**: no rastro do Castelo e da Praça Onze: 1920/1945. (Doutorado em História). PUC-SP, 2002.

SILVA, Marcos A da. A história e seus limites. In: **História & Perspectivas**. Uberlândia (6): 59-65, jan, jul, 1992. pp. 59-65.

SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO, Saulo Jackson de Araújo; SOUZA, Harilson Ferreira de. (Orgs.). **São Francisco em perspectiva**. Montes Claros: Unimontes, 2010.

SILVA, Valmiro Ferreira. Cidadania e inclusão social. In: GOMES, José Paulo Ferreira. (Org.). **Negros sim, por que não? Projeto Brasil Afroatitude**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2008. p. 39-56.

_____. **Uma enchente, uma história, um povo**: a formação do bairro Sagrada Família em São Francisco-MG. (Monografia). 86 fls. Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes: Campus São Francisco, 2008.

SOUZA, Harilson Ferreira de. Mandonismo local e pessoa política na dinâmica do desenvolvimento social: o caso de São Francisco – MG (1977-1988). In: SILVA, Valmiro Ferreira; BRITO, Saulo Jackson de Araújo; SOUZA, Harilson Ferreira de. (Orgs.). **São Francisco em perspectiva**. Montes Claros: Unimontes, 2010. pp. 109-142.

SOUZA, João Carlos de. **Na luta por habitação**: a construção de novos valores. São Paulo: EDUC, 1995.

TELLES, Vera. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). **Anos 90**: política e sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.

_____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: vol. I. A árvore da liberdade. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: vol. II. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: vol. III. A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. Cultura e memória: notas sobre a construção da lógica na pesquisa audiovisual de história oral. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho D'água, 2006.

VICENTIM, Fabiana Moreira. **Turismo e desenvolvimento**: a importância e função da sensibilização turística com enfoque no município de São Francisco-MG. Monografia. 123 f. (Graduação em Turismo). UNESP, Campus Rosana, 2006.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1977.